

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCIA MARIA BERTINI

**DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO CEARÁ:
TRAJETÓRIAS DE AMEAÇAS, RESISTÊNCIAS E PROTEÇÃO**

FORTALEZA

2024

LUCIA MARIA BERTINI

**DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO CEARÁ:
TRAJETÓRIAS DE AMEAÇAS, RESISTÊNCIAS E PROTEÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Professor Doutor João Paulo Pereira Barros.

FORTALEZA

2024

LUCIA MARIA BERTINI

DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO CEARÁ:
TRAJETÓRIAS DE AMEAÇAS, RESISTÊNCIAS E PROTEÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Ceará
como requisito para obtenção do título de Doutor
em Psicologia.

Área de Concentração: Processos Psicossociais e
Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em 20/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr.^a. Mariana Tavares Cavalcanti Liberato
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof.^a Dra. Lisandra Espíndula Moreira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade Federal do
Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B461d Bertini, Lúcia Maria.

Defensoras de direitos humanos no Ceará: trajetórias de ameaças,
resistências e proteção / Lúcia Maria Bertini. – 2024.
412 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros.

1. direitos humanos. 2. gênero. 3. subjetividade. 4. resistência. I. Título.

CDD 150

Agradecimentos

Um agradecimento especial às Defensoras de Direitos Humanos Lola Aronovich, Adriana Carneiro de Castro, a Adriana Tremembé, e Alessandra Felix Xavier, que deram concretude ao trabalho e arriscam suas vidas pelas causas que defendem. E em seu nome, a todas as pessoas militantes das causas dos Direitos Humanos, imprescindíveis, que queremos vivas!

Agradeço a presença longa e lúcida da minha mãe, sempre tão acolhedora, cheia de curiosidades, histórias e louvores. A homenagem e ao meu pai, que já se foi, ainda presença inspiradora e sensível. A eles agradeço pela vida e pela força espiritual, por conversas, música e poesia, sempre presentes em casa.

À minha filha, Mariana, a melhor companhia, pela força de um modo de vida, pelo amor, pelo apoio enorme e pela paciência de uma vida toda. Agradeço por ter me feito avó, pelo Bem que nos trouxe e por permitir seguir muito presente em sua vida. Agradeço ao genro Caleb por isso também.

Às “Bertinas” – Sônia Bertini e Renata Maria, pelo afeto, criatividade, humor, acolhimento, marretas merecidas e muitas risadas. Isto faz girar o (meu) mundo.

Ao meu orientador, João Paulo Pereira Barros, o parceiro JP, pela qualidade da presença e do apoio ao longo de todo o período, por todo o aprendizado e estímulo, pelo acolhimento e pela compreensão de um ritmo parcial dedicado.

Ao professor Pedro Paulo Bicalho e à professora Flávia Lemos, que se constituem referência profissional e a quem muito admiro, por terem acompanhado esta jornada, da qualificação à defesa, me oferecendo seu melhor.

Às professoras Magda Dimenstein e Zelma Madeira pelas excelentes contribuições na banca de qualificação. À amiga Zelma, pela oportunidade de seguir aprendendo.

Às professoras Mariana Liberato e Lisandra Moreira por aceitarem fazer parte da banca de defesa e pelas contribuições ao meu trabalho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, em especial à gurizada do Vieses, pelo bom tempo de convivência e grupalidade, estudos, troca e aprendizado.

À Universidade, pelo tempo e espaço que me concedeu e permitiu estar em aprendizado, em um lugar que se manteve democrático, apesar do longo período de fascismo no poder. Espero poder retribuir pela oportunidade.

Às amigas de construção e sustentação do trabalho no Executivo Estadual e da Sociedade Civil, que me apoiaram e estiveram muito presentes nesta caminhada, em especial Rachel Saraiva Leão, Andréa Camuça e Ana Paula Vieira, e em seu nome, aos Programas de Proteção e ao conjunto dos Programas, onde encontrei muita gente inspiradora e persistente.

Às pessoas queridas que contribuíram nas reflexões e também nos esforços para começar, fazer andar e finalizar esta tese, meus agradecimentos infinitos: Guilene Salerno, Cynthia Corvello e Marcus Giovanni Moreira.

Aos afetos, pela paciência em minha ausência, por noites e finais de semana ocupados.

Resumo

Esta tese trata sobre ameaças, resistências e proteção de mulheres reconhecidas como defensoras de direitos humanos (DH) no estado do Ceará, três delas protegidas em razão de ataques às suas vidas sofridos em função de sua militância. A partir do método cartográfico, foram realizados estudos de caso das três defensoras entrevistadas sobre suas trajetórias de luta na defesa das causas feministas, dos povos tradicionais e da justiça penal, respectivamente, e com a própria autora, como trabalhadora psicóloga em políticas públicas. Objetivou-se cartografar essas experiências de luta, analisando ameaças no campo dos DH e desafios da proteção. O estudo abrange a compreensão do contexto social brasileiro, análise das experiências subjetivas e das ameaças ao campo dos DH e os desafios da proteção. Conceitos da Psicologia Social contextualizaram diálogos transdisciplinares contemporâneos neste campo com feminismos, racismo, branquitude, interseccionalidade e pensamento de(s)colonial. Os resultados apontam para a possibilidade de construção de rizomas com os processos de militância, na luta; a presença constante do racismo e do machismo, em processos necropolíticos junto ao campo dos direitos humanos, a serem denunciados, bem como a necessidade de incidência sobre os problemas estruturais. Confirmou-se que, mesmo com uma democracia ameaçada, de baixa intensidade, é nela que se constituem processos de subjetivação e tramas do saber-poder. Para o futuro, fica a importância de registrar e historicizar os processos de subjetivação das lutas em DH, estimulando novos rizomas a partir das lutas e outras ações, quiçá a efetivação da igualdade e do direito da humanidade à democracia.

Palavras-chave: direitos humanos, gênero, subjetividade, resistência

Abstract

This thesis addresses the threats, resistance, and protection of women recognized as human rights activists in the state of Ceará. Three of these women are under protection due to attacks related to their advocacy for feminist causes, traditional peoples, and criminal justice. Using the cartographic method, case studies were conducted on the journeys of these three activists and the author herself, a psychologist working in the public policy field. The aim was to map these experiences of struggle, analyze threats in the human rights field, and the challenges of protection of these women. The study encompasses the understanding of the Brazilian social context, analysis of subjective experiences and threats to the human rights field, and the challenges of protection of these people. Concepts from Social Psychology contextualized contemporary transdisciplinary dialogues in this field with feminisms, racism, whiteness, intersectionality, and decolonial thinking. The results indicate the possibility of building rhizomes with militant processes, the need to address the structural problems and the constant presence of racism and sexism in necropolitical processes within the human rights field. It was confirmed that, even with a threatened, low-intensity democracy, it is within it that processes of subjectivation and knowledge-power structures are formed. For the future, it is crucial to record and historicize the processes of subjectivation in human rights struggles, stimulating new rhizomes from these struggles and other actions, perhaps achieving equality and the right to democracy.

Keywords: human rights, gender, subjectivity, resistance

Resumen

Esta tesis aborda las amenazas, resistencia y protección de mujeres reconocidas como defensoras de derechos humanos (DH) en el estado de Ceará, tres de ellas protegidas por atentados contra sus vidas considerando la defensa de causas feministas, de pueblos tradicionales y de la justicia penal, respectivamente. Utilizando el método cartográfico, se realizaron estudios de caso con las tres defensoras entrevistadas sobre sus trayectorias de lucha, y con la propia autora, como psicóloga que trabaja en políticas públicas. El objetivo fue mapear estas experiencias de lucha, analizando amenazas en el ámbito de los derechos humanos y los desafíos de protección de estas mujeres. El estudio abarca la comprensión del contexto social brasileño, el análisis de experiencias subjetivas y amenazas al campo de los derechos humanos y los desafíos de su protección de estas personas. Conceptos de la Psicología Social contextualizaron los diálogos transdisciplinarios contemporáneos en este campo con los feminismos, el racismo, la blanquitud, la interseccionalidad y el pensamiento de(s)colonial. Los resultados apuntan a la posibilidad de construir rizomas con los procesos de militancia, en la lucha; la presencia constante del racismo y del machismo, en procesos necropolíticos en el ámbito de los derechos humanos, que deben ser denunciados, así como la necesidad de incidir en problemas estructurales. Se confirmó que, incluso con una democracia amenazada y de baja intensidad, es en ella donde se constituyen los procesos de subjetivación y las redes de conocimiento-poder. Para el futuro, es importante registrar e historizar los procesos de subjetivación de las luchas en DH, estimulando nuevos rizomas de las luchas y otras acciones, tal vez la realización de la igualdad y el derecho de la humanidad a la democracia.

Palabras clave: derechos humanos, género, subjetividad, resistencia

Lista de Figuras

Figura 1

Orçamento Participativo e Plenária de Saúde 97

Figura 2

Blog da Lola: Escreva, Lola, Escreva 149

Figura 3

Blog da Lola, comemoração 15 anos 191

Figura 4

Terras Indígenas da Etnia Tremembé no Ceará 195

Figura 5

Território Tremembé da Barra do Mundaú 196

Figura 6

Mapa do Litoral Oeste do Ceará 196

Figura 7

Jovem Adriana e espiritualidade 215

Figura 8

Universo Indígena - Povos da Floresta 246

Figura 9

Carta das Mães 281

Figura 10

Jovens assassinados no Ceará 264

Figura 11

Lute como uma mãe 297

Figura 12

Pelo desencarceramento 304

Sumário

Introdução	11
Tecendo o Problema de Pesquisa desde a Trajetória Pessoal	12
Reconhecendo o Campo de Pesquisa na Institucionalidade	17
De como o Contexto Social no Brasil me Convoca a pensar o Problema de Pesquisa ..	19
De Onde Parto e o Que Objetivo?	33
Metodologia: Explicitando os Caminhos Traçados	42
Delineamento Qualitativo a partir de Estudos de Caso: a escuta das trajetórias e experiências de defensoras de direitos humanos	43
O Campo Problemático: Território Existencial (da ameaça e da proteção)	49
Lócus de Investigação: Vislumbrando a Realidade desde o Ceará	51
As Mulheres Defensoras de Direitos Humanos Protagonistas desta Pesquisa	54
<i>O caminho da escolha das Participantes na pesquisa</i>	<i>55</i>
<i>Lola Aronovich</i>	<i>56</i>
<i>Adriana Tremembé</i>	<i>61</i>
<i>Alessandra Felix</i>	<i>64</i>
Entrevistas Narrativas: estratégias e desafios na escuta das Defensoras	68
Histórias e trajetórias com a Psicologia: quando o lugar de defensora de direitos humanos se encontra com o de pesquisadora e trabalhadora do campo dos Direitos Humanos	72
Contradições e superações na vida profissional e na Academia	73
Contexto pós ditatorial e Neoliberal: o mundo do trabalho	77
Participação, Controle Social e Democracia (Trajetória desde Porto Alegre)	91
O Ceará como <i>lócus</i> de atuação: Segurança e Democracia (vivemos qual Democracia?)	102
Retrocesso Político no País e temas atravessados: Justiça, Sistema Prisional, Cidadania e Direitos Humanos	112
<i>Prevenção e Combate à Tortura</i>	<i>117</i>

<i>Justiça e Sistema Prisional</i>	121
A psicologia crítica que nos conduz - Doutorado à vista	128
O Campo dos Direitos Humanos no Ceará: Narrativas de Defensoras sobre suas trajetórias de luta, conquistas e ameaças vivenciadas	133
Lola, a ingrata com o Patriarcado: Violência de Gênero e Crimes Cibernéticos	135
<i>Trajetórias pessoais, escolhas profissionais</i>	141
<i>Controvérsias teórico-práticas e a política</i>	148
<i>O crime na Internet: misoginia cibernética</i>	158
<i>Sem brincadeiras</i>	164
<i>Sistemáticas ameaças e Proteção</i>	168
Liderança indígena Adriana Tremembé: Movimentos de Resistência das Mulheres ...	178
<i>Ataques contemporâneos</i>	184
<i>Mulheres Tremembé na liderança</i>	196
<i>Terra, Território, Tradição e Celebração</i>	199
<i>Tradição e Continuidade</i>	208
<i>Povo Tremembé e a história ancestral do genocídio dos povos indígenas</i>	211
<i>Colonialidade do Poder e Povos Tradicionais em atenção - naturalização da dominação</i>	217
<i>Devastação Contemporânea, relações com o Estado e Mobilização-Resistência</i>	221
Alessandra Felix: Vozes do Cárcere	231
<i>Trajetórias pessoais e caminhos sustentados: da adolescente à jovem pedagoga</i>	236
<i>Adoção e vida que segue: caminhos do cárcere</i>	239
<i>Crise no Sistema Socioeducativo: Tortura, mobilização de coletivos e engajamento</i>	251
<i>Ameaça à militância, ao movimento e à dupla mãe-filho</i>	277
E a Pandemia neste circuito? Fascismo e Agravos aos Direitos Humanos	288
<i>Ataques cibernéticos na Pandemia</i>	291
<i>Barreiras sanitárias na Pandemia: luta e resistência indígena</i>	293
<i>Privados de Liberdade e privados de visitas na Pandemia</i>	295

<i>Os direitos humanos foram negligenciados no Brasil desde o início da pandemia da Covid-19</i>	297
O Programa de Proteção na vivência das Defensoras	298
Origens do Programa: Ditadura e Democracia - os Direitos Humanos no entre regimes: (sem) garantir Direitos e Proteção ao mesmo tempo	301
Referências Internacionais e sua História no Brasil	309
O Programa de Proteção em Pauta no Brasil e no Ceará	313
Considerações Finais	336
Referências	380

Introdução

Esta pesquisa tem foco em trajetórias de ameaça, resistência e proteção de mulheres militantes das causas dos direitos humanos no Ceará, ameaçadas de morte em função de seu ativismo e protegidas pelo Programa Estadual de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Em um contexto muito recente em que tivemos em xeque as bases democráticas tão desejadas e tão sistematicamente ameaçadas no país, acompanhadas de níveis ascendentes de desigualdade social, violência e ataques aos direitos humanos, quando aumentaram e aprofundaram-se a ameaça e a morte de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.

Este contexto se estende ao período desde o impedimento político de Dilma Rousseff (*impeachment*), ou Golpe¹, em 2016, até o final do governo de Jair Bolsonaro na Presidência do país, entre 2019 e 2022. Através de um grande acordo político, o vice-presidente foi alçado ao poder, inclusive dando as bases ao que Robson Vilalba (2021) chama de “precipício bolsonarista”. Devidamente preparado, principalmente desde este Golpe, em quatro anos, o governo de viés autoritário, reuniu um conjunto incomparável de ações para o desmonte das políticas públicas. A unanimidade das análises indicam retrocessos em todas as áreas, conforme vê-se ao longo da tese, da cultura à economia, agravando em muito a desigualdade social, restringindo a cidadania e os direitos aos “cidadãos de bem” e oferecendo um misto de autoritarismo com desmonte da proteção social.

O período resgatado na abordagem inicial do problema de pesquisa é o começo da minha vida profissional e ao mesmo tempo a luta democrática no país pós ditadura civil militar no

¹ O golpe se refere ao acordo das classes dominantes - elite econômica, mídia e Congresso - e setores do aparelho do Estado - Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e Forças Armadas, que retiraram o apoio do governo federal e das políticas básicas adotadas por Dilma Rousseff, governante do Partido dos Trabalhadores em seu segundo mandato, e consertaram o *impeachment* em 2016.

Brasil (1964-1985), coincidentes, resgatando minha trajetória na Psicologia, que desenha um percurso próprio no campo dos Direitos Humanos, e o contexto social e político, que tem direta relação com o tema.

Em seguida, propus-me a escutar e analisar as lutas, ameaças, conquistas e desafios enfrentados pelas Defensoras de Direitos Humanos protegidas no estado do Ceará e dialogar com essas experiências narradas por elas a partir de suas trajetórias, em interlocução com a minha própria, relatada aqui, já que, além de pesquisadora, me reconheço como defensora de direitos humanos, inserida em espaços institucionais dedicados a isso, vislumbrando a situação heterogênea da luta, das ameaças e da proteção no campo dos Direitos Humanos no Ceará e no Brasil, analisando também os principais desafios postos.

Assim, na condição de mulher atuante na área dos Direitos Humanos, sinto-me convocada a pensar esta problemática a partir da minha caminhada e das movimentações institucionais nesse campo, buscando nas trajetórias das mulheres que acompanho, de forma transversal, compreensão ampliada sobre o plano coletivo das forças que tecem este campo da defesa de Direitos Humanos.

Tecendo o Problema de Pesquisa desde a Trajetória Pessoal

Começo o estudo ultrapassando um olhar individualizante e deslizo para as histórias de luta e de resistência das Defensoras de Direitos Humanos no país, percebendo como os processos de subjetivação entrelaçam essas trajetórias singulares com planos coletivos de forças que as constituem e forjam a história de nosso país, até chegar neste contexto em que vivemos. Assim, sob inspiração da cartografia, busco posicionar minha trajetória e a das Defensoras que participaram do estudo, totalizando quatro análises cartográficas, três delas com entrevistas.

No Ceará, atuando na gestão intersetorial dos Programas de Proteção geridos pelo Estado, desde o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - Provita, passando pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM e no Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos - PPDDH, até a inserção na articulação e gestão do Sistema Estadual de Proteção a Pessoas e criação do Programa de Proteção Provisória, PPPRO, fui tecendo a compreensão sobre a delicadeza dos cuidados frente a ameaças e sobre o que significa e caracteriza uma medida de proteção em caráter de exceção nas rotinas das políticas públicas frente à especificidade da proteção. O modelo da assistência e de políticas sociais, tão arduamente conquistado no país e ainda em disputa, e que tantas vezes constatamos não dar conta das necessidades básicas da população, é ainda menos suficiente para esta proteção diferenciada. As pessoas ameaçadas de morte muitas vezes não conseguem ser cuidadas pelas políticas sociais e pelo modelo da atenção universal, cujos procedimentos podem representar risco². A dificuldade em fazê-lo, a fim de acolher as especificidades da proteção e articular estas demandas diferenciadas de forma interdisciplinar e intersetorial, estruturando uma proteção que se pretende efetiva, desafiaram e desafiam profundamente tudo o que eu entendo do necessário trabalho das políticas sociais de inclusão. E questionaram de forma muito enfática a leitura da universalidade dos direitos e da atenção, salientando a relevante equidade a ser produzida nesta tessitura.

O que se dirá então da mesma repercussão e diferenciação baseadas nas necessidades de costura da proteção nas políticas públicas na área da segurança pública, que se coloca como mais um desafio, talvez o maior, posto que imbricado nas contradições de quem protege e de quem é

² A proteção implica muito seguidamente em não ter a possibilidade de esperar em uma fila, em uma sala de espera, de identificar-se através de CPF e endereço, como orienta o modelo universal e transparente, demandando caminhos resguardados por sigilo e desvios nos fluxos definidos, a fim de garantir a proteção.

protegido, de quem ameaça e mata e de quem é criminalizado em nosso país? E, mais uma vez, nos estudos e na vivência prática, frente à crônica ausência de uma política de segurança pública para um efetivo Estado Democrático no Brasil. Assim, as políticas públicas de segurança tradicionais não dão conta de atender as pessoas ameaçadas de morte, as defensoras, neste caso. Muitas vezes são elas que as ameaçam.

Desafiada em mais este tema, como gestora e como psicóloga, retomo minhas reflexões sobre as políticas de segurança e sobre a defesa dos direitos humanos, suas possíveis conexões, mas principalmente suas contradições. Volto aqui necessariamente ao capítulo “segurança pública com cidadania”, ao período de formulação em especialização e mestrado e às práticas profissionais desta e de outras épocas. Encontro nexos mais uma vez no debate sobre a história e o contexto: falamos muito em democracia, no mundo acadêmico e no mundo político, falamos sobre qual modelo e que práticas ainda queremos obter para que esta tal democracia esteja posta para o desfrute e o bem viver de todos. Conforme faixa de campanha que dá o melhor recado, e necessário, muito recentemente, no Acampamento Terra Livre indígena 2023, em Brasília, “Sem demarcação não há democracia”. E sem redução de homicídios, de morte de Defensores e Defensoras, do preconceito e do racismo, sem o fim do feminicídio, não há mesmo democracia. Junto às reflexões sobre as políticas públicas, me aproximei de mulheres protegidas, de suas necessidades na proteção e de suas trajetórias de luta e resistência, e percebi muitos aspectos comuns na construção de valores, crenças e significados destes trajetos na vida e na experiência, delas e minha, e, ainda que com muitas diferenças, vislumbrei uma possibilidade política de construção coletiva, na perspectiva da mudança de uma realidade social que demanda análise e intervenção diferenciadas. Somos, em graus diferentes, mulheres militantes pela causa dos direitos humanos: as Defensoras, ameaçadas em suas práticas de reivindicação, proposição e atos

pela mudança, justamente pelo que representam de risco e de possibilidade de mudança junto às forças majoritárias, oferecendo ameaça ao *status quo* e ao poder instituído.

Detectei que muitas vezes em que fiz da minha trajetória uma tentativa de mudar o mundo, para além de revisões pessoais, mas em concepções e proposições de gestão que flertavam com os necessários questionamentos, ameacei mais sistemática e veementemente o sistema vigente e fui seguidamente confrontada na minha militância. Mas, inserida na gestão da política pública, formada em nível superior, frequentemente sendo chamada de doutora, embora recém aqui pleiteio esta qualificação, fazendo uso das prerrogativas que me são dadas nesta tarefa institucional, a ameaça provavelmente seria mais branda e sempre o foi. Um assédio, uma advertência ou uma demissão a uma mulher branca, consultora oriunda do sul do país, próxima a lideranças políticas influentes, e por tudo isto beneficiada estrutural e institucionalmente, seriam menos prováveis e isto passou a se transformar em crachá, passe para ousar, insistir, e seguir lidando com a proteção excepcional necessária a estas Defensoras, entre outras tarefas que considero militantes, mas que representam mesmo menos ameaça neste universo de uma proteção em vigor, oriunda do privilégio ancestral já citado, o que nos diferencia. Refiro-me aqui à “naturalização de uma identidade única, como referência de humanidade - a hegemonia da supremacia racial branca” (p.23), como descreve Maria Aparecida Bento, no prefácio de Shucman (2020), explicitando o pacto narcísico que sustenta a negação do racismo, que se atualiza na sociedade contemporânea. Bento (2022) desenvolve a noção do pacto da branquitude e apresenta extensa pauta sobre este lugar engendrado socialmente que traz até nossos dias diferenças abissais não superáveis tão facilmente, quando se constata a diferença do valor do trabalho - Bento cita os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que registram que, em 2019, a população negra trabalhou mais e

ganhou menos em todos os estados do Brasil, em torno de 30%, principalmente as mulheres, “que [ainda] trabalham quase o dobro do tempo para obter o salário de um homem branco” (p.32).

Na pesquisa, refletindo desde minha própria trajetória e sobre aquelas conhecidas através da relação com as Defensoras, busquei compreender estas diferenças desde os lugares em que reconheço a luta das Defensoras, muitas vezes não-lugares, invisíveis e silenciados, disfarçados e superficializados, que precisamos perceber, mas que provavelmente reforçamos, tal qual o fazemos com o racismo, que (re)produzimos. Não é possível esquecer que a classe dominante no Brasil se cria, afinal, às custas dos escravizados, “motor da economia da metrópole e da colônia”, sendo o tráfico o negócio mais importante do país no começo do século XIX, como Bento segue analisando na mesma obra (2022, p. 32). E também não esqueço que descendo de grupos europeus muito bem-vindos ao nosso país, subsidiados e acolhidos sob proteção, logo depois da abolição da escravatura, em que negros e indígenas foram defenestrados por decreto e na prática cruel que é cultivada até os nossos dias³.

Nesta conjuntura, encontro-me implicada na trajetória abordada com a problemática das Defensoras de Direitos Humanos ameaçadas pela sua militância e, identificando as fragilidades e os desafios dos processos relacionados, entendo a necessidade da pesquisa cartográfica que ora empreendo: uma pesquisa que não se descole da inter(in)venção do campo investigado e que enfoque suas processualidades, as forças coletivas que constituem tais processos, os efeitos de subjetivação que tramas de saber-poder em nosso contexto histórico produzem, a partir do mergulho na experiência de mulheres que dedicam suas trajetórias à luta por Direitos Humanos.

³ Cida Bento (2022) registra o decreto de imigração de 1890 que indica e delimita este tratamento somente a imigrantes europeus, dando concretude ao pacto narcísico referenciado.

Reconhecendo o Campo de Pesquisa na Institucionalidade

Com a criação do Sistema Estadual de Proteção a Pessoas Ameaçadas — SEPP⁴— no âmbito do Governo do Estado do Ceará (Ceará, 2019) depois de participar de sua elaboração e implementação, passei a atuar na sua articulação, quando integrava os trabalhos do Comitê correlato de Proteção a Pessoas, junto com todos os Programas de Proteção vigentes⁵, em gestão intersetorial. Com maior contato junto aos Programas de Proteção e aos Centros de Referência especializados⁶ existentes no estado do Ceará, tive a oportunidade de conhecer e analisar com mais detalhes as situações de ameaça e encaminhar soluções integradas, estruturar planos específicos de proteção e monitorar as situações de ameaça, me deparando com a constatação, no cotidiano, da complexidade dos casos atendidos, percebendo com mais nitidez a fragilidade da política pública, tanto emergencial quanto sistemática, frente a ameaças de toda ordem, e com a necessidade de tratar do assunto, construir pontes, entender a luta pelos direitos e prever proteção frente a estas ameaças.

Assim, desde minha inserção institucional, reconheço o campo da pesquisa e essa inserção me convoca, sendo necessário, e, agora possível, este trabalho de pesquisa, para mais uma vez constituir novos olhares, especificamente a respeito de cada caminhada, das ameaças recebidas contemporaneamente no país e sobre a proteção que se constitui desde os Programas de Proteção a pessoas ameaçadas de morte no estado do Ceará. Em um estado que muitas vezes,

⁴ Lei Estadual nº 16.962/2019, que dispõe sobre a criação do sistema estadual de proteção a pessoas do estado do Ceará – SEPP.

⁵ Os Programas de Proteção a Pessoas atualmente vigente são: Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará - Provita/CE; Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos – PEPDDH/CE; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM/CE; e Programa de Proteção Provisória - PPPRO, este último só estadual, não associado à parceria federal.

⁶ Centro de Referência e de Apoio à Vítima de Violência - CRAVV, disposto pela Lei nº 14.215/2008 e o Centro de Referência em Direitos Humanos, este último previsto na lei que estrutura a atual Secretaria dos Direitos Humanos, como órgão de execução programática (Lei 18310/2023).

contraditoriamente, se coloca como violador e protetor. Uma herança comum àquela de nosso país, a ser mais bem compreendida, mas que envolve elementos de omissão, criminalização da sociedade civil, conivência e parcialidade de diversas autoridades frente a conflitos. Esta compreensão passa necessariamente pelo reconhecimento do racismo estrutural, do pacto narcísico que sustenta a branquitude e da origem dos cuidados da segurança com o *status quo* e manutenção de privilégios e do patrimônio privado à revelia dos direitos, na grande maioria dos casos.

Mesmo assim, entre fios de cuidados e estratégia, é tecida a proteção à pessoa ameaçada de morte, com ou sem seus familiares, envolvendo as redes partícipes e muita articulação. Fazem parte importante destas medidas diversos recursos, como a segurança pessoal e a proteção de dados, adotando-se, desde a orientação para a autoproteção, até estratégias diversas de comunicação, monitoramento ou deslocamento de pessoas, providências das diversas áreas integrantes do processo, conforme análise prévia de órgãos do executivo como segurança, saúde, assistência social e educação, bem como da defensoria pública estadual e da união, do ministério público estadual e federal, órgãos de justiça e representações da sociedade civil, através de medidas e passos delineados em manuais de procedimentos de cada programa e com a deliberação em colegiados intersetoriais, sempre em caráter sigiloso. São definidas e encaminhadas ações para a proteção desde a política pública, sempre que possível, sendo utilizadas pactuações em diversos âmbitos, com uma confiança recíproca a ser conquistada e com uma aposta na esperança de novos tempos sem tantos riscos ou sobressaltos, inclusive na direção do controle e da defesa da ordem democrática, o que sempre está em jogo, mais perto ou mais distanciado do Estado de direito. As redes local e nacional funcionam intercomunicando-se em permutas e traslados federalizados, em verdadeiras táticas de guerra, transformando os

partícipes - defensoras e defensores de direitos humanos e demais envolvidos - em integrantes de uma viagem única na sua própria garantia de direitos. Ao mesmo tempo, não se identifica toda esta estratégia nas consolidações legais e específicas da assistência, da saúde ou da segurança, nas normativas que nos regem no país neste Estado democrático de direito. Muitas vezes, quase à revelia da lei, o Estado protege pessoas ameaçadas mas mantém dificultadas as regras de acesso continuado à proteção, contraditoriamente. A criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos que se esforçam por defender direitos, repercute de forma desmobilizadora e incapacitante para sua luta, fenômeno que incide negativamente sobre a subjetividade destes atores sociais, implicando ainda na deslegitimação da luta e na sua estigmatização. (Oliveira, 2019).

De como o Contexto Social no Brasil me convoca a pensar o Problema de Pesquisa

Nosso país ainda vive uma contradição grave a respeito da situação política e de perseguições a defensoras e defensores de direitos humanos. De acordo com Lago (2020), temos os resultados decorrentes de evoluções civilizatórias estampadas em legislações e políticas públicas, alcançando até diretrizes educacionais, em algumas áreas, mas padrões culturais e valores que ainda reproduzem e cultivam o machismo, o racismo, a homofobia, o moralismo e o autoritarismo.

Muitas pessoas se calam por prevenção às sanções que foram estabelecidas no último século, evolução de uma política de Direitos Humanos que se estruturou até então, mas se revelam afinal nas manifestações irresponsáveis, racistas e fascistas na rede mundial de computadores, nas escolhas de representações políticas que por sua vez instalaram mandatos frágeis e inconsequentes e mesmo reafirmaram em 2022 um voto espúrio que já haviam feito nas

eleições de 2018, que quase levou ao segundo mandato o autor das mais tenebrosas transações⁷ do último período de governo da união, tão recente ainda, de um gestor presidente que teve como prática regular o desmonte de conquistas de décadas e a naturalização no cotidiano da expressão social mais preconceituosa. Que decidiu pela inutilidade da ciência, desprezo aos direitos, à saúde e aos poderes de diferenciadas instâncias, do poder popular à esfera internacional. E que constituiu ataque ao estado social pretendido e ao ambiente preservado, que restou mais ameaçado e destruído.

Quanto ao comportamento social, a análise do autor (Lago, 2020) aponta para uma repressão que se liberta no cidadão médio que votou massivamente neste (des)governante recente (2019-2022), que vinha sobrevivendo com este tal desprezo silencioso e internalizado, temendo a punição decorrente de algum flagrante. Passivo deixado ainda como ameaça, peso e responsabilidade de reversão ao recente governante eleito em 2022, para gerir o período inicial de 2023 a 2026, em mais uma tentativa de honrar e garantir a democracia que, esperamos, possa vingar. Democracia, temos? frágil, plena? *Fake*? É uma das discussões que me trazem até aqui.

Neste contexto, o Brasil desponta com o segundo lugar entre os países no mundo que mais matam defensores e defensoras de direitos humanos de forma crescente⁸ e até 2023, perde apenas para a Colômbia. Da mesma forma, os dados de relatório da ONU Mulheres Brasil (2021) apontam ataques e ameaças sistemáticos à defensoras, que sofrem historicamente violência, cujas causas “remontam não apenas aos interesses conflitantes em relação às mais diversas pautas em

⁷ Tenebrosas transações fazendo referência à letra de música de Chico Buarque de Holanda se referindo ao período da Ditadura Militar e a corrupção e sequestro de direitos à época.

⁸ Conforme Relatório de 2021 da Relatora Especial da ONU sobre a situação, entre os anos de 2015 e 2019, 1.323 defensoras e defensores de direitos humanos foram assassinados em todo o mundo, sendo 174 brasileiras e brasileiros. Dados apresentados também pelo representante do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Jarab, em Audiência Pública na Câmara Federal de Deputados em setembro de 2021, disponível em <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/62924>.

que atuam, mas também ao desvio em relação aos papéis e expectativas sociais tradicionalmente reservados às mulheres”(p.11).

A defesa e a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos são imprescindíveis para tentar garantir e ampliar a democracia e oferecer uma vida digna para todas as pessoas. Como se associam dados de mortes violentas e as ameaças de morte? Quem é ameaçado no estado? Quem morre sem aviso - em genocídios, homicídios referidos -, nem consegue passar pela possibilidade de proteção por ameaça. Muitos morrem antes. Como podemos mudar este quadro? Podemos? E ainda, sob um recente contexto pandêmico, estaríamos em piores condições de ameaça? As defensoras de direitos humanos estão mais ameaçadas neste contexto? São perguntas que se colocam ao desdobrar-se a temática da proteção de defensoras e defensores de direitos humanos no Ceará e no Brasil. Como afirmam entidades de peso sobre o tema dos Direitos Humanos, nunca esteve tão ruim a situação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (Terra de Direitos e Justiça Global, 2021).

Ainda pouco tem sido produzido, do ponto de vista acadêmico, no Estado do Ceará, a respeito deste tema, apesar da efetividade e consistência das formulações das Universidades e das organizações não governamentais nacionais e internacionais, muito importantes para a compreensão de cada tempo histórico e necessárias para incidir sobre as ameaças que se colocam na contemporaneidade.

Nesse sentido, aponto a relevância desta tese quando questiono como está no Ceará a capacidade de articulação e proteção de Direitos Humanos frente a esta avaliação trazida pelas organizações da sociedade civil nacionais. Estamos em nosso pior momento? Há disponibilidade de material técnico e acadêmico sobre as lutas de Direitos Humanos no Brasil e no mundo,

formulações do direito internacional e sobre normativas e lutas específicas, constituindo acervos interessantes e necessários para a pesquisa. No entanto, não são sistematizadas, divulgadas e explícitas as ameaças e as resistências no estado do Ceará, que adere à proposição da proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos cofinanciada pelo governo federal praticamente desde sua criação. Existem denúncias e informações vinculadas a cada segmento e a cada luta, mas análises integradas sobre a defesa de Direitos Humanos e seus protagonismos não estão sistematizadas para o Ceará e poderiam obter mais visibilidade e a chance de aumentar a incidência do estado na sua resolução. Faz-se necessário conhecer esta situação. O estudo sobre a luta de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, as ameaças e os ataques perpetrados sobre eles e a proteção que se propõe no estado pode se somar a outros já desenvolvidos em nível nacional a fim de auxiliar na compreensão do atual contexto social brasileiro.

A análise que tem se produzido desde as instâncias nacionais e internacionais sobre a realidade de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos inseridos ou não em programas de proteção governamentais de forma geral indica retrocesso, preocupação com o aumento da violência e necessidade de ações e resoluções que permitam reduzir a ameaça e a morte (Terra de Direitos e Justiça Global, 2021; ONU Mulheres Brasil, 2021; Justiça Global & Terra de Direitos, 2021; Human Rights Watch - HRW, 2024). Na análise de Justiça Global e Terra de Direitos (2021), que indica que temos no Brasil o pior momento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, no relatório que se denomina “O começo do fim?” em alusão a este quadro, temos, mais do que nunca, os ataques às populações

vulnerabilizadas que encontraram lastro no desmonte das políticas públicas do governo

Bolsonaro (2019-2022)⁹:

No momento em que o Brasil ocupa o quarto lugar em ranking global de assassinatos de defensores e defensoras de direitos humanos, o desmatamento na Amazônia brasileira é o maior em quinze anos e vivemos a pandemia de Covid-19, que demanda políticas públicas urgentes e específicas, tramitam, no Congresso Nacional, com apoio do governo federal, propostas legislativas restritivas de processos de demarcação de terras indígenas e permissivas para que o setor privado explore e se aproprie de territórios indígenas e de terras destinadas à reforma agrária. Também são empreendidas inúmeras outras ações e políticas violadoras de direitos de quilombolas, LGBTQIAP+, mulheres, crianças e adolescentes, dentre tantos outros sujeitos. (Terra de Direitos; Justiça Global, 2021, p.04).

O desmonte das políticas de proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil foi denunciado através do relatório citado, em que são caracterizados os principais problemas do Programa Nacional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, pontuando uma mínima execução orçamentária, principalmente a partir de 2016; a baixa institucionalização, já que a previsão legal se estende há quase vinte anos de sua criação, sem sucesso; a falta de participação social e transparência, apesar de ter sido criado seu conselho

⁹ Nesta tese evitei fazer referência ao nome do presidente do país no período entre 2019 e 2022, repercutindo ainda prática adotada na campanha das eleições em 2018, em que este uso poderia dar mais crédito e presença virtual ao candidato de ultradireita, em tempos de intensa e massiva mídia digital e influenciamento, e favorecê-lo, já que analiso este tema no processo mesmo da tese, quando abordo a vida com e no mundo virtual que a Defensora de Direitos Humanos Lola enfrenta e vivencia. Ao mesmo tempo, esta posição de não utilização ganhou corpo e alma através da composição e *performance* da forte canção "Hino" ao Inominável, composta por Carlos Renó (letra) e Chico Brown e Pedro Luis (música), feita "para lembrar para sempre do pior dos piores dos mandatários de nosso país". Com 202 versos e duração de 13 minutos, a canção-manifesto foi lançada em 2022. Criada pelo Coletivo Bijari, traz declarações polêmicas do ex-presidente brasileiro, abordando temas como ditadura, autoritarismo, racismo, machismo e destruição ambiental, temas desta tese. "Hino" ao Inominável (youtube.com) pode ser encontrado em: <https://www.youtube.com/watch?v=OuQKqWicF1U>

deliberativo, mas a paridade com a sociedade civil não ter sido contemplada; problemas de estrutura e equipes para atendimento das demandas, piorados pela demora, insuficiência e inadequação das medidas indicadas, ressaltando ainda as dificuldades para atender com profundidade as especificidades de raça e gênero das Defensoras e Defensores, em um contexto de insegurança de gestão. São elementos que embasam o debate nacional e servem de referência para a compreensão do quadro no Ceará.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos esteve no Brasil em 2018 e pode verificar a situação de violação dos Direitos Humanos, emitindo relatório consistente (CIDH, 2021) e apresentando diversas recomendações para que o sistema de promoção e proteção dos direitos se consolide no Brasil. O relatório destaca desafios a serem enfrentados, como a discriminação estrutural associada à pobreza extrema e exclusão social que ainda imperam, repercutindo fortemente sobre grupos específicos: Pessoas afrodescendentes, mulheres, indígenas, quilombolas e povos do campo e da cidade: camponeses e trabalhadores rurais, pessoas em situação de rua e moradores de periferias. Impactando estas populações de forma cíclica e as expondo à toda forma de violência. E se mostra rico em detalhes, salientando o racismo e a impunidade institucional decorrentes, nas palavras da própria imprensa oficial que sintetiza o material produzido:

Para a CIDH, as políticas de segurança usam práticas de perfilamento racial que colocam as pessoas afrodescendentes e residentes de bairros periféricos em maior risco de serem detidas e sofrerem tratamentos arbitrários por agentes policiais. Tal política possui particular reflexo nos espaços de privação de liberdade, que muitas vezes estão superlotados e acabam se tornando ambientes institucionais tolerantes à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. É o caso de presídios, unidades

socioeducativas e comunidades terapêuticas.(...) A Comissão toma nota do alto nível de impunidade nos casos de violência institucional, os quais, em sua maioria, não têm proporcionado avanços nas investigações, condenações e reparações das vítimas por parte do sistema de justiça. Apesar de suas diferenças, o estado de impunidade que cerca os atuais casos de violência institucional pode ser comparado ao que se observa em relação aos crimes ocorridos durante o período da ditadura cívico-militar no Brasil. (OEA/CIDH, 2021, s/p.)

Mantém-se os assassinatos, com chamamento da CIDH para a adoção de medidas urgentes a fim de garantir a proteção de Defensoras e Defensores: no Brasil, no último quadrimestre de 2022, foram registrados 8 assassinatos de pessoas defensoras, segundo informações do Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos (EACNUDH, 2023).

Em um contexto de violência exacerbada, o Ceará se encontra na dianteira também em números de homicídios de adolescentes. De mulheres. De pessoas transexuais e travestis. De super encarceramento e prisões provisórias, principalmente de jovens e negros¹⁰. Quais os elementos institucionais que se colocam para uma crítica e revisão destas situações? É possível?

¹⁰ O Ceará esteve em quinto lugar no país em homicídios em 2022, apesar da redução gradual da violência em 18% considerando o ano anterior (Monitor da Violência/G1, 2022). Em 2018, a morte de mulheres, uma a cada duas horas no Brasil, de acordo com Cerqueira (2020), aparece aumentada no Ceará, em uma ordem de 26,4%. Os negros representaram 76,7% das vítimas de homicídio em 2018. Entre as mulheres, da mesma forma, as mulheres negras perfazem 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil. Em 2019, conforme Cerqueira (2021), temos que eram negros 77% das vítimas de homicídio, confirmando dados da última década, entre 2009 e 2019, de que também a diminuição das taxas de homicídio de negros é superior em 50% daquelas relacionadas aos não negros. No tocante a mortes letais intencionais de crianças e adolescentes, em 2020 o Ceará alcançou o índice de maior taxa de mortes violentas do país (mais de 46 mortes por 100 mil habitantes de 10 a 19 anos, conforme estudos integrados entre UNICEF e FBSP, 2021), além dos dados de violência letal contra meninas, mas recentemente (2020, Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios). Ainda, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, divulgou no primeiro trimestre de 2023 o Ceará como primeiro no ranking nacional de assassinato de pessoas trans. O Dossiê lançado recentemente informa esta posição do Brasil no mundo há 14 anos sucessivos. E o Ceará sempre ocupou posição entre os cinco estados que mais assassina pessoas trans no Brasil (2023, BENEVIDES).

Como se articulam estado e país na perspectiva da proteção? Existe articulação? Como o contexto nacional e o local se diferenciam e se aproximam?

O tema da violência vem sendo estudado e investigado por Universidades, instituições públicas e privadas e iniciativas integradas para a compreensão deste fenômeno em nosso país, assim como no Ceará. Homicídios, letalidade violenta, uso de armas de fogo, registros diferenciados dos dados, mudanças nas formas de coleta e registro e mesmo a precariedade dos mesmos, são elementos a serem verificados e exigem estudos aprofundados e tentativas de alcançar sua complexidade.

Em nível nacional, a partir de dados da mortalidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) desde 2014, surge o Atlas da Violência, fruto de parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), cruzando dados oriundos da Segurança Pública e publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹¹; desde 2017, frente a exacerbação de homicídios violentos, criou-se o Monitor da Violência, envolvendo parceria entre o G1 (Organizações Globo), o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para realizar a discussão da violência no país desde os dados jornalísticos e casuística produzida pela Globo com metodologia e análise acadêmica na construção de saídas para combater a violência¹², além da produção efetiva de instituições não governamentais dedicadas a estas análises à luz dos direitos humanos.

No Ceará, o fenômeno da violência tem sido estudado pelos laboratórios e grupos de pesquisa associados às universidades públicas, como o Laboratório de Estudos da Violência -

¹¹ Conforme Atlas da Violência, disponível em <https://forumseguranca.org.br>

¹² Conforme Monitor da Violência, disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>

LEV/UFC, o Laboratório Conflitualidades e Violência (Covio/UECE) e o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC), que pesquisam, dentre outras questões, as dinâmicas e os impactos da violência junto a adolescentes e jovens, abordando os modos de adoecimento e morte produzidos, o fenômeno da faccionalização, a ocorrência de chacinas e a privação da liberdade, as relações de poder da polícia, das milícias e do crime, e os impactos da violência na democracia, identificando o legado colonialista, a necropolítica e a vida precária, fartamente ilustradas na literatura produzida, que utilizam para analisar tempos de barbárie, em que as pessoas periféricas, negras e pobres são desconsideradas e em que a violência é naturalizada. (Barros, 2019; Barros et al., 2019; Benício et al., 2019; Paiva, 2019; Paiva et al., 2019; Freitas & Nascimento, 2019; Barros et al., 2018; Benício et al., 2018; Barros & Benício, 2017; Freitas & Paiva, 2016.).

Assim, estudos desenvolvidos pelo VIESES referem a necropolítica (Mbembe, 2018) como política de morte, sustentada pelo racismo, em que determinados sujeitos são criminalizados, notadamente aqueles subalternizados, advindos de territórios periféricos, que os situam como matáveis, tendo o racismo como base e princípio (Barros, 2019). Ao mesmo tempo, compreendem também os movimentos de resistência - re-existência, na leitura de Achinte (2017), frente às racionalidades e práticas necropolíticas, em que grupos humanos se reinventam de forma criativa, sustentando sua existência cotidianamente e afirmando a vida. Releva-se assim importante papel da Psicologia nestes contextos, que é o de identificar os efeitos psicossociais da violência e ao mesmo tempo apontar as possibilidades da reinvenção da vida que se desenvolvem nestes mesmos contextos (Barros et al, 2021).

Ainda, desde 2016, também se estrutura no Ceará importante iniciativa que foca o olhar nos homicídios de adolescentes - com o Comitê de Prevenção e Combate à Violência - que

começou sendo o Comitê Cearense Pela Prevenção De Homicídios Na Adolescência - Cada Vida Importa, buscando mapear os dados, estruturar uma leitura compreensiva e aprofundada e gerar evidências, além de formular recomendações ao estado, fomentando políticas públicas. Frente ao topo do *ranking* de homicídios na adolescência, tanto para o Ceará quanto para Fortaleza, o Comitê se encontra hoje como instância permanente vinculada à Assembleia Legislativa, produzindo dados e análises sobre a violência letal e intencional e monitorando estes dados sistematicamente. Chama a atenção a importância dos estudos realizados pelo Comitê, para além de números mais precisos sobre a violência, dando formato a um perfil dos jovens e adolescentes assassinados e ensejando a prevenção, propondo recomendações para sua proteção no Ceará. Muitos adolescentes mortos já estavam ameaçados e poderiam ter sido atendidos e protegidos pelo estado antes de sua morte, fazendo-se aqui a conexão com o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no estado, que tem como público atendido o mesmo grupo e contexto para os quais o estado precisa olhar: jovens moradores da periferia, instalados em assentamentos precários, expostos à alta disponibilidade de armas de fogo e ao acúmulo de vulnerabilidades sociais, em um processo gradual de abandono familiar e social, conforme o relatório final da pesquisa que dá base e início aos trabalhos (Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2016).

Sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos mortos ou ameaçados, existem graves denúncias e muito trabalho de instituições a serviço de sua proteção no estado. No Ceará, além de instituições não governamentais que têm a proteção dos direitos humanos na sua proposição, se destacam instituições organizadas por segmento, como a Frente Cearense da Mulher, o Fórum Cearense da Luta Antimanicomial, a Pastoral Carcerária, o Fórum Popular de Segurança Pública, o Fórum Cearense de Mulheres, assim como aquelas vinculadas ao Estado,

com funcionamento independente, como a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, os Escritórios de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Fortaleza e da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE, a Defensoria Pública da União - DPU, além da própria Rede Acolhe, programa criado pela DPGE para acolher pessoas vítimas de violência já em 2017. Todas estas instituições mantêm seu olhar para um ou mais grupos de pessoas defensoras de Direitos Humanos ameaçadas, envidando esforços para a compreensão do quadro geral de ataques e violações de Direitos, fazendo frente a este quadro, através de diversas iniciativas e em conjunto com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e dos colegiados dos Programas de Proteção, que processam denúncias e encaminham as ações de proteção, respectivamente.

Há estudos e lutas setoriais, há constantes embates e também denúncias, associadas a estas e outras diversas instâncias de defesa dos Direitos Humanos, mas, tendo em vista o quadro geral, que é complexo e extenso, pouco material se apresenta objetivamente para uma análise mais geral das ameaças contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Ceará. A ampla pesquisa citada acima indica que as instâncias de defesa dos direitos conseguem constituir formulações específicas frente a ameaças e ataques que acompanham, com isso embasam seu trabalho e intervêm de várias maneiras e de forma sistemática. Mas é necessário seguir investindo e impulsionando a formulação de relatórios locais e análises acadêmicas. Observa-se, assim, a necessidade de ampliar a produção e divulgação integrada de análises a respeito de ameaças, violação de direitos e mortes no estado do Ceará. Mesmo as mortes dão indícios de que pouco se investiga. Alternam-se as formas de registro, considerando o alto índice de mortes por causas desconhecidas e muitas vezes a investigação através de inquérito não se verifica, ficando

para trás, sem investigação¹³. Por este motivo a importância de trabalhos que procedam a esta investigação.

A partir das análises nacionais já referidas, sabe-se que a violência contra militantes de direitos humanos está há muito tempo presente, tornando-se cada vez mais complexa. O que revelam entidades de defesa de Direitos Humanos no estado, particularmente aquelas que se constituem como portas de entrada do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PPDDH), são demandas de atenção e proteção a pessoas, comunidades e coletivos frente a ataques oriundos majoritariamente de conflitos envolvendo interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais, constituindo conflitos de terra e território, predominantemente na zona costeira do Ceará¹⁴, com ameaças ao meio ambiente e a povos originários instalados naqueles territórios, além de conflitos urbanos e relacionados a facções criminosas, milícias e agentes estatais, em violações de direitos de toda ordem, em espaços públicos, privados, em instituições fechadas - como o sistema socioeducativo e o sistema prisional, revelando crimes de ameaça, tortura, homicídios, feminicídios e genocídios a pessoas, seus familiares e suas comunidades.

Agrava-se ainda mais a sensação de perigo e a ocorrência da violência em tempos de fascismo, em que representantes da sociedade parecem ter sede de vingança e frequentemente entendem que os direitos humanos devem ser reservados aos “humanos direitos”, isto é, em uma linguagem corrente maniqueista, àqueles que pagam suas contas com muito esforço e por isto,

¹³ Anúncios de “mortes não esclarecidas” são recorrentes no país: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/10/brasil-registra-mais-de-8-mil-mortes-de-causas-nao-esclarecidas-em-2018-revela-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica.ghtml>

¹⁴ Dados não coletados em documentos públicos, mas oriundos dos encontros com a gestão do Programa e na qualidade de integrante dessa gestão. Levantamento realizado pelo Conselho Deliberativo do Programa para fins de sua própria leitura, indica que mais de 50% das ameaças ocorrem na zona costeira do Ceará junto a povos tradicionais - indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

merecem mais do que outros. Os outros, sujeitos indignos de terem acesso aos Direitos Humanos, pois problemáticos, perigosos e ameaçadores, não contam como seres humanos, são produzidos por uma ordem colonial capitalista vigente e dominante. Cavalcante (2020) aborda o tema em importante pesquisa com jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional, trabalhando com a categoria “Humanos Indireitos” em contextos neoliberais, em que o Estado Social, protetivo, dá lugar ao Estado Punitivista, securitário, para resolver e garantir de forma conservadora a segurança ao patrimônio do “sujeito que paga suas contas”, enquanto invisibiliza o outro, incômodo, através do aprisionamento.

Assim, recrudescem violência, tortura, maus tratos, ameaça, supressão de direitos, discriminação, preconceitos e fobias sociais a pessoas que poderiam usufruir de tranquilidade de vivenciar sua condição - seja qual fosse, ainda são todos problemas graves pautados nos sucessivos planos de direitos humanos governamentais, em âmbito local e nacional, motivos de mobilização social e de disputas de narrativas, pois se constituem em pautas tônicas de nosso tempo. Graves violações de direitos seguem ocorrendo direcionadas para públicos que se mobilizam para garantir direitos, mesmo antes do recente cenário sinistro do executivo em âmbito nacional.

Direitos Humanos que aprendemos como a “panaceia civilizatória”, da qual nos fala Coimbra; Lobo & Nascimento (2008) que se torna direito reservado às elites, como construção social, como o é o direito de propriedade, por exemplo, enquanto pauperizados e marginalizados, não são considerados humanos, não se incluem na condição de sujeitos de direitos, não se enquadram em determinado modelo e parâmetro já histórico ao longo dos séculos.

A tortura é naturalizada tal qual as múltiplas opressões raciais abordadas anteriormente, negada sua dimensão atual e, como referem os autores o “paradoxo produzido pelo nosso mundo

dito civilizado” (p.90) que insiste em caracterizar um mundo em oposição à barbárie, herança entendida como já superada na história e que encobre todo o controle e a punição ainda hoje praticados. (Coimbra et al, 2008). Foucault (2008) descreve a sociedade disciplinar caracterizada por cessarem os suplícios e estabelecerem-se os modos disciplinares, tendo o sistema carcerário como seu instrumento de base, superando a vergonha e instituindo o poder normalizador, que se estende por toda a sociedade, em uma nova economia de poder.

Silva & Bicalho (2022) apontam a importância de uma atuação da Psicologia que faça frente à racionalidade necropolítica que se instala nas políticas públicas, reproduzindo o racismo estrutural que precisa ser mesmo combatido, de forma a constituir-se compromisso com a valorização da vida, pensando em populações periféricas e historicamente desassistidas. Além da necessária elaboração teórica e sistematização de práticas e de enfrentamento às lógicas normalizadoras. Constituem-se deste modo espaços de disputa “que podem ser transformados pela nossa presença e que podem transformar nossa prática” (p.2014) na perspectiva de superar o encarceramento e o extermínio da população pobre e negra de nosso país, sitiada nas periferias; assim, afirma, no exercício profissional, “podemos incorrer em movimentações que fortalecem práticas de resistência contra violências e desigualdades, mas também podemos compor espaços e ideias que perpetuam práticas e políticas nefastas” (p.2011).

Precisamos sistematicamente compreender como acontecem as lutas, as resistências de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos atuando na violenta realidade brasileira, de forma que possamos fortalecer e apoiar sua atuação na luta. Constituir desta forma “atitudes ativas das práticas de liberdade”, estabelecendo práticas de cuidado “sem esperar recompensa ou castigo” (Coimbra et al, 2008, p. 99).

Um devir ético da imanência não se processa apenas nas lutas contra forças negativas do mundo: o abuso de poder, a minorização e desqualificação do outro, todo tipo de racismo que nos atravessa líquida a vida. Sem dúvida, tais lutas são absolutamente necessárias, direitos precisam ser constantemente conquistados e não simplesmente “resgatados” como algo perdido que sempre esteve lá, em algum lugar, esperando para ser encontrado. É isto que constrói a figura nefanda da vítima, tão cara ao opressor (p.100).

Faz-se necessário explicitar, ao mesmo tempo, os motivos pelos quais as ameaças acontecem. Será que isto está se dando de maneira efetiva no Ceará? Ou estaríamos apenas “dourando a pílula” com os programas de proteção? Não respondo a todas as questões nesta pesquisa, sequer as coloquei todas em foco. Mas me propus dar aos processos de luta, ameaça e proteção de defensoras/es de direitos humanos no Ceará uma atenção diferenciada na perspectiva de sua processualidade e produzir alguma mudança. Por este motivo, busquei aguçar o olhar para poder intervir, desnaturalizar a ameaça e produzir ressonâncias neste campo da proteção de Direitos Humanos no estado do Ceará.

Para tanto, cartografei alguns destes processos que vêm me convocando mais diretamente, com a vivência de atendimento a mulheres defensoras de Direitos Humanos em proteção. Neste lugar, situada numa condição de encaminhar o que não está posto, de escolher trilhas diferenciadas e fazer a escuta de defensoras, mais uma vez se fez necessário traçar aquelas linhas de fuga para o que desconheço, para o que é estranho e para o que escapa - o que será que escapa? Com vistas a produzir ou estimular (des)encontros de ideias e experimentar outros arranjos nas políticas públicas. Neste horizonte, se justifica a relevância da pesquisa.

De onde parto e o que objetivo?

A partir de uma situação social concreta de acompanhamento a estas mulheres ameaçadas por conta de sua atuação na defesa dos direitos humanos e inseridas em programa de proteção no

estado do Ceará, busco identificar como se constituem suas trajetórias, sendo a pergunta de partida: **Que narrativas são produzidas por mulheres inseridas em programas de proteção no Ceará sobre suas lutas por direitos humanos, ameaças atuais a esse campo e a rede de proteção a militantes?**

Com o **objetivo geral** de cartografar experiências de defensoras de direitos humanos a partir de suas narrativas sobre trajetórias de luta, as ameaças no campo dos direitos humanos e desafios da rede de proteção no estado do Ceará, e com os **objetivos específicos** de (1) compreender a conjuntura e o contexto social do país a partir do diálogo com Defensoras de Direitos Humanos atuantes no estado do Ceará; (2) analisar como mulheres inseridas em programas de proteção a pessoas ameaçadas narram suas trajetórias de luta no campo dos direitos humanos e elaboram suas experiências subjetivas nesse processo; (3) conhecer como defensoras de direitos humanos analisam ameaças a esse campo que se atualiza no Brasil e, (4) refletir, a partir das trajetórias das participantes da pesquisa, sobre desafios ao campo institucional da proteção de direitos humanos no Ceará.

Fiz uso das referências dialógicas dos processos da cartografia propostos por Gilles Deleuze e Félix Guattari, particularmente sistematizados e expostos por Passos et al (2014); de conceitos da Psicologia Social na interlocução com os feminismos, aproximando este campo dos debates de gênero e da interseccionalidade (Akotirene, 2018, 2020), dos feminismos engajados nas lutas contra o racismo patriarcal (Ribeiro, 2019; e Carneiro, 2003, 2011), entre outras autoras da epistemologia feminista crítica desde a organização de Heloisa Hollanda (2019, 2020), Bell Hooks (2020a, 2020b), Lelia Gonzalez (2020), Nogueira (2017) e buscando desconstruir os conceitos naturalizados e tradicionais nos estudos e na prática dos direitos humanos (Coimbra et al, 2008), imbricando-os com as questões etnoraciais e com a própria branquitude (Alexander,

2017; Borges, 2018, 2019; Collins, 2019; Davis, 2018; Mombaça, 2021; Bento 2022), além da criminologia crítica (Batista, 2020; Mendes, 2017), sempre considerando conceitos que nos interpelam desde uma Psicologia que pode produzir também equidade e justiça social, compreendendo a permanência da colonialidade e seus efeitos, a necropolítica e o racismo estrutural.

Neste lugar privilegiado da Academia, constatei que a Psicologia nos alcança a formulação de autores e autoras contemporâneos/as, com pensamento crítico sobre Direitos Humanos e processos de subjetivação na modernidade, oferecendo importantes reflexões sobre os direitos que são garantidos e a quem se dirigem.

A realidade de violação de Direitos Humanos tem sido tematizada no âmbito da Psicologia nos últimos anos, a começar pela produção diferenciada do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP, vinculado ao Sistema Conselhos, que desde 2006 tem em seu norte a qualificação profissional mas também a garantia de direitos e a transformação social, em um enlace técnico político avançado e estruturante para a profissão, do qual faço uso nas temáticas pertinentes ao tema das defensoras, a saber, as relações raciais, as questões relacionadas aos povos tradicionais e relativas à terra, à segurança e à justiça. Fruto dos anseios e das transformações na categoria, a Psicologia inovou e ainda o faz em diversos campos de atuação junto às políticas públicas, produzindo a profissão e deixando-se alterar por ela, no contato direto com centenas de profissionais que aportam sua experiência e incidem sobre a política pública, refletindo sobre as diversas temáticas e deixando lentamente para trás uma história de enquadramento de corpos e mentes, assujeitamentos positivistas e rechaço às condições históricas, sociais e políticas de cada período.

Utilizo produções relevantes de muitos profissionais que corajosamente vêm provocando deslocamentos nos rumos da Psicologia, a partir de inflexões que o debate sobre colonialidade e racismo impõe, abordando a noção de Direitos Humanos erigida na modernidade, que supõe um sujeito universal, europeu, branco, homem, cristão, burguês e “acima de qualquer suspeita”. Com Cecília Coimbra (2000), nesta direção, é possível analisar a tentativa de democracia brasileira e os movimentos em prol dos direitos humanos, bem como a decorrência da associação do capitalismo e da garantia dos direitos, desde os ideais da Revolução Francesa: a autora nos ajuda a responder a pergunta sobre qual o direito que se produz - das elites, da propriedade, do neoliberalismo, em que se produz de fato a miséria social. Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) apontam a quem são dirigidos os direitos, aos homens civilizados, que precisam ter apaziguadas suas rebeldias, traduzindo a filosofia da diferença, desde Foucault e Deleuze, na releitura dos ideais da Revolução Francesa, que sempre produzem a ilusão do cuidado e da consideração aos miseráveis, desviantes, subalternos:

A estes, efetivamente, os direitos, assim como a dimensão humana, sempre foram - e continuam sendo - negados, pois tais parcelas foram produzidas para serem vistas como "subalternas" ou como não-pertencentes ao gênero humano. Não há dúvida, portanto, que esses direitos - proclamados pelas diferentes revoluções burguesas, contidos nas mais variadas declarações - tenham construído subjetividades que definem para quais humanos os direitos devem se dirigir. Os marginalizados de toda ordem nunca fizeram parte desse grupo que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, tiveram e continuam tendo sua humanidade e seus direitos garantidos. Ou seja, foram e continuam sendo defendidos certos tipos de direitos, dentro de certos modelos, que terão que estar e caber dentro de

certos territórios bem marcados e delimitados e dentro de certos parâmetros que não poderão ser ultrapassados (p. 92).

Nascimento (2014) oportuniza que pensemos na proteção que se constitui a partir de um aparato legal, na judicialização da vida, em “uma construção subjetiva em que [se] implanta a lógica do julgamento, da punição, do uso da lei como parâmetro de organização da vida” (p.460), lembrando a sociedade da segurança analisada por Foucault e o risco de acreditar-se na lei e na sua aplicação como forma soberana (e mágica) de solução dos conflitos e da própria desigualdade social, o que no final das contas descaracteriza a luta e os movimentos da militância pela garantia dos direitos. Ao mesmo tempo, refletindo com Moreira & Soares (2019), deparamo-nos seguidamente com uma interface jurídica em nossa prática, campo emergente no campo da Psicologia brasileira, em que podemos contribuir enquanto profissionais, desde uma psicologia social crítica, inseridos e fomentando políticas públicas, se atentarmos para o compromisso que se coloca na interface com o sistema de justiça e a garantia de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, produzindo esse território de atuação na interface com o direito, a Psicologia Social Jurídica.

Reflexões que seguem com a contribuição do psicólogo Pedro Paulo Bicalho que nos aponta a necessidade de superação de uma posição hegemônica da Psicologia quando mantém um lugar fixo e naturalizado para a normalidade, ajustado aos padrões e longe da compreensão sobre os contextos políticos, históricos e sociais e dos processos de subjetivação singulares, que os tornam homens e mulheres “diferentes, anormais, perigosos, (...) tornando-os não-humanos. A estes seriam endereçados um constante monitoramento, vigilância e tutela” (2009, p. 23). Segue um legado de reflexões que nos chegam para pensar a Psicologia na Segurança Pública, na necessidade urgente de enfrentamento e prevenção à tortura em contextos de privação de

liberdade, no combate aos preconceitos e ao racismo, “por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos¹⁵”: “O estereótipo, seja ele qual for, só ajuda a manter concepções generalizantes e distantes da singularidade que atravessa existências e que propiciam a diversidade e a pluralidade” (Bicalho, entrevista ao CRP RJ, 2016).

Flávia Lemos nos apresenta uma realidade preocupante frente ao poder soberano do Estado, que o utiliza “para eliminar os indesejáveis, aqueles que vão contra a ordem que se tenta impor, uma ordem que é violenta e violadora de direitos” (2014, p.10), em contraposição ao estado de Direito, ao analisar o poder, as resistências e as violações de direitos que assolam os defensores e as defensoras de direitos humanos em contextos brasileiros, especificamente amazonenses, causando o silenciamento - ameaça e morte - das lideranças que insistem e resistem ao longo dos anos na luta pelos direitos humanos, leitura fundante para a compreensão do tema em pesquisa (Lemos, 2014).

João Paulo Pereira Barros retoma o compromisso social da Psicologia, em que se produzem inúmeras conexões de saberes, como ele o caracteriza junto com Baremlitt e Hur (Baremlitt, Barros, & Hur, 2021), revelando “uma disciplina de interface, ou que demanda que suas/seus autoras/es e pesquisadoras/es se posicionem num território de fronteira, produzindo bricolagens entre saberes que têm origens em campos diversos” (p.1), percebendo em contextos institucionais uma Psicologia política, “porque todo saber e fazer em seu modo o é” (p.02). Neste sentido, temos adotado a sustentação nesta autoria que nos oferece uma leitura transdisciplinar a partir da Psicologia Social, considerando marcadores como a interseccionalidade, a necropolítica e a branquitude nas dinâmicas psicossociais da violência, bem como os estudos decoloniais, para

¹⁵ Título da tese de doutoramento apresentada pelo autor ao PPG Psicologia UFRJ em 2005

problematizar modos de subjetivação na contemporaneidade, desafio que se coloca neste trabalho e desde onde me referencio como orientanda (Barros et al, 2021).

Assim, a perspectiva étnico-racial, desde uma abordagem que faz a leitura das desigualdades raciais em intersecção com os direitos humanos nos países periféricos, no Brasil e especificamente no Ceará, tem centralidade nos estudos a serem desenvolvidos. A assistente social Zelma Madeira, destaca a desigualdade racial decorrente de séculos de desvantagem de negros e negras, destituídos de direitos sociais e civis, predominando a perspectiva da democracia racial que intenta harmonizar as relações e a invisibilizar as efetivas condições de vida da maioria da população, deslocando o racismo a um problema de fórum íntimo, particular (Pequeno, Miranda & Madeira, 2018). Esta leitura aponta a compreensão necessária sobre o tema do racismo, estampado em produções sistemáticas dos diversos núcleos formuladores da Psicologia, mas também do Serviço Social, do Direito e da Saúde, de uma forma mais ampla, constituindo matérias que estruturam as bases para esta pesquisa e possibilitam o debate crítico sobre violência, violação de direitos humanos, resistências e os efeitos de tais processos nos modos de subjetivação.

Tomo, assim, para esta pesquisa, a relevância do debate da colonialidade e do racismo estrutural para a compreensão das ameaças e ataques às mulheres lideranças protegidas escutadas, com a compreensão da segregação relacionada ao gênero e à pertença racial, desde o contexto colonial brasileiro, mediante controle obtido pelos processos de racialização, associados à desumanização e tortura de negros e negras, o racismo se impõe estruturalmente e mesmo pauta as relações sociais e econômicas (Gomes et al, 2021). Abordando o racismo pontuado por

Fanon (2020), a professora Rosana Castro (2022)¹⁶ reforça o que o autor chamou de “sociogênese do complexo de inferioridade do negro”, um processo de sofrimento psíquico que está longe de ser uma condição psíquica, biológica ou psicológica natural das pessoas negras, mas um processo que se origina nas dinâmicas inauguradas no colonialismo e se atualiza cotidianamente nas interações sociais, econômicas, intelectuais e profissionais de forma a hierarquizar brancos e negros”, conosco, portanto, resgatando com profundidade a relação entre saúde mental e racismo. Neste processo, aqueles corpos escravizados desaparecem, transmutando-se em povo pobre, passível somente de protagonizar a criminalidade, com o aval e silenciamento da branquitude, de acordo com Maria Aparecida Silva Bento (2014), mais uma psicóloga e ativista brasileira, cujas referências e compreensão são necessárias para o debate em tela. Com considerações ainda à formulação da pensadora, artista e escritora portuguesa Grada Kilomba (2019), para quem raça e gênero não podem ser separados, o que marcaria a invisibilidades das mulheres negras, com o que estão de acordo outras autoras importantes a serem consideradas (Carneiro, 2003; Collins, 2019).

Somam-se ainda interessantes e desafiadoras as reflexões sobre as estratégias de cuidados em saúde e atenção à saúde mental, oferecidas por Magda Dimenstein (2019), para compreender a situação de militantes mulheres, geralmente negras, defensoras de Direitos Humanos ameaçadas e em situação de violência no campo e na cidade, a embasar a pesquisa e a compreensão da resistência no jogo de proteção e cuidado na produção da saúde, considerando a realidade em grupos assentados no campo ou em contextos urbanos, e permitindo a avaliação das condições de saúde mental de militantes de direitos humanos e os sofrimentos que atravessam

¹⁶ Aula Inaugural do semestre PPG UFC/Unilab pela professora Rosana Castro, do Instituto de Medicina Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro Aula de abertura do semestre PPGA UFC/Unilab 2022, em <https://www.youtube.com/watch?v=vIJ3kqaoU8&t=2757s>

suas lutas, já que “estamos tratando das singularidades da experiência sensível de cada sujeito no cotidiano, das práticas e relações que estabelece com os lugares, as quais são carregadas de significados e afetos. (...) reforçando o estatuto político e coletivo das subjetividades” (Dimenstein, 2019, p.64).

A criminologia feminista, que avança numa perspectiva crítica superando uma invisibilidade do debate de gênero nos estudos criminológicos (Araújo & Pimentel, 2021), aponta o patriarcado como componente ainda anterior ao capitalismo. O feminismo negro e sua perspectiva antirracista e interseccional são aqui considerados, analisando-se o contexto das mulheres que são sistematicamente criminalizadas em suas lutas. A abordagem androcêntrica logo fica explicitada na justiça penal, que acaba por desconhecer a inserção da mulher em contextos históricos e as múltiplas opressões sofridas, sem hierarquização, considerando classe, raça, gênero e cultura.

Mais uma vez, é na compreensão do racismo estrutural e da política de extermínio contra corpos negros nas questões da criminologia, conforme o nomina Flauzina (2006), que vamos compreender a importância da interseccionalidade na condição das mulheres (Collins, 2017; Santos, 2021).

Partindo deste vasto cabedal de conhecimento produzido, experimentando as formulações nas fronteiras da Psicologia, organizo esta tese em capítulos que buscam responder aos objetivos apresentados, produzindo uma conexão com o problema de pesquisa a partir da minha inserção profissional/institucional e da leitura do contexto atual, no entrecruzamento dos casos cartografados. Assim, situada a pesquisa e sua metodologia nos dois primeiros capítulos, apresento no terceiro capítulo a minha trajetória, formação profissional e os desafios do percurso, construindo um memorial micro e macropolítico, analisando o contexto neste processo e a

realidade atual, atendendo ao primeiro objetivo. Em seguida, apresento no quarto capítulo o mapeamento das lutas e resistências nas trajetórias das Defensoras de Direitos Humanos sob proteção, fazendo a escuta de suas experiências em meio às lutas e identificando a subjetivação forjada nas trajetórias narradas, que mobilizam redes de afetos e constituem alianças, analisando como o encontro com outros sujeitos se constitui e como ocorre o agenciamento das experiências nesses processos, reconhecendo a dimensão subjetiva da luta e compreendendo como ela se transforma e se (re)constitui, com dores e conquistas, respondendo ao segundo objetivo. A problematização das ameaças e dos ataques aos Direitos Humanos vivenciados nestas trajetórias, desenvolvida no mesmo capítulo, permite o reconhecimento da colonialidade perpetuada, dos preconceitos racistas, dos ataques de ódio, do machismo e da misoginia, dos efeitos do fascismo e do neoliberalismo no campo da defesa dos direitos humanos no Brasil. em resposta ao terceiro objetivo. Estas mesmas trajetórias trazem pistas que possibilitam analisar criticamente no quinto e último capítulo o campo institucional da proteção dos direitos humanos no Ceará, a rede constituída, as possibilidades e os desafios para esta proteção como política pública, atendendo ao quarto objetivo.

Situo este estudo na Linha de Pesquisa de Processos Psicossociais e Vulnerabilidades, entendendo que ele se soma a um importante legado que, gradualmente, vem sendo produzido no Brasil, no campo dos Direitos Humanos, das Políticas Públicas e na área da Psicologia, em que se aposta na superação de um passado colonial e de uma episteme dependente, subordinada a ele, compreendendo esse histórico e atuando na produção do acesso aos direitos fundamentais, a partir do respeito e valorização dos processos de luta e resistência das populações tradicionais e das populações vulnerabilizadas, afetando importantes marcadores sociais, particularmente os de raça e gênero, e descolando a prática Psi do apoio aos modos de subjetivação alienados e alienantes que

tanto já se produziram no país e que ainda se atualizam, sempre que não reconhecemos os processos psicossociais envolvidos nas lutas sociais de Defensoras/es de Direitos Humanos em que se engajam e pelas quais se mobilizam.

Metodologia: Explicitando os Caminhos Traçados

Trata-se de pesquisa cartográfica sobre as trajetórias de mulheres defensoras de direitos humanos sob a proteção do estado do Ceará, analisando suas lutas, as ameaças e a proteção recebida. As três defensoras ameaçadas de morte em virtude de sua militância participavam do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no estado do Ceará, permanecendo até a finalização da pesquisa nesta condição.

Foram realizados três estudos de caso de defensoras protegidas, utilizando entrevistas sob o manejo cartográfico, focando na situação social vivenciada por estas mulheres, experiências em que há múltiplas implicações cruzadas, com as palavras de Tedesco, Sade & Caliman (2016), mapeando os campos de forças a serem desvendados. Também realizei autobiografia, que constituí nesta pesquisa como o quarto estudo de caso, colocando-me como defensora de direitos humanos, trabalhadora deste campo.

A história da luta dos Direitos Humanos vem sendo escrita há muito tempo, em vivências, passagens e registros. Produz-se nas histórias a subjetividade, e eventuais documentos e arquivos desnaturalizam práticas sociais na pesquisa, conforme leitura indicada por Foucault, Deleuze e Veyne, na tradução detalhada de Lemos, Galindo e Oliveira (2016) sobre a cartografia.

Isto posto, foram utilizados, de forma complementar às entrevistas, diários de campo constituídos sobre acontecimentos e processos analisadores a partir da minha inserção profissional na política pública, que remetem aos encontros que realizei com as participantes, suas lutas, leituras sobre ameaças ao campo e desafios colocados para a rede de proteção, aspectos aventados nos objetivos específicos. Da mesma forma, foram utilizados documentos de domínio público e registros produzidos pelas próprias defensoras, pelos movimentos aos quais

pertence cada uma e por instituições internacionais, nacionais e locais de defesa de direitos humanos que versam sobre o tema, para complementar as entrevistas e atender aos objetivos específicos, sobre violações, ataques e defesa dos direitos humanos, e sobre as próprias defensoras, suas lutas e sobre as especificidades das lutas às quais elas se relacionam, como matérias jornalísticas, blogs ou outros veículos, disponibilizados por elas e/ou obtidos na rede mundial de computadores, em canais do *youtube* e outras mídias disponíveis.

Delineamento Qualitativo a partir de estudos de caso: a escuta das trajetórias e experiências de defensoras de direitos humanos

Nesta pesquisa parti da minha trajetória de vida profissional e realizei entrevistas com três mulheres defensoras de direitos humanos ameaçadas e sob a proteção institucional do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no Ceará. Coloque-me como defensora de direitos humanos e me desafiei a refletir sobre minhas próprias trajetórias e experiências em diálogo com as defensoras entrevistadas, constituindo em autobiografia o quarto estudo de caso.

Escolhi analisar as trajetórias narradas como analisadoras¹⁷ das tessituras, desafios e lutas do campo dos direitos humanos no estado. Meu relato é autobiográfico e as entrevistas constituíram estudos de caso.

O movimento cartográfico constituiu uma mudança em elementos metodológicos básicos e tradicionais que, de alguma forma, me referenciaram por muito tempo, em que a forma era direcionada, buscando privilegiar práticas, processos a serem observados, entre nós a serem

¹⁷ Passos & Barros (2000); Barros (2014) trabalham com o conceito de analisadores e fazem referência à proposição de Guattari (1972) no contexto da psicoterapia institucional e da Socioanálise. Os analisadores são elementos eixos que permitem compreender e identificar nas trajetórias narradas e analisadas, acontecimentos disruptores que revelam nas ameaças, nas lutas, nas resistências das defensoras seus processos de subjetivação, demonstrando a inseparabilidade de análise e intervenção.

desatados, que se encontram em “cristalizações que enguiçam o processo”, como sugere Kastrup (2001). Assim, as pistas da cartografia serviram de inspiração, estas que são apresentadas como indicação de outros percursos, que tomam os temas do Rizoma e das Redes como referências para a escrita, para escapar da situação naturalizada de pesquisa em que um sujeito estuda um objeto, substituindo forma e estrutura nesta condição. A partir deste universo a ser in(ter)inventado, propôs-se aqui uma inter(in)venção na realidade vivenciada, tomando o conhecimento como invenção do mundo e intervenção na pesquisa.

As múltiplas realidades que as narrativas das defensoras trazem à tona e são explicitadas aqui traduzem uma militância em direção a suprimir ou reduzir violações de direitos, e estas defensoras convidadas se encontram em proteção justamente porque suas práticas denunciam tais violações. Ataques a mulheres, populações tradicionais, adolescentes e adultos em privação de liberdade são denunciados sistematicamente em suas lutas e suas vivências se dão na construção de estratégias para a superação das condições de iniquidade percebidas, sempre à margem e silenciadas, em contextos de pobreza e vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, integrando o Conselho Deliberativo do Programa, propus-me a integrar este cotidiano, implicando-me e apoiando estratégias para a redução das ameaças e valorização destes territórios existenciais em que habitam as defensoras. Pesquisar neste contexto é inter(in)ventar outras possibilidades, reconhecendo outros mundos e percursos. Experimentar a pesquisa “considerando suas potencialidades para investigações no campo da Psicologia Social (...) [constituindo] um modo de fazer como uma perspectiva de pesquisa participativa voltada à investigação da diversidade qualitativa da vida de grupos e dos processos de subjetivação, no cotidiano de suas práticas sociais e institucionais”, como nos referenciam Costa, Moura Jr & Barros (2020, p. 20).

Para muito além da pesquisa teórica, desta forma, se colocou a perspectiva que veio a aumentar a potência do campo da garantia dos direitos, dos movimentos e dos ativismos em questão, com as lutas, bem como resistências, frente a ameaças, para dar lugar ao modo singular de estar no mundo das defensoras Adriana, Lola e Alessandra¹⁸ e suas narrativas.

Assim, e passando a usar cada vez mais o pronome pessoal na primeira pessoa, neste caminho em que até hoje me afeto, já que produzo mundos, intervindo e processando esta realidade, desenvolvi também práticas que incidiram na realidade da minha investigação, transformando-a e, ao mesmo tempo, a mim. Como já referido, considero-me uma defensora de Direitos Humanos, operando pelo direito desde o lugar institucional. Isto demandou uma forma processual, em que andamos por linhas de forças entrelaçadas que se conectaram, desconectaram e também se articularam, tal qual no Rizoma de Deleuze e Guattari (2000), em que se define tomar o campo, o projeto e o problema como processualidades, quando a investigação recai sobre o modo como isto se dá.

Rizoma se fez então aliança, sem começo nem fim, não filiação. Assim, Deleuze e Guattari (2000) propõem dar “mais privilégio ao espaço do que ao tempo, ao mapa do que à árvore”, conforme François Ewald na sua apresentação. Árvore que traz os sentidos da expansão desde uma origem, semente, central, da profundidade, de raízes que a mantém, de folhas no entorno, nas extremidades, que a estabilizam, na sua copa, substituída pela figura da trama, que não tem origem certa tampouco uma hierarquia, sem relações de causalidade, na processualidade, com conexões entre linhas sem direção, em transformação.

¹⁸Esses são seus nomes verdadeiros. A sua militância levou-as a adotá-los para aumentar a visibilidade da causa, o que diferencia este Programa dos demais. Assim, esta pesquisa também se presta a dar amplitude às causas de que trata, ficando à disposição das lutas que são travadas pelas defensoras de direitos humanos Brasil afora.

Isso levou, na pesquisa, a uma forma de analisar como se dá este processo, como acontece, como se deram as transformações. Neste conhecer, senti a possibilidade de tomar pistas metodológicas, fazer a imersão no campo da experiência e apostar no desvio que possibilita a criação, o estado propício a um processo de criação, como Passos e Barros (2009) recomendam, sem o prescrever.

O projeto expôs arranjos, possibilidades metodológicas e epistemológicas complexas com um deslocamento em relação às interlocutoras da pesquisa, pelos distintos lugares de fala. Respostas se constituíram com o decorrer da pesquisa, no confrontar cotidiano das questões que se apresentaram no encontro e diálogo com estas mulheres defensoras de direitos humanos ameaçadas e protegidas, nos jogos de aceitação e legitimidade, da escuta, registro e olhar atento de suas falas, gestos, termos, significados e sentidos, na busca pela compreensão do processo da defesa dos direitos humanos e da proteção de suas defensoras, quando ousamos juntas seguir pelo caminho de nossa (in)compreensão.

A proposição e decisão por uma Cartografia é aventura e aposta. Desvendar seus (des)caminhos se impõem, como “toda pesquisa tem uma direção clínico-política” (Passos & Barros, 2015, p. 26), com a perspectiva da implicação-intervenção, da transversalidade e da transformação da realidade: “conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição, o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência”(idem, p. 31).

Indiquei na introdução desta intervenção duas pistas: da escolha do tema e daquilo que não tem a ordem da representação, do que é ação, como preconizam Deleuze e Guattari (2000). A condição mesma dos Programas de Proteção, definidos por decreto governamental em âmbito

federal e estadual¹⁹, é formal e instituída pelo estado a partir de demandas da sociedade civil frente à ameaça decorrente da atividade de defensores e defensoras de Direitos Humanos, mas a escolha do tema segue o processo de trabalho e de luta que escolhi e defini pesquisar, produzindo um olhar que transpassa o rigor dos métodos e sigilos da proteção, dos quais muitas vezes desconfio e me instigo a olhar mais além, direcionando este olhar para a vivência e trajetória das mulheres protegidas como inauguração de um giro, que traga vislumbre ao que era incômodo e sempre retorna como contraditório na proteção desenvolvida por quem, muitas vezes, ameaça e mata - o Estado, oferecendo e fazendo uso de instrumentos de paz e de guerra, de ataque e de proteção, ao mesmo tempo.

Isto posto, incidi com a pesquisa numa dimensão ético-política, que viabilizasse conhecer os efeitos da experiência e que permitisse a imersão neste plano, promovendo uma certa desestabilização e a constituição de outros caminhos. O que temos aqui pode se revelar como devir capaz de pautar os Direitos Humanos e fazer efeito sobre os processos de realizar a proteção e de prevenir a violência, além de traçar caminhos outros e mais amplos frente a institucionalidade do Estado, que se compõe nas suas funções constitucional e supraconstitucional de defender os direitos mas também reservando o cuidado aos que são “humanos direitos”, trazendo nesta perspectiva um cabedal quase normativo socialmente que acumula preconceitos, intolerância e racismo contra as pessoas que diferem da norma e são desprezíveis por isto, conforme já pontuado na introdução, com o termo utilizado pela psicóloga Clara Cavalcante (2020), que compôs o VIESES, ao discutir o direito de jovens a quem se atribui cometimento de ato infracional.

¹⁹ O Decreto Federal original data de 2016, sendo o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH, instituído pelo Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.815, de 27 de setembro de 2021 e regulamentado pela Portaria nº 507, de 21 de fevereiro de 2022.

Ao mesmo tempo, também estive atenta ao Programa de Proteção ao longo de anos, quando participei de seu colegiado gestor como representante da Secretaria Estadual a qual estava vinculada, onde havia interlocução com as Defensoras. É tempo de avançar na proteção e no modelo que operamos, desde uma certa desmontagem, que decorre da cartografia mas que indica peças de um quebra-cabeças da proteção, desafio integrado posto à sociedade civil e ao Estado, produzido nesta tensão cotidiana e necessária pelos direitos.

Faço referência à professora doutora Tânia Galli da Fonseca²⁰, prestando uma homenagem a quem pela primeira vez me disse para relaxar com tudo isso que era tão novo nas suas palavras, na sua escrita, a diferença da narrativa nos seus textos... associo aqui esta atitude recomendada com o que disse Deleuze (1992) referindo-se a Foucault, sobre falar bem, não como sermão mas como um concerto, musical mesmo, uma linguagem que entendo e da qual gosto. Portanto, chamo a sua fala como uma autorização da Academia, a quem me apoio neste caminhar e afinação do meu instrumento, a escrita, mesmo a fala, permitindo-me com a querida psicóloga homenageada ficar por vezes inquieta, deixando passar a sensação de “nada sei – quem saberia o que, mesmo?”, para seguir o curso do que se construía, sem amarras, no processo mesmo, introduzindo assim um modo de trabalhar e um fazer-ser institucional. E com isto muitas vezes me calei, como o (in)cita Deleuze; neste momento e sempre que se fala de uma política de escrita entre parceiros, há de poder calar-se, também, e quiçá ser compreendida, performando uma escuta, mantendo o foco nas análises mistas, como o delimita o autor, em agenciamentos, seu termo, ou em dispositivos, como propunha Foucault (Deleuze, 1996). Com o passe da

²⁰ Professora Doutora Tânia Galli da Fonseca, falecida em 12 de setembro de 2019, psicóloga, docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em aulas de especialização na PUC/RS, aquela que me disse que ficasse sim inquieta, que eu deixasse passar a sensação de “nada sei – quem saberia o que, mesmo?”, que seguisse o curso do que se construía, sem amarras, no processo mesmo, introduzindo assim um modo de trabalhar e um fazer-ser institucional.

professora Tânia, tão afável e certa, tão presente e já tão remanescente, fiz aqui movimentos para além de uma referência ou representação, na específica situação que vivenciei com a proteção, desdobrando uma subjetivação que permitisse vislumbrar e percorrer novos estilos de vida e de pesquisa, inventando novas possibilidades, novos modos de existência frente a iminência da morte, com as protegidas. Obtendo ressonâncias ainda nos modos de autoproteção, na segurança da comunicação, para seguir defendendo os direitos, sem deixar-se matar.

O Campo Problemático: Território Existencial (da ameaça e da proteção)

Enquanto militante, profissional da área e pesquisadora, habito este território existencial da proteção e da luta pelos direitos humanos e produzo um comum com estas mulheres e com a rede de atenção aos direitos que se constitui, incluindo promotores/as e defensores/as públicos/as, advogados/as populares e diversos movimentos sociais, o que vai permitir que eu acesse este plano da experiência, foco da cartografia, especialmente direcionado para as lutas e trajetórias, pensando a partir disto as ameaças e os desafios envolvendo a garantia dos direitos humanos no Ceará e no Brasil.

A pesquisa apresenta-se como uma forma diferenciada e importante de dar prosseguimento a esta intervenção, facultando que a pesquisadora siga atuando neste campo de forma mais efetiva. O manejo dialógico e polifônico das entrevistas, frente a trajetórias de luta e de resistência, corroboram com a condução cartográfica e processualidades. São direitos que precisam ser garantidos, são ameaças relatadas em lutas diárias, que atravessam essas e tantas mulheres em suas especificidades. São elementos dessa luta.

Neste mergulho no plano da experiência estão em campo a experiência de luta e as práticas de resistência. Cartografo, nesta perspectiva, o plano coletivo de forças, que se vislumbra em cada uma das trajetórias, encontrando um conjunto de forças operando, como a

força da misoginia, do machismo e do patriarcado, da violência digital e dos crimes cibernéticos; mas também a força da luta das mulheres, a força dos feminismos, através da trajetória e das lutas de Lola; a força da seletividade penal, do hiper encarceramento, do punitivismo e do racismo estrutural, mas também a força dos movimentos pelo desencarceramento, de familiares e instituições da sociedade civil, da luta histórica da pastoral carcerária, de prevenção e combate à tortura. Nessas lutas que o processo de Alessandra nos alcança; ainda, a força da desumanização contra indígenas e quilombolas, da violência sistemática contra indígenas, negros e negras na desapropriação de seus territórios, em conflitos permanentes e assassinatos frequentes, naturalizados, pela posse da terra, mas também a força do papel de suas lideranças, como Adriana, na defesa de seus territórios, com a força na organização dessas mulheres indígenas e do movimento de afirmação de suas existências nas trajetórias analisadas, tanto das opressões que vivenciam, mas também das lutas que elas empreendem para resistir e reinventar uma lógica de resistência, na garantia dos direitos humanos.

Neste plano da experiência, a perspectiva da interseccionalidade se coloca necessária e retomo Akotirene (2018), que aponta como metodologia a “combater multideterminadas discriminações, pautadas inicialmente no binômio raça-gênero” (p.52) e mesmo para demonstrar a “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (p.19). Faço referência ao conceito criado por Kimberlé Crenshaw (Geledés, 2017²¹), que produz um afastamento necessário da concepção de uma mulher universal, independente das sérias desigualdades raciais que precisam ser consideradas. Assim, em sua marginalização estrutural,

²¹ Artigo retirado de Geledés, Mapeando as margens:interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não brancas, tradução de Carol Correa de texto em pdf de Kimberle Crenshaw, 2016. <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>

nas palavras da própria autora (Crenshaw, 1991), ocorre um reducionismo que aponta diferenças e necessidades não identificadas de mulheres não brancas e delimitam políticas públicas insatisfatórias, além de mais uma vez repetirem o padrão colonial moderno: Racismo, sexismo e violências sobrepostos e operando a discriminação, de forma a nem se poder separá-los, pois que experimentados em simultaneidade, discriminação que vai incidir nos processos de subjetivação constituídos nas trajetórias de luta das defensoras de direitos humanos.

Lélia Gonzalez (1988) aponta o racismo por omissão na abordagem de um esquecimento da questão racial e da força da discriminação racial no Brasil, atribuindo-o a uma perspectiva eurocentrada e infantilizada, que segrega e hierarquiza mestiços, índios ou negros. Como muitas autoras já afirmaram, até hoje a identificação racial no Brasil é dificultada e é muito recente a adoção de indicadores raciais. A base se encontra no mito da democracia racial e na ideologia do branqueamento, reafirmando a invisibilidade apontada (Nascimento, 2016).

Lócus de Investigação: Vislumbrando a Realidade desde o Ceará

O estudo foi realizado no Ceará, *locus* de uma trajetória de dezoito anos de trabalho em políticas públicas, direitos humanos e junto a movimentos sociais. O Ceará tem sido palco de importantes enfrentamentos institucionais, constituição de rede e frentes de resistência em vários campos de defesa dos direitos humanos.

No Ceará, desde 2002, estavam instituídos e funcionando, até 2023, os três programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte cofinanciados pelo estado e pelo governo federal. Começou com o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de morte, o Provita. E há dez anos funcionam o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçados de morte, o PPCAAM, e o Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos ameaçados, o PPDDH. Em 2019, ocorre a criação de um Sistema de Proteção Estadual que os

íntegra, assim como aos movimentos que os animam, executam ou gerenciam, com os órgãos da justiça, promotoria e defensoria pública e secretarias executoras das políticas sociais e de segurança, que devem se constituir como retaguarda, estabelecendo espaços de organização, articulação e troca na direção da proteção, de forma diferenciada no país. De forma também inédita, em 2020, foi criado no Ceará um quarto programa, de financiamento somente estadual, de proteção provisória, a partir de debates ocorridos já dentro do Sistema de Proteção Estadual, quando identificou-se a necessidade de ampliar a proteção para aqueles períodos em que as pessoas ameaçadas aguardam avaliação dos demais programas ou quando não ocorre ou tarda esta inclusão, sendo necessário ao menos apoio emergencial e assistência humanitária, servindo ainda para apoiar alguma necessidade pontual que já protege, como transporte e/ou eventual deslocamento, assim como para a proteção de pessoas ou de comunidades deslocadas internamente²², que são expulsas de suas moradias em função da ação do crime organizado, por exemplo, entre outras necessidades que já vêm se apresentando em episódios locais, no Brasil e no mundo.

A Sociedade Civil, que se articula no estado do Ceará para a execução e monitoramento dos programas de proteção²³, se coloca ativamente na gestão dos colegiados deliberativos dos

²² Os deslocados internos são aquelas pessoas ou grupos de pessoas expulsos de seu território, dentro do próprio país, não havendo travessia de fronteira, se diferenciando por isto dos refugiados; diferente também da própria imigração, porque não se trata de decisão voluntária e sim de deslocamento forçado, geralmente associado a perseguições, conflitos armados, violência generalizada e grave violação de direitos, em meio a crise humanitária. O fenômeno das pessoas deslocadas em cidades tem sido identificado e estudado recentemente em várias partes do mundo e também no Ceará, em que a parceria do Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV. Ver estudo em <https://www.icrc.org/pt/document/deslocados-internos>.

²³ As instituições - organizações não governamentais - e suas instâncias, que compunham estes Conselhos Gestores dos Programas de Proteção em 2023 eram, conforme seus regimentos e normatizações: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH; Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA; Instituto Terramar, Rede Nacional de Advogados Populares –

programas e também possui forte organização na luta pelos direitos humanos, bem como para fazer frente aos problemas a serem enfrentados na defesa e na proteção. São instituições que qualificam a gestão dos programas, alcançando histórico, contexto, análises, rotas e alternativas de ação, além de também se constituírem em portas de entrada para a requisição da proteção, aliando-se ainda à rede mais ampla de atenção psicossocial. Constituem permanente atenção e interlocução com os movimentos e instituições, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider (EDHAL), da Câmara Municipal de Fortaleza e o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que dão sustentação aos movimentos e fazem ampla interlocução com a gestão. Também participam da gestão dos colegiados instâncias autônomas e governamentais, além das pastas do governo executivo, que têm a responsabilidade de investigar e processar crimes relacionados a violações de Direitos Humanos, especialmente quando eles enfrentam ameaças ou perseguições, como o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), e órgãos estaduais de investigação e proteção, como o Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública Geral do Estado. Todas estas instâncias constituem efetivo sistema de investigação e monitoramento de violações dos direitos no Ceará.

As ameaças que se apresentam no estado do Ceará são representativas daquelas observadas no país, em lutas nacionais e históricas, identificando-se um leque importante de defensores e defensoras a serem fortalecidos/as e também protegidos/as, via de regra ativos/as,

RENAP, Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido - Adelco; Comissão Pastoral da Terra Ceará - CPT CE; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – CICV, que não ocupava assento mas voz, constituindo assessoria especializada; e as instituições executoras dos programas: Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, GAJOP, Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa – CDVHS; Instituto de Arte e Cidadania – IAC, Instituto Terre des hommes – Tdh.

que se constituem em lideranças locais, mas também nacionais e de referência internacional em vários campos dos direitos humanos.

O estado do Ceará tem uma história de ameaças frequentes a lideranças de povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais e originários, pescadores ribeirinhos, marisqueiras, ambientalistas, e, ao mesmo tempo, a lideranças que atuam em áreas urbanas, na defesa de causas relacionadas ao movimento feminista, feminista negro, causas pela redução de homicídios e suspensão de chacinas e voltadas às causas de desencarceramento²⁴.

Instalam-se nestes enfrentamentos lutas pela redução de homicídios e de apoio a familiares e pessoas privadas de liberdade. Atuam nesses campos muitas mulheres, as quais se constituem como lideranças que sofrem ameaças por conta de sua atuação nas causas relacionadas aos direitos humanos, e ainda que pouco seja divulgado, é sabida a violência contra elas. Há que se considerar uma questão de gênero na invisibilidade destas violências, pois esta característica aponta a simplificação, despreparo e desconhecimento de serviços e o menor valor atribuído na história à violência de gênero, conforme já apontam diversos estudos (Minayo, 2014; Dutra, Schweitzer & Silva, 2020).

Nestas vivências, busquei conhecer as trajetórias de lutas e de resistências que falam das especificidades, mas também das lutas coletivas dos povos do Ceará, que dão notícias da situação no Nordeste e no Brasil.

As Mulheres Defensoras de Direitos Humanos Protagonistas desta Pesquisa

Do conjunto de pessoas protegidas em função de sua militância em direitos humanos, especificamente, foram convidadas três mulheres para participar deste estudo, com as quais pude

²⁴ Para saber mais sobre estes contextos no Ceará, ler: Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008

ter maior aproximação em razão de atendimento realizado em plantão técnico no período de renovação de contrato de entidade executora do PPDDH ao longo de cerca de um semestre, entre 2020 e 2021.

Estas mulheres constituíram trajetórias na defesa dos direitos humanos no Ceará e seguem em militância, com o acompanhamento do Programa em função de ameaças recebidas. Suas trajetórias, leituras de mundo e processos de luta constituem rizoma e, de acordo com as pistas do método da cartografia, de Passos et al (2015), fizeram comigo “emergir o entendimento de uma realidade complexa (...), onde o grupo experimenta sua dimensão de coletivo” (p. 18). Elas possuem em comum as opressões de gênero e raça, interseccionalidades, decorrentes de uma trama colonial envolvendo o racismo estrutural, o machismo e o patriarcado (Segato, 2018).

Vale registrar que as defensoras convidadas receberam cópia da versão entregue à banca de defesa, de forma a, primeiramente, estarem apropriadas destes apontamentos, avaliarem se ressoam em suas trajetórias e acrescentarem ou suprimirem conteúdos, se assim o desejassem, entendendo a importância da participação e do consentimento, para além do documento assinado. Assim, esta versão final já contém os ajustes, comentários e proposições trazidos por elas depois de sua leitura, já que meu compromisso com cada uma foi de garantir resguardo e dar divulgação àquilo que entendessem importante. Notícia deste movimento foi dada na ocasião da defesa, sendo mantido o original relativo à Adriana que não encaminhou alterações. Além disso, este debate com as defensoras prossegue, pois sigo, com elas, na construção dos caminhos da proteção.

O caminho da escolha das Participantes na pesquisa

Em 2020, quando o PPDDH sofreu um recesso decorrente da interrupção de parceria por imposição do convênio, como sempre ocorre a cada finalização, o Núcleo de Assessoria aos

Programas de Proteção - NAPP, órgão da Secretaria Executiva de Cidadania e Direitos Humanos (SEXEC Cidadania e DH/SPS) responsável pela temática, assumiu a interlocução e a interface com as pessoas protegidas, na medida do possível, isto é, acionando o programa federal ou encaminhando providências em âmbito local. Sendo representante da Secretaria da Proteção Social no seu colegiado de gestão, apesar de não fazer parte orgânica do Núcleo de Assessoramento dos Programas de Proteção - NAPP até 2023, passei a apoiar o atendimento de algumas demandas. Como era o final do ano, últimos dias, em plena Pandemia²⁵, julgamos que teríamos uma semana quase sem solicitações. Mas foi um período de muitos chamados e de vivência ímpar: atendimento em plena pandemia, pelo telefone, com um cardápio variado de ameaças que me trouxeram a vivência mais exata do Programa: Lola, Adriana Tremembé e Alessandra Felix foram três das protegidas que demandaram atendimento. E que me pareceram ser “representantes” das mulheres protegidas no Ceará, quiçá no Brasil, pelas causas que defendem e pelas ameaças sofridas. Tornaram-se as protagonistas desta pesquisa, a fim de conhecer com mais detalhes, estudar e constituir cartografia de suas narrativas de ameaças, lutas e resistência na proteção. A seguir, apresento as protagonistas, o motivo de tornarem-se defensoras e a forma como tivemos contato, nesta ocasião de transição do Programa e depois, quando da realização das entrevistas.

²⁵ A pandemia aqui se refere à Pandemia pela Covid-19, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 como doença respiratória com surto em várias regiões do mundo, conforme a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS. <https://www.paho.org/pt/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19>

Lola Aronovich

Professora da UFC, feminista, blogueira, com atuação no âmbito do espaço urbano e cibernético²⁶, militante das redes sociais principalmente digitais. Através de seu *blog*²⁷ e de um canal de mídia no *Youtube*²⁸, formatados e mantidos à disposição e a favor das lutas feministas, tem sido alvo de ameaças de morte e ataques aos seus direitos de expressão, manifestação e dignidade, há quatorze anos, atualizando-se as ameaças e aperfeiçoando-se os níveis de ataque, enquanto ela se mantém ativa e resiste na luta. Como ela mesma se define no canal do aplicativo *Twitter*²⁹, “logicamente de esquerda (...) ingrata com o patriarcado desde criancinha”³⁰.

Nascida na Argentina, veio com os pais ainda muito nova ao Brasil, tendo residido no Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, antes de chegar ao Ceará. cursou publicidade, pedagogia e foi professora de língua inglesa, prosseguindo seus estudos com a pós-graduação em Literatura em Língua Inglesa, realizando mestrado e doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Seu doutorado-sanduiche foi realizado em Detroit, vindo residir e trabalhar em Fortaleza, no Ceará, em 2010, como concursada da Universidade Federal do Ceará.

²⁶ “A Internet é uma rede mundial de computadores que se comunicam entre si por meio de protocolos padronizados e que permite o acesso a informações, serviços, entretenimento, educação, comunicação e muito mais” (blog da Faspec: Internet: o que é, como funciona e quais são os seus benefícios (faspec.edu.br); Já o Ciberespaço é termo criado em 1948 em literatura ficcional “Neuromancer” do escritor William Gibson (Portela, 2018), fazendo referência justamente a este espaço de comunicação aberto pela interconexão entre computadores.

²⁷ Os *blogs* são espécies de diário *on-line*, abertos, de acesso público, geralmente pautado por seu autor e com publicações constantes, que pode ser composto por textos, imagens e outras mídias na rede mundial de computadores (Internet). O Blog *Escreva, Lola, Escreva* se encontra na plataforma *Blogger*, da *Google*, que existe desde 1999, tendo sido comprado pela Google em 2003.

²⁸ O *Youtube* é uma plataforma de vídeos *on-line para compartilhamento e acesso livre, assim como o Blog*. que incentiva produções próprias, funcionando como uma televisão com vários canais, que existe desde 2005 <https://conceito.de/youtube>.

²⁹ O *Twitter* é uma plataforma *web*. originalmente criada para troca de mensagens curtas, que se tornou uma mídia social com alto alcance, com o objetivo de conectar pessoas, grupos, empresas e clientes, utilizada como ferramenta de comunicação, disseminação de ideias e de vendas. O que é o Twitter e como ele funciona? (hubspot.com)

³⁰ Informação dada pela própria Lola, através da Internet, através do aplicativo *Twitter*. https://twitter.com/lolaescreva?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor

Seu *blog* foi ao ar em 2008, como forma de manter independência em suas publicações através da Internet, conforme seu relato em entrevista à pesquisadora, além de animar-se em veicular notícias e posicionamentos feministas de forma mais sistemática. Considerado o maior *blog* feminista do país em número de acessos³¹, é atualizado diariamente. Foi através dele que acabou despertando a atenção de movimentos masculinistas e misóginos. Em 2011, Lola incidiu de forma significativa na exposição de sites masculinistas, publicando *post* a respeito deles, de sua existência, ação e características em seu *blog*. Passou a ser perseguida de forma permanente, crescente, até colaborar com a prisão de um de seus articuladores. Descobriu e denunciou através dele a associação desse movimento com diversos crimes misóginos e colaborou com o desbaratamento de crimes, de ataques a escolas e outros crimes cibernéticos. A partir das manifestações no mesmo blog, frente a situações públicas que comenta, critica e denuncia, sofre processos sistemáticos de instituições, homens e coletivos que se sentem ofendidos. Em 2017 teve seu blog retirado do ar, censurado por ataques em massa de grupos de ódio, quando contou com amplo apoio popular e de artistas para reverter a situação.

Lola inspira e dá nome à lei contra o machismo digital e misoginia - Lei Lola³², aprovada em abril de 2018, através do PL 4614/2016, da deputada federal Luizianne Lins, do Partido dos Trabalhadores do Ceará, relatora à época na câmara da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que propôs alterações à Lei 10.446/2002, atribuindo à polícia federal a competência pela investigação de crimes de conteúdo discriminatório ou de ódio às mulheres na Internet.

³¹ A citação em entrevista da própria entrevistada, divulgada através da agência de comunicação Verdes Mares: "As ameaças de morte são diárias", relata professora Lola Aronovich - Metro - Diário do Nordeste (verdesmares.com.br)

³² Lei 13.642, que "Tomaz de Souza, Petroli & Nascimento Magalhães (2022)

Abordo, com o foco na trajetória dessa Defensora, em suas lutas e resistências, a realidade da violência que se propaga por meio virtual, com discursos de ódio, ameaçando a vida e a militância de Lola, de outras feministas e de várias mulheres, em geral, ameaça que já desencadeou a revisão citada acima na lei federal para abarcar os crimes cibernéticos produzidas por homens misóginos autointitulados masculinistas ou “mascus”, como Lola passou a chamá-los - é a abreviação de "masculinistas", termo que define homens misóginos, que pregam a superioridade masculina e incentivam ataques e pensamentos misóginos, conforme relata em suas declarações públicas³³. Como se trata de um crime cibernético, a ameaça pode vir de qualquer lugar do mundo, mas Lola reside em Fortaleza, e é desde o Ceará que provém a proteção atualmente, encontrando-se em debate um encaminhamento para a federalização do caso, já que o último inquérito foi desencadeado pela polícia federal. Além disso, depois da mudança no executivo do governo federal, torna-se viável esta alternativa, já que voltamos a ter uma gestão federal com compatibilidade de compreensão sobre a proteção e, por isto, mais segurança neste debate.

No dia 27 de dezembro de 2020, recebi a indicação para atender Lola, que estava alertando para novas ameaças recebidas, havendo recebido foto da fachada de sua casa e ameaças pela internet, mais uma vez. Ou seja, este ameaçador, ou alguém de sua relação, estava em posição para executar o planejado, muito além de ameaças e temores, “a postos”. Protegida desde 2016, em função de ameaças de morte sofridas em meio virtual após ampla repercussão de conteúdo produzido no seu *blog*, em que se posicionava e denunciava crimes de racismo,

³³ São muitas as fontes de depoimento de Lola. Ela alimenta a Internet nas condições que relata e dá depoimentos a estudantes, pesquisadores e jornalistas. A abordagem aqui citada refere a matéria da Revista Marie Claire: <https://revistamarieclaire.globo.com/violencia-de-genero/noticia/2023/03/lola-aronovich-alvo-de-grupos-masculinistas-ha-15-anos-red-pill.ghtml>

homofobia e misoginia, entre outros, Lola recebe as ameaças sistematicamente, há muitos anos, desde 2011, e contou que as ameaças costumam aumentar na época de final de ano. Nas vésperas do ano de 2021, avaliamos juntas a possibilidade de acionar a polícia federal para as ameaças de origem desconhecida, por telefone e *e-mail*, conseguindo obter a abertura do inquérito junto à polícia federal, depois de encaminhar a denúncia e recebermos atendimento da instância através da delegada de plantão que se mostrou interessada e acabou dando ineditamente este tratamento à denúncia. Encaminhamos também o acionamento de rondas policiais mais frequentes na sua rua durante o feriado, além de resolver a iluminação por lá, considerando que no local havia lâmpadas queimadas, deixando o ambiente mais inseguro. Ela costumava se comunicar com o Programa por e-mail, não usar telefone celular e evitava o uso do aparelho fixo, haja vista as ameaças virem, muitas vezes, por esta via, assim, evitando usar os mesmos canais de seus ameaçadores, a não ser emergencialmente. Conversávamos pelo telefone e por email, nestes dias, instalando uma rotina imediata de acompanhamento até que passasse o período mais conturbado. Mesmo com risco, Lola não quis sair de casa. Em plena Pandemia, também sua mãe estava muito doente e viria a falecer três meses depois.

Assim, acompanhei Lola antes e depois da entrevista da pesquisa, na ocasião em que foi homenageada pela Assembleia Legislativa tendo sua cidadania cearense reconhecida, quando recebeu de forma *online* o título de cidadã cearense, ainda em 2021³⁴, e, presencialmente, no final do ano de 2022, passada a Pandemia³⁵. Logo que estruturei meu projeto de pesquisa, convidei Lola a participar, através de *e-mail*, sua forma mais frequente de comunicação com o Programa, e recebi desta forma sua resposta positiva. No segundo encontro de Defensores e

³⁴ Professora e ativista Lola Aronovich ganha título de cidadã cearense (opovo.com.br, notícia de 06/03/2021)

³⁵ Lola Aronovich recebe Título de Cidadã Cearense em solenidade na Alece (<http://www.al.ce.gov.br>, notícia de 30/11/2022)

Defensoras no Estado, promovido pelo Programa dentro de sua metodologia de trabalho, este já funcionando a pleno, mais uma vez nos encontramos, em 2022. Em 2023 voltamos a falar sobre o tema para realizarmos a entrevista. Para tanto, ela preferiu que conversássemos na sua casa. Me recebeu na companhia de seu marido, conheci sua residência, seus gatos, plantas, obras, tudo gentilmente apresentado por eles, realizando logo após uma longa entrevista. Nesta ocasião, ela compartilhou o convite recebido para contribuir com o grupo de trabalho do executivo federal sobre discursos de ódio e extremismo, em fevereiro de 2023. Ela contou com alegria e ao mesmo tempo preocupação, pois novas ameaças surgiram após os anúncios sobre esta participação³⁶. Mesmo assim, manteve seu interesse em participar e reafirmou que se fosse levar em conta as ameaças recebidas, não sairia e nem faria nada há muito tempo: “não tenho medo”.

Adriana Tremembé

Uma representante de povos indígenas, liderança na organização das mulheres de seu território, que, nesta condição, na medida de seu ativismo, ameaçou os interesses de empresários do turismo, constituindo a luta pela retomada das terras do povo Tremembé e resistindo à construção de um complexo hoteleiro internacional que tentava se instalar e avançar sobre o território indígena.

Desde 2002 é permanente a luta contra a especulação imobiliária e o grande projeto internacional de turismo com um empreendimento turístico chamado Nova Atlântida - Cidade Turística e Residencial, que gerou conflitos, ameaças e episódios violentos, quando o povo Tremembé resolve enfrentar esta luta e se manifestar.

³⁶ A nomeação para o grupo de trabalho que se insere nas medidas do Executivo federal de ‘combate à desinformação’ e ‘fortalecimento da democracia’:
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/22/governo-grupo-discurso-de-odio-manuela-davila-e-felipe-neto.htm>

Lustosa (2008) registra que os conflitos estavam sendo causados por empregos e salários oferecidos a familiares, que, a serviço do empreendimento, negavam a terra indígena e seu pertencimento, impactando na cultura e na estabilidade de seu povo. Afirma que o empreendimento transnacional tinha a intenção de “encurrular os Tremembé destas duas comunidades em dois pequenos enclaves cercados pela obra”(p.131). No sítio eletrônico que não está mais disponível, o consórcio espanhol anunciava o megaprojeto:

Um projeto de um consórcio de 17 empresas que cobriria uma superfície de trinta e dois milhões de metros quadrados, incluindo 27 hotéis de cinco estrelas, hotéis de luxo pequenos, 7 campos de golfe, é segundo o site ‘o maior complexo turístico residencial do mundo. ‘A área total da primeira fase de desenvolvimento abrangeria 11.000.000m² (LUSTOSA, 2008, p. 130).

A Licença Ambiental do empreendimento foi cassada em 2018 pelo Ministério Público Federal, conforme registros do Centro de Documentação Indígena da Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido- ADELCO³⁷.

Em 07 de agosto de 2015, através do Diário Oficial da União, através da Portaria 1318³⁸, assinada pelo então Ministro da Justiça, foi declarada a posse permanente do Grupo Indígena Tremembé sobre a Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú. A homologação foi efetivada em abril de 2023, pelo atual Presidente da República.

A comunidade indígena sobrevive e resiste. Conforme relata Mateus Tremembé, jovem liderança indígena em seu memorial Veredas da Encantaria Tremembé (Secult, 2020), o

³⁷ Conforme sitio adelco.org.br

³⁸ DOU nº 152 de 11 de agosto de 2015, pelo Ministério da Justiça:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/08/2015&jornal=1&pagina=33&totalArquivos=76>

território desenvolveu o Ponto de Cultura Recanto dos Encantados, tendo em vista a valorização dos rituais sagrados, do Toré aos alimentos e bebidas produzidos, associados à Encantaria que vem do mar, nas suas palavras.

Anualmente, desde 2009, realizam a festa do Murici e do Batiputá, que reúne por cinco dias as quatro aldeias de forma integrada - São José, Buriti de Baixo, Buriti do Meio e Munguba, envolvendo louvação pelo que recebem da mãe natureza, pelas dádivas de seus frutos sagrados, que produzem o óleo, os sucos e doces, que alimentam e curam. Chamam para participação as comunidades do entorno, resistindo aos ataques da iniciativa privada com o fortalecimento de sua identidade e cultura e mantendo a luta pelo território.

Encontrar Adriana Tremembé em seu território foi adentrar sua história, o sagrado do lugar e suas encantarias. Conhecer seus percursos e receber a bênção dos encantados foi uma experiência profunda, como um mergulho necessário nas tradições indígenas, sua fé e força ancestral. Me tornei mais atenta ainda às questões espirituais e aos valores cruciais oferecidos ao coletivo e a cada sujeito em sua ancestralidade conectada ao mundo natural. E também entendi que há que se afastar de uma “lógica manufaturada” que insiste em conter e delimitar modos de produção e de subjetivação colonizadas, como refere Rosa (2015), vislumbrando a possibilidade de contraponto numa produção de modelos interculturais com base nas próprias perspectivas indígenas. Como o programa daria conta desta inflexão?

Sua inserção no Programa remonta a 2012, através de equipe federal que já atendia em âmbito nacional a defensores e defensoras de direitos humanos ameaçados de morte. Assim que o programa foi instalado no Ceará, seu caso foi transferido para a atenção local. As ameaças se relacionam ao processo de demarcação da terra indígena, pelo interesse de empresa internacional em instalar uma rede hoteleira no território, com acentuação em 2015 por interesse de outra

empresa, desta feita de energia eólica, ao mesmo tempo em que se delimitava o território indígena, através da portaria declaratória da terra indígena Tremembé da Barra do Mundaú, o que costuma agravar as ameaças. Mais recentemente as ameaças provêm de não indígenas presentes no território e que provocam destruição e confusão, disputando a posse, provavelmente cooptados pelas empresas interessadas.

O atendimento que realizei diretamente à Adriana Tremembé no período de lapso temporal do Programa, quando a estrutura da Secretaria fazia este papel, foi também no período de medidas restritivas frente a pandemia da Covid-19, quando houve a mobilização comunitária em barreiras sanitárias para evitar o acesso da população não indígena às praias da Barra de Mundaú, no território indígena em Itapipoca para evitar a contaminação. Foi necessário ter a ajuda da polícia militar comunitária, acionada para garantir o respeito às regras de fechamento do acesso à praia.

Adriana seguidamente sai do território para atividades de militância e incidência. Eu a encontrei quando veio à capital do estado do Ceará participar dos encontros anuais dos defensores e defensoras protegidos no Ceará, que ocorreram em 2021 e 2022, em um ativismo que demonstra continuidade da luta, que a constitui, quando foi responsável pela mística realizada, oferecendo as bençãos, a limpeza e a energia das ervas e rituais de seu uso.

Ela tornou-se presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE) e, em 2023, participou de mesas de negociação para o reconhecimento das terras indígenas e debates sobre a causa indígena. Acompanhei sua participação e fala pública em audiência proposta pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE em abril de 2023, que pautou os povos indígenas e quilombolas e a luta por terra e território no Ceará. Nesta ocasião, Adriana falou como representante das mulheres de seu território Tremembé e em nome

de todos os povos indígenas do Ceará, às vésperas de conquistar a demarcação de suas terras, solicitada desde 2003. Vinte anos depois, em 28 de abril, ocorreu esse reconhecimento, através de definição do governo federal, envolvendo 3.511 hectares onde estão as aldeias de São José, Buriti de Baixo, Buriti do Meio e Munguba, no distrito de Marinheiros, no município de Itaipoca, no litoral Oeste do Ceará. O circuito que tive o privilégio de acompanhar teve um desfecho feliz, comemorado pelos povos indígenas como sinalização de novos tempos de políticas públicas, nacionalmente e no estado do Ceará.

Alessandra Felix

Uma mãe que vivenciou a experiência de ter seu filho cumprindo medida no Sistema Socioeducativo do Ceará - “mãe do socioeducativo”, como se diz na referência coloquial local. Vivenciou este lugar e acompanhou o filho em um período em que o Sistema Socioeducativo no Ceará estava em uma de suas crises mais agudas - conforme matéria do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA Ceará,. A partir de 2014 a alta frequência de rebeliões e motins dava notícias do agravamento da crise, tendo sido interpostas quatro Ações Cíveis Públicas desde 2009 e protocolado Petição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - CIDH/ONU, além de inúmeras inspeções envolvendo o sistema de justiça e a sociedade civil para tentar salvaguardar a vida e a integridade física de adolescentes em medida socioeducativa³⁹. As medidas em andamento desde então, com destaque para a criação de uma superintendência específica para a gestão da política, o controle da

³⁹ O CEDECA, o Forum da Criança e do Adolescente do Ceará e a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente/Brasil denunciaram tortura, abuso de autoridade, isolamento compulsório, insalubridade e diversos tipos de irregularidades no cumprimento das medidas socioeducativas no Estado do Ceará, envolvendo cerca de 1000 adolescentes internos nas unidades Centro Educacional São Miguel, Dom Bosco e Patativa do Assaré, ampliando em seguida para o Centro Educacional São Francisco, Passaré, Canindezinho e Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, além dos transferidos provisoriamente ao Presídio Militar de Aquiraz, ensejando a Resolução 71/15 da CIDH e outras medidas subsequentes, como a criação de um monitoramento permanente das medidas cautelares indicadas.

superlotação e a criação de normas internas de controle e funcionamento, mesmo assim não sanaram a “gravidade, urgência e irreparabilidade de danos”⁴⁰ existentes, mantendo-se uma luta cotidiana até os dias de hoje, com a vinda e envolvimento do governo federal em 2023 na criação de um plano estadual para sanar a situação e atender as medidas cautelares definidas há mais tempo.

O filho de Alessandra posteriormente ingressou no sistema prisional, saindo em regime semi-aberto com tornozeleira eletrônica. Na luta pelo acompanhamento do filho no socioeducativo, tornou-se ativista e expandiu seu intento de lutar pela dignidade das pessoas privadas de liberdade, tornando-se militante da luta pelo desencarceramento e reivindicando-se abolicionista penal⁴¹. Se viu ameaçada na medida desta militância, organizando familiares e reivindicando direitos, principalmente frente ao próprio Estado.

A mãe do socioeducativo tornou-se mãe de preso. Conforme seu relato à *Intercept*⁴² (Felix, 2019), sente-se responsabilizada pelas decisões do filho, julgada e rotulada como tal. Estigmatização, é a palavra, pois a pena se estende à família nesta permeabilidade intra e extra muros, principalmente quando os aspectos de gênero se destacam. No entanto afirma que talvez ele só esteja vivo hoje por conta da sua luta:

Ele só não se envolveu com coisas piores porque estou do lado, mas ninguém sabe o que eu sofro. Enquanto as mães convencionais se preocupam com a felicidade dos seus filhos

⁴⁰ <https://cedecaceara.org.br/>

⁴¹ O Abolicionismo penal é um movimento e diversas teorias que não acreditam em prisões e se opõem à justiça criminal tradicional que se legitima pela máxima de que os conflitos e problemas relacionados à impunidade podem ser resolvidos pela prisão/punição, endurecendo-se penas e tendo como paradigma as noções de crime e castigo. Para saber mais, ver Achutti, Daniel Silva (2017); Batista, Vera Malaguti (2012; 2020); Davis, Angela (2018); Batista, Nilo (2011).

⁴² A *Intercept* é uma agência de notícias independente, com financiamento público permanente, que faz jornalismo investigativo e denuncia situações de corrupção e injustiça. <https://www.intercept.com.br/>

ou com as notas vermelhas que eles tiram no colégio, nós, as mães da periferia, duelamos para que os nossos estejam vivos. Aqui é tudo muito difícil. Os únicos serviços que a gente ainda tem como garantia são o posto de saúde e as escolas mais próximas. Lazer já é exigir demais (Felix, 2019, s/p).

Neste contexto, criou o *Coletivo Vozes*, tornando-se mais atuante ainda junto com outras mães, em um movimento de articulação de pares e de denúncias de situações locais nesta parceria, tanto envolvendo um sistema de privação de liberdade como o outro, que seguem dando o que falar.

Alessandra explicita esta formação e este nome já no segundo encontro, com os elementos de pós texto inicialmente apresentado, trazendo a força das reflexões desse coletivo de mães e os significados da luta e de seu movimento. Foram reconhecidas como fórum de mães pelo Estado, identificando-se como vozes de mães que visitavam o socioeducativo, como vozes de histórias silenciadas pelo Estado e suas práticas, sua primeira frase de luta, e chegaram a se chamar como vozes de mães sentenciando vidas de filhos, diferenciadamente de juízes, que condenam, já que a sentença de mãe é abençoar. Assim, permanecem as vozes das mães nos portões e as vozes dos meninos lá dentro, o nome Vozes começou a chegar com muita força. “As mães estão falando”, diziam, o Vozes foi batizado no Passaré (bairro de Fortaleza). Nas recordações, o relato de que quando foi feito o abraço à instituição do socioeducativo, uma pessoa da imprensa teria perguntado quem eram as pessoas desse “Coletivo Vozes”, ao que se respondeu “são as mães”, as “Vozes de mães de familiares do Socioeducativo” e, em 2016, com a migração do socioeducativo ao prisional, “Vozes de mães e familiares do Socioeducativo e do Prisional”. E do Ceará, identificando o território frente a representações nacionais realizadas.

Alessandra foi presa quando participou de ato pacífico contra o encarceramento no dia 30 de novembro de 2021, em alusão ao Dia da Consciência Negra, tendo recebido atenção do Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos ameaçados e da rede estruturada no Ceará. Estavam presentes na delegacia por ocasião de sua apreensão, representação do Ministério Público - da coordenadora do Núcleo de Atenção a Vítimas de Violência - NUAVV/MP; da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - do presidente da Comissão de Direitos Humanos; da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da coordenadora geral do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, embora a ela não tenha sido facultada a entrada para falar com o Delegado - permanecendo na rua, em frente à Delegacia, quando a violência se desloca neste veto a sua voz, em um gesto de rechaço na exclusão do Programa. Alessandra não permaneceu presa, mas foi devidamente registrada.

Alessandra Felix foi a terceira entrevistada na pesquisa, já em maio de 2023, e acabamos tendo meu escritório pessoal como local da realização da entrevista, depois que a busquei em local público próximo à sua casa. Ela fazia várias perguntas sobre minha família, origens e modos de vida, ora parecendo uma menina curiosa e afetiva, cheia de fé e esperança, ávida pela vida, enquanto conversava e admirava as plantas que cultivo, ora se revelando uma pessoa com vivência de muito sofrimento, com peso em suas palavras e ciência de sua luta difícil e necessária. Aquele momento de convivência rendeu uma foto que ela publicou no *Instagram* e gerou uma reflexão minha sobre a relação e os cuidados necessários e éticos de uma intervenção.

Ainda fiz uma muda para ela daquela plantinha que mais gostou, que vou entregar quando levar o texto para sua avaliação prévia. Quando fui buscá-la, ao passar nas proximidades da Secretaria da Administração Penitenciária, senti um estranhamento. Me senti muito próxima dela e distante daquele local que havia contido a minha rotina de trabalho por anos, de casa para

lá, de lá para casa, sem nunca ter hora para sair ou voltar, sempre com algo a fazer, envolvida naquele trabalho relacionado à cidadania e às prisões, numa tentativa de entender a privação de liberdade e ao mesmo tempo tentar garantir dignidade às pessoas que estavam presas, além de facilitar a vida de familiares angustiadas pela privação de liberdade de seus parentes e mesmo protegê-los de nossos rigores como representante da Secretaria de Estado. E, foi ali mesmo que alguns meses antes Alessandra havia sido presa na manifestação e por isto os castigos ao filho dentro da prisão se fizeram sentir⁴³. Nesta vivência da prisão da mãe, ato contínuo o filho privado de liberdade, recebeu tratamento carcerário diferenciado, foi para a tranca e apanhou, sendo depositário de afetos reativos oriundos de uma espécie de retaliação. Foi repercutido à altura o troféu tortura entregue simbolicamente na manifestação em que a mãe foi presa, passando a ser proibida de visitar seu filho, que foi isolado e castigado, e ainda orientado a chamar por “seu pai”, o deputado Renato Roseno, presidente da comissão de direitos humanos da Assembleia Legislativa, este - único - deputado que se mostrou atento e incansável na luta por Defensoras e Defensores, e que participou do processo que garantiu a soltura da mãe.

Entrevistas Narrativas: estratégias e desafios na escuta das Defensoras

Nas entrevistas, realizadas entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro de 2023, a partir da qualificação do projeto, realizei análise sobre a construção das Defensoras na luta pelos direitos e na vivência das ameaças em suas trajetórias, verificando as implicações da luta em suas vidas e as experiências subjetivas produzidas nestes processos, analisando as repercussões do

⁴³ Corvello, Cynthia (2020) analisa a violação dos direitos básicos das pessoas em situação de privação de liberdade, que qualifica como “decorrentes da permissividade legal na administração de castigos” (p. 108), já que a Lei de Execução Penal - LEP 7210/1984, em seu artigo 49, concede alcance muito restrito ao sistema judicial no que se refere à análise da tipologia e aplicação de sanções, qualificando as faltas disciplinares como leves, médias ou graves, e atribuindo a especificação entre leve e média e a respectiva sanção à legislação local. Como diz, é uma fragilidade que cria um hiato importante que se embasa no regulamento do sistema penitenciário, que por sua vez se coloca como mais um empecilho no monitoramento e denúncia de torturas, como no caso em estudo.

atual estado de ataque aos direitos humanos no Brasil e identificando formas de resistência a estes processos, bem como os desafios e perspectivas para a proteção no Ceará.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas para escuta, comentários e complementos de cada uma das mulheres às suas trajetórias, desde apontamentos que permitissem a análise da experiência, do vivido, do sentido e as opiniões das Defensoras, ampliando o conhecimento da sua realidade e história, além de reconhecer os processos em disputa a respeito dos direitos humanos, avanços e retrocessos, aprofundando a compreensão sobre modos de subjetivação em curso, ampliando o leque da análise e superando o simples fornecimento de informações.

Para tanto, acompanhando a pista trazida por Tedesco, Sade e Caliman (2014), busquei realizar o “manejo cartográfico” (p. 93) da entrevista, na direção de um *ethos* para fazer variar o método e abordar os planos da experiência em toda sua extensão, sem prender-me a indagações sobre fatos mas indo ao encontro da linguagem e do engendramento das relações de reciprocidade, “no entre, presente nas margens de expressão e de conteúdo” (p.98), em expressões e variações do dizer, produzindo uma linguagem viva na obtenção do acesso a esta experiência. Busquei assim realizar entrevistas que fossem além da descrição dos fatos e do esvaziamento de seus sentidos ativos, para viver esta experiência e deixá-la falar e fazer sentir, fazendo-se a processualidade.

Neste manejo cartográfico a diretriz foi de que a abertura fosse possibilitada, pela indeterminação mesmo de seu curso, desviando de enquadramentos, sentidos restritos e direcionamentos, mesmo com apontamentos indagadores. Ao mesmo tempo, tentei acompanhar o percurso de cada entrevistada, com afetação pelo fluxo de ideias sobre o tema, habitando este território e seguindo na base da confiança mútua. Buscando múltiplas vozes, em uma experiência que se propôs polifônica, de forma atenta na direção de promover o “acesso ao plano coletivo de

forças e sua indeterminação [...] no traçado de um devir” (Tedesco, Sade & Caliman, 2014, p.123).

Não ocorreu mais de uma entrevista com cada defensora, mas novos encontros aconteceram, em ocasiões diversas, para tratar da proteção e das próprias causas dos direitos humanos. Estivemos juntas nos dois encontros de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos produzidos pelo Programa, em Fortaleza, analisando os principais desafios da Proteção e formulando proposições, das quais me sirvo no capítulo específico de análise da proteção. Ainda, participei muito recentemente do terceiro encontro, realizado em maio de 2024, em conjunto com o processo de escuta do Grupo de Trabalho Sales Pimenta, do Ministério dos Direitos Humanos⁴⁴. Finalmente, novos contatos e interlocução aconteceram quando dos retornos das Defensoras a respeito de suas leituras que entreguei, em primeira versão, tendo havido mudanças em meu texto a pedido de Lola e Alessandra. Mais uma vez foram momentos de compreensão e ajuste fino tanto da escrita quanto da compreensão das lutas específicas.

As questões que envolvem estas mulheres remetem à consideração dos feminismos subalternos, que fazem referência aos marcadores que levam em conta categorias como classe, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, em importantes diferenças geoculturais e geopolíticas e apontam antagonismos, conforme sugere a análise de Ballestrin (2020), em que “o feminismo hegemônico, [...] passou a ser exposto em seu universalismo, etnocentrismo, anglo-eurocentrismo, (neo)liberalismo, branqueamento e negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidades e geografias”(p.5).

⁴⁴ Conforme o sítio do Governo Federal, o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta é um compromisso do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania e tem o objetivo de garantir a segurança e a integridade de defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas.

Aqui procuro entender elementos dos feminismos que os tornam tão múltiplos, não restritos às ondas como é caracterizada sua história, didaticamente, por vezes, mas que pode simplificar a diversidade de que se trata, para abordar os elementos que apontam as desigualdades de gênero em temas necessários sobre violência, saúde e nas lutas e resistências das mulheres.

Submetendo à qualificação o projeto desta pesquisa, deparei-me com o questionamento da Banca participante, a respeito das minhas próprias memórias, que havia inserido na introdução do trabalho. Longa introdução, em que resgatava minha trajetória profissional, que foi sugerida como memorial, em plenos 60 anos da Psicologia, em 2022. Sessenta anos meus, também, em 2021, em que relato uma trajetória em defesa dos Direitos Humanos, o que foi indicado para se constituir como capítulo mesmo. O caminho que percorri com esta indicação da Banca, juntou-se à constatação que já havia feito nos momentos de construção e de reflexão junto ao orientador da pesquisa, de que era uma trabalhadora das políticas públicas e defensora dos Direitos Humanos. E me permitiram dar mais um salto na compreensão e formatação da tese e sua estratégia: a partir da escuta das experiências narradas por Defensoras, pensar o campo dos Direitos Humanos, entrelaçando o singular e o coletivo. Não individualizando as trajetórias das Defensoras, tampouco focando no âmbito intrapsíquico das suas vidas. Mas, sim, deslocando o foco do sujeito para o foco nos processos de subjetivação agenciados no campo das lutas por Direitos Humanos. Sair do olhar ao sujeito individualizado, intrapsíquico e interior, alcançando a discussão dos modos a partir dos quais nos tornamos sujeitos, identificando as relações que nos tecem, não mais distanciando o individual e o coletivo. Respeitando a indissociabilidade entre o pessoal, o social e o político. Em cada capítulo e em cada narrativa, das experiências narradas pelas Defensoras de Direitos Humanos, considerando trajetórias a serem visibilizadas em sua

singularidade, a partir delas refletir sobre um campo formado desde este coletivo de forças que estão em disputa. Identificando o que há em comum entre elas e os desafios do campo, bem como as resistências constituídas nas suas lutas, aparecendo então desde a subalternização das mulheres, a lógica colonial, antidemocrática, que ameaça a vida destas mulheres, a restrição do humano a um poder cis-hetero-patriarcal que as atinge. Este é o caminho que se fez.

Histórias e trajetórias com a Psicologia: quando o lugar de defensora de direitos humanos se encontra com o de pesquisadora e trabalhadora do campo dos Direitos Humanos

Nesta seção, resgato e reflito sobre minha trajetória pessoal, me fazendo acompanhar de análises sobre a conjuntura em cada período, vindo nesse rumo até os dias de hoje. Busco compreender assim o atual contexto social brasileiro a partir da minha trajetória e das Defensoras protegidas, situando as lutas de nosso tempo a partir das perdas e ameaças sistemáticas de morte a Defensoras de Direitos Humanos, analisando este campo.

Aproveito minhas memórias para refletir sobre a responsabilidade e mesmo o papel da Psicologia, inserida que estou, em um meio acadêmico e de pós graduação em Psicologia, particularmente em um ambiente como o VIESES, que se encarrega de fazer esta reflexão e já se oferece como lócus de resistência aos ventos antidemocráticos e mesmo fascistas que especialmente sentimos no período recente, mas que seguem, em contextos de disputa de narrativas e de construção, manutenção e derrocada de políticas públicas.

A trajetória que apresento indica um lugar híbrido como pesquisadora, trabalhadora e defensora dos Direitos Humanos, composto de vários papéis e lugares sociais, que constato dentro de uma trajetória de trabalho em que a luta pela dignidade e respeito à diferença se coloca, tomada como princípio e compromisso ético na profissão, desde um lugar de mulher trabalhadora das políticas públicas e em defesa dos direitos humanos, reconhecendo-me como uma defensora que se tornou pesquisadora do campo dos Direitos Humanos, sua defesa e proteção.

Desta memória, traço linhas para compreender o plano coletivo de forças que tecem o contexto social do país em que acontecem as ameaças e a proteção às Defensoras de Direitos Humanos e refletem a nossa conjuntura, me reposicionando sobre o campo dos Direitos

Humanos a partir deste diálogo. Assim, não faço um mero resgate de minha trajetória individual, mas uma reflexão, a partir das memórias dessa trajetória, traçando linhas para compreender estes planos coletivos, respondendo ao primeiro objetivo da pesquisa.

Contradições e superações na vida profissional e na Academia

Começo trazendo uma particularidade desta pesquisa e do processo acadêmico recentemente vivenciado no doutoramento, que delimita o processo de intervir e pesquisar nesta tese. A seleção que abriu as portas da pós-graduação em Psicologia e a pesquisa com que fui aprovada reuniram em entrevista inicial dois professores que destaco e a quem, em momentos diversos, me vinculei: o professor João Paulo Pereira Barros, meu orientador nesta tese, coordenador do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação - VIESES/UFC, laboratório de pesquisa cadastrado no CNPq e programa de ações extensionistas cadastrado na UFC em que me inseri praticamente já na entrada do doutorado, levada pelo advogado mais psicólogo que conheço, o dr Marcus Giovani Ribeiro Moreira. No VIESES construí e desenvolvi o projeto desta pesquisa e adentrei efetivamente no universo acadêmico da Psicologia Social e de seus atravessamentos necessários - com a colonialidade, muito além dos conceitos de humanidade e de civilização que julgamos cultivar para o bem; com o racismo estrutural e com a necropolítica, que em nossa branquitude insistimos em naturalizar, amenizar e relativizar, escapando das dimensões da violência e da dicotomia que produz as categorias de humanos e não humanos, tão causadoras de iniquidades; e com a interseccionalidade, que muitas vezes resistimos em tomar como metodologia para entender o atravessamento de múltiplas opressões que persistem contemporaneamente sustentando a violência. Assim entram no meu mundo a influência e os aprendizados no VIESES, pois ali se reúnem pesquisadores e pesquisadoras ousados/as e alternativos/as, que enfrentam

primorosamente em suas vidas, práticas, estudos e formulações aquilo que se manifesta como racismo, lgbtfobia e preconceito contra a abertura da ciência em olhares democráticos e inclusivos, sustentados pelo olhar atento do professor orientador. Entender a possibilidade de um olhar mais cuidadoso sobre nossa história colonial, que deixa marcas e determinações que, se não compreendidas, não nos permitirão superar o racismo estrutural que nos domina e persevera; pensar sob a perspectiva de gênero e entender que o feminismo branco reafirma e conserva o racismo e a lgbtfobia frente ao que não podemos ignorar de uma pauta de “pessoas diferentes de nós”(REIS, 2021) na vida e no trabalho, na nossa sociedade; são ensinamentos de vida desde esta inserção inédita e diferenciada que me impactam e espero repercutir desde lá.

E refiro por aqui, ao mesmo tempo, a vivência com o professor Walberto Silva dos Santos, coordenador do Laboratório Cearense de Psicometria - LACEP/UFC, que manifestou interesse no meu ingresso na pós-graduação e me orientou no primeiro ano do curso, tendo em vista a temática prisional do projeto de ingresso e a inserção no mundo penal que eu trazia e que fez interface com sua obra censitária junto ao sistema prisional - ele participou da realização dos Censos Estaduais 2013/214⁴⁵ e 2022/2023⁴⁶. Na passagem pela sua orientação, relacionada ao tema de ingresso e a este interesse de estudo e pesquisa até hoje, da prisão à monitoração eletrônica de mulheres, tive a oportunidade de encontrar o olhar da avaliação psicológica e de

⁴⁵ O Censo Estadual do Ceará 2013/2014 foi realizado em parceria da Sejus e Universidade Federal do Ceará, através do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), do Laboratório Cearense de Psicometria (LACEP) e do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA). Participaram 12.040 pessoas privadas de liberdade, entrevistadas individualmente pelas equipes técnicas envolvidas (40 técnicos e acadêmicos), sendo 762 respondentes de questionário ampliado e os demais a um questionário básico, para contagem e recadastramento, entre abril de 2013 e abril de 2014. <https://www.google.com/url?q=https://www.calameo.com/books/0023269141601b05ab1c6>

⁴⁶ O Censo 2022/2023 repetiu a parceria com a UFC, envolvendo desta feita a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, que coordenou a pesquisa, além das Ciências Sociais (LEV) e Psicologia (LACEP). O Censo foi apresentado pela Coordenação da pesquisa Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no sistema penitenciário do Ceará, em outubro de 2023 ao Grupo Condutor da Saúde Prisional, instância de monitoramento da política, coordenada pela Secretaria Estadual da Saúde, mas ainda não havia sido publicado até março de 2024.

reflexões mais vinculadas à psicomетria, na mesma linha de pesquisa em Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais, com algum contato com metodologias quantitativas. Não desgosto, nem descarto. Temos atravessamentos quali-quantitativos na vida, no trabalho, nos estudos e pesquisas que fazemos. Nos movemos muitas vezes em função de números que refletem a realidade da violência. Reivindicamos que esses números sejam mais reais, mais fidedignos. E constatamos a manipulação dos dados quando informações sobre mortes são classificadas como causas desconhecidas, por exemplo, e não são computadas como homicídios, e reduzem os números da violência sem deixarmos de ter a violência presente, precisando ser desvelada nestas causas desconhecidas. Queremos dados e informações, precisamos acessar e expor esta realidade, esforços são feitos institucionalmente para tal.

Nas disciplinas de estatística do curso de Psicologia, e ao longo da vida profissional, sempre me interessou a utilização de dados, e fui descobrindo a leitura do mundo desde metodologias quantitativas, como na epidemiologia, por exemplo, ciência muito importante na análise da vida e da saúde. Esses recursos metodológicos permitem a leitura da realidade, do social, mesmo frente a problemas complexos. Com a mestra Tânia⁴⁷, veio Edgar Morin e seu pensamento complexo, povoar a compreensão do mundo. A complexidade, como afirma o próprio autor, “é uma palavra-problema e não uma palavra-solução” (Morin, 2015, p. 07). Fiquei atenta a essas mudanças, alterando forma e conteúdo, ressaltando e acompanhando processos, entendendo o pragmático das “caixinhas” no conhecimento e na nossa vida, mas absorvendo, também, o ineditismo e a necessidade da multidimensionalidade por todo lado.

Ao mesmo tempo, valorizando o caminho percorrido, as nuances e os processos de produção de subjetividade, fui vislumbrando a possibilidade de construir uma prática múltipla e

⁴⁷ Professora referida e qualificada na Nota de Rodapé nº 19.

compreendi como indispensável a direção da experimentação e de uma atitude aberta a ela, como nos propõe o método da cartografia. Assim, vem esta composição. Este cruzamento me compõe. Ele me caracteriza e me agrada nesta produção de vida profissional. Nesta pesquisa trato com as entrevistas realizadas, tomando os caminhos da cartografia. Em outras ocasiões, faço uso de dados quantitativos. Mas é mais um ponto, simplesmente. Não há centralidade e qualquer ponto é caminho para pensar lutas e resistências, aqui, desde minha trajetória, acolá, trazendo os caminhos de Adriana, Lola e Alê, buscando e produzindo rizoma.

Na política pública ainda nos falta aprender a trabalhar com dados e escapar do abstrato e do frágil, apreender o contexto, porque muitas vezes ficamos incertos na nossa formulação e na elaboração da nossa prática. É preciso nortearmo-nos por um caminho que permita perceber os dados da violência, do racismo, da letalidade policial, do feminicídio, do sofrimento de familiares de pessoas privadas de liberdade. E com eles, enfrentar melhor toda a incerteza, as contradições, a bruma desta aventura de viver, transformar e permitir-se estar nesta condição de descoberta. Eis-me aqui - imbuída da transversalidade que os novos saberes requisitam, pleiteiam, para pensar a contemporaneidade.

Constato que os percursos complexos na minha trajetória me apoiam na direção ético-política desta construção de vida e de profissão, para muito além do simples debate sobre instrumentos, métodos ou abordagens, com as suas contraposições. Busco, nesta revisão da trajetória, colher a multiplicidade da experiência, bem como sua dimensão processual. Com as melhores indicações de Cesar, Silva e Bicalho (2013), na reflexão da metodologia, quando abordam “o lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica”:

A direção ética reside nessa possibilidade de avaliar os efeitos do próprio pesquisar em articulação com o modo como se pesquisa, como surgem sujeitos e objetos nessa

experiência. O político na dimensão ética nos convida a observarmos nossas práticas e ainda a correlação de forças que permite um dispositivo funcionar. É a este movimento, o das práticas, que é necessário pensar e intervir (p.368).

A partir desta perspectiva, faço, a seguir, um passeio preliminar desde minhas referências, a saber, o mundo do trabalho e a segurança pública com cidadania.

Contexto pós ditatorial e neoliberal: o mundo do trabalho

Em meio a luta política pela redemocratização nos anos 80⁴⁸, quando concluí os estudos de graduação em Psicologia, iniciei a trajetória profissional em uma empresa pública como psicóloga organizacional. Ingressei neste local em 1986, com o presidente da nação e o superintendente dessa mesma empresa biônicos⁴⁹, e ainda sem o benefício da vinculação de servidora, saindo de lá depois de cinco anos, quando o incômodo do Governo Collor⁵⁰ chegou até a unidade em que trabalhava. Neste serviço, ainda muito fechado a mudanças, estatal e mesmo confidencial, abrindo brechas e espiando o que estava posto, conheci a realidade do trabalho, dos processos imbricados de saúde e doença e a importância da organização de classe e por local de trabalho, ainda que “à boca pequena”, como que a cochichar com trabalhadores/as, colegas, usuários/as, técnicos/as e profissionais. Como empresa federal, o controle local era

⁴⁸ A redemocratização é conceituada como fenômeno político de retorno à democracia, desde um regime ditatorial. No Brasil, ocorreu uma delimitação militar deste processo, quando a própria Ditadura Civil-Militar estabeleceu um “retorno lento e gradual”, mas decorrente de lutas perante a insatisfação com o regime e pelos direitos, de forças políticas e sociais insurgentes em todo o país. Existem várias teorias para a transição e sobre as dificuldades da democracia tendo em vista este processo mesmo considerado inacabado. Sobre este tema, a leitura de Adorno (2010), Avritzer (2016) e Weffort (1992) são referências deste debate.

⁴⁹ Diz-se de um cargo público não obtido por voto ou concurso, assim chamado no período da ditadura brasileira.

⁵⁰ Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito do Brasil após a ditadura civil-militar (1989) e foi afastado (houve processo de *impeachment*) por corrupção em 1992, tendo renunciado um pouco antes. Mesmo assim, chegou a dar alguns passos na direção de um reformismo liberal em nosso país periférico, reatando as relações exteriores e utilizando-se também da bula neoliberal, decorrente do consenso de Washington, como componente do sistema capitalista, apesar da moratória econômica vigente (MACIEL, 2011). Em 2006, não obstante o processo do impedimento, foi eleito senador pelo estado de Alagoas, foi reeleito em 2015 e tem mandato até 2023.

relativamente baixo, as pessoas deveriam repetir as atribuições postas, mas nem sempre era assim que se fazia. Atribuo à presença permanente de estudantes em estágio acadêmico, a forma pela qual eu mesma me aproximei da empresa e de seus fazeres, com uma intensa produção de questionamentos, tentativas de produzir uma prática transformadora e uma Psicologia pensante, interrogante, desterritorializadora, sempre que possível. Reuníamos sempre para debater o que se fazia, como se fazia, o impacto do trabalho e o contexto daquela experiência, com acalorados colóquios que nos irmanavam, as pessoas em estágio e as supervisoras. Chegamos a ser duas psicólogas coordenando este processo⁵¹. Além dos encontros no trabalho, também ocorriam debates nas casas, em momentos que se desdobravam a técnica, a paixão, a amizade em construção e o laço que garantia qualidade, intensidade e ao mesmo tempo a cumplicidade e a coragem para intervenções mais ousadas. Compatíveis com os ventos institucionais e com os estudos mais fluidos propostos por autores institucionalistas, trazidos precocemente pela professora Tania Galli já tão bem lembrada, que nos apresentava também Deleuze, em seus devires; mas também em tempos de Pedrinho Guareschi, que nos trazia a psicologia crítica; Wanderlei Codo, que analisou criticamente o papel do psicólogo na organização à época industrial, entre outros autores que se encarregaram de problematizar a Psicologia, tão importantes em nossa sustentação teórica nesta prática organizacional. Que se tornava social e política, com a concepção do ser humano não só como produto histórico social que se faz e influencia o mundo, mas construindo “um espaço de interseção em que um implica o outro e vice-versa” (Jackes et ali, 2013). Nesta direção, a Psicologia Crítica latino-americana apresentou

⁵¹ Vai aqui mais uma referência a potentes formadoras e formuladoras da Psicologia contemporânea, quando a colega psicóloga dra. Gislei Lazzarotto foi parceira em estágio, logo passando a ser a segunda psicóloga do local e me alcançando com brilhantismo suas já aprofundadas colaborações. Seguimos em parceria ainda por um longo período, a partir deste encontro, produzindo pesquisa em saúde do trabalho anos mais tarde.

forte resistência aos princípios em uso da Psicologia Social norte-americana, indicando considerar maior contextualização e compromisso com a realidade social que vivenciamos, com muitos problemas e conflitos a serem enfrentados. Seu maior expoente é Martin-Baró, que desenvolveu e nos alcançou uma possibilidade de trabalho engajado, crítico, com a perspectiva da transformação das condições de vulnerabilidade. Neste período pude entender a extensão e a importância de uma prática psi em um mundo de segregação e de grandes conflitos sociais decorrentes de modelos econômicos perversos.

Naquela inserção profissional, ao mesmo tempo, pude experimentar pela primeira vez as possibilidades intersetoriais do atendimento integrado entre saúde, serviço social e psicologia, enquanto vislumbrava a dura realidade do mercado de trabalho. Trabalhávamos com captação de pessoas - seleção e acompanhamento para formação técnica em sistemas/informática, através de cursos oferecidos no próprio ambiente de trabalho. Estes cursos ainda nem existiam nas universidades, se desenvolvia um campo profissional promissor - a Informática, o Processamento de Dados, campo este também adoeedor, pois que arregimentava milhares de pessoas interessadas em uma disputa acirrada para o ingresso em uma carreira que se estruturava no mercado e já constituía modo próprio de adoecer⁵².

Em uma área de recursos humanos, hoje também chamada de “gestão de pessoas”, o que a tornou mais palatável⁵³, nosso foco era a seleção de pessoas, todas para, uma vez selecionadas, receber treinamento, avaliação e, neste processo, ficar na atividade, laborar, primeiro, em período

⁵² Esse processo de saúde-doença em seguida se tornou pesquisa e produção pessoais, como em “Organização do Trabalho Informático e sua Determinação no Processo Saúde-Enfermidade” e “Entre o Sintoma e a Patologia: Zonas de Sofrimento em Trabalhadores de Processamento de Dados”, ambos de 1992.

⁵³ “Palatável” porque em determinado momento histórico, frente aos questionamentos realizados à psicologia nas empresas, a favor de seus proprietários ou do capital mesmo, definiu-se pela “humanização” dos processos relacionados à gestão de pessoal, que passou a ser “gestão de pessoas”, em “respeito” ao ser humano, mudando a forma mas pouco o conteúdo.

probatório e depois talvez, conforme o desempenho, serem efetivadas. Rapidamente inserimos o acompanhamento às pessoas que ingressavam, ampliando o nosso foco de trabalho e tentando oferecer algum cuidado. Implementamos também um retorno àquelas pessoas que não eram aproveitadas, em entrevistas de devolução a todas aquelas que o desejassem, embora muito poucas voltassem. Sabemos que toda a interlocução com “o dono da vaga” é desigual e amedronta, subalterniza e rechaça *de per si*. Ao mesmo tempo, mantinha-se o trabalho predominante, que era uma contínua seleção de pessoas, envolvendo processos permanentes de captação, seleção e formação, e, logo, a utilização da máxima “homem (ou mulher) certo/a para o lugar certo”, que por muito tempo caracterizou fortemente este trabalho da Psicologia a serviço do capital. Até hoje, a máxima se mantém e é título de publicações e teses sobre ser a pessoa certa no lugar certo, para conseguir uma vaga no mercado de trabalho⁵⁴.

Na Psicologia, a prática voltada a empresas da Psicologia Organizacional e do Trabalho, é referência importante - nos primeiros lugares quanto a empregabilidade⁵⁵ e especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia⁵⁶. Desde cedo, e por um período importante, nossa prática psi se ateve fortemente a facilitar a realização deste filtro-funil para dar celeridade ao processo de escolha daqueles sujeitos que apresentassem melhor e mais rápida adaptação no trabalho. (Des)considerando enormes quantidades de pessoas que se apresentam sempre para

⁵⁴ Esta máxima, do homem certo no lugar certo, reuniu e propiciou contemporaneamente o desenvolvimento de metodologia e prática altamente disseminadas e em busca de sucesso pessoal e profissional, de apoio e de fórmulas rápidas em teorias sistêmicas de promessas para o rápido enriquecimento, o que veio a enriquecer o próprio autor e muitos de seus seguidores no Brasil, em práticas “coaching”. Muitos psicólogos inclusive se aliaram ao método que segue arrastando multidões, na perspectiva de alcançar ao cliente rapidamente ajuda para atingir seus objetivos em um curto espaço de tempo.

⁵⁵ Conforme o IBGE/PNAD 2014, com organização do DIEESE (2016), a categoria, com 146.721 profissionais na época, concentrava-se principalmente na modalidade autônoma ou atuando por conta própria - 42% (61.568); em seguida, como empregada com carteira assinada, 22,6% (30.451); funcionária pública estatutária, 20,8% (13.366); sem carteira, 9,1% (8.484); ou empregadora, com 5,6% (8.484 profissionais) no Brasil.

⁵⁶ Conforme Resolução nº 3 de março de 2022, que consolida as especialidades, que têm sido definidas pelo Conselho Federal de Psicologia desde 2000.

trabalhar, em um mercado concorridíssimo, desigual e perpetuador da falta de condições de trabalho, de oportunidades e naturalizador do quadro grave de concentração econômica e de pobreza, que caracterizam o mundo capitalista, sem falar do cabedal de problemas associados ao trabalho vazio, proporcionado pelo consumismo em tempos de (sub)desenvolvimento. Mas isso nem sempre foi objeto de preocupação. A função de escolher os melhores, desde sempre, contribuiu tanto com a agilidade da empresa quanto com esse momento tenso da disputa capital, causando mais sofrimento aos que buscam por trabalho. A tal “máquina de moer gente”⁵⁷ do mercado de trabalho e do capitalismo, acelerados no século XIX, com a Psicologia Industrial, serviu-se muito do trabalho de recrutamento e seleção de pessoal, buscando aquelas pessoas mais prontas para produzir, como até hoje ocorre. Para tanto, utilizou-se sempre, em alto grau de aplicação, dos testes psicotécnicos, construindo mesmo uma contribuição da categoria nesse processo de escolha e fortalecimento das empresas e nas disputas capitais do mercado de trabalho.

Esta caracterização tem relação com o ambiente da criação da profissão, com base no processo de industrialização brasileiro, em que metas nacionalistas se definiam e contavam com o apoio positivista e tecnicista de várias forças, inclusive da Psicologia, conforme relata Baptista (2010) em artigo que resgata o processo histórico da profissão. A autora aponta as primeiras produções para a regulamentação da profissão em torno dos anos 50, já citando a necessidade da criação da profissão de psicologista, identificando a realidade de atuação e demanda social nos ramos da psicotécnica escolar, psicotécnica do trabalho e psicologia clínica, sendo uma realidade

⁵⁷ Utilizo a expressão fazendo referência ao esgotamento muitas vezes irreversível que a superexploração do trabalho promove. A expressão foi cunhada originalmente pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1995), se referindo figurativamente aos processos que produzem o aniquilamento do sujeito em contextos naturalizados de desigualdade profunda em nosso país.

as atividades da psicologia aplicada nestas áreas. Algumas referências da época sintetizam conflitos que se reproduzem até os dias de hoje, como a subordinação da profissão aos médicos, ou mesmo a adoção de uma “cultura psicológica, com uma perspectiva individualista e intimista, que confirma o ideal da lógica liberal capitalista apregoando a liberdade de escolha e de oportunidades iguais para todos” (Mancebo, 1999, apud Baptista, 2010, p.185), em debates que já apontavam as bases do que estava em jogo socialmente nas disputas de regulamentação:

A realidade brasileira também estava se transformando. O desenvolvimento econômico, que se iniciou a partir de meados da década de 50, com o governo Juscelino Kubitschek, a internacionalização do mercado, o milagre econômico, a entrada da lógica neoliberal, a ascensão da classe média, a ampliação do poder da mídia e, posteriormente, o golpe de 64, criaram novas necessidades e, principalmente, exigiram novas aplicações da Psicologia (Baptista, 2010, p. 185).

A associação é inevitável: a Psicologia também serviu muito, e ainda é demandada a fazê-lo até hoje, em exames criminológicos dentro de avaliações as mais diversas, da educação ao sistema penal, prestando um desserviço à população - realizando um trabalho tecnicista, somente com nível individual de análise, neste processo a serviço da manutenção do status da justiça mas também do Estado Penal, quando pretende ser imparcial, valendo-se dos resultados de um exame deste tipo para homologar penas recorrentes e o encarceramento. Mas esse já é outro capítulo.

Aos poucos a Psicologia passou a ter um olhar diferenciado, tornando-se gradativamente mais politizada, e mesmo sua produção técnica se torna crítica e centrada em mudar a realidade de iniquidade que se produz e fortalece quando não percebe e incide sobre o contexto social. Medir ou mensurar, como apontam Cesar, Silva e Bicalho (2013), demanda uma “operação

crítica avaliativa”(p.365), que supere a mera classificação do sujeito, desconsiderando o contexto.

A partir da necessidade de me posicionar frente a esses problemas encontrados no mundo do trabalho, durante o exercício profissional relatado, passamos a rearranjar naquele local o processo seletivo, que, embora selecionador, inevitavelmente, passou a ser mais respeitoso com os participantes. Introduzimos momentos de reflexões em grupo, de troca, transformando e suspendendo a competição ao menos por alguns instantes. Os retornos foram interessantes, as pessoas se diziam melhor acolhidas, tratadas como pessoas diferenciadas e vendo no processo quase um “respiro”, apesar de não haver engano quanto ao processo em curso, que era, sim, seletivo, acima de tudo. Este experimento trouxe também ao grupo selecionador um pouco de alento, mas seguiam sendo difíceis as escolhas pela prontidão a serviço da empresa. Fiquei atenta a novas possibilidades no mundo do trabalho.

Saí do conforto desta inserção profissional quase estável e bem remunerada e pedi demissão - para ser possível garantir com o trabalho um compromisso social e ético na Psicologia, em qualquer lugar em que fosse trabalhar - sendo convidada e passando a atuar em seguida junto ao sindicato da própria categoria profissional com que lidava naquela empresa pública. Ao mesmo tempo, passei a militar na entidade sindical da minha - nossa categoria, me inserindo nas lutas sindicais da Psicologia, para ser coerente às reflexões da época, prosseguindo com o que considero, ainda hoje, uma bela construção técnico-política, intersetorial, que depois passou a ser transdisciplinar, entrando em temas que aparentemente não eram próprios da área Psi, desde minha formação na graduação⁵⁸, como a política, a luta de classes, a luta por direitos.

⁵⁸ Colei grau em meados de 1985, e nas minhas aulas não conheci a Psicologia Social, mas muitos testes e alguma clínica - tampouco li Freud, mas “O que Freud realmente disse”, chegando a “estudar” o roteiro de uma carteira

Foi quando percebi melhor a necessidade de repaginar a minha prática em Psicologia, criando o desafio e um imperativo de sempre estar em um lugar de mudar o mundo, provocador de mudança, quem sabe, parafraseando uma antiga e ainda atual parceira, nos percursos da vida, com quem construí mesmo este rumo. Na perspectiva de Deleuze, explicitam Mostafa e Nova Cruz, em leitura:

Uma maneira de pensar relacionada diretamente a problemas que nos causam estranhamento, para os quais necessitamos de movimentos absolutos do pensamento.

Novas ideias, novos agenciamentos, novas soluções, novos devires, novas construções possíveis (Mostafa & Nova Cruz, 2009, p.12)

Minhas primeiras noções de direitos e humanidades vêm deste tempo, em que os direitos coletivos associados ao trabalho eram fortemente pleiteados, mas ainda muito fora do contexto da Psicologia tal qual havia aprendido. Foi possível e necessário começar a considerar as análises políticas, que situam o começo da democracia formal com o advento do neoliberalismo no Brasil, quando o país tentava sair do processo do desenvolvimentismo concentrador e excludente, atrelado a regimes políticos ditatoriais, no caso, do Estado Novo e da ditadura militar⁵⁹, em que foram sequestrados os direitos de quem não estava incluído no mundo do trabalho, e aprofundaram-se a desigualdade e o endividamento do país.

de trabalho. Na educação, sequer Paulo Freire e Vygotsky. Por muitos anos, durante e depois da graduação, senti necessidade de estudar em grupos e cartéis para poder estruturar um certo saber que melhor me constituísse profissionalmente, adotando sempre esta formação no percurso, fora da Universidade, a qual, por um tempo considerável, julguei desnecessária, frente a esta vivência da graduação.

⁵⁹Regimes políticos na história republicana do Brasil entre 1937 e 1945 (Estado Novo) e entre 1964 e 1985 (Ditadura Civil-Militar), com características comuns de governos autoritários - uso de ferramentas de repressão da polícia política para eliminar ideias subversivas, legitimando a ideologia da segurança nacional; e centralismo e nacionalismo, perseguindo tanto propostas liberais quanto integralistas e comunistas, evitando a perspectiva democrática (PACHECO, 2010).

No novo contexto, como profissional autônoma, passei a atuar em locais em que o próprio trabalho me requisitou e me constituiu, com muito debate e colóquios extensos, estudando e me surpreendendo, fazendo uso de ferramentas de educação e de planejamento estratégico⁶⁰. Para organizar a luta por melhores condições de vida e de trabalho, trazendo outros conhecimentos ou deslocando este conhecimento, transmitindo outras práticas ao mundo Psi. Descobri que existiam conhecimentos que a Psicologia Social poderia nos ofertar, com um olhar para a realidade social e histórica brasileira e compromisso com os interesses da maioria da população. Pautando a mediação grupal e institucional, para muito além do foco individualista da Psicologia que me fora ensinado na graduação, por exemplo, agora com os escritos de Sylvia Lane (1981), dela e de Wanderley Codo (1989), do saber contra hegemônico do chão de fábrica⁶¹ e do pensamento crítico de Paulo Freire (2015). Ali me associei a uma equipe em que foram tecidos projetos político-pedagógicos para a formação de trabalhadores, mergulhando em uma experiência de alfabetização e letramento à luz das teorias da educação popular, emancipadoras, e com o respeito e consideração pela diversidade de saberes⁶².

Feminista em formação, por necessidade, com histórias de assédio sexual, estupro e *bullying* pela simples ousadia e liberdade, como muitas mulheres, até hoje, ainda que com o privilégio da cor branca e da classe média, ativista dentro dos sindicatos de trabalhadores, seguia

⁶⁰ Mais uma vez faço referência a pessoas valorosas nesse processo de construção, em que as parcerias precisavam ser ainda cuidadosas para não encontrarmos surpresas desagradáveis e mais dificuldade de ousar e construir junto à categoria. Me acompanhava nesta trajetória desde muito cedo, com aproximações desde o movimento sindical, a parceira ainda atual a psicóloga dra Guilene Salerno, com quem as formulações e as intervenções passaram a ser conjuntas, no sul, mas também pelo Brasil e fora dele.

⁶¹ O saber do chão de fábrica tem como origem os estudos de Taylor e sua teoria da Administração Científica, em que, a partir da apropriação da realidade dos trabalhadores, são definidos os parâmetros orientadores da melhor produtividade, tendo como princípios uma suposta preguiça inerente ao trabalhador e a necessidade contínua de controle sobre o trabalho. A contra hegemonia é atribuir o saber ao trabalhador e estimular a compreensão de que ele mesmo domina o controle, fortalecendo uma luta coletiva.

⁶² Programa Integrar CUT/RS, projeto de formação profissional com inclusão social de metalúrgicos, em Citolin (1999), tendo como base a recusa à educação bancária (Freire, 2015).

construindo metodologias cooperativas com outras mulheres e com alguns homens solidários e menos centrados nos pequenos poderes e no machismo de nossa sociedade patriarcal. Convivi em um ambiente hostil e fechado para as mulheres, mas que ainda se apresentava como *lócus* avançado para alguma ação transformadora frente ao neoliberalismo, na luta dos trabalhadores - e das trabalhadoras, raramente nomeadas -, observando e enfrentando a contradição dos assédios sexuais e morais que muito seguidamente ocorriam também neste meio, em movimentos nada revolucionários.

Conviver ou enfrentar esta contradição no mundo do trabalho se constituiu em um aprendizado fundamental. O olhar antipatriarcal e a abordagem feminista nunca mais deixaram de me pautar. Voltar ao tema com esta produção no Doutorado é entender que foram tempos e movimentos árduos, mas necessários, em que avançamos um pouco, mas que ainda há muito a insistir e resistir:

Somos, sobre a terra, como lagostas que se põem a andar em fila no fundo da água e a terra, ela própria, se confunde com nossos movimentos. Nós, peregrinos, em busca de linhas de fuga, de novas imagens do pensamento (Mostafa & Nova Cruz, 2009, p.20).

Em gestões intersetoriais, via de regra, pude exercer com mais profundidade as viradas no olhar desde a teoria da complexidade de Morin (2015) e até mesmo da filosofia da diferença de Deleuze (1998), entre interrogações e saberes alcançados em estudos e encontros esparsos na composição entre as pós-graduações em Psicologia, inconclusas na época. Nesta movimentação cheguei a outras inserções institucionais – em instâncias públicas municipais que os movimentos de esquerda conquistaram pelo voto no Rio Grande do Sul à época -, desenvolvendo

planejamento participativo e popular, com inspiração no modelo chileno do governo Allende⁶³, herança do movimento sindical, compondo uma noção mais avançada de Psicologia Social e Institucional - e alinhando outras experiências como profissional: pesquisas em saúde do trabalho, grupos instituintes de trabalhadores e trabalhadoras, movimentos intersindicais e revisões nos modos de gestão pública no país, conforme publicações que o documentam⁶⁴. Mesmo assim, estudos à época, embora indicassem uma adesão importante à Psicologia Social Crítica, identificavam também pouca referência a uma preocupação mais efetiva com a formulação de conceitos ou metodologias que colocassem em destaque este campo da Psicologia no cenário latino-americano, demonstrando ainda pouco avanço na consolidação de uma Psicologia Social Crítica, conforme revisão realizada por Ferreira (2010).

Vivíamos um período ainda de proposta de abertura política, da chamada transição democrática, com a promulgação da constituição de 1988 e as eleições diretas para as eleições para Presidente. Eram intensos e crescentes os processos e movimentos sociais em debate, ocorriam muitas conferências locais, regionais, debates latino-americanos e internacionais. Os embates políticos se concentraram em propostas de avanço democrático e fervilhavam os

⁶³ Salvador Allende foi eleito presidente do Chile em 1970, o primeiro socialista escolhido pelo voto na América Latina, que propunha a construção de um Estado Popular e de uma economia planificada, com presença ativa do Estado. Foi deposto em 1973 por um golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet, em articulação com as elites do país e o apoio do governo dos Estados Unidos, não chegando a cumprir 50% de seu mandato. Mas seu ministro de planejamento, Carlos Matus, deixou importante legado para os estudiosos do mundo do trabalho e do planejamento estratégico de referência situacional e contextualizada. No entanto, é muito difícil encontrar-se referência acadêmica do autor de várias publicações, na Psicologia ou na Administração, com algumas citações na saúde, por ser uma área que formula diferenciadamente, quando se trata de planejamento, pois pratica, problematiza e formula no que se chama de processamento técnico-político criado por Matus.

⁶⁴ Por uma década atuei junto a coletivos, sindicatos e associações de trabalhadores. Apesar de vários relatórios produzidos à época, apresentam-se publicados alguns relatos de experiência sobre o trabalho desenvolvido. Como em Bertini, L. M.; De Toni, J. & Salerno, G. Uma abordagem estratégica no planejamento de grupos: o método altadir de planejamento popular - MAPP. In: JACQUES, M.G.C., et al. org. *Relações sociais e ética*. Porto Alegre: ABRAPSO, Regional Sul, 1995; em Bertini, L. M. & Salerno, G. Intervenção em um grupo de trabalhadores em processamento de dados. In: JACQUES, M.G.C., et al. org. *Relações sociais e ética* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

movimentos comunitários, sua institucionalização substituindo as perseguições políticas e o medo de participar. A Psicologia, com base nos estudos da sociologia, ao mesmo tempo, avançava em seus estudos sociais, abrindo os caminhos para a compreensão das relações na subjetividade. Criando-se associações para este fim - a Associação Brasileira de Psicologia Social foi institucionalizada já em 1980, psicólogos contemporâneos produziam reflexões e indicações para a consideração às demandas e necessidades de um determinado contexto pelo Psicólogo Social. E a Psicologia passa a investigar problemas sociais para elucidar questões como relações raciais, conflitos intergrupais e valores morais, como nos conta Azevedo (2009) ao constituir revisão bibliográfica do período. Já o Conselho Federal de Psicologia reconhece a especialidade da Psicologia Social em 2003, através da Resolução 05/2003, situando a atuação especialista focada “na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (CFP, 2003, s/p).

As décadas posteriores à ditadura civil-militar foram vividas pelo processamento dela, anos 80, anos 90. Tempo de passar a limpo, a ferro e a fogo o que aconteceu, trazer à tona o que foi escondido, de criação do Grupo Tortura Nunca Mais (1985), de escrita da tese de doutorado de Cecília Maria Bouças Coimbra sobre a colaboração da Psicologia em práticas aliadas à Ditadura e do livro com o mesmo nome (Coimbra, 1995), em que a autora traça um painel da época, identificando os lugares ocupados, as demandas atendidas e produzidas pela Psicologia, o forte viés de manutenção da hegemonia mas também as possibilidades desnaturalizadoras das “subjetividades dominantes”, e, num movimento de superá-las, possibilitar singularizações disruptivas “criando e fortalecendo territórios singulares”, todas expressões utilizadas pela autora na apresentação do livro(p.5), em que abre um verdadeiro painel retrospectivo destes anos em

que elenca “encruzilhadas na produção de subjetividades” e em que produz sua própria travessia e a de toda uma geração a respeito do período ao tempo que aborda as práticas e a formação psi:

Enfim, busco mostrar como a formação "psi", em geral, traz certas características modelares instituídas e tão bem marcadas; como, em nossa formação, predomina o viés positivista, onde se tornam hegemônicos os conceitos de neutralidade, objetividade, cientificidade e tecnicismo; onde, nos diferentes discursos e práticas, o homem e a sociedade são apresentados como "coisas em si", abstratos, naturais e não produzidos historicamente (p.9)

Deste período que se quer desvelar, desconstruir e garantir na memória, “para que nunca mais aconteça”⁶⁵, Coimbra (1995), que foi torturada e presenciou muita tortura em militantes contemporâneos, aborda a militância da Psicologia como uma perspectiva de reler a história oficial, que supera a dicotomia entre trabalho político e trabalho psicológico que vem desde um saber que se coloca como superior e que cria diferenças e especialismos, em práticas supostamente científicas, mas desqualificando práticas engajadas e implicadas com o que se passa. Com sua pesquisa ela encontra sujeitos que tentam produzir outras relações, que possam desconstruir “os lugares marcados e determinados pelas subjetividades dominantes que dicotomizam, excluem (...) para criar outras formas de perceber o mundo, novas formas de se viver melhor neste mundo” (p.15).

Em 1997, tendo discutido desde a desinstitucionalização da loucura e a loucura do trabalho, integrando organicamente os movimentos de gestão política na categoria, local e nacionalmente, do Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul, passando pela gestão eleita

⁶⁵ Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça é slogan do movimento criado no contexto da luta contra a ditadura militar no país, em 1984, pela Comissão Nacional da Verdade, criada para investigar os crimes cometidos pelo regime.

no Conselho Regional de Psicologia 07 à Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, constituindo-me como trabalhadora e reconhecendo a importância do diálogo com as categorias profissionais mas também a pertença territorial e comunitária, guardo a foto mais representativa do período: com minha filha, fazendo o melhor debate sobre nossos interesses enquanto comunidade local para a cidade de Porto Alegre. Nesta época, a creche era para as crianças maiores e Mariana tinha dois anos. Na foto a seguir, uma plenária de saúde em Porto Alegre, em que a imagem conduz ao texto que resume o valor da participação e das inversões de prioridade nos orçamentos municipais, dos quais me apropriei desde a vivência como cidadã e aprimorei profissionalmente. Diz o texto jornalístico, da imprensa oficial do município, da previsão de um seminário internacional patrocinado pelo Banco Mundial, em evento que buscava a melhoria das condições de vida da população urbana pobre da América latina e do Caribe frente a estudo da Organização para as Nações Unidas (ONU) que apontava que 24% da população da região vivia com menos de US\$ 1 por dia. Participava ativamente dos movimentos populares como residente daquela região da cidade e da discussão do Orçamento Participativo, conforme a foto, e mais tarde cheguei a atuar nas ações desdobradas deste seminário em Porto Alegre, conforme NR48 e detalhamento desta trajetória no título seguinte. As formulações políticas, os intentos profissionais e a prática militante se confundiam e se reforçavam, estimulando a inovação e a superação de velhas práticas e conceitos.

Figura 1

Orçamento Participativo e Plenária de Saúde



Nota. Plenária do OP em Porto Alegre, em 1997. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Participação, Controle Social e Democracia (Trajetória desde Porto Alegre)

A experiência junto à administração popular em Porto Alegre⁶⁶ marca um processo de constituição de um trabalho muito instigante para mim e diferenciado em políticas públicas, quando participei da implementação de um modelo de gestão estratégica que se tornou referência mundial⁶⁷. Uma experiência que também causou incômodo e mesmo perplexidade quando a administração local engendrou um gabinete institucional do mais alto escalão municipal com representações da comunidade e da sociedade civil que participavam de comitês intersetoriais e das plenárias temáticas e conselhos deliberativos do orçamento participativo, como as mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, representantes da população de lésbicas, gays,

⁶⁶ A Administração Popular em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, governou durante quatro gestões (1989-2004), numa coligação entre o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Comunista Brasileiro. Atuei como assessora nesta gestão desde o segundo até o penúltimo ano do último mandato, depois de ter prestado serviços como autônoma à organização e planejamento do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, que muito precocemente se tornou tripartite e avançou de forma significativa na gestão do ECA e do Sinase.

⁶⁷ O Orçamento Participativo - OP fez parte das experiências premiadas como *melhores práticas* em gestão urbana no mundo pela ONU, em 1996, em Istambul, no encontro *Habitat II*; referência prática de democracia participativa nos encontros do Fórum Social Mundial, a partir do ano 2000; objeto de estudos, encontros de fomento e publicações sobre a experiência da parte de organizações mundiais, como ONU, União Europeia e Banco Mundial, suscitando inúmeras publicações alusivas e replicação de experiências exitosas (AVRITZER, 2010; FARIA e TAUILE, 1998; FEDOZZI, 2009; IPEA, 2018).

bissexuais e outros - LGBTQIAP+, ao mesmo tempo compondo internamente fóruns de gestão integrada, envolvendo os segmentos da política representativa, experimentando práticas desafiadoras e inovadoras. Enquanto este processo perdurou e se aprofundou, mantendo-se como norteador da prática política dos diversos gestores, manteve-se o crédito da população, que elegeu o mesmo governo por quatro gestões consecutivas.

Meu trabalho por um período significativo foi a integração de políticas sociais, compondo com várias áreas, desde a segurança municipal, com inserção das noções de proteção da vida e oferta de educação e arte para a juventude⁶⁸, até a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de rua com redução de danos e riscos para o uso de drogas, sempre com a participação e incidência de diversas políticas como saúde, assistência social, educação, infraestrutura, meio ambiente e habitação e com o debate com a cidadania, através da articulação com os fóruns representativos dos segmentos e movimentos atuantes nas áreas de referência. O que gerava um processo diferenciado e complexo de decisões, invertendo prioridades e atendendo a parcelas organizadas da população cujas demandas eram básicas, de sobrevivência, mas que passaram a disputar projetos mais ousados, com uma organização que por sua vez também decorreu deste processo, em um ambiente de alta formulação de ideias e alternativas para os problemas analisados, com implementação integrada na gestão intersetorial e monitorada pelo legislativo e pelos diversos fóruns de participação.

Essa foi uma experiência delineadora de outra concepção na relação Estado-Sociedade, ainda que com a contraposição e críticas postas nas múltiplas análises da direita e da esquerda,

⁶⁸ Destaque para o acompanhamento de uma prática desenvolvida em assessoria à Prefeitura de Porto Alegre pelo antropólogo Dr Luiz Eduardo Soares, uma experiência que me trouxe formação diferenciada na área de segurança pública, avançando em temas sobre criminalidade, juventudes, genocídio e racismo, experimentando outro lugar para a cultura, desta feita na superação da impotência e do medo (Soares, 2006).

que dizem, respectivamente, respeito à possível cooptação dos movimentos sociais, por um lado, e desvio dos projetos de desenvolvimento econômico até então realizados, por outro, além da análise de diferentes níveis de qualidade da participação, escassez de dados confiáveis e estudos mais consistentes sobre o OP como ferramenta de intervenção na realidade, diferenças metodológicas, entre outros debates que prosseguem.

Mesmo assim, vivenciei na gestão uma metodologia que significou intervenção efetiva no curso de uma política pública centrada até então em interesses econômicos tradicionais, invertendo prioridades mediante aumento gradativo dos valores definidos diretamente pelo OP e mesmo trazendo representantes legislativos à discutir diretamente sobre a qualidade e a finalidade de seus projetos, com continuidade.

Nesta inserção considerei exercer de fato a tal Psicologia Social que foi sendo reconhecida, particularmente como Psicologia Social Crítica, na América Latina, a partir dos anos 80, quando a desigualdade e vários outros problemas sociais brasileiros passam a ser abordados, como a pobreza, a fome, a violência doméstica, a exclusão educacional e a situação de rua decorrentes; criaram-se instâncias formuladoras como a Associação Brasileira de Psicologia Social - a Abrapso, para “redefinir o campo da psicologia Social e contribuir para a construção de um referencial teórico orientado pela concepção de que o ser humano constitui-se em um produto histórico-social, de que indivíduo e sociedade se implicam mutuamente” como nos situa Ferreira (2010, p. 59).

O trabalho na área das políticas públicas, particularmente na Prefeitura de Porto Alegre, permitiu uma reflexão coletiva e foi apresentado pública e internacionalmente⁶⁹, me conduzindo

⁶⁹ Tive a oportunidade de analisar e apresentar a experiência de integração intersetorial de informações e dados da gestão de projetos sociais em Porto Alegre em Saint Denis/FR, como *expert* indicada pela gestão, por ocasião do

para outras instâncias de atuação e outros estados de nosso país, em um trabalho de assessoria vinculado a fundações universitárias⁷⁰, sempre envolvendo a formulação de alternativas no processo da participação, na integração de políticas e na incidência sobre a gestão pública, com ênfase em políticas sociais, segurança e direitos humanos.

Estudos sobre a democracia, levados a cabo por vários autores e sistematizados por Souza & Silva (2017), analisam a qualidade da democracia, quando a participação da população ocupa ponto de destaque dentre vários institutos democráticos, que vão desde os referendos até os plebiscitos, conselhos, fóruns e audiências, trazidos como importantes “práticas para democratizar as decisões sobre alocação dos recursos governamentais”(p.195).

Na perspectiva da inversão de prioridades e de alcançar um modelo de gestão diferenciado, de participação popular, integração de políticas e de inclusão social, além do Rio Grande do Sul, atuei nesta instância de consultoria nacional junto ao Governo do Estado do Piauí e da Prefeitura de Recife, assessorando nas suas reformas administrativas, a serviço de apoiar as transformações nas políticas, e na construção do modelo de gestão integrada e participativa, acompanhando as áreas de Educação, Assistência, Direitos Humanos e Cultura, no Piauí (2004); e as áreas de Turismo, Desenvolvimento Econômico, Saúde e Assistência Social em Recife, além de compor a equipe de assessoria direta ao centro do governo e desenvolver planejamento estratégico da gestão e reforma administrativa, depois do diagnóstico de gestão (2005); e na

encontro da rede 10 – Luta contra a pobreza urbana do Programa Urb-al de cooperação descentralizada entre cidades da América Latina e União Europeia, de fortalecimento da autonomia local, para discutir problemáticas comuns. Deste trabalho resultou a revista Porto Alegre: Observatório Urbano para Inclusão Social (2004), publicada pela fundação em que atuava mas de autoria minha e da psicóloga parceira Guilene Salerno, a mesma com quem assumi os desafios relatados até então desde a entrada no mundo do trabalho.

⁷⁰ Passei a atuar na Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec, fundação vinculada à Universidade de Brasília, e em seguida a prestar serviço para a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, em um projeto de implementação de modelo de gestão participativo e integrado em políticas públicas em várias cidades e estados no país, entre 2001 e 2006.

Secretaria de Sub-Prefeituras da cidade de São Paulo, onde atuei na implementação da descentralização das 31 sub-prefeituras, além de coordenar no último ano a equipe técnica multiprofissional a serviço deste trabalho, uma rica experiência com gestores e gestoras das áreas de saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, obras e infraestrutura, tecnologia da informação e comunicação e administração, construindo a pactuação local intersetorial - interdisciplinarmente, em desdobramento à participação e acompanhamento de cada território e comunidade (2003-2004).

A princípio, principalmente no caso de São Paulo, pressupunha-se que esta tripla direção - descentralização, participação popular e controle social - deveria construir as bases para a consolidação da democracia e da justiça social. Democratizar o poder público nos movimentos de ampliar o debate nos territórios, descentralizando o poder e instalando fóruns de participação para decisão da população sobre as políticas públicas, bem como realizar controle social, um modelo de gestão arrojado, já muito discutido e nada pacificado - são temas ainda atuais nos fóruns de Ciências Políticas e de Administração Pública, objeto de diversas publicações e controverso quanto a sua efetividade, principalmente pelos seus “efeitos colaterais”: a metodologia de participação direta confronta a democracia representativa, mais objetivamente a existência e principalmente a prática de alguns vereadores/as e deputados/as, ao mesmo tempo que a descentralização ameaça e desestabiliza o poder central das secretarias temáticas, causando tensão sobre as decisões cidade x território, entre outras mazelas - dinâmicas e dilemas, conforme o instituto Polis (Teixeira & Tatagiba, 2005), temas largamente discutidos na literatura, considerando a gestão de grandes metrópoles e os desafios da participação popular (Avritzer, 2010; Garibe & Cappuci, 2004; Jacobi, 1990 e 1991; Coelho, 2020).

Mesmo assim, toda a literatura citada deixa entrever um movimento político importante na direção de humanizar e reduzir as injustiças múltiplas encontradas em grandes centros urbanos a serviço, maciçamente, da economia global e da sociedade de consumo em que estamos inseridos, ameaçando as bases do poder concentrado e dos interesses econômicos hegemônicos e, talvez, por isso, tão controverso e polêmico, ensejando rapidamente organização política e mudanças de gestão nos governos municipais seguintes, nestes e em outros locais, que desfizeram a descentralização, os fóruns de participação e as mudanças de prioridades indicadas e em curso naquelas cidades, especificamente.

Pesquisa exploratória realizada pelo Instituto Pólis, de São Paulo, no entanto, logo depois do governo municipal que está sendo citado, como o descrevem Teixeira & Tatagiba (2005), apontam a percepção dos movimentos sociais a respeito do aumento de políticas de inclusão - obras sociais e políticas urbanas - nos territórios, alcançando os mais excluídos, via de regra, envolvendo saúde, transporte, entre outras áreas. Aparece também a importância da organização local, em territórios com muitas favelas e pessoas fragilizadas pois sem condições de vida digna e mais sujeitas à manipulação política, que, ancorados na luta política, se empoderaram e passam a qualificar a demanda por serviços e melhores condições de vida, além do surgimento de novas lideranças que por sua vez passam a organizar os movimentos de luta na cidade, reconhecidos pelo próprio movimento e pelos representantes da gestão pública, talvez capaz de quebrar esse “muro invisível da exclusão ’que separa e distingue as pessoas afirmando, concreta e simbolicamente, a quem pertencem os espaços públicos da cidade” (p. 20).

Na ampla literatura sobre a gestão das cidades aparecem ainda as disputas pela arquitetura urbana, que exclui a população mais vulnerabilizada, muitas vezes instalando desde grades, bancos ondulados e paralelepípedos nas calçadas para não deixar a população em

situação de rua se achegar, até a ausência de banheiros públicos, as reformas em centros populares que passam a servir a determinadas elites - e aqui lembro também de mercados e grandes espaços reformados pelas administrações públicas pelo país que, muitas vezes, só dão lugar à uma elite local, explicitando o território em disputa permanente, sem falar de áreas de proteção ambiental e a tal “ocupação desordenada”, gerando ilegalidades que logo serão perseguidas, muitas vezes motivo de ações de remoção física que renovam a exclusão e a manutenção dos interesses corporativos nas cidades, em tema já tão explorado na Sociologia e na Ciência Política (Sposati, 2001; Zaluar & Alvito, 2006; Filgueiras, 2019; Coelho, 2020) e tão presente ainda pelo país em disputas que afastam as pessoas para locais mais distantes da cidade, (des)acolhendo da mesma forma imigrantes por décadas subsequentes, em periferias que se tornam grandes dormitórios de trabalhadores e trabalhadoras, cidadãos e cidadãs com pouco acesso às políticas públicas e a direitos, quando não se gera a própria privação de liberdade, mecanismo usualmente adotado ao longo destas mesmas décadas, até hoje, para contenções individuais e criminalizações absolutamente relacionadas às poucas condições de sobrevivência que afinal nossas cidades (não) oferecem (Borges, 2018).

São todas questões que entram em disputa em fóruns, plenárias, consultas populares, entre outras formas de participação e que permitem, até onde experienciei, - e a literatura aponta esta relação-, para a apropriação dos grandes dilemas cidadãos pela própria cidadania, para muito além das necessidades particulares e específicas que também são objeto de lutas, que, uma vez conquistadas ou ao menos explicitadas e reconhecidas, permitem melhor esse olhar mais amplo, gerando solidariedade e compreensão de novos e mais amplos lugares no mundo e engajamento em lutas mais coletivas. Participar da gestão e do cuidado do equipamento ou serviço oferecido, no bairro, na cidade e do nosso mundo é condição da participação e amplitude no olhar.

A Psicologia acompanha esses movimentos e deve fortalecê-los com o trabalho de suas/seus profissionais no avanço e na direção mesmo da democracia, nestes casos com o apoio de ferramentas de gestão fundamentais para garantir a participação e o controle social. A abordagem é ética e política, como afirma o Conselho Federal de Psicologia a respeito de seu cuidado com a profissão desde o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP):

Ético no que tange a qualificação profissional, orientando um fazer alinhado com a garantia de direitos e a transformação de vidas. Político por se tratar de um espaço que demarca as contribuições da Psicologia para o campo das políticas públicas, voltadas para a transformação social (CFP, s/d).

Complexidades são agregadas quando se observa a sociabilidade gerada em contextos reativos à participação e os níveis de clientelismo que podem se constituir nas relações com as próprias representações e lideranças dos territórios, desde a ditadura, conforme análise de Burgos (2005), que aponta também como se forma um processo de “incorporação subalternizada de sua população à vida da cidade” (p. 196). O autor desenvolve as noções que passam de um “controle negociado” a uma “cidade escassa”, em que estão em jogo diferentes padrões de integração social que se constituem na experiência urbana, desde aquele clientelismo dos anos 70 até o tempo presente, em que se construíram as noções de territórios de barbárie, nas favelas e periferias, normalizando a violência policial do Estado e criminalizando toda sua população.

Esta realidade complexa que aparece de forma indiscriminada na gestão da política pública em que nos inserimos enquanto profissionais técnicos/as da Psicologia, Serviços Social, Ciências Sociais, Direito, ao menos, nos remete a refletir sobre a tendência e até a prevalência de um modelo econômico de apropriação das cidades e a uma opção pelos privilegiados, pelas

elites, e a representatividade política, tão naturalizada perante o voto que repete as decisões e comandos desta elite, que muitas vezes, por sua conta, resiste aos eventos de participação e controle social, por óbvio.

No contexto mais geral que busco entender, aponto, em consonância com Miguel (2019), que o conceito de democracia se encontra em acirrada disputa. Ao mesmo tempo que se tornou praticamente universal, é rótulo atribuído por todos a si mesmo e negado aos adversários, naturalizadas as democracias representativas que são “o governo do povo mas em nenhum dos regimes que se proclamam democráticos o povo de fato governa” (...) [o que significa] “um rebaixamento do ideal democrático original” (p. 34). O autor indica que esta delegação, além de outros motivos que a justificam, como a própria dimensão dos Estados nacionais, se sustenta pelo nível de conflito que a democracia direta representa: na antiguidade, a cidadania restringia pessoas escravizadas, mulheres e filhos de estrangeiros; hoje, contemporaneamente, com o acesso à cidadania política que supostamente temos, considerando todos como cidadãos e cidadãs, pessoas negras e mulheres, o poder e a capacidade de pressão que se constituem fazem ameaçar de forma contundente ao poder vigente, sendo mais seguro manter as pessoas passivas, sem se apropriar de informações e do debate, restringindo-se sua participação e as tornando, desta forma, menos qualificadas para tanto. O que é sustentado pela vertente hegemônica da “teoria democrática”, a serviço, obviamente, de interesses também hegemônicos. Ainda hoje, também, é uma questão de gênero: as mulheres são retiradas do campo político, historicamente considerado espaço masculino, sem falar do insulamento à esfera doméstica na divisão sexual do trabalho. Entre as estruturas de poder econômico e a condução do nosso país pelos militares, que sempre asseguraram que a suposta democracia “mantivesse seus limites”, temos uma história de

uma nação controlada ao tentar combinar a democracia política e a economia capitalista, conforme nos explica o autor:

Enquanto o ideal democrático indica que a preferência de cada cidadão deve valer tanto quanto a preferência de qualquer outro, no mercado capitalista a influência de cada um é desigual, dependendo dos recursos que ele controla (Miguel, 2019, p. 37).

O autor relembra que as demandas por igualdade são o motor da repressão do período que vem do Estado Novo ao Golpe de 64, que se aprofunda em seguida, mantendo-se, no entanto, um simulacro de instituições representativas, com partidos, eleições e parlamento. É preciso estar com este cenário em mente para poder entender o contexto nacional atual e a democracia de baixa frequência que temos até hoje. E que desigualdades são mantidas, sendo ainda e sempre objeto da luta dos movimentos organizados, que incessantemente reafirmam a necessidade de mudança e explicitam a falta de democracia que vivemos quando a tal relatividade se expande, e de fato restam dúvidas sobre qual democracia mesmo temos no Brasil quando ainda os direitos não são garantidos e tampouco são iguais (Miguel, 2019). O ano de 2024 nos conta de 60 anos do Golpe, sendo a pauta da memória e do combate ao autoritarismo muito cara para a discussão em tela, das Defensoras de Direitos Humanos, suas trajetórias de ameaça, resistência e luta por proteção.

Coimbra (1995), em seus estudos referenciais, vai analisar o caminho da Psicologia, sua ação no período da ditadura civil-militar no país e seus desdobramentos e atualizações até os dias de hoje. A leitura de seu livro *Guardiães da Ordem*, em que percorre as práticas psi no “Brasil do Milagre”, faz pensar que muito operamos mas seguimos precisando atuar a favor da democracia e dos direitos sociais, em práticas não politicamente neutras: como militantes de uma produção

que supera instituídos, dogmas científicos e que se coloca em implicância com a história, do lado da vida e da transversalidade.

Mas a militância enquanto produção de territórios singulares, novos, onde se consegue apontar para as armadilhas do instituído, para a ocultação, a mitificação e a naturalização das práticas e modelos oficiais dominantes, onde as proposições - e não os dogmas científicos - são extraídas das relações que estabelecemos entre as práticas sociais e as nossas próprias práticas cotidianas. (...) Enfim, militância que aponta para a desmitificação do corporativismo, onde os papéis profissionais são mais alguns dos modelos impostos e produzidos pelas diferentes práticas sociais. Militância e não mais uma armadilha, onde se possa consignar que a distinção feita - e como acontece isso em nossa formação "psi" - entre trabalho psicológico e trabalho político é mais um engodo dos especialismos, da desqualificação de práticas vistas como "diferentes" e da manutenção e superioridade de algumas consideradas "científicas", "competentes" (p.xiv).

Avalio uma trajetória em que institucionalmente temos avançado enquanto Psicologia, como ciência e profissão, e aqui mais uma vez é possível visualizar o foco que produzimos através do CREPOP nas populações mais vulnerabilizadas, desde sua criação em 2006, reafirmado definitivamente em 2022, tão recentemente, com as orientações técnicas atualizadas para a qualificação e o avanço profissional nas políticas públicas, já direcionando um olhar mais atento para segmentos e conformações que vão despontando socialmente e passam a compor debates internos, consulta à categoria e formulação em políticas públicas, qualificando a inserção da Psicologia nestes campos sociais.

Da minha parte, vivenciando trajetórias em defesa dos direitos, reverencio as trajetórias de ameaça, resistência e lutas por direitos humanos das defensoras que participaram deste

trabalho de pesquisa, considerando a dimensão da memória, da resistência e do enfrentamento a violências e desigualdades, reafirmando o compromisso ético-político e social da Psicologia com a defesa de direitos humanos e democracia.

O Ceará como lócus de atuação: Segurança e Democracia (vivemos qual Democracia?)

Quando cheguei no Estado do Ceará, segui atuando na institucionalidade governamental, e então em outros territórios, com mais profundidade na desigualdade perpetrada, realidade que tratei de compreender. Por aqui comecei a atuar junto às políticas de segurança cidadã⁷¹ e direitos humanos, sistema penal e políticas de proteção a pessoas ameaçadas de morte⁷².

Inicialmente em Fortaleza, durante parte dos anos da administração popular do governo municipal (2005-2013), entre outras funções de organização da gestão, pude coordenar tecnicamente uma equipe constituída dentro da Guarda Municipal, com o objetivo de incrementar o Observatório da Violência local, monitorando crescentes índices da violência e fazendo o debate com a municipalidade a respeito da função da guarda civil frente a este quadro, conforme metodologia desenvolvida pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, instituição a quem passei a prestar serviços a partir do ano de 2007. Ali desenvolveu-se, em equipe interdisciplinar, o processo de implementação desta instância e implantação local do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o PRONASCI, do Governo Federal, no segundo governo do Presidente Lula (2008/2012), já amplamente abordado na dissertação de mestrado sobre o tema, Programa que chegou no mesmo período da minha tarefa, complementar e integradamente à metodologia que estava estruturando. Já vinha discutindo o tema da segurança pública e vivenciado experiência semelhante desde o trabalho com a guarda civil de

⁷¹ Atuando na Prefeitura Municipal de Fortaleza.

⁷² Atuando no Governo do Estado do Ceará.

Porto Alegre, a partir de debates sobre o papel dos municípios nesta área, integração com as políticas sociais, territorialização, além do foco em jovens e mulheres das periferias, através da oferta de políticas de atenção, capacitação e trabalho. O tema tornou-se objeto de dissertação de mestrado em políticas públicas, na Universidade Estadual do Ceará (Bertini, 2016), em que analisei o PRONASCI como política pública e seu término antecipado no governo Dilma.

Ainda hoje considero que o Programa era muito consistente, amplo e de atenção integral e sistemática ao tema, prevendo a inserção massiva de políticas sociais nos territórios, a inclusão na escola, o acolhimento para jovens e mulheres e a qualificação da área da segurança, com aquisição de equipamentos de baixa letalidade e capacitação em alta escala para trabalhadores da segurança e da justiça, além de apresentar previsão de interlocução federativa, propondo e efetivando atuação em conjunto dos governos federal, estadual e municipais, e também oferecendo ferramentas importantes de gestão integrada de políticas públicas, com alta e permanente interlocução no território de ação, oportunizando participação e gestão popular.

Com a política federativa, enquanto durou o Programa, no entanto, o Estado do Ceará tomou rumo certo, sendo chamado desde a Capital Fortaleza e Governo Federal - Ministério da Justiça e levando a sério a política pública em execução, se considerar o envolvimento atingido. Recebeu o Estado do Ceará, para tanto, recursos em grande escala, focados na qualificação das polícias, tanto material - em equipamentos e armamentos de menor letalidade, quanto em alta capacitação de seus quadros, com oferta de formação de toda ordem, prioritariamente em direitos humanos, em uma política ampla que mobilizou diversas pastas executivas municipais e estaduais, universidades, agentes políticos diversos e propunha, inclusive, o aperfeiçoamento da política penal local para a redução da violência e da tortura. Neste recorte estadual, como responsável pela execução do Gabinete de Gestão Integrada

Municipal - GGI-M, enquanto consultora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a serviço do município, em apoio ao Chefe da Guarda Municipal e à Prefeita Lã época, estive acompanhando aquela multitarefa, em conjunto com duas consultoras e um consultor do Programa para o Ceará, contratados pelo Governo Federal em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que fomentavam e monitoravam o PRONASCI. Muitas ações conjuntas, desafios importantes na relação com a sociedade civil e com as diversas instâncias envolvidas, na construção de um conceito e de uma prática de Segurança Cidadã, mais preventiva e de atenção aos segmentos maciçamente criminalizados, via de regra, pelos trâmites normais da área, em territórios considerados conflagrados e onde só chegava a ação ostensiva da polícia, quando chegava. E com um Secretário de Segurança do Estado do Ceará que estava em todas as reuniões mensais, que se tornavam acontecimentos, pelo tanto de autoridades reunidas, debate e análise de dados e fomento de ações integradas, suportes às ações conjuntas de arte e cultura, educação, assistência, apoio a jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade, em um efetivo movimento integrado de cidadania e direitos humanos.

O PRONASCI foi encerrado antes do término do prazo previsto por redirecionamento na política federal, uma mazela costumeira frente a trocas governamentais, apesar da manutenção do mesmo projeto partidário, de esquerda, repetindo dificuldades de continuidade, avaliação e qualificação da política, elementos que costumamos ver nas políticas públicas, mas, principalmente, frente ao tema e área da segurança, que depois do período ditatorial obteve pouca abertura para a formulação com participação, diferente de outras áreas que foram sendo fomentadas e aperfeiçoadas em Conferências Públicas e outras modalidades de participação, envolvendo gestores/as, trabalhadores/as e público atendido, como a Saúde e a Assistência Social. Ainda hoje considero muito importante comparar e constatar a existência de uma política

pública universal como a saúde, particularmente o Sistema Único de Saúde - SUS, que tem reconhecimento internacional e muitos trabalhos e pesquisas que o sustentam, e que já realizou desde a Constituição de 1988 ao menos 17 (dezessete) Conferências Nacionais, precedidas por encontros locais, municipais e estaduais, entre consultas públicas, audiências e manutenção de conselhos intergestores ativos com a participação regular e crescente da sociedade civil, que qualificam o SUS neste processo, consolidando-o. Característica de continuidade muito relevante para as políticas públicas, que permite avaliar, rever, reescrever e contrapor metodologias e direções na medida de sua execução. Não é por nada - não é por acaso que a Segurança Pública realizou apenas uma Conferência Nacional, da qual ainda provêm os principais temas em debate até hoje por especialistas e população em geral: desarmamento, ciclo completo e integração de polícias, por exemplo. A segunda Conferência, suspensa por prazo indeterminado, foi ensaiada, em Fortaleza, tendo esta pesquisadora participado de um encontro de mobilização federal que não teve prosseguimento, descontinuada com o PRONASCI. Com os movimentos nacionais, a Segurança sofreu este recuo em âmbito nacional, estadual e municipal. No país, a cidadania e a cultura de paz foram estacionadas e incrementou-se um modelo mais ostensivo contra a violência, coincidindo com as mudanças de gestão.

No Ceará, com a troca de governo, foi desarticulada a maioria das ações integradas e de cidadania que eram desenvolvidas. Novas diretrizes na área, com a implementação do Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas - RAIO, uma metodologia e prática de ostensividade largamente analisada pelo sociólogo contemporâneo e cearense Marcus Gigio (Moreira, 2013), com quem tive a satisfação de trabalhar e repartir muitas análises e lamentações pela mudança radical operada na política de segurança do Estado, e um pouco mais tarde no próprio município, à luz de diretrizes de aumento na letalidade, a famosa “linha dura”, que voltou a ser praticada para

fazer frente ao crime, que seguiu seu curso sem sequer titubear com as mudanças. Até uma pequena alteração nos números da violência, ainda que pontual, foi atribuída a novas pactuações entre o crime. As análises do autor apontam, a partir de uma comunidade urbana pesquisada, a “efetiva retomada do modelo ostensivo, bélico e militarizado, simbolizado pelo RAIO, em detrimento ao modelo de polícia de aproximação, [que] emerge como novo paradigma da Política de Segurança Pública adotada no Estado do Ceará” (Moreira, 2013, resumo). Passamos, no estado, de um gestor considerado humanista, cordial e afável em seus relacionamentos profissionais, que comparecia de forma sistemática aos encontros do GGI-M, que sustentou a ideia do funcionamento de um Conselho Estadual de Segurança e de uma forte rede de Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDSs pelo estado todo, que resistiu, indispôs-se e incidiu fortemente - ou ao menos tentou - sobre os inúmeros casos de corrupção internos ao âmbito da segurança no estado e deliberou sobre a não veiculação das imagens das pessoas presas em flagrante à época, prática muito comum pela imprensa local, que também gerou resistência. Ele foi desacreditado pela sua postura favorável aos direitos humanos e a uma cultura de paz que tentou alcançar ao estado⁷³, opondo-se a uma prática corrupta e delituosa dos órgãos de segurança com manutenção do status quo de uma elite dominante a quem não interessa pacificar a relação social, pois mantendo a criminalização de determinados corpos - geralmente negros e periféricos - mantém-se também inúmeros beneficiamentos bélicos e do próprio mercado de drogas.

⁷³ Ver matérias de apoio publicadas na época como em <https://www.sspds.ce.gov.br/2009/10/06/title1201/> MAIS UMA DECLARAÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE AO SECRETÁRIO - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (sspds.ce.gov.br); manifestação do Secretário sobre direitos humanos em <https://www.tjce.jus.br/noticias/repressao-a-criminalidade-deve-respeitar-a-constituicao-diz-roberto-monteiro/>

A intensa produção cearense que advém de referências das universidades federal e estadual, cruzando disciplinas e formulando análises e saídas integradas e intersetoriais desde laboratórios diversos e plurais que pautam os direitos humanos e o enfrentamento à violência, não condiz com essa realidade de gestão pública que tem ao seu alcance toda uma formulação que possibilitaria galgar patamares muito mais arrojados de superação da violência institucional, em níveis ainda hoje alarmantes no Ceará. Seguidamente chamados a colaborar por algum tempo, logo depois era retomado um curso míope sobre a segurança pública, de violência institucional e tradicionais métodos ostensivos e discriminatórios.

A realização de estudos conjuntos ao longo dos governos que acompanhei e presenciei no estado, para estruturar a primeira versão dos Programas Fortaleza de Paz e Ceará Pacífico, por exemplo, foram descontinuados, mas seguiram em curso produções fundamentais dos grupos de pesquisa e intervenção, mantendo a incidência e fortalecendo os centros de produção, como o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Conflitualidade e Violência (COVIO), o Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA), o Grupo de Pesquisa e Extensão em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), todos da Universidade Estadual do Ceará - UECE; o Laboratório de Estudos da Violência - o LEV, o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação - VIESES; laboratório das Juventudes-LAJUS, vinculados à Universidade Federal do Ceará - UFC, entre outros.

Vasconcelos (2023) traz artigo muito interessante em que analisa os estudos sobre violência, crime, segurança pública e justiça criminal no Ceará, caracterizando três gerações de profícua e permanente produção acadêmica cearense nesses setores, de períodos que marcam iniciativas e formação de centros de pesquisa no estado, desde os anos 90 até 2022. Destaca UFC e UECE como matrizes universitárias e faz ampla referência a nomes como César Barreira e

Glória Diógenes, na UFC, Geovani Jacó de Freitas e Maria Glauécia Mota Brasil, na UECE, chamados os “chefes de escola da 1ª geração”. Referências importantes para delinear no Ceará um perfil dos crimes relacionados à terra e à segurança, que dão o perfil de repressão violenta às contestações de trabalhadores rurais, assassinato de líderes camponeses, pistolagem a serviço da classe dominante. explicitando o “embaralhamento das fronteiras entre o público e o privado” (p.304) e situando o lugar ocupado pela polícia corrupta e violenta e dos conflitos sociais em que “vazava” a violência sem controle, como origem. O autor apresenta nesta publicação os pesquisadores e pesquisadoras de segunda e terceira geração, que garantem a qualidade e a continuidade dos estudos entre os laboratórios, estudos que garantem até hoje a qualidade das análises e sempre o melhor debate para o aprofundamento dos temas, permitindo compreender-se e problematizar situações que incidem sobre a realidade de ameaças que pairam sobre o campo dos direitos humanos contemporaneamente.

Em Fortaleza, apesar da previsão de continuidade de investimentos na segurança cidadã, ainda na perspectiva de trazer responsabilidade a este ente federado, o primeiro governo subsequente ao PRONASCI, investiu em grande escala na Guarda Municipal de Fortaleza, ampliando o seu contingente, e, alguns anos mais tarde, frente ao aumento da violência, adotou um modelo ostensivo diferenciado. A área da Segurança foi assumida pelo vice-prefeito à época, um famoso personagem midiático da política tradicional, deputado federal, que tinha em sua plataforma política o discurso tradicional da segurança. Ele lançou a inovação de torres de segurança em um projeto anunciado como preventivo, através de “células de proteção comunitária” inseridas em territórios conflagrados, com enormes torres incrustadas nestas bases e diversos níveis de policiamento, a pé, de moto e de carro, com drones e câmeras, voltados a cuidar destes territórios. Controlar, na leitura de seus próprios moradores, ameaçando todos

aqueles que ousavam passar de forma descuidada pelo local, chegando aos equipamentos de cultura e lazer e já observados, conforme os relatos comunitários tensos e preocupados com mais uma forma de violência estatal nos territórios - agora seriam grandes operações do Estado de tempos em tempos e as torres, fixas, para estruturar o controle (Maciel, 2021).

Mas mesmo durante o período anterior que narrei, quase que simultaneamente, a gestão do Ceará vinha desenvolvendo seus mecanismos tradicionais de enfrentamento à violência, tendo criado, um aparato de perseguição e combate ao crime altamente armado, o RAIIO. Este grupamento - batalhão de elite foi analisado detalhadamente por Marcus Giovanni Ribeiro Moreira (Moreira, 2013), que fez parte do Fortaleza de Paz, tendo trazido contribuições fundamentais para o trabalho já que pesquisa e ensina sobre racismo, branquitude e segurança pública, possibilitando desde cedo esta compreensão da lógica e do público preferencial das abordagens mais “truculentas” oferecidas pela polícia. O autor nos alcança o entendimento sobre o modelo tradicional e violento frente a alguns segmentos sociais - via de regra jovens negros, pobres, da periferia da cidade, quando analisa as práticas de suspeição e abordagem do Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas - o RAIIO da polícia militar do Ceará, na sua relação com a legalidade e os direitos humanos, este que foi criado justamente para ampliar e trazer mobilidade e flexibilidade ao policiamento ostensivo.

Para estudar a suspeição, Moreira (2013) utiliza o conceito de inimigo público, interno, formado desde a suspeição que se enlaça com estigmas e estereótipos em conceitos e práticas já abordados por Coimbra (2001) em seus estudos sobre (violações de) Direitos Humanos. A suspeita, estruturada desde o senso comum, diz ele, é a “materialização do medo” (Moreira, 2013, p. 39), associando-se crime e violência ao fenótipo do homem negro, tal qual descrito

anteriormente, no racismo que perpetra a suspeição, notadamente no Brasil, o mesmo que ostenta o mito da Democracia Racial⁷⁴.

Há debates indicando que a área da Segurança Pública se atrela e mantém laços com a ditadura civil-militar no Brasil, com uma herança que se atualiza até os dias de hoje, nas práticas militarizadas e repressivas, como já desenvolveram diversos autores e autoras que pesquisam essa realidade (Souza, 2015; Soares, 2006; Cano, 2006). Em análise da Segurança Pública, tive a oportunidade de discutir este processo:

A análise da construção da política de segurança na Constituição Federal de 1988 aponta muitos elementos controversos, confirmando o jogo de interesses e mesmo a disputa entre o avanço e o retrocesso nas políticas públicas que se seguiu a ela. O que de fato se coloca são diversos aspectos a serem superados diante de uma insistência da ditadura militar em permanecer em vigor com seus métodos, apesar dos ventos democratizantes, por um lado, e da força dos movimentos para que se cumprissem as definições da chamada Constituição Cidadã, e dos avanços da democracia, por outro (Bertini; Frota, 2018, p. 71)

No período subsequente, a partir de 2010, passei a atuar também na área da saúde, nas políticas interdisciplinares sobre drogas, experimentando mais de perto a relação de ensino e pesquisa e aprofundando os estudos em políticas públicas, mantendo em consideração os conceitos da intersetorialidade e da territorialidade. Atuando na perspectiva do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único da Assistência Social⁷⁵, pude exercitar o caminho de valorização da atenção à saúde básica, e das equipes multidisciplinares da assistência, até chegar a 2015, quando

⁷⁴ A democracia racial ou a teoria da harmonia racial serve para “abrandar a existência do racismo na esfera pública” (p.49) e suavizar a escravização que durou mais de 300 anos no nosso país. Para conhecer melhor, ver FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro (2008).

⁷⁵ Para situar minhas reflexões sobre a saúde pública e os caminhos do cuidado - ver artigo em <https://cadernosdocuidado.observatoriodocuidado.fiocruz.br/index.php/CC/article/view/35>

ingressei no Estado, desta feita tratando de Justiça. Além de aprofundar os conceitos e as práticas, retomei aqui o foco sobre a redução de danos como metodologia de intervenção, que passei a utilizar na vida.

O papel da Psicologia é notório, desde o trabalho com a clínica do testemunho no âmbito das políticas de reparação, com a clínica política e com os estudos sobre os efeitos da violência do Estado e da opressão da ditadura mesmo, até a colaboração para a superação dos tempos de ferro e a construção e defesa da democracia. Hur & Lacerda Junior (2017) analisam a produção da Psicologia a respeito do período da ditadura civil-militar e sua relação com ela, através de número especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão com o tema “Psicologia e Democracia”, em que tratam do compromisso com uma sociedade mais justa e democrática, assim como de sua implicação nas relações sociais e com os processos políticos constituídos à época. Constatou-se, mais uma vez, que a Psicologia nem sempre esteve à serviço da democracia e por vezes colaborou com o regime militar, com fragilidades que precisam se constituir em revisões de práticas, que, quando atualizadas, repetem a opressão. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que a Psicologia tem se apropriado do debate fundamental sobre as Políticas Públicas e os Direitos Humanos, cuidando de tratar do desmonte que assistimos, posicionando-nos frente a crise política e a temas fundamentais como os que têm sido debatidos na categoria:

Educação, laicidade, seguridade social, populações indígenas e quilombolas, questões de gênero, raça e diversidade sexual, modos de subjetivação e resistência, todos esses, temas caros para a Psicologia e presentes no cotidiano da atuação nas diferentes políticas públicas, demarcam uma dimensão ético-política do exercício profissional (CFP, 2020, p.6).

Retrocesso Político no País e temas atravessados: Justiça, Sistema Prisional, Cidadania e Direitos Humanos

Desde 2015 na gestão do governo no estado no Ceará, atuei e incidi sistematicamente entre dois setores que conheci como Justiça, na Secretaria da Justiça - SEJUS - do Estado: na Cidadania e na Execução Penal, ambos geridos ali. Existiam na SEJUS, em “quase harmônico convívio”, de fato quase paralelos, os setores assim denominados Cidadania e Sistema Prisional. No primeiro operavam-se desde grandes ações de atendimento à população, frente à necessidade de regularização de registros civis, emissão de CPF e outros documentos, através de centros de atendimento à população distribuídos em vários pontos da cidade de Fortaleza e do interior do Ceará; ali se dava a gestão de diversas políticas de cidadania e direitos humanos, como a prevenção ao tráfico de pessoas, atenção a vítimas de violência, ao migrante e ao refugiado, atendimento a pessoas que pleiteavam reconhecimento do estado por violações, prisão e tortura, na época da ditadura, uma bela política de justiça de transição que o estado do Ceará conseguiu manter, atualizada recentemente⁷⁶, além do acompanhamento a instâncias de participação e controle social geridos pela Secretaria, como o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência, o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, assim como a instâncias geridas por outras pastas, como o Comitê de Políticas para as Pessoas em Situação de Rua, atuando para integrar e qualificar outras políticas da cidadania e de direitos humanos⁷⁷.

⁷⁶ Lei nº 13.202, de 2012, alterada pela Lei nº 16.959, de 2019, que reconhece no Ceará o direito à indenização para as pessoas detidas por motivos políticos no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tornado imprescritível o prazo para o pedido de indenização.

⁷⁷ Instalei e integrei diversos grupos de trabalho, realizando o redesenho do Centro de Referência a Vítimas de Violência – CRAVV e da política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), com criação e participação em grupo de trabalho de adequação da política, que passou a atender migrantes (criado o Comitê Estadual Interinstitucional de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará (Cemigtrap-Ce)).

Neste mundo da Cidadania ainda estaria o capítulo da proteção a pessoas ameaçadas de morte, em um intrincado universo de interfaces e articulações onde segui atuando até 2023, alternando-se as secretarias responsáveis. Nesta tese abordo as trajetórias, a ameaça e a própria proteção de Defensoras de Direitos Humanos, desde este processo que integrei no governo do estado do Ceará, na assessoria aos programas de proteção a pessoas, envolvendo representação da secretaria e gestão de pautas e articulações⁷⁸.

Por outro lado, como havia referido, as políticas de execução penal, junto ao Sistema Prisional, o outro “mundo departamento” gerido pela SEJUS, que andava em paralelo, para o qual fui chamada e em que acabei me inserindo, na compreensão, e mesmo na convicção que fui construindo no processo, de que não haveria de ser mantida tal separação sem prejuízo da própria Cidadania, que seria recortada somente para alguns, como vimos frequentemente.

Recordo de sempre referir que, depois que conheci o Sistema Prisional, nunca mais foi o mesmo tratar de Segurança Pública e nunca mais foi o mesmo tratar de Direitos Humanos e Cidadania. Penso que esta referência dispensa maiores explicações e pode ter sua base no debate da ADPF 347⁷⁹.

Chamo o sub-tema de “políticas atravessadas” porque este processo sempre se colocou desta forma: havia forte tensão para a separação das pastas e declarado incômodo com a presença

⁷⁸ Nesta inserção, fui presidente do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado do Ceará - CONDEL, no período entre 2016/1 e 2018/1; integrei desde 2015 até minha saída recente, em 2023, o Colegiado de Gestão do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; também integrei desde 2015 o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos – PPDDH, que coordenei de 2017 a 2019 e de 2022 a 2023, integrando desde sua criação em 2019 o Comitê Estadual de Proteção a Pessoas - COEPP, assumindo sua presidência entre 2021 e 2022, sempre em apoio e parceria com o Núcleo de Assessoria aos Programas de Proteção - NAPP, uma instância igualmente complexa em sua tarefa de gerir os contratos com entidades da sociedade civil que executam os Programas, monitorar a política e articular múltiplas interfaces.

⁷⁹ A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347 do Supremo Tribunal Federal - STJ reconheceu em outubro de 2023 por unanimidade a compreensão já posta em 2015 sobre o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro.

da Cidadania no mesmo ambiente, principalmente desde a organização dos agentes prisionais, que não entendiam esta aproximação e muitas vezes formulavam provocações a respeito da contradição vivenciada pela SEJUS-CE, na medida em que ao mesmo tempo que cuidava da execução das políticas penais, cuidava também dos “direitos dos manos”⁸⁰. É sabido que, do ponto de vista político administrativo, muitos estados adotam uma secretaria à parte para tratar dos Direitos Humanos e da Cidadania. No Ceará, a Cidadania foi tratada de forma separada por longo tempo pela SEJUS, enquanto que os Direitos Humanos foram tratados como política especial dentro do Gabinete do Governador (Coordenadoria Especial dos Direitos Humanos)⁸¹. Nos anos seguintes, a pasta de Cidadania e Direitos Humanos foi concentrada em uma Secretaria Executiva dentro da Proteção Social, extinta a Secretaria da Justiça e criada a Secretaria de Administração Prisional⁸², e finalmente tornou-se Secretaria dos Direitos Humanos, agregando a Ressocialização à Administração Prisional, e excluindo-se a Justiça do âmbito do Poder Executivo⁸³.

O que se vê é que uma série de adequações aos projetos específicos, governamentais, vão sendo operados ao longo dos anos, em detrimento de uma política de Estado. Não parece haver mudanças para alcançar uma política pública mais efetiva, mas muito mais uma forma que talvez atenda a outras necessidades, interesses, no loteamento de cargos e arranjos políticos institucionais. Por outro lado, a proximidade da Secretaria da Justiça (onde estava a Cidadania) com a área de Direitos Humanos, aquela que esteve como política especial no Gabinete do Governador, com muitos trabalhos em conjunto, indica que não haveria motivos técnicos para as

⁸⁰Tratei sobre o tema sob a perspectiva acadêmica com a leitura da colega Clara Cavalcante (2020), ao abordar os “humanos indiretos” nas reflexões iniciais da introdução.

⁸¹ Estrutura criada pelo Governo Cid Gomes no Ceará - 2011-1014.

⁸² Reforma Administrativa do segundo Governo Camilo Santana, em 2019.

⁸³ Reforma Administrativa do Governo Elmano de Freitas, em 2023.

áreas estarem separadas (Cidadania e Direitos Humanos), a não ser por questões instrumentais. Assim, penso este processo como pista para a reflexão sobre mudanças de estruturas administrativas, com vistas a atender objetivos estratégicos. Se as alterações estruturais, assim como as leis, estão a serviço de qualificar a política pública, a existência temporária de áreas afetas aos direitos humanos junto ao Gabinete do Governador, por exemplo, servem para que elas tenham mais poder de inserção junto às demais estruturas, para melhor incidência, como políticas transversais. Neste caso específico, vimos as políticas da Cidadania e Direitos Humanos fazerem passeios quase aleatórios, perdendo o sentido de estruturação estratégica com vistas ao aperfeiçoamento da política pública. Se servem a algum propósito, é o de manter inoperantes e desintegradas áreas afins de garantia de direitos. Ao mesmo tempo, pode-se pensar que a separação do sistema prisional e demais estruturas do ciclo penal, com a atenção aos egressos até as alternativas penais, ocorre aqui como forma de fechar o sistema a interferências outras, principalmente de áreas da cidadania, que vinham insistindo nos processos de garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, em um alinhamento à política de segurança pública, “voltada para uma forte e letal ‘guerra contra o crime organizado’, introduzindo doutrinas de choque dentro dos estabelecimentos penais” (Siqueira, 2020, p.2). Com esta mudança, então, compreende-se a criação da Secretaria de Administração Prisional em 2019 (a Ressocialização veio quatro anos depois) e a nomeação de um policial agente federal, responsável pela reestruturação (endurecimento) disciplinar em âmbito nacional, objeto da crítica direta do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e outras instituições da sociedade civil. Em

substituição a um significativo conjunto de gestores anteriores todos historicamente vinculados aos direitos humanos⁸⁴ que geriram a pasta finalizando os seus 120 anos.

A complexidade do processo penal tem sido estudado de forma crescente pela Psicologia, na perspectiva de constituir-se como locus de apoio e garantia de direitos humanos para pessoas privadas de liberdade, seus familiares e para a intrincada gestão da pauta, a começar pelos profissionais recém criados policiais penais, abordando-se tanto o empoderamento e endurecimento disciplinar (suas condições de trabalho e sofrimento psíquico (Figueiró & Dimenstein, 2018), as alternativas penais, em medidas diversas da prisão como tentativa ainda frustrada de romper com a racionalidade carcerária (Hadler & Guareshi, 2018), entre muitas produções necessárias sobre saúde prisional, gênero, preconceito e silenciamento, encarceramento de mulheres e o crime de drogas, saúde mental e manicômios, em dossiês e produções efetivas para reafirmar este diferencial que já se confirma cada vez mais distante do apaziguamento dos corpos e diagnósticos comprometidos com verdadeiras sentenças para a tortura que muitas vezes é imposto aos profissionais (Uziel et al, 2018).

Prevenção e Combate à Tortura

Na contramão das tendências internacionais, o Brasil apresenta mais uma vez o recrudescimento penal como resposta à violência e ao crime organizado, com aumento de letalidade e aprisionamento. Como descrevem Uziel et al (2018) ocupamos “posição preocupante

⁸⁴ Antes de ocorrer a reforma que individualizou a área do Sistema Penal, em 2019, era gestora da extinta Secretaria da Justiça e Cidadania Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, histórica promotora de justiça cearense que criou a política estadual de Direitos do Consumidor e instalou o primeiro Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; antes dela, Helio das Chagas Leitão, que havia presidido por dois mandatos a seção Ceará da Ordem dos Advogados do Brasil. Como Conselheiro Federal da OAB, foi presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB mandato 2019-2022 e representante da OAB no Conselho Nacional de Direitos Humanos mandato 2022-2024; e antes, ainda, no período entre 2010 e 2014, Mariana Lobo, Defensora Pública do Ceará desde 2003, foi presidenta da Associação dos Defensores Público do Ceará (2008-2010), Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, tendo integrado Comissão Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para estudo da atuação de grupos de extermínios no Ceará.

no que concerne tanto ao encarceramento em massa, quanto à escalada da violência letal em meio a apostas em lógicas belicistas no âmbito das políticas de segurança”(p.3). O Ceará manteve a mesma linha, com destaque para as mudanças a partir de 2019, quando ocorreu troca de governo e consolidou-se modelo que já vinha sendo experimentado desde a crise carcerária de 2016 descrita no próximo item (3.5.2).

Pela via da área da Cidadania, na Secretaria da Justiça e Cidadania, a vivência no Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura⁸⁵ como representante governamental foi ímpar, tratando de acolher denúncias à luz de protocolos internacionais e decisões nacionais, como a ADPF 347, que apontam, entre outros problemas, o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional de nosso país. Isto me introduziu na compreensão mais ampla dos direitos internacionais garantidos por lei muito recentemente no Brasil, a saber, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ratificada pela Constituição Brasileira em 1988; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, criado em 1966, cuja adesão do Brasil ocorreu em 1992; a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, criada em 1995 e ratificada pelo Brasil também em 1989; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes adotada pelas Nações Unidas em 1984, ratificada pelo Brasil em 1991; e o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela ONU em 1992 e ratificado pelo Brasil em 2007. Conforme o Conselho Nacional de Justiça (2016), todos são precursores e razão de ser da criação do Sistema Nacional de Combate à Tortura, criado em 2013 pela Lei 12.847, que propõe a consolidação de uma rede de atores para articular

⁸⁵ O CPCT-CE foi criado em 2011 e revisto em 2023, quando da publicação do Sistema Estadual com o mesmo nome, prevendo a criação do Mecanismo Estadual.

ações para a Prevenção e o Combate à Tortura no Brasil, tendo como base as proposições de um Mecanismo Nacional e como sustentação a participação e o controle social através do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura. No entanto, a realidade é diferenciada quando observamos o contexto de recrudescimento penal pontuado logo acima.

O Comitê elaborou, discutiu e aprovou o projeto de lei - PL do Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, espelho do sistema nacional, prevendo-se a transformação do Comitê por lei e a criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, em 15 de abril de 2016, conforme registros da época. Tramitando pelo governo do estado, somente em 2018 a minuta se tornou processo administrativo e desencadeou novo périplo por diversos setores do executivo estadual, movendo as ações da sociedade civil e dos órgãos de fiscalização e monitoramento de violações de direitos humanos no estado do Ceará, e mesmo nacionalmente, a fim de encaminhar o PL à Casa Legislativa - Assembleia. Depois de atas e ofícios sucessivos desde 2016, constatada a não tramitação do processo em tela junto ao poder executivo até o legislativo, desencadeou-se forte estratégia de campanha para dar celeridade ao processo. Ainda em 2016, realizou-se Audiência Pública na ALECE e em junho de 2018, por ocasião do dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura, instituído pela ONU em 2017, ocorreu o I Seminário Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, em grande mobilização em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e demais componentes do Comitê, cuja comissão executiva coordenei, desencadeando a prática de encontros a cada dois anos para mobilizar a pauta e discutir os temas relacionados à tortura.

Na abertura deste I Seminário foi anunciada a adesão do Estado do Ceará ao Pacto Federativo para a Prevenção e Combate à Tortura, conforme Portaria Federal nº 346, de 19 de setembro de 2017, cuja adesão cearense foi assinada em 25 de junho de 2018, pelo então

Secretário de Estado Chefe de Gabinete do Governador do Ceará, e apresentada pelo Coordenador Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Gabinete do Governador. Apesar de ser o responsável formal, conforme o documento de adesão, pela implementação das ações voltadas ao cumprimento dos objetivos do Pacto, o PL não foi encaminhado, demorando-se por mais cinco anos. Finalmente em dezembro de 2023, em seguida à homologação definitiva da ADPF 347 pelo Supremo Tribunal de Justiça, o atual Governador do Ceará⁸⁶ fez o encaminhamento necessário à Assembleia. O Projeto de Lei nº 133 do Poder Executivo foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 20 de dezembro de 2023. Em 2024, ocorreu o chamamento público para a criação do primeiro Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Este é um dos capítulos importantes da minha trajetória, em que compreendi profundamente a noção de cuidar das pessoas, da dignidade e da não violência.

Todo esse aparato formal é necessário e se constituiu, dentro de minha trajetória, na possibilidade de uma atuação a favor da prevenção à tortura, a qual é preciso compreender nos dias de hoje. Reflito que estejamos em um contexto que a Psicologia Social compreende e pode nos alcançar poderosas conclusões com relação ao sistema criminal e as relações sociais conduzidas por interesses econômicos e pela manutenção de privilégios e proteções do Estado à classe dominante, conforme Cruz et al (2017), que analisam em potente artigo a ditadura que se perpetua em nosso país. Assim, podemos entabular uma prática em defesa dos direitos humanos que sabemos problemática, sem perder o prumo. Afinal, como afirmam as autoras, “sem compreendermos que a relação entre o hoje e o ontem é eminentemente dialética e de permanências, não conseguiremos operar rupturas significativas no presente” (p.241). Assim, da mesma forma dialogando no Seminário sobre o Golpe de 64 recentemente produzido pela

⁸⁶ Encaminhado pelo Governo Elmano de Freitas, 2023-2026

Universidade Federal, acolho a provocação sobre a necessidade de se “buscar a memória, encontrar a verdade e finalmente nos vermos com a justiça”, que responde ao desafio sobre “o que resta do golpe entre nós”. Conforme o advogado e deputado Renato Roseno repercutindo a fala da professora Vlândia Jucá, “resta tudo, menos a própria ditadura: a desigualdade e a violência. Renato Roseno identifica uma luta só a três tempos - passado, presente e futuro. Ele afirma ainda que “uma grande página da literatura universal dizia: ‘A luta contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento, [e que] aqueles que produziram a violência no Brasil ditatorial são os que querem ser esquecidos’; identificando assim a violência como “expressão de poder desigual” (s/p). E lembra que a suspensão da normalidade democrática foi feita pela elite econômica para garantir seu poder. E que a tortura se colocou contra a ideia de cunho socialista de redistribuição. Assim, restou a desigualdade e a violência nas esquinas do Brasil - no hiperencarceramento, nos camburões, contra jovens negros e periféricos, por conta da uma constituição histórica da sociedade, com a violência normalizada porque não houve prestação de contas de seu passado. Violência seguidamente provocada por um agente do Estado, contra corpos jovens negros e periféricos, em um extermínio normalizado. Da mesma forma, uma realidade, que registra a passagem de 170 mil encarcerados à época para 800 mil encarcerados nos dias de hoje. Nos resta medo do poder despótico, do poder de Estado. Como instrumento de dominação das elites. Vencer o medo é preciso. E prestar contas. Sabedoras que a ameaça da extrema direita ainda é real, fazer o que fascistas querem só nos torna fascistas um pouco.

Justiça e Sistema Prisional

Comecei em 2015 a atuar neste tema através do desenvolvimento do “Seminário sobre Transformação e Humanização do Sistema Penal” realizado até 2016, em que, em co-autoria

com o titular da Secretaria da Justiça e com a Assessora Especial do Penitenciário⁸⁷, elencou-se dez temas que julgamos à época pertinentes para um olhar integral sobre a pauta, na perspectiva da construção da Política Estadual de Execução Penal, da Lei de Execução Penal Estadual, de um Plano Estadual de Política Penitenciária e eventuais instrumentos e documentos resultantes das proposições das Audiências, plano da gestão recém instituída na gestão, o que não se consolidou, pois o rumo das coisas (inconstitucionais) alterou o panorama de forma definitiva. Realizamos, no entanto, debates que considero tenham sido germinais para meu posicionamento perante a situação do sistema prisional, que só pode ser visto de maneira integrada, considerando-se sua complexidade e, de forma crítica, considerando o agora mais conhecido e reconhecido estado inconstitucional de coisas⁸⁸. Começamos com o tema mais amplo, em Seminário Introdutório, com a presença do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, à época, conforme NR 90, com a apresentação do estado da arte no Brasil, da situação atual no Ceará, realizando uma análise crítica e elencando perspectivas. No mesmo evento se manifestaram também, além do Poder Executivo, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e mais uma Organização Não Governamental afeita ao tema atuante na área. Em seguida, nos próximos seminários, abordou-se a socialização, inserção e integração social da pessoa privada de liberdade (Prisões e Sociedade), a arquitetura prisional para o século XXI (Sustentabilidade), a “segurança humanista” (Gestão, Disciplina, Prevenção e Combate à

⁸⁷ À época eram titulares da Sejus o advogado Hélio Leitão e a defensora pública Aline Miranda, com quem constituía estes movimentos aqui narrados.

⁸⁸ Estado Inconstitucional de Coisas é a referência para o Sistema Prisional desde 2015, conforme definição do Supremo Tribunal Federal - STF. A ADPF 347 - Ação constitucional (arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) reconhece o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro frente ao quadro grave de violações de direitos. Em outubro de 2023, em decisão unânime, o STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional nos presídios.

Tortura), os/as trabalhadores/as e agentes penitenciários/as (Que Trabalhador É Esse?), a educação (Por um Projeto Político Pedagógico para as Prisões), a saúde prisional, o tema das drogas (Políticas de Redução de Danos nas Prisões), o trabalho (Integração Social do Preso e do Egresso) e realizamos ainda dois seminários de maior porte, de 16h cada um, sobre os temas das Alternativas Penais (Desencarceramento e Outras Medidas) e sobre a Agenda da Diversidade no Sistema Prisional (LGBT e Mulheres: Gênero e Raça no Sistema Prisional).

Encerramos o ciclo de seminários Prisional reativando o Comitê Estadual de Monitoramento da Política para Mulheres no Sistema Prisional, previsto na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional - Pnampe, estruturando compromisso escrito conjunto, com a presença da diretora de Políticas Penitenciárias do DEPEN à época⁸⁹, em período em que uma profissional da Psicologia ocupava este lugar junto a um Defensor Público que dirigia o DEPEN, o mesmo que abriu os trabalhos na primeira rodada do evento⁹⁰.

Propositalmente trago esta configuração da gestão da política penitenciária nacional que apoiou aquelas iniciativas da Sejus, no Governo do Estado do Ceará, tendo em vista as transformações operadas neste mesmo período, com o impedimento político da presidência do país - o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, caracterizado em muitas análises como Golpe, em 2016. O que pode ser dito nesta análise apertada é que nenhuma garantia se mantém, mesmo protegida por leis e decretos, quando a vontade de uma elite política predomina, ainda

⁸⁹ A psicóloga Valdirene Daufemback é atualmente coordenadora do Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em parceria com o Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud.

⁹⁰ Gestão de Renato de Vitto e Valdirene Daufemback, Diretor do Departamento Penitenciário Nacional e Diretora de Políticas Penais, respectivamente, entre 2014 e 2016. Atualmente Valdirene está coordenadora do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – CNJ/PNUD, ao qual me vinculo como Assistente Técnica Estadual no Ceará desde setembro de 2023.

herdada da longa transição da ditadura para a abertura, sob controle e tutela militar e desta elite que se constituiu na própria ditadura e mesmo antes dela. As reflexões sobre uma série de avanços que se constituíram também aparecem nesta perspectiva, pois os governos de administrações populares em nível federal anteriormente ocorreram mediante alto nível de concessões e logo foram desfeitos. As análises de conjuntura asseveram que obteve-se uma forma de assegurar melhorias para os mais pobres, postergando a resolução dos conflitos sociais, como estratégia de poder, sem mexer com o capital. A democracia ficou ainda mais ameaçada a partir de então, o que explica, de alguma forma, a facilidade com que foi aceita a destituição de Dilma, uma mulher que ousou pautar novamente o aborto, não parou de abordar a má distribuição do dinheiro em nosso país e a desigualdade estrutural. Avaliar a democracia neste contexto se torna um desafio a mais, pois o quadro político de poucos avanços que rapidamente foram desmontados é característica que, de alguma forma, explica a tranquilidade que reinou pós golpe de 2016 (Miguel, 2019).

Ao mesmo tempo, no Ceará, concomitantemente ao início desta gestão referida, em maio de 2016, ocorreram crises locais - fortes rebeliões deflagradas por uma paralisação dos agentes penitenciários na época, que se encontravam em pleno processo negocial com o Governo do Estado, seguida da proibição de visitas, que fizeram “quebrar” as diversas unidades, com fogo ateadado em colchões e 14 mortes confirmadas.

A matéria publicada à época⁹¹ dá conta do momento tenso e crítico, que recorta o quadro contraditório que se desenhava nesta época no Ceará. A Chacina de Messejana aconteceu no mesmo período, com a prisão em massa de policiais militares responsabilizados pelo feito, que

⁹¹ Diário do Nordeste, retrospectiva 2016. Greve de Agentes Penitenciários gera maior crise em presídios no Ceará. (Rodrigues, 2016). Retrospectiva 2016: Greve de agentes gera maior crise em presídios do Ceará - Segurança - Diário do Nordeste (verdesmares.com.br)

se arrastou até 2023 com os julgamentos e condenações dos envolvidos na Chacina do Curió, como ficou conhecida. Além do avanço das facções criminosas, mortes de agentes de segurança e greve da Polícia Civil. Todos estes episódios poderiam gerar análises extensas da segurança, que permitiriam compreender melhor o complexo tema. Por aqui, somente sublinho a conexão do tema com o capítulo dos Programas de Proteção, pois as mães do Curió, pleiteando por justiça, encontraram-se ameaçadas, repercussão da Chacina referida. Temas imbricados. Quem ameaça? Quem é vítima? São debates que explicitam a contradição que vivemos.

Foi nesta época caracterizada “a maior crise do Sistema Prisional do Ceará”, conforme a mesma referência jornalística (Nota de Rodapé - NR 71). Mas não houve novidades, pois as más condições das unidades prisionais, a falta de investimento e o estado deplorável do sistema já se arrastava há bem mais tempo, assim como no país todo, em que crise permanente não é crise, é estado de coisas inconstitucional.

Este é um capítulo na história do Sistema Penal em que me restrinjo a situar o episódio pela implicação com o meu trabalho e com minhas reflexões nesta tese. Muitos fatores contribuíram com a situação, que desencadeou um processo de investigação do Ministério Público, a responsabilização da Secretaria da Justiça e do sindicato da categoria dos agentes, além da saída do gestor titular da pasta híbrida. O quadro triste que se evidenciou já não era segredo e estava compatível com o estado de coisas inconstitucional do sistema, estampado nos jornais na mesma matéria (NR 71):

Presos assassinados, carbonizados e corpos mutilados. Agentes penitenciários em greve, na iminência de um conflito armado com a Polícia Militar. Parentes sem informações e proibidos de visitar os familiares. Rodovia bloqueada, pedras, pneus, fumaça e fogo. Esse

foi o cenário do Complexo Penitenciário de Itaitinga durante a maior crise da história do Sistema Penitenciário do Estado.

É certo que, neste período, eram evidentes as necessidades de providências frente ao estado de coisas do sistema prisional no país. Mas também mediante o retrocesso político gerado pelo realinhamento das forças conservadoras no Brasil. Assim, os movimentos pelas reformas concentraram-se no alinhamento mais duro e disciplinar em âmbito nacional - federal e, ao contrário do que acontece em escala mundial, passou-se a adotar uma política de aumento da opressão para dentro do sistema e mesmo violência institucionalizada - num combo chamado nacionalmente de doutrina de Intervenção Penitenciária e Procedimentos de Segurança, institucionalizada no Brasil pelo DEPEN e traduzida na ação de uma Força de Intervenção Penitenciária Integrada, institucionalizada em 2017. Este teve uma formação anterior composta de agentes voluntários de vários estados que vieram para o Ceará na ocasião relatada, em 2016, permanecendo aqui por um tempo indeterminado, e fazendo escola em outros locais, mediante as caracterizadas crises. Existem dois relatos desta mesma formação e sua intervenção como metodologia, registrando a perspectiva da retomada do controle das penitenciárias pelas forças de segurança (Rottava, 2020) e os efeitos violentos de sua ação e método desde a leitura do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura em 2019⁹².

Nesta inserção, apesar de toda a crise, segui/insisti na interface institucional que vinha construindo, e fui, aos poucos, participando e assumindo a supervisão de projetos especiais da cidadania no sistema prisional, incentivando a cultura no recorte da privação de liberdade, acompanhando grupos específicos em situação de privação de liberdade e em projetos voltados a

⁹² Relatório bianual 2018-2019 do MNPCT: <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2021/02/relatorio-bianual-2018-2019-mnpct.pdf>

mulheres, à população LGBTI+, a pessoas com deficiência e idosos e a pessoas com medidas de segurança, no hospital de custódia, investindo em projetos de humanização do sistema prisional, atualizando o registro civil de pessoas privadas de liberdade, participando em debates necessários com a igualdade racial e com a diversidade sexual, em conjunto com as equipes técnicas que atendiam a área prisional e a área de alternativas penais, e, em seguida, do recém criado setor de monitoração eletrônica.

Assim, acompanhei as definições do Conselho Nacional de Justiça em relação aos diversos temas do Sistema, a começar pela implantação das audiências de custódia, que acompanhei de longe, mas fui monitorar junto ao CEPCT, além de rearticular e reestruturar o Comitê Estadual de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, pactuado no Seminário de 2016, me inserindo também no tema da Diversidade, atuando junto à gestão da saúde das pessoas privadas de liberdade, incluindo o olhar para as crianças indevidamente inseridas, considerando as políticas para pessoas oriundas de povos tradicionais, particularmente indígenas, para as pessoas em situação de rua e pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais - LGBTQIAP+, num recorte do que se chama hoje de populações com vulnerabilidades acrescidas no sistema prisional - na época, simplesmente direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, agregando esta tarefa à Cidadania e praticamente me encarregando dela como assessora especial da pasta que era. Neste período, já com nova gestão, passei a ser ponto focal das atividades da Cidadania, particularmente Mulheres e Diversidade para o DEPEN.

Já na Secretaria Executiva da Cidadania e dos Direitos Humanos, vinculada à Secretaria da Proteção Social, apesar da separação das pastas, levei os temas e as representações que foram se tecendo, particularmente com a saúde e então com o Judiciário, agora muito mais próximo,

através do Programa Fazendo Justiça, em convênio do CNJ com o PNUD, com o objetivo de qualificar e superar o estado de coisas inconstitucionais, fortalecendo o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução do Sistema Socioeducativo do Tribunal de Justiça (GMF/TJ-CE) criado conforme portaria 389/2016.

Mesmo assim, vivenciamos ainda mais retrocessos a partir do governo federal, desde a onda conservadora instalada em 2016, com o golpe, e com o (des)governo entre 2019-2022, com o até então Presidente Jair Bolsonaro, que institucionalizou todos os recuos que já vinham sendo anunciados (Avritzer, 2016; Singer, A., Miguel, 2016; Souza, J., 2016). Há que questionar-se a ordem democrática vigente num contexto de retrocessos que envolve a maioria das pessoas em nosso país. Um sistema de governo que mata alguns que ousam persistir - resistir - e questionar o capital e o modelo de desenvolvimento econômico vigente.

A psicologia crítica que nos conduz - Doutorado à vista

O ingresso no Doutorado em Psicologia no ano de 2019, bem como minha inserção no VIESES, no curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - PPG/UFC, foram fundamentais para interrogar os saberes e as rotas da pesquisa, além de emprestar às experiências de gestão analisadas força e potência formuladoras.

O jovem e potente grupo de pesquisas e intervenções - VIESES - nasceu em 2015, em um contexto em que importantes mudanças no cenário da violência eram constatadas, com os mais altos índices impactando profundamente os modos de subjetivação de nossa população, particularmente envolvendo populações negras e periféricas, no que Barros (2019) nomeia como a “necropolítica à brasileira”, uma extensão da colonialidade nos tempos atuais com um projeto de morte envolvendo estes corpos considerados matáveis, justamente os mais atingidos, criminalizados e submetidos aos sucessivos processos de genocídio. Em um contexto acadêmico

e junto ao grupo que vai me acompanhar em todo o doutoramento, esse olhar possibilita entender, aos poucos, de que modo aquela dupla inserção na prática profissional vem ao encontro de uma compreensão mais ampla do fenômeno da violência e me oferece uma retomada teórica a partir de novos estudos.

Com outros olhares, nesta perspectiva, novas mudanças alteraram a conjectura da minha pesquisa original, que era voltada à compreensão das racionalidades do sistema prisional, especificamente sobre a monitoração eletrônica de pessoas.

Uma vivência mais intensa acompanhando os processos de ameaças e proteção que aqui estudo me fez alterar esta proposição definitivamente, para interrogar-me sobre a ameaça e a proteção a pessoas reconhecidas como Defensoras de Direitos Humanos no Ceará, assunto tão importante do qual vinha me ocupando há muitos anos, e que poderia colaborar com meus estudos, com apoio da gestão.

De acordo com o modelo de gestão vigente, os Programas de Proteção são executados por entidades da sociedade civil, mediante chamamento público ou dispensa de licitação, considerando a especificidade da legislação que regula estes contratos⁹³.

Dados de 2023 (Cerqueira et al) apontam o Brasil como o campeão mundial de homicídios, em um panorama horripilante pois que naturalizados os assassinatos e as cenas de barbárie com linchamentos que se sucedem, com a eliminação simples e direta de “criminosos, suspeitos e indesejados”, geralmente aquelas pessoas negras, mulheres, indígenas e população LGBTI+, especialmente facilitados pela liberação de armas e superencarceramento que caracteriza nossa realidade no Brasil, com alto apoio da população.

⁹³ O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) é regulamentado pela Lei 13.019/2014, de abrangência nacional, que cria um regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil - OSCs que cria um regime jurídico próprio para estas parcerias.

Como referem os autores (Cerqueira et al., 2023) sobre os tempos que se perpetuam contemporaneamente:

São tempos bárbaros que nunca nos abandonaram e que tonificaram a escalada da violência em face do adensamento populacional ocorrido nos grandes centros urbanos nas últimas décadas. As taxas de homicídio no Brasil, hoje, são parecidas com as que vigiam em muitos países europeus – como Inglaterra, Alemanha, Suíça e Holanda – entre os séculos XIII e XVI, no limiar do Renascimento (p. 09)

Temos que a Democracia, nessa realidade e contexto nacional, não pode se firmar. Depois de quatro anos de desmandos e desarticulações, o que estava sendo garantido não mais se manteve. Foi desmantelado. O começo do mandato do executivo federal 2019-2022 foi de suspensão de decretos predominantemente de garantia de direitos e de organização e nos primeiros mil dias de governo alcançou a meta de cinco mil revogações. Oficialmente, para “a consolidação normativa da base jurídica brasileira, com o objetivo de reduzir o arcabouço normativo e de democratizar o acesso à legislação” (matéria Planalto, 2021)⁹⁴. Indicadores analisados por fontes tradicionais, como a Folha de São Paulo⁹⁵, sofreram quedas importantes, notadamente nas áreas de educação, economia, saúde, social e ambiente, ocasionando o desmonte generalizado das políticas sociais e dos direitos socioambientais e o retrocesso no combate às desigualdades e na preservação dos direitos humanos (INESC, 2022): destruição das florestas e desmonte de órgãos de fiscalização; permissividade perante o desmatamento, grilagem de terras e garimpo ilegal; nenhum decreto de desapropriação de terras, nenhuma terra

⁹⁴ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/06/mais-305-decretos-sao-revogados-pelo-presidente-jair-bolsonaro>

⁹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/maioria-dos-indicadores-piora-apos-2-anos-e-meio-de-bolsonaro-e-com-pandemia.shtml>

indígena identificada, declarada ou homologada; desfinanciamentos generalizados e nenhum investimento em políticas de promoção da igualdade racial. O retrocesso foi agravado pelo período da Pandemia, que atravessou esse mandato e nosso mundo desde o segundo ano, impedindo as comparações, porque seriam ainda piores os dados em todas as áreas. Na saúde, as mortes evitáveis e a crise sanitária sem precedentes deixou milhares de óbitos e grave insegurança alimentar fartamente documentados. Do ponto de vista do impacto na saúde mental, especificamente, as estratégias de proteção, com o afastamento das pessoas umas das outras, do uso de máscaras e outras estratégias de distanciamento social, bloquearam as relações tais como eram conhecidas. Dimenstein (2020) fala de um assombro na chegada da Pandemia frente ao assalto de ameaças de contágio, adoecimento e morte, além de “súbitas mudanças nas rotinas de trabalho, de educação, de lazer, de uso dos espaços privados e públicos, nas relações com o próprio corpo e com o dos outros” (p.2) e da necessidade de forjar-se outras formas de existência e convivência em laços sociais precários, perdendo-se os contornos que pareciam legíveis em nossos modos de vida perante a catástrofe. Entretanto, ressalta a autora, no Brasil, a pandemia se alia a outro desastre, desta feita de caráter político e social, testemunhado pelo mundo. Desde o golpe de 2016, fraude e *fake news* conduzindo um governo antidemocrático e suas estratégias de minorar os danos da doença pelo Brasil, deixando a morte prevalecer sem se importar, até a suspensão de direitos e os ataques ao meio ambiente e ao patrimônio material e imaterial do país. Neste quadro, com um alto nível de sofrimento e grande vulnerabilidade da população, com aniquilamento de uns em detrimento de outros, particularmente de corpos racializados em uma chamada “necroeconomia neoliberal”:

Se as produções subjetivas na atualidade já são marcadas pelo individualismo, pela lógica do consumo, pelo enfraquecimento do sentido de comunidade, pelo declínio de valores

coletivos, pela intolerância à diversidade e por uma disposição subjetiva favorável à violência, a irrupção da pandemia no Brasil agrega outros elementos como o descaso (deixar viver na precariedade) e a afirmação do extermínio de indesejáveis (Dimenstein, 2020, p.6).

A emergência humanitária determinada pela pandemia atrelada à gestão desastrosa do nosso país, com limitações graves às políticas públicas, incluindo a realização de pesquisas, trouxe danos coletivos indeléveis, com os quais lidaremos ainda por anos e anos. A curto prazo, no âmbito da saúde mental, foram identificados aumento no sofrimento psíquico, com quadros de ansiedade, irritabilidade e pânico, gerados pela manutenção prolongada de medos e inseguranças, luto agravado pela restrição nos rituais de despedida - abraços e apertos de mãos suspensos, e perdas e lutos sequenciais dentro de uma mesma família, agravando a situação (Alves et ali, 2021). Este quadro de perda de referências é desigual ao considerarmos as formas diferenciadas de exposição e de adoecimento a que estão sujeitos os povos tradicionais, a população em situação de rua, a população LGBTQIAP+, as mulheres, entre outros grupos sociais invisibilizados que enfrentam condicionantes sociais diferenciados e demonstram o que a autora afirma sobre a igualdade frente ao vírus ser uma ficção: deslocam o discurso homogeneizador da pandemia como fenômeno meramente biológico. Tal realidade tem sido amplamente problematizada em âmbito mundial.

Por este motivo, ainda que grandemente superada a Pandemia, esta abordagem sobre seu significado em nossas vidas segue sendo pauta, desde a situação do aumento da desigualdade para aqueles que já estavam em condições de pobreza, até a grande orfandade produzida no mundo, da qual ainda não se tem estatística definitiva, pelo menos no Brasil. Assim, além de me aproximar do tema neste capítulo, também as mulheres defensoras entrevistadas abordam

questões importantes sobre o agravamento da situação de ameaça e necessidades diferenciadas da proteção.

O Campo dos Direitos Humanos no Ceará: Narrativas de Defensoras sobre suas trajetórias de luta, conquistas e ameaças vivenciadas

Aqui estão trajetórias de vida e de luta narradas, histórias vivenciadas pelas Defensoras de Direitos humanos Lola Aronovich, Adriana Tremembé e Alessandra Felix, que dão realce às especificidades de cada percurso, em relatos singulares que permitem identificar os diversos campos dos Direitos Humanos, já que elas estão inseridas em lutas específicas e narram em entrevista sua inserção no campo, as ameaças que sofrem, como elaboram estas experiências.

Escolhi analisar as trajetórias de defensoras convidadas por conseguir identificar nesta convivência as tessituras e os desafios e lutas do campo dos direitos humanos no Ceará. Suas trajetórias são analisadoras das ameaças ao campo dos Direitos Humanos no Ceará e no Brasil, a saber, sobre as lutas feministas, as lutas contra o machismo e a misoginia e o uso da rede mundial de computadores - a Internet⁹⁶ como território livre, mas em um espaço cibernético ainda pouco protegido, em tempos de fascismo, cultura de ódio e de retrocesso dos processos de proteção de mulheres contra o feminicídio, dos quais Lola nos traz referência; sobre as lutas dos povos tradicionais por continuarem vivos, preservando sua cultura e cuidando do planeta, mas sistematicamente exterminados desde a invasão de nosso país pelos povos europeus, situação agravada pela demora histórica do reconhecimento das Terras Indígenas e da sua regulamentação, que Adriana apresenta em sua narrativa; e a luta dos povos pretos e periféricos pela vida e pela dignidade das pessoas privadas de liberdade e seus familiares, criminalizados,

⁹⁶ A *Internet* se desenvolveu principalmente nos anos 90, com a criação da Rede Mundial de Computadores, a *WorldWideWeb* (*www*). Antes disso, nos anos 60, 70 e 80, cientistas e acadêmicos já haviam desenvolvido ferramentas e protocolos para consumo altamente especializado, como o *e-mail* *VoIP* e *TCP/IP*, tecnologias para comunicação e uso da telefonia e voz na *internet*, de uso restrito na pesquisa, por instituições militares e de ensino. A necessidade de resolver problemas de comunicação entre cientistas gerou a criação da *Web*, no final dos anos 80, na forma de uma rede básica de conexão de documentos, tal qual a conhecemos hoje. A importância comercial levou ao alto desenvolvimento conhecido e, em 1996, a presença *online* se manifesta, com a criação de sites comerciais do tipo *.com*. A partir dos anos 2000 é que acontece a popularização da Internet. [cloudflare.com](https://www.cloudflare.com).

silenciados por chacinas recorrentes, altos índices de homicídios de jovens e pelo superencarceramento, que nos traz Alessandra.

Em um contexto de exploração colonial, estas trajetórias, lutas, ameaças e resistências, estão articuladas a um plano coletivo de forças que tece os processos históricos e sociais atuais em que se vive. Junto comigo, fazem uma leitura política do mundo e são assim analisadoras dele, muito além de testemunhas individuais das violações. Elas são sujeitas políticas que constroem as suas leituras e avançam em suas ações que incidem sobre estes contextos e contribuem para que avancemos nas transformações, possibilitando análise e compreensão do campo, elas como co-leitoras do mundo e do campo dos direitos humanos comigo, falando de um lugar de inserção política. Para tanto, analiso processos de subjetivação constituídos na imanência destas lutas, as ameaças enfrentadas e as resistências constituídas – o processo de subjetivação política produzido em cada uma destas lutas.

Entre elas e as trajetórias individuais procuro buscar o que compõe uma luta comum, na micropolítica dos agenciamentos das relações sociais e políticas entabuladas. O jogo de destaque que se dá com cada uma em sua luta específica nos remete ao segundo objetivo específico desta pesquisa, que é analisar como mulheres inseridas em programas de proteção narram suas trajetórias de luta no campo de Direitos Humanos e elaboram suas experiências subjetivas nesse processo; nas lutas, se colocam as ameaças que as acometem, evocando o terceiro objetivo específico da pesquisa, que é conhecer como as Defensoras de Direitos Humanos analisam ameaças a esse campo que se atualiza no Brasil.

Nesta seção, sigo analisando o campo problemático caracterizado desde minha própria trajetória, quando comecei a discutir o campo dos direitos humanos. Aproximando-me das vivências das Defensoras ameaçadas, discuto o que está em jogo, como se constituem lutas e

enfrentamentos singulares, dúvidas e escolhas, mapeando as histórias que foram detalhadas. Da mesma forma, os percursos de vida, as lembranças, as construções, as desconstruções, os tropeços e a retomada de projetos se colocam e contam dos modos a partir dos quais elas se subjetivam. Atuam também na configuração de um comum, das experiências aos desafios, consolidando concepções e engendrando as noções de direitos humanos, mapeando campos coletivos de força nas trajetórias analisadas.

O que as une, que parece ser comum, é, ao mesmo tempo, a subalternização das mulheres, sob a perspectiva colonial, que se atualiza a partir da ascensão fascista antidemocrática e a partir da reprodução dessas desigualdades, e a luta, que constitui saídas e a superação como linhas de escape em suas histórias e nas conquistas de cada campo. A luta e a resistência são comuns às três mulheres que participaram da pesquisa, são trajetórias que costuram e consolidam determinações, colecionam histórias e entrelaçam desejos de mudança e superação desde suas próprias vidas.

Lola, a ingrata com o Patriarcado: Violência de Gênero e Crimes Cibernéticos

Certa vez um *hater*⁹⁷ disse em um comentário ao blog que mantenho desde 2008, e que é um dos maiores blogs do Brasil, que nós, mulheres, deveríamos agradecer por tudo o que os homens fizeram e fazem pela gente, pois foram eles, os homens brancos e heterossexuais, que criaram a civilização. Sem homens geniais como o *hater*, não teríamos sequer um computador para fazer nossos blogs (...) Por fim, o *hater* concluiu que eu e outras feministas éramos ingratas com o patriarcado. Adorei a definição (Aronovich, 2019, p. 17)

⁹⁷ Os *haters* são pessoas que circulam nos ambientes digitais e, em tradução, são os odiadores, aqueles que são responsáveis por alimentar estigmas sociais, incitando a violência e o ódio, realizando uma espécie de bullying cibernético (Amaral & Coimbra, 2015).

Como ativista digital, Dolores Aronovich - Lola - é conhecida por suas publicações desde seu *blog*⁹⁸ até outras inserções em mídia digital, revistas, artigos *on-line* e livros físicos⁹⁹, que constituem o acervo de uma vida em curso. A entrevista realizada, desta forma, acaba fazendo uma costura de muitos materiais já existentes e se soma às contribuições de uma militância feminista, pela justiça e pela democracia, que incidem nas esferas política, social e econômica de nosso país.

O ativismo digital é novo. A cibercultura e o ciberativismo são pautas contemporâneas e trazem elementos importantes para a compreensão deste processo de expansão cibernética no mundo e, ainda mais, do ativismo digital e sua influência sobre as pessoas. A expansão da Internet é notadamente um fenômeno social e econômico de grande porte e representou mudanças de paradigma nas referências de tecnologia, informação e comunicação. Diversos autores se debruçam sobre o tema e demonstram os impactos do advento da internet na sociedade, desde os modos de subjetivação e comportamentos sociais, cultura e relacionamentos, na forma como nos comunicamos, trabalhamos e entendemos o mundo (Castells, 1999,2018, 2023; Silverstone, 2002; Levy, 1996, 1999).

A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Ademais, à medida que

⁹⁸ Blog é abreviatura de Weblog - web (recurso disponibilizado na internet) e log (diário de bordo). É uma ferramenta de comunicação do mundo virtual, um diário *online* que trata de assuntos específicos delimitados por seu autor, e pode se apresentar na forma de textos e imagens, podem ser públicos ou de acesso restrito.

⁹⁹ Lola publicou suas crônicas de cinema da primeira década do século, em 2012 (Aronovich, 2012); e é autora de capítulo em livro de Manuela D'Ávila, a respeito de sua trajetória e a violência de gênero através de *fakenews* (Aronovich, 2021).

novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede. (Castells, 2023)

No Brasil, dados de 2003 já indicavam que mais de 40% dos usuários da América Latina eram brasileiros, atingindo 2.7 milhões de dólares naquele ano entre negócios informáticos para empresas e consumidores diretos, e esse número segue aumentando. (Echegaray, 2003). Já a atualização desses índices indica um ambiente promissor do ponto de vista dos negócios e mais um fenômeno que permite inferir a influência em cada comunidade e a desigualdade em termos de acesso a bens e serviços, ao mesmo tempo. A Forbes (2023), revista americana de negócios e economia, destaca o Brasil como o terceiro país que mais consome redes sociais no mundo, perdendo apenas para a Índia e a Indonésia, sendo o primeiro da América Latina em acesso às plataformas digitais¹⁰⁰. Por outro lado, o índice de inclusão digital, indica o Brasil na 72ª posição no mundo¹⁰¹, estando atrás de países como Venezuela, Chile, Uruguai, Argentina e Colômbia somente na América Latina. A exclusão digital, portanto, atinge 41,8 milhões de pessoas subconectadas e 33,9 milhões desconectadas. Ainda, são 49,4 milhões de pessoas conectadas e 44,8 milhões parcialmente conectadas. Obviamente, quanto maior o poder econômico, maior o acesso. A rede Brasil Atual¹⁰² apontou em 2021 que um em cada quatro brasileiros está fora da

¹⁰⁰ Forbes, 2023. <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>

¹⁰¹ Conforme Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular (Itic) de Inclusão Digital mede o acesso das pessoas ao computador, à internet e à telefonia, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Fundação Telefônica/Vivo, com base em dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Gallup https://www.terra.com.br/byte/brasil-ocupa-72-posicao-em-ranking-mundial-de-inclusao-digital,b748de7992bda310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html?utm_source=clipboard

¹⁰² A Rede Brasil Atual atua desde 2019 e é vinculada a sindicatos de trabalhadores como Bancários de São Paulo e Metalúrgicos do ABC, associados à Fundação Comunicação, Cultura e Trabalho, entidade de direito privado.

Internet. Seriam 46 milhões de brasileiros em exclusão digital, impedidos pelo preço da Internet ou por falta de ferramentas para a conexão, ou seja, falta de acesso a bens de consumo, como o telefone celular. Ainda, consta na pesquisa que uma em cada cinco pessoas faz uso da rede porque tem acesso emprestado à rede de um vizinho.

Enquanto são consensos preocupantes a desigualdade e a exclusão digital, há que se considerar, ainda nesta equação complexa da modernidade, que 70% da população conectada está entre o público que recebe informações não certificadas - sem ter certeza de sua veracidade, com pouca possibilidade de discernir entre conteúdos verdadeiros e falsos, sendo baixo e controverso o controle e a regulamentação do uso, apesar da cultura da informática ser assentada em princípios de liberdade, pesquisa e colaboração, o que permitiu o rápido desenvolvimento da Internet no mundo¹⁰³.

Assim, a “enigmática sociedade digital” (Teles, 2024), se mostra ao mesmo tempo propícia para melhorar a humanidade, possibilitando a sociabilidade no uso, e também aparece como “palco para enaltecer situações de insegurança quando há conflito de interesses em prol da defesa do direito à informação e à verdade.” (idem, s/p.)

Neste contexto e desta forma, surgem as já conhecidas *fake news*, inverdades plantadas como verdades - mentiras, então, em algoritmos que confundem os consumidores e geralmente disseminam e propagam histórias difamatórias e/ou versões ideológicas disfarçadas, podendo destruir socialmente pessoas ou instituições.

¹⁰³ É análise de Castell (2023) este caráter de criação: “a cultura da Internet enraíza-se na tradição acadêmica do exercício da ciência, da reputação por excelência acadêmica, do exame dos pares e da abertura com relação a todos os achados de pesquisa, com o devido crédito aos autores de cada descoberta.” Para conhecer em detalhes a história da Internet e seus meandros, veja os capítulos 1 e 2 do livro *A Galáxia da Internet* do mesmo autor.

O fenômeno dos discursos de ódio, desta forma, se coloca neste contexto de forma definitiva, pois as redes amplificam seu conteúdo com alta capacidade de disseminação. Estes discursos reproduzem preconceitos e estigma, atingindo grupos vulneráveis e promovendo sua desumanização, associado a intolerância contra grupos já discriminados. Butler (2021) aborda a produção dos discursos de ódio problematizando sua força no que constitui de relações sociais, caracterizando a injúria como violência que nega a condição humana do violentado. E a linguagem que fere, interpela e constitui o sujeito. A autora aponta o lugar retórico violento da ameaça que ao ser feita performatiza o ato e coloca em risco o corpo do ofendido, em um discurso que “excede as palavras ditas e revela o corpo do destinatário, expondo que este corpo não está mais (ao menos não completamente) sob controle” (p.29). Ao mesmo tempo, relativiza esse lugar de determinação e trabalha com a possibilidade de avaliar seus efeitos, de acordo com a posição social de onde fala o enunciador, reconstituindo ou não relações de dominação. Ao mesmo tempo, aborda a problemática do controle (Estatal) e do risco e da possibilidade de uma má condução de proibições deste tipo significarem ameaça aos movimentos sociais, entrando em questões éticas, significados, significantes, agências e percepções.

A preocupação com a amplificação do discurso de ódio fez com que a ONU instituisse data¹⁰⁴ para mobilizar o combate à estratégia de difusão de mentiras e desinformação, principalmente no espaço digital, alertando também a respeito das formas de lidar com o problema, que, se equivocada, como em casos de proibições gerais ou apagões da Internet, podem aumentar a violação ou mesmo silenciar defensores dos direitos humanos e jornalistas que são as pessoas que melhor podem atuar contra o fenômeno:

¹⁰⁴ Em 2022, a ONU estabeleceu o dia 18 de junho como Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio. <https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-%C3%B3dio-%C3%A9-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alerta>

O discurso de ódio é usado para alimentar o medo e a polarização, frequentemente para ganhos políticos e com um custo imenso para as comunidades e as sociedades. Incita a violência, exacerba as tensões e impede os esforços para promover a mediação e o diálogo. É um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes. O discurso de ódio é frequentemente dirigido a grupos vulneráveis, reforçando a discriminação, o estigma e a marginalização. Minorias, mulheres, refugiados, migrantes e pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero são alvos frequentes. As plataformas de mídia social podem amplificar e espalhar o discurso de ódio à velocidade da luz. (ONU Brasil, 2022, s/p)

Por outro lado, o ativismo digital também é uma realidade que avança na contemporaneidade - movimentos apropriam-se das redes estrategicamente, constituindo coalizões entre pessoas, gerando debate e ampliando a informação, de forma crítica, para que incida na vida fora da rede, na rua, nas opiniões vigentes e cause transformação e resistência, em prol da democracia, em processos já fartamente estudado pela ciência e academia (Castells, 1999; Araújo et ali, 2015; Araújo, 2011).

E o que está em jogo e em disputa neste campo de defesa de direitos humanos e de ataques à defensora Lola, que percorre uma trajetória de ativismo, desenvolvendo um trabalho de militância nas redes digitais, através de seu blog *Escreva, Lola, Escreva*¹⁰⁵, em que arregimenta apoio, mobilização e traz informação crítica, promovendo debates e interação qualificada mediante temas fundantes que em sua maioria tratam do feminismo, dos direitos das mulheres, denunciando violações, questionando veículos, influenciadores/as

¹⁰⁵ <https://escrevalolaescreva.blogspot.com/>

e personalidades, ao mesmo tempo que mantém a dinâmica e a informalidade necessárias a um veículo deste tipo e vai postando os assuntos de forma coloquial, inserindo referências desde o cotidiano, passando por curiosidades até chegar em importantes posicionamentos em uma leitura crítica e irônica da realidade atual, arregimentando cidadãos e cidadãs a se manifestarem e a se juntarem a seus posicionamentos. Resiste. Torna sua vida pública, encontrando também neste movimento a contraposição machista e misógina, predominantemente, da extrema direita, além da ameaça contemporânea descrita na literatura e materializada em contatos diretos dos ameaçadores, promessas sinistras de extermínio, enlaçadas com os discursos de ódio que as sustentam.

Figura 2

Blog da Lola: Escreva, Lola, Escreva



Nota: Imagem De Lola no Blog, fonte: Blogger – escrevalolaescreva.blogspot.com

Trajetórias pessoais, escolhas profissionais

Lola é escritora e, em publicação de 2012, situa o caminho até a criação de seu *blog*. Aficionada por cinema desde muito cedo, em 1998 enviou uma primeira crítica ao jornal que

assinava, ainda através de Internet discada¹⁰⁶, passando a ter suas crônicas publicadas. Conta que começou com atraso o *blog*, que lhe deu “mais que alegria de escrever - (me) deu liberdade”:

Eu podia escrever sobre qualquer assunto. Eu era dona daquela bagaça e não precisava responder a ninguém. Só aos leitores, que foram aparecendo timidamente. Em um mês de *blog* eu já tinha recebido mais recados que em oito anos de *site*. (...) Percebi (não foi planejado) que um tema que me atraía direto era o feminismo. Eu sempre fui feminista (meus primeiros registros datam de quando eu tinha oito anos) (Lola, 2012, p.14) .

Lola resgata em sua história a existência de registros de um tempo de infância, quando se estruturou com um pensamento feminista, ainda cheio de interrogações, mas de certezas também. Sente-se “feminista desde criança”, diz que sempre foi assim, lembra de pensamentos sobre igualdade e identidade em conversas com a mãe, de revistas feministas dela que folheava e de seu processo com as iniciativas antifeministas, tendo sido alfabetizada mais tarde, em função da migração da família:

Então, eu sempre fui feminista, desde que eu era criança. Então, por eu ter pais progressistas, pais de esquerda, eu cresci nesse ambiente, então, com oito anos eu me considerava feminista assumida. Eu não era uma feminista acadêmica... Eu nem tinha acabado de começar a ler e a escrever. Eu comecei a ler com sete anos. (...) Eu tenho registros dessa época, falando assim que... coisas básicas, que mulher não é inferior a homem, que mulher pode fazer tudo que o homem faz, coisas desse tipo. Minha mãe, de vez em quando, recebia a revista Ms., que é uma revista icônica, histórica, aí eu não

¹⁰⁶ A Internet discada foi uma das primeiras formas de conexão virtual a chegar no Brasil, na década de 90, conhecida como *dial-up*, que ocorria através de uma linha telefônica, transmitindo os dados da mesma forma que a voz, impedindo que o telefone fosse usado naquela ocasião. Para saber mais, leia artigo de Tarso Araujo em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-diferenca-entre-conexao-de-internet-discada-e-banda-larga/>

sabia inglês, mas eu folheava a revista e procurava algumas coisas e perguntava pra ela, eu tinha esse pequeno contato com o feminismo também, então pra mim foi muito importante, porque quando eu fiquei um pouquinho mais velha, e aí eu comecei a ver o que as pessoas falavam sobre feminismo, e eu já conhecia mulheres feministas também. Então, as coisas negativas, eu falava, isso não condiz em nada com o que eu sou, com as pessoas que eu conheço, então é tudo mentira. Então o antifeminismo não me afetou. É claro que eu fiquei muito mais feminista na Academia, me tornei mais ativista, com o blog. Mas durante toda minha vida eu fui feminista e acho que vou ser até morrer. Faz parte da minha vida.

Seus relatos trazem uma situação acontecimento da infância, pois, ao mesmo tempo que os pais eram ateus, ela foi colocada em uma escola americana católica, onde havia uma disciplina rígida e uma freira que a assustava por não ser batizada, fazendo chorar todos os colegas de aula com suas exigências. Acabou por tornar-se católica logo após, por um período, entendendo hoje ser esta uma reação às ameaças e temor de não ser poupada pela igreja:

Aí eu também ouvia essas coisas, de que se você não é batizada, mesmo você sendo uma santa, você vai pro purgatório, se você morrer, você não vai pro céu. Aí eu falava pro meu papi que achava que tinha que ser batizada. Porque eu tinha uns sonhos de mártir sabe, eu ia pra uma escola de tempo integral, das oito da manhã às três da tarde. Então em vez de almoçar, eu ia rezar na capela, que tinha lá, coisa assim, aí eu pensava que teria um terremoto em São Paulo (risos) e cairia uma estátua em cima de mim, mas eu não iria ser vista como santa porque eu não sou batizada. Eu chegava pro meu pai e falava: papi eu tenho que ser batizada. Aí ele falava: si, querida, si, mañana (...) sem chance que meu pai ia querer isso. Mas eu infernizei bastante a vida do meu pai, dos

meus irmãos, porque eu comecei a levá-los pra igreja, no domingo. Eu fiquei bem católica mesmo. Mas não fui batizada. E vi esse problema com o meu feminismo. Porque eu também tinha ambições, eu pensava, se eu for freira, de repente eu quero ser bispa, de repente eu quero ser papa, mas não pode, porque mulher não pode. Aí eu falei opa, tem alguma coisa errada aí (risos). Daí passou rápido, acho que foi menos de um ano, dessa vontade de ser freira. E aí eu voltei a ser ateia, como eu sou até hoje.

Lola relembra ao mesmo tempo todas as perspectivas que se abriram com sua formação básica em uma escola em que a alfabetização foi em inglês. Colegas de diversas nacionalidades e muito aprendizado nesta escola, que foi sustentada pelos pais, que a financiaram e aos dois irmãos, para uma qualificação diferenciada que lhe rendeu a profissão atual, relacionada ao idioma inglês e à literatura. Mesmo inserida em uma família de migrantes, teve este privilégio em sua formação. No entanto, tornou-se professora de inglês somente em 1997, quando já vivia em Joinville/SC. Gostava da ideia, mas Antes disso, foi redatora publicitária, revisora, assessora de imprensa, profissões mais ligadas à língua portuguesa. Quanto à estabilidade financeira, ela só veio quando me tornei professora na UFC, em 2010. Antes disso, eu ganhava bastante mal e geralmente não era registrada, ou só era registrada com um salário-mínimo.

No episódio relatado anteriormente, no entanto, ela vivencia a pressão sofrida pelas mulheres ao longo de toda a história, relatada pelas principais feministas e resgatada dos silenciamentos constantes a que sempre foram submetidas as mulheres - Lola ainda como jovem adolescente, sentindo-se ameaçada e buscando salvar-se mediante correção moral sua e de sua família.

O martelo das bruxas ou das feiticeiras¹⁰⁷ é um manual datado de 1486, na idade média, que serviu como guia para a caça a hereges, na inquisição, particularmente a mulheres, na Europa, métodos e fundamentos desenvolvidos a pedido do Papa Inocêncio VIII, que deu a conhecer

o calor das fogueiras e a crueldade dos castigos realizados em nome de Deus pela Inquisição'. As mulheres, biblicamente, desde o início, tão marcadas por simbologias com o pecado cometido por Eva, conheceram, a partir da criação deste manual, que o poder da fé pode ser muito cruel quando esta se vê ameaçada (Rodrigues, s/d p. 5).

Mecanismos simbólicos e singulares invisibilizam a violência contra as mulheres até os dias de hoje, a começar pelo campo do conhecimento científico e acadêmico, que já formula sobre o tema há muito tempo mas ainda necessita de maior visibilidade. A violência contra a mulher se mantém naturalizada, enquanto percentual importante das mulheres no Brasil já foram alvo de violência (FBSP, 2021). Muitas vezes a violência doméstica parece obnubilar o ataque às mulheres, restringindo à vida privada o acontecimento violento. Outras vezes, a consideração ao feminicídio descarta crimes que são cometidos para além de uma relação amorosa e privada, fazendo essa associação e silenciando outras formas de violência e a própria caracterização do feminicídio. O termo foi cunhado na década de 90, ao relatar-se mortes violentas, precedidas de cativoiro, estupros e mutilações, a partir de situação muito grave no México (Cidade de Juarez). Em local de grande circulação populacional, os crimes apareciam como demonstração de poder, sendo chamados de “sacrifícios” na imprensa, quando a antropóloga e feminista Marcela Lagarde

¹⁰⁷ *Malleus Maleficarum*, escrito em 1486 por inquisidores, destinado a orientar . Kramer & Sprenger (2015).

(2005), deputada federal pertencente à Comissão para investigação dos crimes, propôs nomear¹⁰⁸ a morte sistemática de mulheres com a pesada omissão do Estado, caracterizando a impunidade. Lançou assim o termo Femicídio, um conceito político que destaca não apenas o grande número de assassinatos de mulheres, mas também essa omissão do Estado¹⁰⁹:

A consequente injustiça nos casos de crimes contra mulheres derivada de péssimas investigações e mobilização policial; averiguações não integradas; ministérios públicos dolosos e machistas que não atendem as denúncias das vítimas; juízes misóginos, para quem a vida das mulheres é secundária ou mostram um preconceito patente desqualificador e culpabilizador das mulheres; procuradores para quem a reiteração dos fatos não constitui um problema nem lhes tira o sono; legisladores insensíveis a sua função normativa e de representação das necessidades e interesses da cidadania, que querem ser deixados em paz, para quem a violência contra as mulheres não é um problema prioritário; e governos implicados na violência ao manter uma organização social articulada, pelo menos em parte, fora do Estado de direitos e da lei (Lagarde, 2005, p.360, tradução livre).

Do ponto de vista do arcabouço legal brasileiro, que também dá notícias sobre um processo social de (não) reconhecimento, temos que somente na Constituição Federal se

¹⁰⁸ Em sua exposição de motivos, alega ter lançado mão de conceito semelhante utilizado no trabalho de Diana Russell y Jill Radford, no texto "Femicide / The Politics of Woman Killing Twayne Publishers (1992), em que propõe o termo que é traduzido como *Femicídio*, que transitou para Femicídio considerando os conceitos de ausência do Estado de Direito e impunidade.

¹⁰⁹ A Lei 13.104, de 08 de março de 2015, faz constar no Código Penal brasileiro uma nova qualificadora do homicídio: o feminicídio, que consiste em matar a mulher por ser mulher. Originalmente, o projeto de lei previa a referência a "gênero", mas essa expressão foi substituída por "mulher", considerando a opinião de lideranças religiosas que se opuseram. (Fernandes, 2020).

reconhece a igualdade de gênero - Artigo 5º inciso I¹¹⁰; tardando também o enfrentamento à violência de gênero em nosso país, com a Lei Maria da Penha¹¹¹, criada em 2006, constituindo-se em marco na jurisdição brasileira sobre o tema.

Saffioti (2004) aborda a precedência de gênero, que identifica este viés na constituição das identidades, “nas subjetividades dos seres humanos”, como refere, afirmando que se é o gênero uma maneira primordial de significar relações de poder, nem homens nem mulheres podem situar-se fora dele. Isto repercute o androcentrismo social, quando predomina em consenso o ponto de vista masculino e a cultura gira em torno do homem.

Em tempos de crise e mudanças, no entanto, temos também uma igreja católica que tenta e anuncia reinvenção, adotando linhas que acolhem as mulheres e trabalham a perspectiva de um feminismo cristão, declarando reconhecer a contribuição feminina na igreja e na sociedade, a fim de não perder a fidelidade religiosa. Por outro lado, na linha da crise e do pensamento conservador, a igreja alerta para o perigo de “uma instrumentalização ideológica” que, avalia, possa ocorrer quando se trata do feminismo¹¹². No entanto, nesta escola Lola se situa participando e aproveitando brechas em um ambiente tradicional mas com “certa liberdade de expressão”:

Quando eu tinha quinze anos eu participei da feira de ciências, e foi um escândalo, né, porque eu e uma colega a gente decidiu falar sobre sexo, sobre anticoncepcionais. E aí,

¹¹⁰ Constituição Federal, artigo 5º, caput: *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. Art.5º, I, CF Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.*

¹¹¹ A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, criando os juizados especializados no tema e adequando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

¹¹² Manifestação do Vaticano em <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-07/feminismo-doutrina-social-da-igreja-diploma.html>

a escola nunca tinha passado por isso, nunca tinha tido nada relacionado a sexo na feira de ciências. Então eu tive que pedir autorização, as freiras falaram: a gente deixa você falar sobre anticoncepcionais, se você falar dos anticoncepcionais naturais que a gente defende . - Ué, a gente fala (risos). Mas foi um sucesso, eu consegui um diafragma, tinha um super pôster em 3D, com relevo do útero e pênis e coisas assim. Enfim, ficou muito legal, e a gente ficou em terceiro lugar da feira, a gente foi muito elogiada, é claro que os alunos, tinham criança também, todo mundo visitava a feira de ciências, e eu me lembro que tinha umas criancinhas que iam sempre com a professora, aí a professora vendo o que era, dizia, vamos pra outra mesa , rapidamente. Mas, depois eles começaram a falar já pro próximo ano que todo mundo tem que pedir autorização e falar bem o assunto antes pra saber se vai ser aprovado ou não .

A vinda da filósofa Judith Butler para o Brasil, em 2017, ensejou mobilização em frente ao local de sua apresentação, sendo queimada uma bruxa em ato à frente do SESC São Paulo, no Seminário “Os fins da Democracia”, em que fez a conferência de abertura. Esta reação da escola de Lola, as manifestações misóginas que relata receber da organização do movimento masculinista, bem como dos movimentos ocorridos naquele ato que “recepcionou Butler, são compatíveis à noção sustentada pela autora, de que o ódio vem do medo, conforme compartilha a professora de teoria política Ingrid Cyfer, autora do ensaio “A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade” (Cyfer, 2018).

Butler (1990) traz a diversidade e a problemática de gênero de forma inédita, questionando a heteronormatividade, papéis de gênero e o binarismo construído socialmente, em sua formação filosófica, complexa e multirreferenciada. Retoma a tradicional definição de sexo,

como uma performance cultural, indicando como se constituiria socialmente uma “naturalidade”, de produção de um corpo, masculino ou feminino, através de atos performativos que instalam um dado sexo como natural, de forma hierárquica, numa heteronormatividade compulsória, a partir de instituições de poder. Assim, a autora vai buscar em seu primeiro livro - Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade - problematizar as noções dadas de sexo, gênero e desejo, e sua genealogia revisa o próprio feminismo, “designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (Butler, 2003, p.09), revendo o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. Fazendo a crítica à qualquer identidade universalizante ou à ideia de uma identidade substancial, conforme comenta Helena Vieira (2023) em sua abordagem sobre os caminhos da produção teórica de Butler, que abalou “todo o cânone feminista” à época, trazendo o pacto ficcional do gênero como o problema a ser desvendado.

Muito cedo Lola mudou de residência com a família, de Buenos Aires/Argentina, para o Brasil, vivendo no Rio de Janeiro por seis anos. Depois, nos anos 1970, mais uma vez houve uma mudança, desta vez para São Paulo, onde passou toda a adolescência e juventude. Quando o pai, a quem era muito apegada, faleceu, Lola decidiu que tinha que recomeçar a vida e sair de São Paulo. Foi para Joinville, a convite de um amigo, gostou, se mudou, permanecendo por mais 15 anos. Junto foi seu companheiro e atual marido, com quem se casou quando de sua saída do país para realizar o doutorado sanduíche em Detroit.

E pensei, porque recomeçar aqui, que é um lugar que eu não gosto? Eu já estava muito cansada de São Paulo, tinha sido assaltada mais de uma vez, tinha poluição, trânsito, não boa qualidade de vida. E eu estava desempregada, tinha acabado de perder o emprego. Eu já estava com o S. fazia três anos (...) Nem me pergunta por que eu fui pra

Joinville porque eu não conhecia a cidade, mas tinha um amigo (...) naquela época, aí ele falou ah, vem conhecer Joinville! Aí tu fica no meu apartamento . Aí eu fui e gostei muito da cidade e comecei a ver assim de cara um lugar para alugar (...) e a gente morou lá quinze anos (...)

O gosto pelo cinema a levou a escrever crônicas, muito cedo. Desde cedo trabalhava, sem permanecer muito tempo em um mesmo local, também mantinha atividade como redatora publicitária, revisora de textos, assessora de imprensa, prestava serviço em vários locais, “pulava de emprego em emprego”, em uma atividade considerada precária no mercado à época, difícil de obter estabilidade. Já em São Paulo, logo buscou a formação acadêmica, interessou-se pela Psicologia, mas se inseriu e concluiu o curso de Pedagogia, mais por adequar-se à sua rotina de trabalho, chegando a fazer especialização antes mesmo da graduação na área da literatura. As aulas de inglês se mantinham como projeto, sempre que perdia o emprego tentava esse caminho, mas não concordava com a metodologia apresentada em treinamentos que fazia e retornava às atividades anteriores. Somente entre 1997 e 2002 atuou como professora em escola compatível com sua avaliação, na *True English*, de Joinville, onde chegou a ser coordenadora acadêmica, voltando ainda a fazê-lo num breve período entre o mestrado e o doutorado, em 2005, na Phil Young (ex-True English) e na Tupy. Neste processo, sedimentou o caminho pela literatura, integrando o cinema, a literatura e o inglês, animada com a possibilidade de conciliar em seus estudos o que já fazia por prazer. Logo em seguida realizou o mestrado, na área da literatura em língua inglesa, tornando-se bolsista acadêmica e preparando o doutorado para construir a docência de nível superior, esforçada e ao mesmo tempo talentosa, como a trajetória narrada deixa entrever. Mais tarde, em Detroit, através do mesmo jornal, passou a escrever desde lá, em 2007, numa coluna chamada “Cartas da Lola”, constituindo-se efetivamente como cronista do

jornal. Escreveu ainda em dois sítios na internet, onde publicava suas crônicas, mas tinha pouca liberdade editorial e os sítios, ao que parece, pouco acesso.

Controvérsias teórico-práticas e a Política

Suas reflexões sobre o caminho de seus interesses e os temas sensíveis que traz a literatura clássica indicam seu processo de formação subjetiva e seu lugar no mundo. Lola vivenciou nos anos 70 o amor livre, circulava em rodas de personalidades e artistas em um período de efervescência cultural, de onde traz suas recordações da infância. Recebeu o nome de Dolores, apelido de Lola, tal qual Lolita, do escritor russo-americano Vladimir Nabokov, livro de 1955, um romance notável e polêmico, considerado pelo *Le Monde*, na França, um dos 100 livros do século¹¹³, cujo narrador e protagonista relata sua vivência obcecada pela adolescente Dolores, de 12 anos, a quem chamava intimamente de Lolita. É um livro icônico, reconhecido no mundo das artes como tal e Lola fala disso. Foi seu tema da Dissertação de Mestrado a Ironia em Lolita - “What have they done to Lolita? The transposition of irony from Nabokov’s novel to Stanley Kubrick’s and Adrian Lyne’s film versions”-¹¹⁴ e suas transposições fílmicas, em uma época em que “ainda era possível tratar do assunto”.

Hoje está cada vez mais difícil, está ficando impossível falar de Lolita. Inclusive eu participei de algumas bancas e é super espinhoso. Mas na época, 2002, 2003, eu defendi em 2005, a gente ainda podia falar. Porque eu adoro Lolita, eu adoro o livro, acho o

¹¹³ Origem dos registros: https://www.lemonde.fr/cinema/article/2018/12/22/les-100-chefs-d-uvre-du-cinema-qui-ont-le-plus-enthousiasme-les-critiques-du-monde-depuis-1944_5401412_3476.html (As 100 obras-primas do cinema que mais entusiasmaram os críticos do "Le Monde" desde 1944, conforme tradução do Google)

¹¹⁴ WHAT HAVE THEY DONE TO LOLITA? The transposition of irony from Nabokov’s novel to Stanley Kubrick’s and Adrian Lyne’s film - O QUE FIZERAM COM LOLITA? A transposição da ironia do romance de Nabokov às versões cinematográficas de Stanley Kubrick e Adrian Lyne (tradução da pesquisadora): Aronovich, 2005)
[versionshttps://www.google.com/url?q=https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102213/221040.pdf?sequence%3D1&sa=D&source=docs&ust=1709856779862284&usg=AOvVaw0CnVYCu90JAGxgrkfA2nBM](https://www.google.com/url?q=https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102213/221040.pdf?sequence%3D1&sa=D&source=docs&ust=1709856779862284&usg=AOvVaw0CnVYCu90JAGxgrkfA2nBM)

livro realmente uma obra-prima, eu gosto muito do livro e do filme do Kubrick, o filme do Lyne não, é horrível. E eu decidi fazer isso. Hoje o livro é totalmente relacionado a pedofilia. E perdeu-se um pouco o humor. Lolita é um livro muito engraçado, porque o personagem, o protagonista, Humbert Humbert é ridículo, é patético, e a ironia está, muitas vezes, em como ele se vê, porque ele se considera uma grande coisa, se considera lindo, inteligente, único, tal, e como ele é na realidade, ele é um verme (...) Então, narração é tudo.

Literatura e movimento social se contrapõem, nesta perspectiva: em *The New York Times*¹¹⁵, Erica Jong, poeta e romancista, publica sua comemoração a respeito do relançamento do *Lolita*, 30 anos depois: “Como a maioria dos livros literários famosos, ‘Lolita’ seduziu o mundo pelas razões erradas. Pensava-se que estava sujo. (...) ganhou seus primeiros defensores apaixonados ao ser banido”. No mesmo jornal, a crítica Elizabeth Janeway, caracteriza a publicação como uma “tragicomédia de natureza shakespeariana”, que aponta na tragédia e representa na arte a complexidade e as contradições da experiência humana. Neste caso, Humbert, o personagem sedutor da menina Dolores, pedófilo, é retratado como herói com a [...]“falha trágica. Humbert é todo homem que é movido pelo desejo, querendo sua Lolita tão mal que nunca lhe ocorre considerá-la como um ser humano, ou como qualquer outra coisa senão uma invenção onírica feita carne - que é a natureza eterna e universal da paixão”.

Lola segue sua análise, relativizando o caráter perverso dos textos, que entende que precisam ser lidos como clássicos que não estão para fazer uma ode ao estupro ou à pedofilia, mas para explicitar a realidade como ela é, a ser transformada. O avanço conservador dos tempos atuais dá sinais na reação e questionamento de Lola, a defesa reacionária da família e dos

¹¹⁵ How Erica Jong, Writer, Spends Her Sundays - The New York Times (nytimes.com).

melhores costumes pauta as ordens do dia na imprensa e nas redes sociais. Almeida (2022) pauta o pânico moral, de medos e acusações infundadas, que revela de fato o aniquilamento dos direitos. Discursos conservadores que pautam revisões de estruturas governamentais de Estado - vide Ministério da Família, no governo bolsonarista. Da mesma forma se posiciona o jornalista do jornal *Le Monde*, W. Sabogal (2013) abordando os “cacoetes inquisitórios nas artes”, como a queima de livros desde a Roma antiga do século XII a.C., até a tentativa de suprimir *Lolita*, no século XX (p. 01):

Um livro de arena de todos os tempos e as civilizações, sobre os obstáculos e armadilhas à criação literária que se converte em uma chama que traz à tona a necessidade de estarmos sempre alertas para a perpétua tentação de vigilantes e inquisidores com listas de livros proibidos e um fósforo na mão (Sabogal, 2013, p. 02).

Sobre Um Bonde chamado Desejo¹¹⁶, uma peça considerada um clássico, se passa da mesma forma. Ela o classifica como um clássico inegável, quando completa 50 anos, em 2001, obtendo unanimidade entre atores, cujas interpretações, premiadas, influenciaram “tudo o que se seguiu”, mas segue sendo polêmico e ensejando debates acirrados. Da mesma forma, encontra dificuldades para trabalhar com estes textos em sala de aula. Lola trata todos estes clássicos da literatura com a deferência dos grandes filmes e autores, mas se debate sobre a repercussão de sua avaliação e expressa seus sentimentos, de que já não pode mais apresentá-los em sala de aula sem risco de ser mal compreendida, mesmo com muitas explicações. Se refere aos clássicos que

¹¹⁶ Um Bonde Chamado Desejo é um filme de 1947, de Tennessee Williams, considerado um clássico. A própria Lola traz crítica em seu *blog* onde apresenta a história do filme, que foi marco para toda a cultura, seus desdobramentos e as polêmicas suscitadas. Ver a postagem de Lola e todos os comentários que explicitam as controvérsias levantadas, em matéria do *blog* de 26 de novembro de 2001. Clássicos: Um bonde chamado desejo / pegue o bonde, 50 anos depois.

foram defenestrados socialmente mediante a constatação real da pedofilia, como é o caso de Polanski, que também povoou sua história pessoal, frequentando sua casa e fazendo parte de sua formação intelectual e artística, tendo admiração por sua obra. Mais uma vez aparecem aqui os desafios ao campo dos direitos humanos, aparecendo aqui elementos analisadores do campo coletivo de forças, como ameaças e, no caso, como resistências constituídas em sua prática.

Lola aborda estas contradições, reconhece as mudanças pelas quais o mundo passa, abordando o tema da ética na literatura, comentando o risco de ser tomada como politicamente incorreta, dando a dimensão de sua preocupação em não simplificar o tema e ainda formulando a partir dessas contradições, incluindo neste rol a figura de Marlon Brando, quando fala do filme “Bonde Chamado Desejo”, porque as histórias relacionadas ao Último Tango em Paris o implicam da mesma forma.

Lola parece trazer uma melancolia de tempos em que estes elementos da realidade não estavam postos, ou até não importavam tanto, frente à arte e ao enorme valor da criação. Reflexões que também se associam a tempos recentes de condenações morais associadas a lutas da esquerda, que se constituem em capítulo à parte em tempos contemporâneos de conservadorismo, que se colocam como analisadores de nosso tempo. Rodrigues, (2017), Leite (2019) e Lowenkron (2015), abordam a noção de pânico social e o controverso tema da pedofilia, enfatizando a perspectiva de haver narrativas possíveis frente aos processos históricos envolvidos e das supressões de compreensão necessária para superar o “monstro difuso” que de fato oblitera a violência contra a criança e o adolescente e a violência doméstica, tão comuns contemporaneamente, em investidas político-sensacionalistas e fantasmagóricas, desvendando as dinâmicas que o envolvem e possibilitando uma leitura antropológica necessária desta fabricação ou construção da pedofilia em seus aspectos sociais, culturais e morais. Para além da figura do

sujeito pedófilo, a última autora citada propõe um olhar diferenciado, corroborando para a superação do risco de obter-se neste meio a condenação analisada por Foucault (2002) ao que é impossível, proibido ou inimaginável. A categoria do impensável se contrapõe ao que deve ser pensado, discutido, sem que isso possa significar concordância ou omissão diante do crime. Assim, o tema deixa de ser tabu, em uma sociedade que ao longo de sua história foi conivente com a exploração e abuso de crianças.

Como feminista, no entanto, Lola entende que os debates ensejam sempre um posicionamento que reafirma a não aceitação de nenhum tipo de violência, pedofilia ou assédio, o que faz enquanto defensora, o que fazem toda a defensora de direitos humanos, ao se deparar com as contradições de nosso tempo, tomando-as como elementos de luta, quando se posicionam e ousam ocupar um lugar de transgressão e de liberdade frente a um movimento reacionário que as quer silenciar. Este é mesmo um dos motores conceituais desta pesquisa, ao identificar que as defensoras ameaçadas o são pela sua disposição para as lutas feministas, desafiando preconceitos, sexismo e machismo e praticando em suas vidas o movimento de confrontar mas garantir igualdade e direitos.

Lola reflete sobre as mudanças depois do “Me Too”¹¹⁷, cada vez sendo mais intoleráveis os crimes sexuais, após acusação e denúncias que recaíram sobre um grande produtor cinematográfico, nesta ocasião, julgado e condenado, que envolvia uso do poder profissional e psicológico, para a obtenção de favores sexuais, estupro e assédio sexual. A repercussão do

¹¹⁷ *Me Too* é uma campanha que teve início entre atrizes de Hollywood contra a cultura de assédio sexual no cenário do cinema mundial, com grande repercussão. Conforme matéria da BBC Brasil, a atriz Alyssa Milano provocou as mulheres que já tivessem sido sexualmente assediadas ou agredidas para que postassem sua afirmativa na rede social, com a *hashtag* #MeToo, que significa ‘Eu também’ (As *hashtags* são utilizadas na internet para marcar um conteúdo determinado e assim categorizar o que se publica nas redes sociais, mobilizando adesões e agrupamentos que chamam a atenção para a declaração daquele coletivo). Ela obteve a resposta de mais de meio milhão de mulheres nas primeiras 24 horas, dando notícias da grande dimensão do problema. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44164417>.

processo foi enorme e é um marco sobre o tema. Obviamente que o movimento sofreria ameaças importantes com o desafio da exposição dos corpos e da condição da mulher ainda nos dias de hoje, que guarda para si como sua responsabilidade os assédios sexuais e morais sofridos diuturnamente, em violência naturalizada e vozes silenciadas sistematicamente, inclusive pelo status quo da grande mídia e do mundo cinematográfico e das artes, mas não só. Desmascarar esta hipocrisia social tem o custo da resistência moral desta mesma sociedade. Em 2017 o movimento internacional ganhou força e passou a fortalecer o testemunho das mulheres vítimas mediante a falta de evidências forenses, entre outras lutas fundamentais que até há pouco tempo eram muito mais reprimidas e desestabilizadas. No Brasil, em 2020 é criada ONG que acolhe e apoia as vítimas, e denuncia e processa os agressores¹¹⁸. Obviamente que se tornar uma política pública é desafio atual, mantendo-se em vigor o status do período político que analisamos até aqui. Assim caminha a humanidade.

Lola aborda a delicadeza e ao mesmo tempo a importância dos movimentos que tratam do tema, sua incidência sobre a opinião pública e as necessárias transformações, recordando da Marcha das Vadias¹¹⁹, que na sua avaliação perdeu força na medida em que se expôs em

¹¹⁸ Harvey Weinstein, consagrado produtor de cinema americano, condenado, em 2017, quando mais de 80 mulheres falaram publicamente contra ele, denunciando-o por assédio, abuso e estupro de dezenas de atrizes, tornando-se referência para uma repreensão global ao assédio contra mulheres. (Harvey Weinstein é condenado a 23 anos de prisão; entenda o caso em 7 questões - BBC News Brasil). No Brasil, o movimento tomou corpo, a partir de denúncias da mesma ordem contra curador de cinema brasileiro, e em setembro de 2020 foi lançada oficialmente a campanha independente #MeTooBrasil, inspirada na iniciativa americana, sendo criada a plataforma de denúncias e criada ONG que passou a oferecer apoio e acolhimento. O Programa Justiceiras tem milhares de voluntárias e presta atendimento emergencial (#MeTooBrasil: Um canal de visibilidade a vozes silenciadas – DW – 04/09/2020), além das denúncias.

¹¹⁹ A Marcha das Vadias foi um movimento que teve início no Canadá, em 2011, contra a manifestação de policial que disse, em palestra, que as mulheres deveriam cuidar de suas vestimentas, não se vestirem como vadias (*sluts*, no inglês) se quisessem evitar serem estupradas e violentadas, criminalizando as mulheres. Mais de 3000 mulheres foram às ruas para protestar. Desde lá, o movimento, autônomo e horizontal, se alastrou pelo mundo, ocorrendo em várias cidades do país e do mundo entre 2011 e 2013.

performances que foram polêmicas e criticadas, criando uma situação de acirramento que impactou para o movimento e seus objetivos, outro marco na história do feminismo.

Conforme matéria do Centro Universitário de Brasília - Agência de Notícias (2023), a Marcha das Vadias em Brasília ocorreu em 2013, com o grito “vem pra rua contra o machismo”, manifestando-se contra as injustiças de gênero e pela igualdade de direitos, posicionando-se contrariamente ao projeto de lei do Estatuto do Nascituro, aprovado em comissões em uma Câmara de Deputados conservadora, que, entre outras medidas, previa recompensa a mães de filhos de estupro que não abortassem. O projeto não foi aprovado mas seguidamente voltou a ser apresentado, sob nova roupagem. O movimento foi considerado polêmico, trazendo posicionamentos favoráveis e contrários às manifestações, que foram reduzidas em 2016 e as organizadoras da Marcha passaram a militar em outras frentes feministas. (Boenavides, 2019). Acaba aparecendo aqui outra delicada e longa trajetória de análise dos movimentos feministas e seus desdobramentos, sua forma de expressão e desafios.

Assim, a Defensora vai costurando seu próprio posicionamento, trazendo seus pontos de vista e alinhamentos em que aposta, mas também identificando equívocos no caminho, formulações que vão sendo avaliadas na medida em que são manifestas, construindo seus posicionamentos e forjando suas lutas apoiando-se e ao mesmo tempo exercitando em suas escritas a denúncia e o debate sobre as condições das mulheres, sobre a construção social da violência, na perspectiva de gênero e feminista.

Neste percurso, comenta a criação do *blog* e a possibilidade de discutir e denunciar casos de sexismo, machismo e de violência contra as mulheres. Ao mesmo tempo, Lola vai formatando seu estilo de interlocução, fazendo as reflexões sobre as mudanças ao longo do tempo, preocupando-se com o conteúdo de suas comunicações, contagiando-se com os comentários dos

leitores e leitoras e revendo em seu percurso suas formas de manifestação e influência, ao mesmo tempo que usa de um humor refinado e de uma ironia fina que parece repetir de textos e autores que admira, revelando-se uma autora sensível e franca, que se constrói no mesmo tom de ironia e reconhecimento de um percurso:

Embora eu seja feminista e de esquerda desde que me conheço por gente, meu feminismo se solidificou na medida em que fui escrevendo o *blog*. Não é que se radicalizou - outro dia algum *troll*¹²⁰ me chamou de feminista radical, e as feministas mais *hardcore*¹²¹ tiveram um ataque de riso (A Lola, feminista radical? *ahuauhuauahua*). Mas digamos que eu tenha ficado mais atenta às nuances das palavras. Presto mais atenção ao que eu escrevo. É aquele negócio: ‘Grandes poderes trazem grandes responsabilidades’ já dizia o tio do Peter Parker¹²² (Aronovich, 2012, p. 14).

A abordagem de Lola nos remete aos diferentes feminismos, lembrando-nos que não há uma identidade monolítica como queria fazer crer o feminismo neoliberal e meritocrático e sobre o qual os movimentos de direitos humanos discutem e se debruçam, o que importa ao analisarmos o campo dos direitos humanos e as forças que se colocam em disputa a todo momento.

¹²⁰ *Troll* é uma gíria do mundo digital, que usa a figura de criaturas do folclore escandinavo equivalentes a ogros, para fazer referência a pessoas usuárias da *web* que provocam outras em discussões, trazendo comentários provocadores, sendo injustos e ignorantes, somente para gerar raiva e irritação. A revista Galileu traz matéria sobre “quem são os *trolls* e porque ninguém está livre deles” em que os caracteriza como “motivados por sadismo e frustrações e são minoria entre os usuários da *internet*. Mas são perigosos: estão sempre à espreita para humilhar e ameaçar vítimas frágeis”. <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/02/quem-sao-os-trolls-e-por-que-ninguem-esta-livre-deles.html>

¹²¹ Conforme a enciclopédia Significados (significados.com), *Hardcore* é uma palavra inglesa que não possui uma tradução literal na língua portuguesa, mas pode ser interpretada com o significado de “algo feito ou executado de forma extrema”.

¹²² Peter Parker é o personagem do Homem Aranha, criado em 1962, adotado pelos tios quando ficou órfão de pai e mãe. Criado originalmente como história em quadrinhos, tornou-se fenômeno de público, e passou a ser adaptado em várias mídias, desde filmes, desenhos animados e *videogames*. Entre 2002 e 2018 já foram produzidos 13 filmes relacionados ao super herói.

Em plena crise do capitalismo global, já na segunda década do século XXI, emerge a demanda por uma outra agenda feminista, embalada pelo ativismo midiático, em movimentos que absorvem “as gramáticas das lutas e dos levantes emancipatórios que acompanham nossas histórias (...), [instalando] novas histórias, novas solidariedades, novos territórios epidêmicos” (Hollanda, 2020, p.12), cuja expressão é o manifesto *Feminismo para os 99%*¹²³.

O cinema a anima e é a referência. Seu *blog* começa a partir das publicações das crônicas de cinema, manifestando suas opiniões e leitura de mundo. De muito tempo já em formulação, as crônicas são suas expressões mais reveladoras, e Lola descobre um universo de muito maior interlocução. Nestas inserções, vai se tornando conhecida e recebendo retornos sobre seus posicionamentos. Percebe que ajuda pessoas a se posicionarem frente a diversos fatos e sobre a realidade que aparece nos filmes e na vida que comenta, processando passado, presente e futuro. Recebe retornos de diversas partes do Brasil e de fora, de adolescentes, mulheres e homens, exercendo notadamente um papel político frente à realidade.

Muitas vezes eu recebo e-mails, comentários de homens falando como meu blog foi importante para eles, que é importante para eles melhorarem como pessoa. Muitas vezes eu recebo de pessoas falando como deixaram de ser de direita, graças ao meu blog. Estão lendo o meu blog, aprenderam sobre racismo, Lgbtfobia e tudo mais. Então pra mim é um grande elogio. Eu ouço muito isso de mulheres, mas também ouço de homens.

No *blog*, Lola decodifica sua percepção sobre o que significa ser feminista e recebe a reação de outras mulheres feministas a algumas publicações, estimulando e publicando também

¹²³ O livro *Feminismo para os 99%* foi escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, traduzido por Heci Regina Candiani e publicado no Brasil em 2019. Trata-se de um manifesto que traz a limitação dos direitos reivindicados pelo feminismo atrelado ao neoliberalismo do século passado, reconhecendo as especificidades de raça, gênero e sexualidade subsumidas ou hierarquizadas até então e propõe um amplo engajamento sociopolítico.

os conteúdos que recebe, bem como retornos de pessoas que puderam se orientar neste processo de reflexão que o *blog* tem produzido. Lola publica comentários e cartas de pessoas leitoras de suas publicações, de forma autorizada, explicitando a importância de suas formulações em dicas e comentários. Também se posiciona frente ao feminismo queer e ao feminismo radical¹²⁴. Desta forma entende seu papel de formuladora e de provocadora dos interlocutores, de crítica de toda sorte de exploração e opressão, não deixando passar sua admiração e também sua crítica, quando se depara com fatos e registros que lhe parecem descabidos, sempre numa perspectiva feminista.

Aparecem uns comentários no meu blog que eu não sei se quem escreveu, (...) porque é um ódio contra trans (...) Eu acho totalmente errado você discriminar ou mesmo você não se aliar com pessoas trans, mulheres e homens. Também não consigo entender, aliás, no meu feminismo, eu não consigo entender por que muitas feministas brigam comigo porque eu defendo homens no feminismo. (...) O meu feminismo é para mudar o mundo. Então é pra todo mundo. Não sou só eu falando, Bell Hooks fala: feminism is for everyone . Quer dizer, o feminismo é pra todo mundo. Mas o feminismo não é pra todo mundo, muitas vezes ele é só pras mulheres, mas a gente tem que mudar isso. Então os homens são os nossos parceiros, são os nossos aliados, tem que ser. Então, eu quero homens no feminismo, eu quero homens que se digam feministas.

Lola se coloca com naturalidade, interagindo com os leitores e as leitoras intensamente, satisfeita com a interlocução. Brinca, parece estar dando risada em alguns diálogos - sim, são diálogos travados entre ela e as pessoas que se manifestam, sempre trazendo conteúdos de interesse - política local e internacional e em defesa das mulheres. Esse jeito feminista de pensar

¹²⁴ É possível identificar melhor os conceitos do feminismo radical, liberal socialista e feminismo queer em Hollanda (2020), Butler (2021).

(Rago, 2019) desde seu blog a faz operar caminhos epistemológicos diferenciados, em que experimenta e constitui modo particular de comunicação, constituindo crítica em uma prática de ruptura no campo histórico e cultural em que se insere, trabalhando desde seu aporte específico, feminista, como se reivindica, “tendencialmente libertária e emancipadora” (p. 379).

O crime na Internet: misoginia cibernética¹²⁵

Assim que dá início ao seu *blog*, ainda em 2008, Lola faz contato com um mundo inédito de preconceitos, misoginia e ataques perversos às mulheres, em que homens se manifestam diretamente ao seu *blog*, dando início a sua batalha, *on-line*: “Ingênua, eu não fazia ideia que existiam homens que se reuniam para xingar uma feminista que teve a coragem de relatar a vez em que foi estuprada e deixada para morrer numa poça do seu próprio sangue”- disse, ao se referir a postagem que fizera no blog sobre o caso de uma blogueira feminista americana que narrou seu próprio estupro e teve os piores comentários publicados (Aronovich, 2018, s/p), tema que retoma em entrevista, já que o fato acabou se tornando marco como seu primeiro contato com os MRAs (Men’s Rights Activists), os misóginos de países da língua inglesa:

Então ver que isso existia tão forte na internet, foi uma descoberta e tanto pra mim. Foi realmente um choque, porque eu realmente tinha uma outra noção da internet. Quando a internet surgiu, eu tinha aquela noção ingênua né, que ia revolucionar o mundo, que agora sim, vai todo mundo dar as mãos e mudar o planeta (risos). E não é isso, infelizmente. Claro que é usado pra isso também, mas é usado pra tanta coisa ruim! Quer dizer, pra pornografia infantil, pra movimento dos homens, pra coisas assim.

¹²⁵ Assim Lola chama este crime através de seu *blog*, na internet, referindo-se a crimes perpetrados através da rede de computadores e internet.

Os casos abundam em seu *blog*, em alta produção, e Lola se mantém extremamente atenta ao que se passa no mundo, na política, na vida, discutindo e trazendo contribuições externas de convidadas, sua opinião e, sempre, importantes debates com as pessoas interlocutoras, ao mesmo tempo que explicita sua repulsa à misoginia, ao machismo, às explorações do capital, aos abusos na imprensa, críticas, enfim, sempre na produção de sua própria história, onde e quando também compartilha sua vida, a conquista profissional planejada, a relação amorosa com seu companheiro de jornada, que se tornou personagem no *blog*, sua aprovação na Universidade Federal do Ceará, a mudança de estado; e promove debates diversos, um anual, já tradicional, sobre as premiações do Oscar, com direito a um bolão que sistematicamente lança enquetes sobre olimpíadas, concursos de *blogs* e blogueiras feministas, com alta interação, crítica e interlocução sobre e com o cinema, de forma permanente, disseminando autorias, estimulando a manifestação das pessoas que a leem e revelando talentos.

Na linha de frente, as postagens sobre os masculinistas e os ataques às feministas, às mulheres, relatos pessoais e mais reflexões. Começa o processo de reconhecer o contexto do mundo virtual, uma realidade que busca entender - com a sua tradicional ironia e aparente pouco caso, vai denunciando o que vê, ao mesmo tempo se espanta com o que desvela. Relata na entrevista o viés da relação com prováveis crimes cibernéticos:

Você vai juntando coisas que nunca pensou, eu só soube da existência do movimento dos masculinistas quando eu comecei o blog. Antes eu nunca tinha ouvido falar e o meu primeiro contato foi logo que comecei o blog, um dos primeiros posts, que eu tinha acabado de ler um post de uma blogueira feminista americana. E nem era um post recente, já era um post mais antigo, que me deixou chocada, ela narrou um estupro que tinha sofrido, anos antes, um estupro horrível. Ela quase morreu. E aí os comentários

naquele post eram horríveis, eram assim, eu não conseguia imaginar que uma pessoa ia contar um estupro, e ia vir um monte de cara, dizer coisas como você está mentindo, você nunca foi estuprada, você não merece ser estuprada porque você é muito feia, ou senão, que bom que o cara fez isso, porque aí ele te usou para sua única utilidade, ou ainda que pena que ele não te matou. Mas eram centenas de comentários nesse nível. Eu fiquei tão chocada com aquilo que eu escrevi um post sobre homens que odeiam as mulheres.

Esta não chegou a ser sua luta, de imediato, mas não deixou de se admirar ainda e colocar-se atenta a respeito dos ataques permanentes às mulheres, às suposições a respeito da “maldade inata” das mulheres, pois tinha, até então, o ambiente da *Internet* muito mais como perspectiva de ampliação das lutas. Suas primeiras postagens sobre o tema renderam comentários, ela recebeu um *link* para postagens dos masculinistas, descobriu este universo e mais uma vez ficou impressionada com as ideias lançadas lá, posições e xingamentos contra as mulheres. Relata:

Eles se diziam comunidade dos homens de bem”. Então esse foi meu contato direto com os mascus. Que eu também não dei muita bola, eu fiz um post sobre isso. Mas não me envolvi com isso, não fui atrás, não fiquei sabendo mais dos mascus brasileiros, nem nada. Segui a minha vida, segui a vida com meu blog. Depois, fiquei sabendo que eles já falavam de mim fazia muito tempo, principalmente em comunidades do orkut¹²⁶, mas eu

¹²⁶ O *Orkut* foi uma rede social, de relacionamento, sob a gestão do Google, que funcionou desde 2004 até 2014, com acesso de mais de 30 milhões de usuários, com alta adesão no Brasil, ultrapassada somente pelo *Facebook*, rede social ativa. Há registros de mais de 1 bilhão de mensagens trocadas em 120 milhões de tópicos de discussão de cerca de 51 milhões de comunidades, detectando-se ao longo de sua existência toda sorte de ocorrências, pelo volume, desde registros de uso comercial, criação de perfis falsos, frequentes ataques de vírus e infecções, denúncias de racismo, organização de torcidas e gangues, pedofilia, apologia ao terrorismo, até sua extinção. Destaca-se para o fim do atual debate os grupos comunidades masculinistas, misóginas, como *O lado Obscuro das Mulheres* e *Mulher Só Gosta de Homem Babaca*, denunciados por Lola..

não seguia, então nem tinha como saber. Não sei como cheguei ao fórum mascu pela primeira vez, certamente foi através de algum comentário no blog que colocava um link. Por que isso acontece o tempo todo. Então, eu sei que eu cheguei no fórum mascu, eu acho que era o fórum homens realistas, Guerreiro da Real, por volta de 2010, 2011. Mas eu li algumas coisas, por que era aberto, qualquer um podia entrar. Então, eu ria na verdade, porque eram comentários tão absurdos, coisas tão ridículas que pareciam até piadas, eu pelo menos não conseguia acreditar que eles estavam falando sério (...) E aí que acho que foi em fevereiro de dois mil e onze que eu escrevi meu primeiro post sobre o mascu, que era o pensamento vivo, modo de dizer dos masculinistas, e aí eu expus o que eu aprendi, lendo o fórum deles, e eu acho que estava sendo bem didática também, e pra maior parte das minhas leitoras e leitores era uma novidade total, eles nunca tinham ouvido falar e também foi um choque pra eles, mas era um post ainda meio humorístico.

Lola explicitou teorias conspiratórias e sobre a maldade das mulheres, vindas destes mesmos grupos que desvendava, que considerou descabidas, achando no início até engraçado os exageros que leu, de alguma forma sem acreditar muito nesse universo deslindado. Colecionou postagens e novamente publicou, começando a conhecer mais de perto quem estava naqueles sítios e ao mesmo tempo passou a receber mais postagens com desaforos e xingamentos:

(...) Teve um monte de comentários mascus¹²⁷ que vieram ao post injuriados, me xingando e xingando feministas. Enfim, eu coletei as coisas mais engraçadas daqueles comentários e fiz um segundo post que era sobre as pérolas dos mascus. E aí, foi a primeira vez que eu usei o termo mascu, que foi só uma abreviação do termo

¹²⁷ Mascus são a forma adotada por Lola para designar os masculinistas, conforme narrativa na revista Marie Claire, em 2023. Há 15 anos Lola Aronovich é alvo de masculinistas: 'Mais de 12 B.O.s por ameaças '(globo.com)

masculinista que é muito grande. Aí, comecei a chamar de mascu, só que o termo pegou, e é muito pejorativo, então eles pararam de se chamar masculinistas, pararam no ato. (...) Eu fiquei sabendo que existiam grupos de homens que se organizavam e se diziam pelos direitos dos homens. Aí, rapidamente eu vi que não era isso, que o único direito que eles queriam era o direito de insultar e perseguir e ameaçar mulheres, principalmente feministas. E aí esse foi o meu primeiro contato realmente com os mascus. O meu contato com os mascus brasileiros foi só meses depois, foi em outubro de dois mil e oito, e foi com o caso Eloá¹²⁸, porque o caso Eloá, assim como a todo mundo, me deixou indignada, revoltada, e eu acompanhei como todo mundo, todo o Brasil parou pra ver aquilo tudo. Então eu acompanhei em tempo real, também né, e escrevi quatro posts sobre o caso. O último post que eu escrevi foi justamente porque alguém tinha me mandado de uma comunidade no orkut, que a Eloá virou presunto, uma coisa assim. E era uma comunidade que tinha sido criada só para isso, que comemorava o assassinato de uma menina de quinze anos, e já saudava o assassino como um herói (...)

Lola seguiu fazendo seu repertório com este foco nos ataques de ódio às mulheres, abordando o tema do estupro, quando relatou tentativas que vivenciou e estimulou que outras pessoas também o fizessem, obtendo muitos comentários e relatos de mulheres que sofreram ameaças e estupros, considerando que pode chegar a 90% o índice de mulheres que sofrem

¹²⁸ O caso Eloá foi apresentado detalhadamente no artigo escrito por Lola na *Intercept* em outubro de 2018: “Para quem não se lembra, um rapaz chamado Lindemberg invadiu a casa de sua ex-namorada Eloá, de 15 anos, em Santo André, e a manteve, junto com a amiga Nayara, em cárcere privado durante mais de 100 horas. O caso se tornou famoso porque programas de TV sensacionalistas tiveram a oportunidade de entrevistar o agressor por telefone durante o sequestro, enquanto ele mantinha uma arma na cabeça de Eloá, e porque a polícia paulista permitiu que Nayara, que havia sido liberada, voltasse ao cativo. No trágico final, a polícia invadiu a casa, e Lindemberg atirou em Eloá, que morreu, e em Nayara, que sobreviveu. O assassino foi preso”.
<https://www.intercept.com.br/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>

abusos¹²⁹, obtendo grande repercussão no *blog*; trouxe o debate sobre amamentação em público, quando criticou um programa de televisão e seus apresentadores¹³⁰, que ridicularizaram e condenaram a amamentação em público, destratando as mulheres por isso e simultaneamente obtendo ataques direcionados à sua pessoa, ameaças de processo e distratos, entre temas polêmicos, mantendo-se no debate sobre a proteção das mulheres e de seus direitos.

Sua compreensão sobre esse mundo virtual e sua relação com a realidade dos agrupamentos masculinistas vai se ampliando, percebendo o espaço de associação internacional destes coletivos que se articulam para defender posições extremistas e para praticar crimes que vão além do espaço virtual. Percebe que a crítica ao perfil dos “mascus” que passou a denunciar incisivamente em seu *blog*, desde onde recebe xingamentos de toda ordem, acaba por denunciar um universo pouco conhecido mas não tão novo, machista e muito mais além. Explica em publicação mais recentemente esta visão e o perfil dos grupos que identifica:

Por essas e outras, desde o começo, o meu *blog* - assim como qualquer outro *blog* ativista - atraiu *trolls*. Os *trolls* (esses seres mitológicos que viraram sinônimo de gente sem educação, que deixam comentários para ofender, desvirtuar discussões e semear a discórdia) até hoje seguem um padrão: quase sempre são homens anônimos, que se classificam como brancos e heterossexuais; muito conservadores, geralmente cristãos, de direita ou extrema-direita, e machistas, racistas, LGBTfóbicos, capacitistas, gordofóbicos, xenofóbicos, etaristas, enfim, sempre um combo de preconceitos. Pode ser que exista,

¹²⁹ Conforme IPEA, em 2023, somente 3 ou 4% dos casos de estupro são identificados, podendo chegar a 2 por minuto o número de casos estimado. <https://www.ipea.gov.br>

¹³⁰ Postagem “CQC Anti-amamentação vai pra PQP” a respeito de comentários de Rafa Bastos e Marcelo Tas sobre amamentação em público, conforme postagem de junho 2011 no *blog* da Lola - Escreva, Lola, Escreva. Marcelo Tas ameaçava Lola de abertura de processo, o que acabou não acontecendo, imagina-se que pela exposição que Lola promoveu da situação, o que só piorava para o ameaçador humorista.

mas até hoje, depois de 14 anos de *blog*, ainda não conheci um *troll* que fosse “apenas” machista. A misoginia realmente anda de mãos dadas com o racismo e a homofobia (Aronovich, 2022, p. 1)

Lola passou a pesquisar este universo masculinista, compreendendo melhor do que se tratava, encontrando movimentos, grupos e subgrupos cujo objetivo seria apoiar-se contra as mulheres, “as responsáveis” por todos os problemas que acometiam os homens, como parasitas, as quais deveriam ser contidas, atacadas, particularmente as feministas. As *feminazis*, conforme termo e concepção pesquisados (Aronovich, 2022), que são as próprias feministas, criado por radicalista de extrema direita nos EUA. São as que perseguem homens brancos e heteros, caracterizadas como “interesseiras, fúteis, ignorantes e inferiores”, mas que dominam o mundo pelo sexo, pelo “poder da buceta”, o que deve ser evitado por eles como recomendação geral, a não ser que as mulheres se situem com extrema subordinação e sejam maltratadas, pois elas são “degeneradoras do mundo” e odeiam homens bonzinhos, pois cafajestes e criminosos garantem as mais fortes emoções. Concepções com alguma variação mas com este mesmo tom, oriundas de diversos subgrupos, altamente articulados para se apoiar reciprocamente e conquistar as mulheres, mantendo o controle contra elas e contra a sua “hipergamia”, termo adotado por eles para caracterizar o fato de que as mulheres só se interessam por dinheiro.

Lola vai descobrindo o que Segato (2022) refere como uma fraternidade ou irmandade de homens em uma “corporação masculina”(p.18), em um “universo denso de masculinidade e sua história colonial [que] precisam ser entendidos a fim de compreendermos o ataque do estuprador contra a vítima” (p.17), por exemplo, e o caráter político deste ato dentro de um período ameaçador, que caracteriza a modernidade-colonial, em que homens e seus parceiros, atacam o corpo feminino preferencialmente em grupos, corporativamente, de forma patriarcal, como

matriz de uma posição que se repete na sociedade em outras corporações, como a polícia, as forças armadas, o poder judiciário, a máfia e até a academia, instâncias em que o traço de lealdade corporativa é a moral dominante. Interessante perspectiva em que a autora elenca sete poderes desta posição de controle:

Sete poderes que, interligados e intercambiáveis, podem ser considerados o predicado de um posicionamento masculino: os poderes sexual, físico, bélico, econômico, político, intelectual e moral. Num cenário de precarização crescente das condições de existência e de violação, típicas da fase contemporânea do capital, apenas o recurso à dominação violenta permitirá acesso ao espetáculo de poder demandado pelo 'mandato de masculinidade' ou pelo 'mandato corporativo'. (p.20)

A circulação de notícias sobre os masculinistas, denúncias sistemáticas e ironias formuladas, acabou delimitando um ódio direcionado contra Lola, como uma representante das feministas, "dinamizando" o seu *blog*, com posicionamentos diretos deles e das pessoas que acompanhavam o *blog*, acompanhando o embate. Em 2013, o *blog* já recebia milhares de visualizações - 400 mil por mês, tornando-se alvo importante dos distratos e ódio por dentro mesmo dos grupos e subgrupos identificados no antigo *Orkut*. O *blog* se tornou uma trincheira de luta, aumentando o acesso popular enquanto acolhia estes embates que iam se delineando.

Lola mergulha neste universo, em que vai identificando os ataques misóginos e o machismo, elementos que acabam ensejando seus posicionamentos públicos com a denúncia e a proposta de combate ao machismo, ao racismo e à misoginia, posição em que sofre os primeiros ataques e depois outros e outros enquanto defensora de direitos humanos. O que evidencia que é necessário enfrentar os discursos de ódio como problemática crucial para uma Psicologia comprometida socialmente com a garantia de direitos humanos e a defesa da democracia no

Brasil. Importante, portanto, salientar como discursos de ódio fazem parte do que Costa, Dimenstein e Leite (2023) chamaram de tecnologias coloniais de gênero, salientando como discursos em circulação em nossa sociedade em relação ao gênero perpetuam colonialidades do poder, do saber e do ser.

Sem brincadeiras

O massacre do Realengo¹³¹ mudou o quadro aparentemente sem grandes consequências até então: “em 07 de abril de abril de 2011 a brincadeira acabou” (Aronovich, 2018, s/p). Lola não tardou a identificar o crime de ódio às mulheres estampado no episódio, denunciando logo em seguida sua constatação. A mídia anunciava um crime não associado à misoginia, embora os relatos indicassem que ele “mirava na cabeça das meninas e no corpo dos meninos”:

Eu fui uma das primeiras a falar que, olha, gente, não é um massacre qualquer, não adianta ficar chamando de tragédia, de atentado, é um crime de feminicídio também, o Wellington entrou lá pra matar meninas, ele matou dez meninas e dois meninos. Não estou falando que a vida de um é mais importante que a vida de outro, mas tem alguma coisa aí, a ser investigada! e as testemunhas que estavam lá, que sobreviveram, dizem que ele atirava nos meninos pra ferir e nas meninas para matar. E aí comparei com outros massacres, em outros lugares do mundo, que também tinham sido cometidos por mascus e que matavam mulheres, e essa dificuldade da mídia e da sociedade em geral de identificar o feminicídio, quer dizer, se você entra numa sinagoga, você não vai matar qualquer um, você vai matar judeus, se você entra numa mesquita, você entra lá para

¹³¹ O massacre do Realengo deixou 12 crianças mortas no dia 7 de abril de 2011. Todas, com idades entre 13 e 15 anos, eram estudantes da Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Um ex aluno, em dia comemorativo para a escola, apresentando-se como palestrante convidado e adentrou o ambiente fortemente armado, beijou a ex-professora que o recebeu e subiu as escadas até as salas, onde efetuou o ataque.

matar muçulmanos. (...) lembro de outro massacre em dois mil e nove, o rapaz entrou numa aula de aeróbica nos Estados Unidos. Quem você vai encontrar em uma aula de aeróbica? mulheres. Então ele foi lá pra matar mulheres, o Wellington foi lá pra matar mulheres, então era uma coisa que precisava ser dita e precisa ser dita até hoje. O Massacre de Montreal, na Escola Politécnica, em que o cara entrou na sala, tirou os homens, mandou os homens todos saírem, ficaram só as mulheres, aí ele matou só as mulheres, enquanto ele gritava odeio feministas! . Isso daí não foi considerado um crime de ódio! Só anos depois, acho que levou oito anos pra reconhecer e fazer um monumento pras vítimas, reconhecer que aquele foi um crime misógino.

É fundamental que a análise e a problematização dos crimes e do combate aos discursos de ódio são melhor avaliados e compreendidos a partir de uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2018), que articule os marcadores de raça, classe e gênero, a fim de que não se recaia em uma perspectiva essencialista de humanidade, que acaba por excluir diferentes humanidades.

O assassino do massacre do Realengo também integrava os fóruns citados recém-comentados por Lola, ele havia feito publicações recentes se dizendo virgem e anunciado declarações de ódio às meninas. Este autor da violência notadamente misógina se matou durante o episódio, depois de ser atingido pela polícia, tornando-se publicamente um herói naqueles mesmos sítios. Lola denunciou, assim como a associação com o crime de Eloá, *mesmo grupo, mesma quadrilha*". E percebeu o afastamento e silêncio de vários grupos, alguns expoentes do maior *blog* masculinista, que mais tarde apareceram em outros canais, e constituíram verdadeiro arsenal de ataques misóginos, machistas e "*posts* escabrosos, pregando a legalização do estupro e da pedofilia, o estupro corretivo para lésbicas, a matança de mulheres, negros e gays" em seu *blog* (Aronovich, 2018,s/p).

Na mira destes ataques estavam o deputado Jean Wyllys, que saiu do país, e ela própria, Lola, com recompensas oferecidas pelas suas mortes. Uma dupla caçada passou a ocorrer, Lola ameaçada, tendo sua cabeça e seu corpo postos à prêmio, e os responsáveis pelas ameaças e por toda sorte de ofensas propaladas aos quatro ventos sendo caçados ora pela polícia federal e ora por cidadãos apoiadores do *blog* e pela própria Lola, tendo sido feitas as devidas denúncias desde à polícia até à imprensa e órgãos de defesa dos direitos humanos:

Então aquele site foi um escândalo, permaneceu no ar durante muito tempo, nove meses, porque ele só foi tirado do ar em maio de dois mil e doze, então ... e a gente denunciava, denunciava, eu fiz vários posts, que eu me lembre, e o site de ódio viralizou e recebeu quase oitenta mil denúncias na safernet, porque tava todo mundo escandalizado.

Denúncias feitas para a polícia, buscando a atuação da polícia federal em casos de crimes cibernéticos, como os vivenciados por ela - ameaças feitas por meio de comentários na internet, não eram consideradas:

Nenhum retorno da polícia, nenhum, o que eu considero um grande erro, porque a sociedade está clamando para que deem alguma satisfação, sabe? Está todo mundo denunciando e o site continua no ar(...) Inclusive prints de massacre, de promessas de massacre em outros lugares, eu mandava para eles também e nunca tive resposta da polícia federal.

Este novo blog de ódio foi denunciado na organização não governamental - ONG criada para combater crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos em nosso país, a SaferNet¹³², e mesmo assim permaneceu oito meses no ar, ameaçando quem passasse perto, transformando o

¹³² A SaferNet é uma associação de direito público, criada em 2005 para atuar no melhor uso da Internet, de maneira livre e segura. Para tal, atua em três focos, as denúncias, com canal de denúncia de crimes cibernéticos, as orientações sobre segurança na Internet e com ações de educação em cidadania digital.

canal do *blog* da Lola em foco, tanto organizando e orientando sobre as denúncias relacionadas, tanto como alvo.

Lola relata sobre um grupo de estudantes vinculadas ao curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, que sofreu ameaça de massacre, em que prometiam matar “o maior número de vadias e esquerdistas”. Ao final, com apoio do grupo Anonymous¹³³, Lola chegou até duas pessoas identificadas como autoras das ofensas e ameaças. Essas pessoas - dois homens - foram averiguadas, julgadas e condenadas¹³⁴. No decorrer deste processo, foi contatado que Marcelo, um dos autores presos, tinha um mapa do prédio da UnB, que estava ameaçando explodir.

O Marcelo já era um ícone na comunidade e ele já tinha sido condenado por racismo, foi o primeiro brasileiro condenado por racismo na internet brasileira. Isso em dois mil e nove, e ele fazia isso, ele criava sites de ódio direto, então ele já era conhecido entre eles. E o Emerson era mais conhecido ainda porque ele costumava fazer muita coisa, muitos comentários horríveis inclusive, na época estava circulando um vídeo horroroso dele, que ele tinha gravado na Índia, de dez minutos em que ele falava um discurso completamente horroroso, nazista, dizendo que o estado natural do homem negro é a criminalidade, a sujeira, o estado natural da mulher é a prostituição, o estado natural do

¹³³ Anonymous é um coletivo anônimo, que atua desde 2006, guiados por um “hackativismo”, uma espécie de ativismo político e social, que se identifica com a máscara inspirada no filme V de Vingança, geralmente tendo em foco o combate a violações de direitos humanos, identificando pedofilia na rede, entre outros. Os registros na rede mundial de computadores e estudos a seu respeito, costumam citar ações históricas, como a colaboração com a quebra de censura durante a Primavera Árabe em países do Oriente Médio e África, exposição de dados do ex-presidente Trump dos EUA e do Presidente do Brasil no período 2019-2022, o inominável e seus filhos, no Brasil. Posicionam-se e atuam, ora colaborando, ora expondo os interlocutores, invadindo domínios, como *hackers - aqueles que atuam nas redes, com especialidade técnica, transformando e interferindo* mesmo.

¹³⁴ Marcelo Valle Silveira Mello foi condenado a 41 anos e seis meses de prisão, por associação criminosa, divulgação de pedofilia, racismo e terrorismo, crimes cometidos pela Internet. Emerson Eduardo Rodrigues também foi preso.

homem branco é a ética e o trabalho, bem nazista, entre outras barbaridades. E era ele, não era uma montagem, era o cara falando pessoalmente, se filmando e falando direto para a câmera, enquanto ele andava pela Índia, aí eu fiz um post sobre isso também.

Lola acompanhou o julgamento dos acusados, recebeu anonimamente o *link* do julgamento e o divulgou, mesmo estando o caso em segredo de justiça. Ela desconhecia esta condição. Eles a responsabilizaram por todo o desdobramento do processo.

Fiz um post falando desse documento, colocando o link, que ainda estava no ar, e falando como tinha sido esse julgamento, como eles tinham sido condenados. Eu achei isso de suma importância, saber que os caras que estavam me ameaçando de morte, ameaçando um monte de gente, ameaçando atentado, ameaçando explodir a UNB, foram condenados.

Em seu artigo à *Intercept*, Lola traz outros detalhes a respeito do principal ameaçador e sobre os desdobramentos da condenação. O período de prisão foi mais rápido que o esperado e a promessa dos ameaçadores ao sair foi estampada pelos mesmos canais (Aronovich, 2018).

Ao entrar em discussões contra a política de cotas em páginas da UnB (onde Marcelo cursou Letras com ênfase em Japonês durante um semestre), deixou claro seu ódio a negros. Declarou insanidade para não ter que cumprir pena. Formou-se em Informática numa faculdade particular. Com esse currículo, tornou-se figura popular nos chans (fóruns anônimos, tão misóginos que mulheres por lá são apelidadas de “depósitos” [de porra]). (...) Em março de 2012, a Polícia Federal lançou a Operação Intolerância e prendeu Marcelo e Emerson em Curitiba. (...) Marcelo e Emerson brigaram na cadeia, mas foram condenados a mais de seis anos e seis meses de prisão. Infelizmente, cumpriram apenas um ano e dois meses. Ao saírem, em maio de 2013, ambos me

mandaram emails me responsabilizando por sua prisão e jurando que iriam me processar. (Aronovich, 2018, s/p).

Sistemáticas Ameaças e Proteção

As ameaças prosseguiram, conforme prometido, desencadeando-se a ofensiva relatada, inaugurando também um período de contra-ataque, quando passou a receber as notificações dos processos dos ameaçadores, conforme avisaram.

Não sei ao certo o que Marcelo fez nos seus primeiros meses soltos, mas já no segundo semestre de 2013 ele estava enfurecido. Abriu um perfil no Twitter¹³⁵ com sua foto e nome e passou a mandar mensagens cada vez mais agressivas a mim, ao delegado que o havia prendido, e a outros desafetos. Mandou e-mails e deixou comentários (não aprovados e nunca respondidos) no meu *blog* com ofensas e ameaças. Ainda em 2013 criou seu próprio *chan*¹³⁶, o Dogolachan. Como fiquei sabendo? Porque no início de 2014 ele me enviou o *link* pro *chan*, para que eu pudesse acompanhar as ameaças (Aronovich, 2018, s/p).

As ameaças eram diárias e as incitações funcionavam para que outras pessoas adotassem a missão em conjunto, ampliando as ameaças, que passaram a vir de toda forma, por email, no Twitter, através do *blog* e este *Chan*, que logo se tornou nacionalmente famoso, entre muitos outros casos amplamente relatados, conforme já referido. Lola foi uma das primeiras ameaçadas

¹³⁵ O Twitter é uma plataforma de rede social *on-line*, que se tornou uma forma robusta de comunicação, criado em 2006 nos Estados Unidos, com o objetivo de compartilhar pequenas mensagens. É uma rede social específica para a produção de conteúdo e/ou para a comunicação por meio de micromensagens, com alto volume nas relações virtuais políticas.

¹³⁶ *Chans* são fóruns virtuais anônimos com alto uso de imagens onde qualquer usuário pode começar um tópico composto de imagem e texto, seguida de respostas de outros usuários.

neste *Chan* e seguiu denunciando. Novos sítios de ódio foram criados, a incitação ao ódio de terceiros agrupados alcançou também o marido de Lola.

O Dogolachan de Marcelo desde o início se pôs a cultuar assassinos como Wellington (do massacre de Realengo), Elliot Rodger (que em maio de 2014 matou seis pessoas na Califórnia e se suicidou, após deixar um manifesto misógino de 140 páginas) e Anders Breivik (que em 2011 matou 77 pessoas na Noruega). Sempre que algum membro do *chan* falava em suicídio — algo extremamente comum entre homens fracassados em todas as searas de suas vidas - ouviam o coro “Leve a escória junto”. Em outras palavras, não se mate ainda. Antes vá numa palestra feminista, numa Marcha das Vadias, numa Parada do Orgulho Gay, numa Marcha das Mulheres Negras, e abra fogo. Só então se mate ou seja morto pela polícia, e torne-se um herói.

Ao tempo que mantinha as ameaças, Marcelo desenvolveu o processo de incriminar Lola, seus apoiadores e quem se aproximasse dela. Passou a atribuir à Lola os próprios sites de ódio, a denunciá-la por crimes inventados. Lola passou a ser ré e não foi somente uma vez chamada e interpelada pela polícia civil, mas também pela polícia federal. Foram cinco anos de tensão, denúncias e contra-ataques, passando a ser investigada pelo risco que constituía. Passou a contar com a desconfiança da polícia e investigações seguidas por incitar ódio, estimular o estupro, entre outros absurdos, como pregar o aborto para fetos masculinos, infanticídio e castração de meninos, além de queima de bíblias e racismo. Foram feitas montagens de fotos, foi criado um *blog* em seu nome e Lola foi denunciada ao Ministério Público como autora deste sítio, denúncia que foi acatada pelo Ministério Público. Foram onze boletins de ocorrência registrados no período

entre 2012 e 2017 contra os diversos grupos ameaçadores em processos não instaurados na Polícia Federal pela falta de sustentação legal - somente o racismo e a pornografia poderiam ser investigados no Brasil à época. E Lola se defendendo nos processos, das acusações, tendo que se explicar e responder por atos que não fez.

São as estratégias adotadas pelos ameaçadores, que constituem disputas de narrativa e em seguida invertem o foco das acusações para as pessoas que os denunciam. E Lola é inserida neste turbilhão que se chama Crimes de Ódio, conforme relatado detalhadamente em diversas publicações (Entrevistas concedidas para Brasil de Fato, 2017; Aronovich, 2018; Marie Clair/Globo, 2023; Trip/Uol, 2023; capítulo de livro em D'Avila, 2021; e Artigo dela própria em Revista de Estudos Feministas, 2022), depois que denunciou masculinistas envolvidos em crimes de incitação à pedofilia, massacres e racismo pela Internet. São estratégias que grupos de extrema direita, que têm crescido nos últimos anos no mundo inteiro, adotam em contextos virtuais.

Essa mesma estratégia passou a ser utilizada cada vez mais na política pela extrema direita como forma de desautorizar moralmente uma pessoa que denuncia outra ou grupos e instituições, deturpar redes de militância, derrubar campanhas eleitorais e desqualificar pessoas. As posições políticas de Lola em 2016, contrárias ao *impeachment* da Presidenta Dilma, por exemplo, desencadearam manifestações em cartazes colocados em universidades do sul e sudeste do país. Ao lado de um desenho de um pênis, uma foto da professora universitária Lola e uma frase atribuída a Hebe Camargo, dizendo que o feminismo estimula a mulher a “matar seus filhos”, a “praticar bruxaria” e ao lesbianismo, intitulado Corra da Lola, corra, em uma alusão ao nome do *blog* Escreva, Lola, Escreva, da

ativista Lola, que por sua vez foi motivado e inspirado pelo filme *Corra, Lola, Corra*¹³⁷, conforme registra Lola.

Crimes de ódio como as *fake news* são operações que ocorrem no mundo virtual trazendo elementos conceituais muito recentes, e que apontam para uma inversão do lugar de vítima, que se vê obrigada a explicar-se sobre o ocorrido, ao que Débora Diniz (2021) caracteriza como uma “armadilha decorrente dessa tática de operação, [que faz] uso de estereótipos, discriminações e estigmas da multidão para mover um ataque”, relatando o que sofreu através de *fake news*. São “mentiras maldosas. A intenção do falsário é silenciar, se não mesmo aniquilar a vítima” (p.26 e 27). O silenciamento de mulheres é uma tecnologia capitalístico-colonial.

O ódio contra as mulheres, a misoginia, é relacionado à violência de gênero, preconizando a superioridade masculina e alimentando o machismo e o sexismo. A *internet*, por sua vez, apresenta-se como veículo disseminador, alimentando em alta escala a disparidade entre mulheres e homens, oferecendo - em massa - tratamento diferenciado e grande tendência a apoiar atitudes machistas e condenar qualquer exposição da mulher com desqualificação e cancelamentos, na linguagem da *Internet*. No *podcast* Presentemente (episódio 1), produzido pelo VIESES (2021), Daniel Iberê frisa que é preciso levar em conta que os maiores cancelamentos na *Internet* de fato são mulheres e pessoas negras, majoritariamente canceladas na história do Brasil.

¹³⁷ Inspiração para o tema do seu Blog, *Corra, Lola, Corra* é um filme alemão, conforme diz Lola em matéria que apresenta o Blog em uma revista: “Escreva Lola Escreva é um trocadilho com o filme alemão *Corra Lola Corra*. Então não é um portal, não é um site de notícias. É um blog de opinião.
https://www.google.com/url?q=https://www.imdb.com/title/tt0130827/?language%3Dpt-br&sa=D&source=docs&ust=1709856779867227&usg=AOvVaw0TCIxZdi1PXozf99vPJAH_

Lima (2022), analisando a situação da misoginia no Brasil, cita exemplo clássico de tratamento diferenciado do público entre um homem e uma mulher, ambos participantes de programa tipo *reality show*, em 2021. A cantora Karol Conká foi “linchada pela audiência”, alcançando uma rejeição de quase 100% por seus posicionamentos, recebendo, na saída e depois de um tempo significativo, e também sua família, ataques pessoais ofensivos, racistas que a levaram a se afastar da *Internet* para cuidar-se e da sua saúde mental: foi defenestrada. No mesmo programa, o cantor Rodolfo, também eliminado pelo público por conta de declarações racistas e inapropriadas, recebeu tratamento bem mais suave, vendo uma música sua, inclusive, subindo nos *rankings* da *Internet*, onde foi recebido muito mais tranquilamente.

Vale dizer que tal desqualificação, na maioria das vezes, não é dirigida de forma homogênea a todas as mulheres, mas àquelas que não cabem nos padrões sociais impostos - tanto por elementos de racismo, e o feminismo negro vem nos auxiliar nesse debate; quanto por questões de gênero - um cenário todo sobre orientação sexual e identidade de gênero se coloca neste debate; e, finalmente, também são colocados diferenciais por conta da expectativa de papéis a serem cumpridos, relacionados à moral e aos costumes - as belas, recatadas e do lar, em modelo recentemente disputado socialmente como referência para o crédito social atribuído diferenciadamente pelos homens, obviamente, que faz é criminalizar a mulher.

Butler (2021) fala de “palavras que machucam” ao se referir a discursos de ódio, indicando como isto se opera socialmente e a enorme dificuldade de delimitar-se quais ditos são considerados como discursos de ódio e mesmo relativizando as circunstâncias de sua ocorrência, tendo em vista um julgamento do Estado, que acaba delimitando o que

seria ou não esse discurso, complexificando ainda mais a discussão. Oliveira e Pereira (2021), analisando o negacionismo científico do Estado em período recente, tentam compreender como são tratados estes discursos de ódio na medida da mediação do Estado neste período, no “Brasil do Agora”, como se referem, constatando o aumento da dificuldade em torno do reconhecimento do problema, inclusive, quando tratam da situação da famigerada ideologia de gênero e da população LGBTQIAP+, deveras condenada neste período, o que pode vir a fomentar as injúrias proferidas contra ela. Afirmam em seus estudos que o ano de 2018 foi destaque para o uso das mídias digitais como espaço de propaganda e disseminação de *fake news* e apontam o seu papel no processo de fomento do ódio. Alertam também para o fato de que as redes sociais e os aplicativos - mais do que nunca neste período - se tornaram um canal efetivo de acesso da disseminação de notícias, situando o contexto do nosso debate e da realidade que vimos acompanhando aqui, vivenciada por Lola e os ataques sofridos no período.

Ainda refletindo sobre o alcance e efeitos das *fakes news*, cito os dados significativos apresentados no Relatório Global Digital Overview 2020¹³⁸, que aponta mais de 4,5 bilhões de pessoas ao redor do mundo usando a internet, 3,8 bilhões nas redes sociais, e analisam o efeito de vulnerabilização provocado pelas *fake news* junto a agenda da diversidade sexual e gênero, particularmente com relação a mulheres e a população LGBTQIAP+:

Entre os três países que mais passam tempo na internet estão: Filipinas (9h45m/dia), África do Sul (9h22m/dia) e Brasil (9h17m/dia). Online em redes sociais, os três países que se destacam são: Filipinas (3h53m/dia), Colômbia

¹³⁸ Para consultar o relatório: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-global-digital-overview>

(3h45m/dia) e Brasil (3h31m/dia), sendo as redes sociais e de comunicação instantânea mais acessadas a partir de qualquer dispositivo: Facebook, YouTube e WhatsApp, respectivamente. Quando a pesquisa se restringe aos dispositivos móveis, em especial celulares, os aplicativos mais acessados são: WhatsApp Messenger, Facebook e Facebook Messenger, respectivamente. A pesquisa ainda aponta para a preocupação com a desinformação e circulação de fake news. Neste ranking o Brasil aparece em lugar de destaque, ocupando o primeiro lugar seguido de Portugal e África do Sul.

Neste período, os processos e os chamados à Lola para depor tiveram incremento, além das ameaças, que se ampliaram. Em 2016 houve uma ameaça de chacina na UFC envolvendo 300 mortos se Lola não fosse demitida, sendo que o ameaçador, uma vez investigado, desculpou-se e nada aconteceu com ele. Seguiram ocorrendo ameaças somadas às ofensas sistemáticas, até mesmo recompensas eram oferecidas para quem eliminasse Lola, que obteve também a revelação de que Marcelo havia encomendado sua morte, com preço estabelecido. Em 2016 Lola ingressou no Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos ameaçados de morte, quando passou a ser acompanhada e recebeu o apoio da Proteção do Estado, que será objeto específico da próxima seção.

Também em 2016 ocorreu a apresentação na Câmara Federal de projeto de lei contra a misoginia na *web*, que ampliaria para a Polícia Federal a responsabilidade sobre crimes cibernéticos, particularmente a tarefa de “proceder à investigação de crimes

cometidos através da internet que difundam conteúdo misógeno, ou seja, aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres”¹³⁹:

De um lado, é fato que as polícias estaduais, apesar do esforço para contornar suas limitações, não possuem condições materiais para coibir e investigar todos os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores, particularmente aqueles que se caracterizam como ofensivos à mulher simplesmente pelo fato de ser ela mulher. De outro lado, os crimes cometidos pela internet podem ser, sem sombra de dúvidas, entendidos como “infrações” cuja prática tem “repercussão interestadual ou internacional” e exige “repressão uniforme”, adequando-se completamente ao que prescreve o Texto Maior em seu art. 144, § 1º, I. Torna-se evidente, então, que atribuir à Polícia Federal a tarefa de investigar tais crimes se coaduna com o espírito de nossa Constituição.

Aprovada na véspera do Dia Internacional da Mulher, de 2018, entendida e registrada por Lola em seu *blog* como “algo a comemorar”:

Mas nem tudo foi negativo. A mídia quis saber por que uma professora universitária estava sendo tão atacada (àquela altura, eu já havia virado especialista em ‘mascus’ sem querer). E as entrevistas acabaram chamando atenção da ex-prefeita de Fortaleza e então deputada federal Luizianne Lins (PT-CE). Ela leu as matérias em que eu relatava a dificuldade que era saber onde fazer os boletins de ocorrência: a Polícia Civil estava sempre ocupada demais, e não parecia ter muito conhecimento sobre internet em geral; na Delegacia das Mulheres, a primeira pergunta era “O que o agressor é seu?”, e eu tinha que explicar que não conhecia

¹³⁹ Apresentação de motivos do Projeto de Lei da Deputada Federal Luizianne Lins em <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-segurancapublica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>.

meus agressores pessoalmente nem nunca me comunicava com eles, ou seja, não eram nada meus; na época (e até hoje), o Ceará não tinha Delegacia de Crimes Cibernéticos; um superintendente da Polícia Federal me comunicou, por e-mail, que a PF só investigava crimes em que o Brasil era signatário internacional, como racismo e pornografia infantil. Luizianne então redigiu o projeto de lei nº.

4614/2016, que atribui à Polícia Federal investigar crimes de ódio contra as mulheres na internet. Sancionado em 2018, virou a lei nº. 13.642, ou Lei Lola, em minha homenagem. É a primeira vez que o termo 'misoginia' aparece na legislação brasileira (Aronovich, 2022, s/p).

Em janeiro de 2017, no entanto, o *blog* da Lola foi cassado, suspenso. Ela passou uma semana às voltas com as comprovações e tratativas para recuperá-lo, pois, mais uma vez, os ataques foram efetivos: denúncias em grande volume contra seu *blog* fizeram a plataforma *google* tirá-lo do ar. Sua conclusão, ao chorar, excepcionalmente, naquela ocasião: "é muito mais fácil espalhar o mal que o bem" (Aronovich, 2022).

O dono do *Dogolachan* foi preso mais uma vez em 10 de maio de 2018. Cinco anos de impunidade depois, a *Operação Bravata*¹⁴⁰ da Polícia Federal o recapturou, foi julgado e condenado a 41 anos de prisão, por associação criminosa, divulgação de pedofilia, racismo, apologia ao crime, coação e terrorismo. A Polícia agiu de forma efetiva. Foi uma alegria e um alívio no mar de desastres e crimes cibernéticos. Neste contexto, Lola avalia sua inserção nesta luta, situa suas defesas e alimenta suas esperanças:

¹⁴⁰ Operação deflagrada pela Polícia Federal em Curitiba e em mais outras cinco cidades brasileiras para a busca e apreensão de diversos autores de sites ofensivos e misóginos, ameaças terroristas, divulgação de pornografia infantil, racismo e incitação da violência contra negros, homossexuais, mulheres, nordestinos e judeus, pregar o abuso sexual contra crianças e planejar o assassinato de alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB).

(...) Me perguntam como é que aguento tantos ataques e ameaças. Eu sempre respondo que foi bom eu ter começado o blog com 40 anos, já com um pouco de maturidade, uma certa casca grossa adquirida, digamos. Meu marido, Silvio, com quem estou desde 1990, também me ajuda muito. Ele nunca me criticou pelo blog, nunca pediu para que eu parasse, ainda que muitas das ameaças sejam estendidas a ele. 'Mascus' nutrem uma verdadeira obsessão por Silvio, porque nosso relacionamento vai contra o que eles acreditam (que toda feminista é lésbica e que toda mulher gorda vai morrer sozinha). Eu e ele rimos bastante de algumas das ameaças. O humor é uma estratégia de defesa pra mim. E o lugar onde vivemos é de suma importância. O Nordeste é um país diferente, onde 70% dos eleitores não votaram num fascista para presidente. Aqui eu me sinto segura (Aronovich, 2022, s/p).

Figura 3

Blog da Lola, comemoração 15 anos



Nota: Imagem alusiva aos 15 anos do Blog da Lola, fonte escrevalolaescreva.blogspot.com

Seguiu a vida, mais lutas, mais resistências - ameaças, denúncias, processos, calúnia. Acompanhando o que estava se passando na virtualidade, Lola anteviu episódios de violência bárbaros, mais um massacre: Suzano, em 2019, no interior de São Paulo. Mais uma vez, um

crime de ódio, preparado e anunciado no *site*. Nos meses seguintes, Lola constatou que o *chan*, o *Dogolachan*, mudara seu endereço, entrando para uma camada mais profunda da internet, sem acesso público, para o que chamam de *deep web*, rede ou teia profunda, em tradução literal, onde continuam em articulação os mascus e outros personagens desta trama. O massacre do Realengo foi parcialmente planejado lá.

Em 2023, por ocasião da entrevista para esta pesquisa, Lola permanecia no Programa de Proteção e, como sempre, ameaçada, processada e ativa. As notícias nos jornais - na rede mundial de computadores - davam conta que o número de denúncias de crimes envolvendo discurso de ódio na Internet cresceram 67,7% em 2022 em comparação com 2021, sendo o maior índice desde 2017, tendo como principais crimes a xenofobia, a intolerância religiosa e a misoginia, que aumentou 251%¹⁴¹.

A criminalização do anonimato, a construção discursiva do ódio e o compartilhamento de notícias falsas no mundo das redes sociais digitais seguem sendo estudados, bem como as relações de poder político e econômico em jogo nestes processos. É certo que as pesquisas precisam acontecer para passarmos ao domínio do conhecimento público aquilo que acontece eventualmente em bolhas ideológicas, manipulação da mídia e da informação. Ao mesmo tempo, o uso mal-intencionado das redes precisa ser investigado e coibido, regulado seu uso e suspenso seu abuso. E estamos ainda a uma grande distância de um processo permanente deste tipo. O abuso ainda é facilmente naturalizado. Socialmente, é preciso responder por um processo de regulação. Cabe hoje à polícia federal o começo desta tarefa de responsabilidade pública. E assim vamos aprendendo, evoluindo nas relações e obtendo mais segurança a serviço da

¹⁴¹ Conforme matéria publicada em Jornal Estado de Minas, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/denuncias-de-crimes-na-internet-com-discurso-de-odio-crescem-em-2022>.

democracia, da liberdade e da dignidade das pessoas. Ou não. Depende sempre dos interesses em jogo. E de ativistas como Lola e tantas outras defensoras de uma luta árdua, consideradas exageradas, mal-amadas, sistematicamente silenciadas. Ainda há muito a aprender para podermos superar a problemática da violência contra a mulher. Pois se trata de fenômeno social persistente, multiforme e articulado, como atribui Bandeira (2019), ao qual é preciso responder de acordo com os interesses das mulheres, da diversidade, de coletivos feministas, para início de conversa. Ter persistência também, como se vê no movimento social e no ativismo, que trazem à frente, muitas vezes sós, a bandeira da luta contra a misoginia, o machismo e o racismo.

Liderança indígena Adriana Tremembé: Movimentos de Resistência das Mulheres nas Aldeias

Os povos originários têm outras contribuições ao debate, tanto sobre a polis quanto sobre as ideias de natureza, ecologia e cultura. Se formos capazes de nos abrir a toda essa riqueza, a atividade política será mais uma dimensão da existência, e não uma ocupação predatória, como tem sido para muitos políticos do século XXI, o século do neoliberalismo, cuja invenção só tem servido para aparelhar corpos e constituir servidão (Krenak, 2022, p.89)

Abro este capítulo sobre Adriana Carneiro de Castro, liderança do povo Tremembé da Terra Indígena da Barra do Rio Mundaú, Adriana Tremembé, com a citação de Krenak, pois foram as ideias sobre a natureza, ecologia e cultura que foram trazidas por ela. Ressaltou a riqueza e o festejar da natureza como forma de luta e resistência dos povos originários, o que o autor afirma. Sua ancestralidade é a guia dos acontecimentos no território, a casa visitada é a casa de cura, herança e indicação dos ancestrais para a segurança do local:

Meu nome é Adriana Carneiro de Castro, sou liderança aqui no território indígena da Barra do Mundaú hoje, e nasci e me criei aqui nesse território, meus pais também, já nasceram e se criaram nesse território. Então esse território, esse chão é a nossa casa, é a nossa vida, é a nossa sobrevivência esse chão sagrado aqui, da Barra do Mundaú. E aí a luta nossa enquanto povo Tremembé, porque hoje nosso povo Tremembé, nós estamos dividido em três municípios, aqui no litoral, a gente tá dividido aqui no município de Itapipoca, no município de Acaraú e no município de Itarema, e aí, a gente, estamos hoje aqui no Ceará, nesses três municípios, mas também no Maranhão também tem Tremembé, da nossa etnia também lá no Maranhão.

O território em que se inserem enquanto etnia se localiza no Município de Itapipoca, no Distrito de Marinheiros, a 55 km do centro da cidade e a 130 km de Fortaleza, no Estado do Ceará. No Litoral Oeste, no Vale do Curu, divide-se em quatro aldeias: Buriti de Baixo, Buriti do Meio, Munguba e Sítio São José. O território de Almofala, em que se instalou um dos aldeamentos¹⁴², é a principal origem dos povos indígenas Tremembé, um distrito do município de Itarema. Disperso no final do século XIX, as terras foram doadas a indígenas da antiga povoação, mas foram sendo invadidas por latifundiários, e eles voltaram a reivindicar de forma mais organizada o reconhecimento oficial da identidade étnica somente a partir da década de 80¹⁴³, com o apoio de missionários e da sociedade civil. Hoje, os Tremembé - Trammambé ou Tarammambé - se localizam em Itarema, Acaraú e Itapipoca, no Ceará, totalizando cerca de

¹⁴² Aldeamentos são as formas como a ocupação portuguesa estruturou a catequização católica dos povos indígenas. Eles eram retirados de aldeias diferentes, com a força de soldados, muitas vezes de forma violenta, e instalados nestes aldeamentos, missões ou reduções, não sem resistência, muitas vezes sendo agrupadas várias etnias, estimulando a perda de identidade.

¹⁴³ Conforme informações disponíveis no sítio do Instituto Socioambiental - ISA, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público desde 2001, que atua como ONG desde os anos 90, em apoio aos povos tradicionais e em defesa do meio ambiente.

cinco mil pessoas. O povo Tremembé da Barra do Mundaú se localiza no Município de Itapipoca e reúne atualmente 580 indígenas, conforme o IDACE¹⁴⁴. O quadro 1 e o mapa 1 abaixo dão a exata dimensão do Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú e da abrangência da atuação da liderança de Adriana Tremembé - não é ficção, tampouco terra de ninguém:

Figura 4

Terras Indígenas da Etnia Tremembé no Ceará

Terra Indígenas Tremembés no Ceará	Município	Superfície	População Indígena
Córrego João Pereira	Acaraú/Itarema	3.162,39 ha	621 (2022, IBGE)
Tremembé da Barra do Mundaú	Itapipoca	3.580 ha	980 (2022, IBGE); 580 (2023, IDACE).
Tremembé de Almofala	Itarema	4.900 ha	2113 (2011, Funai)
Tremembé de Queimadas	Acaraú	767 ha	211 (2022, IBGE)

Nota: Composto pela pesquisadora, a partir de dados de várias fontes, referidas ao longo da tese

¹⁴⁴ Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, que participou ativamente do levantamento técnico realizado para a demarcação com vistas à homologação recente da terra indígena. Conforme matéria sobre o assunto, a Lei Estadual nº 17.533/2021, sobre a Política de Regularização Fundiária Rural no Estado do Ceará (Lei Wilson Brandão), dá poderes ao Instituto para colaborar em processos de demarcação dos territórios dos povos originários e das comunidades tradicionais. <https://www.idace.ce.gov.br/2023/05/02/estudo-tecnico-da-funai-e-do-idace-embasa-homologacao-da-terra-indigena-tremembe-no-ceara/>

Figura 5

Território Tremembé da Barra do Mundaú



Nota: Mapa publicado no Mapa Cultural SECULT

Figura 6

Mapa do Litoral Oeste do Ceará



Nota: Mapasblog, mapas de Mundaú.

Falando sobre a importância do território, Adriana apresenta a construção da Casa de Cura, que tem lugar central no território e é para onde ela me conduz para conversarmos. Apresenta cada pintura e seus significados, chamando a ancestralidade e seus protetores enquanto fala deles, em interlocução permanente. É sagrado o território, a Casa da Cura e o ambiente em que se inserem.

O espaço aqui da Casa da Cura, é sagrado. Vamos começando pela entrada aqui da porta que nós temos um desenho que é de São José, porque é exatamente a Aldeia São José. Nós temos a história da nossa tronco mais velha, que ela tinha uma imagem, né, de São José. E quando foi invadido o seu território, a sua casa, pelos portugueses, na época, ela pegou sua imagem, e ela enterrou a imagem de São José, de cabeça pra baixo. E ela fez um pedido. Ela disse: Eles tão invadindo a minha casa, mas essa terra, ela é sagrada. Eles nunca vão ter força de dominar esse território. Eles nunca vão morar nesse território. Se eles entrar com uma camisa, eles vão sair com uma banda. Se eles entrar com duas camisa, eles vão sair com uma, mas eles não ficam dentro desse território. Então por isso, nós temos a consagração de São José, porque ele é o padroeiro da aldeia. Aqui nós temos os cinco Salomão, que representa o nosso universo. E nós também têm a força porque nós temos o grupo de mulheres protegidas orixá, né, que trabalha também com a espiritualidade e trazendo a força dos cinco Salomão, na proteção, né, e aqui nós temos o pássaro né, que simboliza a pomba da paz, né, as garças que moram também aqui ao redor desse espaço. E aqui nós temos essa imagem das duas crianças, Cosme e Damião, né. A proteção das nossas crianças, né. E aqui nós temos os nossos baluartes tronco velhos. Aqui nós temos aqueles como protetor, e aqui em cima nós temos o chapéu do meu pai, o seu cajado, exatamente por eles serem essas

peessoas que nos dão essa referência na cura, na espiritualidade, na sabedoria. E aí, nós temos aqui os nossos tronco. E aqui nós temos a imagem né, do Senhor do Bomfim, porque nós temos de braços abertos para quem chegar nessa porta ele já recebe, né, já acolhe, já está de braços abertos todos nós, na proteção e na graça. E aqui nós temos a caboca (cabocla) né, da água doce, que é a nossa chamada mãe d'água. Então a mãe d'água, que ela mora nos nossos mananciais, nos nossos olhos d'água, sentada aqui numa pedra, nossa mãe d'água. E aqui nós temos um dos grandes cavaleiros e guerreiros, né, São Jorge, na defesa, que traz aí essa proteção e essa força, pra nos defender. E aí, aqui nós temos o pássaro, esse pássaro é um encantado, né, que ele bateu asa aqui em cima desse espaço sagrado, a gente não vê, a gente só escuta as asa batendo, e aí a gente fez essa referência, uma águia dourada de força e resistência, e aqui dentro desse espaçozim da casinha, nós temos o Senhor do Bomfim, que é um dos que vem na força do encantado, e o vaqueiro. Temos a rainha Iemanjá, a rainha das águas, a protetora dos nossos pescadores, também. Temos o cachimbo, temos as pedras, temos essa simbolização de fortalecimento, de cura pra nós. E aqui também nós temos o guerreiro, que simboliza nossa luta, a nossa história, nossa resistência, e aí nós temos aqui ele desenhado para nos fortalecer. Esses desenhos aqui são desde dois mil e doze. E a gente ainda não fez nenhuma reforma. Tá do mesmo jeito.

Os últimos movimentos de luta da etnia, tendo à frente a liderança de Adriana Tremembé, se referem a um processo de quase três décadas pela afirmação da identidade indígena dos Tremembés¹⁴⁵, pela defesa e demarcação do território, pela proteção de direitos civis e políticos

¹⁴⁵ As lutas a partir dos anos 2000, principalmente em reação ao empreendimento Cidade Nova Atlântida, aparecem detalhadas no Mapa de Conflitos da Fiocruz: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-apropriacao-da-zona-costeira-pelo-agronegocio-e-o-turismo-internacional-coloca-em-risco-terras-tradicionais-dos-povos-tremembe/>

ameaçados, mas, principalmente, pela preservação das matas nativas e sua cultura originária. Este processo contemporâneo diz respeito aos ataques relacionados ao grande empreendimento espanhol Nova Atlântida, desde 2002, que pretendia instalar uma verdadeira cidade turística e residencial na área das comunidades de Buriti e Sítio São José, no Município de Itapipoca, visando transformar a Terra Indígena em um complexo turístico com uma enorme dimensão, conforme a pretensão original, apresentado o intento nas palavras de seu (ir)responsável¹⁴⁶:

Em sua primeira fase [o projeto] prevê a construção de 27 hotéis e resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe. Se aprovado, ocupará 12 quilômetros contínuos da orla da praia da Baleia, em Itapipoca, com 3,1 mil hectares de área, terra onde o sol brilha na maioria dos 365 dias do ano, emoldurado por dunas deslumbrantes e pelos decantados ‘verdes mares’. Não se trata de um simples empreendimento turístico, mas de uma cidade constituída de 42 empreendimentos, 120 mil leitos e mais de 200 mil empregos diretos e indiretos. Estou falando da implementação de um projeto que, sozinho, vai duplicar o volume de turistas que o país recebe anualmente, [estando] a pouco mais de seis horas de voo dos Estados Unidos e Europa¹⁴⁷.

Das últimas três décadas são os ataques relacionados a este interesse turístico-econômico, mas, de fato, são ainda mais que anos, são décadas, séculos, cinco séculos, mais especificamente, desde que o genocídio indígena teve início no país, com a chegada e apropriação dos

¹⁴⁶ Juan Ripoll Mari, conforme Barros, 2015, em matéria veiculada no sítio da Pública, agência de jornalismo investigativo. <https://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol/>

¹⁴⁷ Fala do espanhol Juan Ripoll Mari que estava à frente do empreendimento em 2015, conforme publicação da Agência de Jornalismo Investigativo Pública. <https://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol/>

portugueses, que já encontraram a resistência dos moradores do território à época¹⁴⁸. É desta história e da superação do colonialismo - e do capitalismo - que trataremos aqui, com registros ralos, fragmentos, versões. E das retomadas, aí sim há algumas décadas, quando se reconhecem os movimentos de resistência, principalmente a partir das mobilizações desde a Carta Magna, para recomposição dos direitos e da vida dos povos indígenas em seus territórios originários¹⁴⁹. Movimentos já fartamente documentados, mas pouco frente ao ataque generalizado, sempre violento, que se constata na história, no dia a dia, e ainda em constante direcionamento para o silenciamento e naturalização de invasões, tomada de terras por posseiros, exploração de famílias inteiras por anos, emudecidas pelo risco de expulsão, pois não havia e ainda não há garantias.

Com Krenak (2022), desde os caminhos apontados por Adriana, buscamos entender a amplitude desses direitos, o processo de superação da humanidade autocentrada, de transfiguração, proposto por Nêgo Bispo e narrado por ele, que não se restringe ao homem, mas a contextos de mundos diversos, de muitos organismos, que podem se afetar, superando a figura higiênica do ser humano, abrindo possibilidades para outros mundos, em que a natureza com seus encantados reconhece a ancestralidade e supera a experiência isolada do homem no mundo:

Como considerar uma história de pátria no meio deste cemitério continental? Temos que nos insurgir, e as confluências podem nos ajudar nisso. Se o colonialismo nos causou um

¹⁴⁸ A tese do Pedro Puntoni relata como se deu esse massacre. O autor aborda como eram os movimentos e as relações dos povos originários em um determinado período e como isso vai se alterando com as próprias mudanças sociais, econômicas e culturais da época. Ele também estuda as táticas de guerra e desconstrói muitos mitos sobre como se deram as lutas e massacres na região do Cariri/Jaguaribe. Para saber mais, ler: Puntoni, Pedro Luís. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo. Hucitec, 2002.

¹⁴⁹ As retomadas são movimentos de recuperação dos territórios originais que estavam em posse de não indígenas, como resposta à falta de andamento em processos formais e, principalmente, no período entre 2019-2022, de fato desde 2017, de retrocesso, no governo federal. Ver sobre o assunto em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/14/retomadas-em-todo-o-pais-indigenas-ocupam-suas-terras-ancestrais-ainda-que-sob-ataque>.

dano quase irreparável foi o de afirmar que somos todos iguais. Agora a gente vai ter que desmentir isso e evocar os mundos das cartografias afetivas, nas quais o rico pode escapar ao dano, a vida, à bala perdida, e a liberdade não seja só uma condição de aceitação do sujeito, mas uma experiência tão radical que nos leve além da ideia de finitude (Krenak, 2022, p.42).

Ataques contemporâneos

O ingresso de Adriana na proteção ocorreu antes mesmo de existir o Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos ameaçados no Ceará. O Programa Federal de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos que a acolheu fez uso de visitação ao território e relatos escritos por representantes das Comunidades de Almofala, Santo Antônio e São José, em cartas, pedindo ajuda e contando a história do pertencimento original das terras, das perdas, das trapaças para obtenção das terras da parte daqueles que se diziam proprietários. Em 2010, o compromisso do Programa Federal é afirmado com o andamento do processo de demarcação das Terras Indígenas Tremembé junto às autoridades competentes, para garantir os passos de estudo, demarcação e titulação e o acompanhamento do caso, com a inclusão da liderança Adriana. Com a instalação local do Programa, em 2012, a Defensora passou a ser acompanhada no Ceará, mantendo-se os motivos da primeira inclusão.

Em registros manuscritos sob guarda do Programa no Ceará¹⁵⁰, os indígenas relatam que, certa feita, o bisavô, cego, do grupo indígena dos Tremembé de Almofala, esteve em um mercado, em Almofala, tendo sido furtados naquele local e ocasião os documentos da terra que estavam em sua bolsa. Desde lá, o marido da filha do proprietário do mercado e outros

¹⁵⁰ O acesso para pesquisa foi autorizado pelo colegiado deliberativo do Programa do qual a pesquisadora participou, representando a Secretaria Estadual de Proteção Social, na época, bem como diretamente pelas Defensoras.

associados e apoiadores passaram a ameaçar as famílias indígenas dos Tremembé, dando início a uma longa disputa na Justiça e alimentando o clima beligerante de ameaças e atos violentos frente à resistência em sair das terras em disputa. Este relato em cartas traz a versão que explica a mudança de titularidade das terras, mas é sabido que as terras indígenas nunca foram respeitadas, as famílias eram expulsas por posseiros, cujas titularidades eram concedidas por interesses específicos dos coroneis, ou simplesmente ocorriam ocupações. A partir de liminares obtidas por estes pretensos proprietários, seguidamente eram concedidos mandados pela justiça, para em seguida ser acionada a polícia, a fim de retirar as famílias indígenas das terras, a cada período, por muito tempo, caracterizando o que Benites (2018) registra como política de expropriação de indígenas de suas terras, por não indígenas, quando “os fazendeiros deixaram de contratar os pistoleiros para realizar os despejos extrajudiciais dos indígenas, mas passaram a contratar os advogados para obter ordens de despejo judiciais da Justiça Estadual” (p.47), desencadeando a ação direta da polícia, em ações via de regra violentas.

Nas cartas específicas que estavam de posse do Programa, fora derrubada uma casa de farinha, ateadado fogo nas moradas das famílias residentes, em ações realizadas pela própria população local, por não indígenas ou por familiares que não se reconheciam como tal, acompanhadas ou não por policiais, em conflito extremo, frente à decisão de entregar ou não as terras, por vantagens maiores ou menores, ou nenhuma, só pela pressão dos mandantes. São muitos relatos de ataques àquelas comunidades e a ciência dos coletivos indígenas que pediam ajuda era sempre de que a justiça federal é que deveria decidir sobre a propriedade e destinação das terras, enquanto a luta acontecia em suas casas, pátios, ambientes de convivência, barracas de trabalho, cercamentos que nunca permaneciam por muito tempo. Sem demarcação, esta é a

história cotidiana, luta da comunidade e motivo das ameaças e da proteção de Adriana, de familiares e parentes¹⁵¹, que também estavam na proteção, ameaçados.

Os relatos do Programa Federal associam conflitos oriundos de oferta de trabalho, remuneração e auxílio já da parte dos agenciadores do empreendimento internacional Nova Atlântida, dividindo a comunidade e os parentes. Também os interessados nas terras vieram com mandatos e autorizações que passaram a se constituir objeto de questionamentos da Funai, análise do Ministério Público e definições judiciais muitas vezes favoráveis ao empreendimento. As cartas com relatos dos familiares são dirigidas ao Procurador Geral da República e à Fundação Nacional do Índio:

Nós somos Tremembé, pertencentes aos nossos Parentes do Aldeamento de Almofala e muitos de nós somos associados no Conselho Indígena Tremembé de Almofala, no Município de Itarema Ceará. Nascemos aqui no Santo Antonio. De certo tempo para cá nós vem sofrendo demais através de um proprietário que se diz dono da nossa terra, destruíram o que é mais sagrado para nós que é a casa de farinha para nós fazer a nossa farinhada, destruíram nossas plantas plantações e o nosso arame, nossas estacas, passaram o trator por cima das estacas. Três hectares de cercas que era mandioca, coqueiro, cajueiro, ananás, mangueira, azeitoneira, ateira, gravioleira. Passaram o trator por cima das nossas plantações. Esse senhor que vei fazer a destruição é o senhor Silvestre, foi mandado do dito que se diz dono da nossa terra chamado dr Eduardo Acaraz, que mora em Fortaleza, na Aldeota, dizendo que iria vender essa nossa terra ao sr

¹⁵¹ Conforme o Relatório do Movimento Indígena do Ceará - Situação dos Povos Indígenas do Ceará (2019), “Parente é uma terminologia utilizada pelos povos indígenas para se referirem uns aos outros, mesmo quando não há laço sanguíneo direto. Esse termo, um “conceito nativo”, traduz o reconhecimento mútuo de que, para além das especificidades de cada povo, eles compartilham pontos em comum: a identidade étnica de indígenas” (p. 22) https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Livro_Diagn%C3%B3stico.pdf

Silvestre. Ameaçando e colocando o próprio dedo na minha boca, para me calar. Além dele acompanhado dos empregados um dos chefes chamado Francisco de Assis, que até hoje nos ameaça. Essa destruição aconteceu com os policiais de Itarema, Acaraú, Itapipoca e o oficial de justiça de Itarema, por nome Carlos Magno, ele entrou com um mandato de despejo contra todos nossos familiares, dizendo que tinha comprado os policiais, juiz, advogado, os testemunhas, para fazer essa destruição. Esses acontecimentos foram em 2006 e 2007, mas realizou em outubro de 2007. A proposta do juiz era para que eu, Antonio Ramos de Araújo, recebesse um mil e quinhentos reais para eu sair da minha terra. Eu não aceitei. Além de tudo, o próprio juiz disse que tem um homem que iria derrubar a minha casa de farinha. E abrir o cercado. E eu disse que não duvidava não. (...) Eles cortaram a energia de uma de nossas casas, quebraram as telhas, as lâmpadas, os fios de energia, isso três anos atrás, ainda nós vivendo pagando essa energia - tudo aqui era dos nossos pais que já morreram, nunca vendemos um palmo de terra, vai acompanhado a cópia do documento da terra do nosso pai. (Documentos do Programa de Proteção do Ceará de acesso restrito, s/p).

Desde o ano de 2002 que as ameaças estão relacionadas às tentativas de apropriação e uso das terras pelo empreendimento Nova Atlântida, o grupo espanhol que planejou instalar o complexo de *resorts*, pretendendo ocupar grande parte do território Tremembé. A chegada do empreendimento mobilizou famílias, dividiu ainda mais o território e recolocou a necessidade do encaminhamento jurídico para a garantia da terra da parte do Povo Indígena, através da liderança local, ameaçada diretamente, e de todos os grupos militantes e apoiadores que acompanhavam a situação.

Sem demarcação, ficaram vulneráveis os indígenas, o território e toda sua tradição, cultura e ancestralidade. Sem integração no território, muitas destas famílias indígenas - empregadas pelo empreendimento - ficaram ainda mais vulneráveis. Os ataques passaram a ser internos e com apoio da polícia, do judiciário, de jagunços contratados e da própria sociedade, pela dimensão do projeto, que seduzia e comprava seus apoiadores com bons salários e promessas de uma vida melhor com o enorme progresso a ser trazido pelo turismo.

Lustosa (2012), estudando sobre o turismo no Nordeste, particularmente no Ceará, onde desenvolve sua pesquisa, cita importante iniciativa autogestionária que oferece alternativa ao turismo predatório que se vê em franca expansão, através da Rede de Polos de Turismo em parceria entre empresários e governos. A Rede Comunitária de Turismo - TUCUM busca “fortalecer a afirmação étnica tanto indígena como de outros povos e comunidades tradicionais envolvidas na sua rota turística” (p.111):

A REDE TUCUM difunde que existe a possibilidade do turismo comunitário, antagônico ao turismo maciço. Além disso, promove uma ação que corresponde à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída pelo Decreto N. 6.040/7/2/2007. Exatamente, por estes atores sociais serem os protagonistas dos roteiros turísticos ofertados. Inclusive dois desses roteiros da REDE TUCUM acontecem em Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável, a Reserva Extrativista do Batoque em (Aquiraz) e a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde em (Beberibe). Elucida-se que a classificação de UC, Reserva Extrativista (RESEX), tem impedido a ampliação de muitos projetos de carnicultura no Nordeste e, também grandes empreendimentos hoteleiros nas Zonas Costeiras do Ceará, como nas situações exemplificadas de Batoque e Prainha do Canto Verde (p.111).

São recorrentes os registros de ataques e expropriação de territórios na zona costeira do Ceará em projetos globalizantes de turismo, como refere a autora, com apoio do governo federal, estadual e municipal, caracterizando a violação de direitos e a própria negação da existência de indígenas, como aconteceu com o empreendimento que ameaçou por décadas as Terras Indígenas Tremembé.

A matéria da ONG Publica (Barros, 2015) a respeito da empreitada da Nova Atlântida situa os diversos momentos vivenciados pelas lideranças indígenas Tremembé, Adriana e Erbene¹⁵², que relatam o começo da disputa e a decisão de lutar:

Eles chegaram na comunidade, mostraram um mapa e falaram que a gente ia ser retirado da nossa casa. Esse local que a gente tá aqui hoje eles iam desocupar pra eles fazer o complexo deles. Foi aí que o pessoal da comunidade, os mais idosos, se sentaram comigo e perguntaram o que a gente ia fazer. A conquista da empresa era muito grande: promessa de emprego e tudo mais. Nós sabíamos que ia ser difícil, mas dissemos pra eles que íamos ficar do lado do nosso povo. A partir daí começou a luta. Nessa área aqui, no São José, eles já chegaram cercando. Lá no Buriti do Meio [outra aldeia Tremembé] eles fizeram outra área privada também”, relata a líder indígena (Barros, 2015, s/p).

Na mesma matéria, Adriana se remete a vivências de seus antepassados, quando o território já era alvo constante de disputas:

Não dava mais para a gente ficar calado e ser massacrado como os nossos antepassados [Eles] foram impedidos inclusive de falar que eram índios, porque os posseiros aqui dominavam tudo. Os nossos troncos velhos [índios mais idosos] nos contam como os posseiros chegavam e diziam pra eles que tinham comprado essa terra. Eles não tinham

¹⁵² Erbene é liderança Tremembé que divide a gestão do território com Adriana, respondendo por Buriti do Meio.

conhecimento de documento, dessa questão de leis. Quem chegava e dizia que era o dono, virava dono. Era aquela coisa dos coroneis, eles tinham que obedecer pra continuar vivo e pra ficar morando aqui e tiveram que se calar porque amavam a terra.

Refletindo sobre esta situação, em entrevista com esta pesquisadora, Adriana refere o ano de 2002 como o período quando os Tremembé da Barra do Mundaú puderam se manifestar sobre quem são e o que o território representa, com a autorização da ancestralidade, numa decisão coletiva, com os mais velhos. A partir daí, não mais se calaram:

E hoje, com todos os desafios, a gente se libertou do opressor. Porque em dois mil e dois, foi onde nós abrimos nossas vozes, para dizer quem nós era, o que esse chão representava pra nós, porque nós não aguentava mais como os nossos antepassados sobreviveram, carregaram a vida toda a sabedoria para que nós pudéssemos em dois mil e dois dizer quem nós era.(...) E aí nós dissemos não, nós não podemos mais ficar calados e temos que falar, e aí foi nesta hora, com toda a sabedoria dada pelos nossos encantados, pelos nossos troncos velhos, que nós dissemos quem nós era. Então com essa nossa dita quem nós era, nós dentro do território indígena, nós somos mais de trezentas famílias (...)

A batalha foi - muitas vezes é - institucional. Em 2004 o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará aprovou o licenciamento ambiental do território Tremembé, com base em um questionável Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA - produzido provavelmente por encomenda da parte interessada, liberando a retirada dos indígenas de onde sempre estiveram. A empresa responsável pelo laudo foi questionada judicialmente pela

emissão de uma série de laudos fraudulentos em operação chamada Marambaia¹⁵³, sendo que, em 2019, o TRF 5ª região reviu a decisão¹⁵⁴. Um dos laudos emitidos pela empresa Geoconsult dizia respeito ao Território Indígena Tremembé.

Nesta ocasião, movimentos militantes se mobilizaram rapidamente e foi produzido um potente estudo e parecer técnico alternativo¹⁵⁵ no mesmo local, identificando-se erros importantes na avaliação inicial e oficial. Os estudos e levantamentos ambientais, antropológicos e arqueológicos na Terra Indígena Tremembé demonstraram a existência histórica dos povos indígenas no território, invisibilizados no estudo inicial, e constataram a equivocada previsão de ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) pelo empreendimento. O estudo antropológico identificou ainda sinais evidentes da presença de grupos indígenas em cinco sítios arqueológicos existentes no território, o que se encontra fartamente documentado¹⁵⁶(Meireles & Marques, 2004; Borges, 2014; Pinto, Matos & Rufino, 2017; Gomes & Borges, 2018).

O doutor Antônio Jeovah Meireles, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), convidado pela ONG Missão Tremembé para realizar

¹⁵³ Operação Marambaia prende 11 pessoas por crime ambiental:
<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/12/03/noticiasjornalcotidiano,3357067/operacao-marambaia-11-condenados-por-crime-ambiental.shtml>

¹⁵⁴ Revisão da condenação de 9 pessoas, extinção de processo por morte e um teve processo prescrito pelo prazo:
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/nove-reus-acusados-de-fraudes-em-licencas-ambientais-tem-sentencas-revistas-e-sao-absolvidos-1.2122890>

¹⁵⁵ O estudo está disponível em
https://www.researchgate.net/publication/352462348_Estudos_e_levantamentos_ambientais_antropologicos_e_arqueologicos_na_Terra_Indigena_Tremembe_de_Sao_Jose_e_Buriti_municipio_de_ItapipocaCEBrasil

¹⁵⁶ Os locais em que se instalavam os Tremembé são hoje considerados sítios arqueológicos, conforme estudos realizados nas localidades de origem destes povos: As terras tremembés estão repletas de sítios arqueológicos que atestam sua ocupação primeva naquele espaço. Conscientes disso, e de como as áreas arqueológicas podem ser protegidas e assim resguardadas de mais invasões e espoliação, os tremembés estão retrabalhando o significado desses espaços. Para conhecer mais, ver
https://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402020832_ARQUIVO_SobreosAreais-JoinaBorges.pdf
 (abant.org.br), conforme trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Os resultados estão expostos https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/ac2b1d_25831ae2a04a455a910240d5fdebbd90.pdf

este estudo alternativo na mesma área - em contraponto ao EIA-RIMA, depois de apresentar avaliação de mais de cem páginas, em conjunto com a mestra em antropologia e doutora em arqueologia da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Marcélia Marques, declarou à reportagem da ONG Pública¹⁵⁷:

Nós pegamos o Estudo de Impacto Ambiental [EIA-RIMA] e fizemos uma visita técnica no local para mostrar como esse estudo estava conduzindo a sociedade ao erro. Ali nós constatamos realmente que se tratava de uma terra indígena e que o empreendimento ocupava as áreas tradicionalmente ocupadas pela etnia. Os hotéis e resorts estavam sendo projetados em Áreas de Preservação Permanente (APPs). E também vimos que não haviam sido aplicados vários princípios no estudo como o da ampla participação, da equidade, da soberania e da segurança alimentar daquela comunidade. Também detectamos que no local havia cinco sítios arqueológicos não observados no EIA. O estudo praticamente invisibilizava o grupo indígena (Barros, 2015, s/p).

Ao mesmo tempo, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública questionando o licenciamento e a FUNAI se moveu para acelerar os estudos técnicos necessários, fazendo as tratativas que redundaram em GT instituído apenas em 2009.

Esse movimento técnico e principalmente militante embasou a decisão de suspender o licenciamento obtido originalmente, de forma liminar. A mesma matéria da Ong Pública (Barros, 2015) indica, ainda, a descoberta de movimentos financeiros suspeitos da parte da empresa

¹⁵⁷ A matéria detalhada está disponível em <https://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol/>

empreendedora, através do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Ministério da Fazenda¹⁵⁸.

Embora, desde 2004, com as atividades interrompidas, a empresa manteve as investidas e fomentou novos conflitos locais, com ocupações e fixação de residência por funcionários do empreendimento, cercamentos, ofensivas. O Estado também se posicionou. Em 2008, comitiva do Governo do Estado e da Câmara Federal se dirigiu ao território e a informação é de que não localizaram nenhum indígena, conforme a matéria do Diário do Nordeste, em nítido apoio ao empreendimento¹⁵⁹:

Acompanhados pelo governador do Ceará, Cid Gomes (PSB), ontem, os membros da comitiva vieram ao Ceará e sobrevoaram a área de três mil hectares que abrigará o empreendimento. Segundo eles, no local, não há rastro algum de indígenas. 'O que existe é uma ONG que já recebeu quase um milhão de reais para aliciar pessoas na região para se passarem por índios', afirma a deputada Gorete Pereira (PR-CE). 'Fomos até lá, conversamos com a população local e não vimos nenhum índio. O que vimos foram pessoas que querem a implantação de um projeto que irá trazer desenvolvimento e empregos', emenda o deputado Albano Franco (PSDB - SE), presidente da Comissão de Turismo da Câmara Federal (Diário do Nordeste, 2008).

Neste clima, com apoios políticos e estratégicos, em 2010, o grupo Nova Atlântida conseguiu derrubar a liminar obtida pelo Ministério Público Federal. A ONG acusada pela deputada de aliciar pessoas para se passar por índios, conforme a mesma matéria, foi a ONG

¹⁵⁸<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/projeto-nova-atlantida-no-ceara-esta-na-mira-do-coaf-1.193192>

¹⁵⁹ Diário do Nordeste de 18 de julho de 2008. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/embate-ganha-apoio-politico-1.223052>

Missão Tremembé, cuja coordenadora era a missionária Maria Amélia Leite, que dedicou parte importante de sua vida ao apoio aos povos indígenas do Ceará, também ela perseguida e ameaçada à época, a ponto de ter que se ausentar dos territórios indígenas por diversos períodos. Ela apresentou diversos relatórios de ações e de suas missões e recentemente recebeu homenagem da Secretaria da Cultura do Estado por seus feitos (Ver Leite, 2020). Neste período também voltaram a ocorrer graves investidas contra o povo Tremembé e, particularmente, à sua liderança Adriana e outros parentes, com acirramento de conflitos e resistência indígena, nas palavras dela:

A gente já tava vendo a retirada, o fechamento do nosso território com cerca de arame, já cercando o nosso mar, até o mar, eles cercaram, as nossas entradas pra sobrevivência pra ir pra mata, pra ir pro rio, já estavam sendo dominadas por eles. (...) essa empresa, ela fatiou o nosso povo né, ela separou uns dos outros, e hoje nós temos mais de cem famílias que não se reconhecem dentro do território como indígena por conta de uma lavagem cerebral das palavras malditas, que fez com que o nosso povo não se reconhecesse, ficasse realmente com medo de dizer a sua própria identidade e silenciando e nós fomos pra frente, continuamos dizendo quem nós era e lutando pela nossa mãe terra. E isso não foi fácil, nem tá sendo fácil, porque começou as perseguições, muito forte aqui com a gente, as ameaças também chegou, e...as perseguições... e nós não poderia tá construindo nossas próprias casas, eles vinham e contratavam policiais, os policiais eram contratados por eles, pra impedir da gente trabalhar dentro do nosso próprio território, mesmo assim, a gente não parou, então houve uma grande perseguição, mulheres foram presas, apanharam da polícia, crianças, muitos do nosso povo foram presos por nada, só por defender o território.

Com as ameaças crescentes, a Proteção Federal a Defensores/as de Direitos Humanos foi acionada. Desde 2009 a Funai constituiu Grupo Técnico para averiguar oficialmente se, de fato, a Barra do Mundaú era uma área indígena enquanto a empresa espanhola tentava barrar as pesquisas do órgão. No dia 6 de fevereiro de 2012, finalmente, o resumo do estudo da antropóloga Claudia Signori Franco, da Universidade de Brasília (UnB), foi publicado no Diário Oficial da União, comprovando que a área era realmente indígena¹⁶⁰.

O Relatório Circunstanciado apresentado pela antropóloga identifica e delimita a área, de forma muito categórica. Situa as primeiras referências aos Tremembé já no século XVI, a habitação permanente neste território, as trilhas e os caminhos de uso coletivo, a utilização de plantas com propriedades medicinais, conhecimento ancestral recebido, afirmando que “os Tremembé demonstram sofisticado conhecimento ecológico transmitido de geração a geração”(s/p) e que “conhecem profundamente bio-indicadores, etologia de algumas espécies e sua relação com a alternância das fases do ciclo hidrológico e com a biogeografia dos corpos d'água do seu território”(s/p), identificando a atividade produtiva e a reprodução cultural que aparece nas festas e nas tradições relacionadas com a dança, com a música e artesanato. Confirma ainda a existência de cinco sítios arqueológicos identificados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas suas terras, aos quais os Tremembé chamam de "moradas dos antigos".

Mas prosseguiram as perseguições locais, as ameaças pela comunidade não indígena financiada pela empresa. Assim prosseguiu acontecendo, em um verdadeiro corpo a corpo, com incêndios criminosos, ameaças e violência. Adriana Tremembé, como liderança ameaçada,

¹⁶⁰ Despacho FUNAI que aprova as conclusões e publica o resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação do Território Indígena Tremembé da Barra do Mundaú em 06 de fevereiro de 2012. https://www.normasbrasil.com.br/norma/despacho-7-2012_236578.html

permaneceu incluída no Programa Estadual de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, implementado em 2012, com acompanhamento sistemático. Com a proteção local e o parecer da Funai, - mesmo assim - a demarcação tardou. Por este motivo, em 2014, os Tremembés detiveram dois funcionários da Funai, pressionando as autoridades até receberem a garantia da demarcação. Vários compromissos foram assumidos na ocasião para reduzir o acirramento do conflito pelo MPF, Funai, Polícia Federal, e a Polícia Militar do Ceará, que passou a realizar rondas na comunidade. A Polícia Federal instaurou inquérito para investigar os atentados, além do compromisso da Funai em mais uma vez acelerar o processo de demarcação do território. Em 2015 foi publicada a Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça, que permitiu que o processo tivesse continuidade. Em 2018, a FUNAI desencadeou a demarcação física necessária nos passos do processo. Finalmente, a Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú teve sua demarcação homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 28 de abril de 2023. Abrangendo 3.511,4 hectares, a demarcação incluiu as quatro aldeias - São José, Buriti de Baixo, Buriti do Meio e Munguba, onde vivem cerca de 150 famílias. A solicitação do povo Tremembé para a demarcação remonta a 2003, vinte anos antes. Foi feito o registro da Terra Indígena no cartório de imóveis da comarca de Itapipoca e na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Adriana em sua luta e liderança passou a representar a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará - FEPOINCE (2021-2022), integrando a forte mobilização indígena cearense. Mobilização que precisa ser permanente, pois, em sua maioria, os conflitos de terra se mantêm nos 14 povos indígenas - Tremembé, Tapeba, Tabajara, Potyguara, Pitaguary, Anacé, Kanindé, Tapuia-Kariri, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Tapuia, Kariri, Gavião e Tupinambá, em 18 municípios no Estado do Ceará, somente um tendo a sua terra demarcada

(Tremembé Córrego João Pereira), principal foco dos conflitos localizados pelos territórios. A mobilização dos povos Indígenas do Ceará é grande, estruturada, particularmente desde os anos 70, culminando na Constituição, mas o próprio movimento analisa a situação, no diagnóstico da situação dos Povos Indígenas no Ceará, publicado em 2019:

Muitas fragilidades e dificuldades das organizações indígenas do Ceará derivam do fato de que as organizações indígenas e suas lideranças são alvo de ações que visam a sua criminalização. Há lideranças que são vítimas de ações judiciais, inquéritos policiais, denúncias e ameaças, sendo que alguns são acompanhados pelos Programas de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos dos governos federal e estadual (p. 21).

Mulheres Tremembé na liderança

Adriana, referenciada como liderança do Território, foi convidada pelo VIESES/UFC para participar da Roda de Conversação no Curso de Extensão Psicologia e Direitos Humanos, experiências e diálogos e desconstruções, cujo tema específico foi “Povos Tradicionais e Direitos Humanos: questões indígenas”, que ocorreu em 29 de março de 2021¹⁶¹. Nesta época ela já estava no rol das mulheres em proteção para compor esta pesquisa.

Em diálogo preparatório para o seminário, com esta pesquisadora, em estágio de docência do doutorado, Adriana traz a força e o canto das mulheres indígenas, via *on-line*, desde o ponto de cultura “Recanto dos Encantados”, ponto de resistência, que seu povo gere no território:

Mulher é um ser encantado e a força é meu legado

Mas se um dia for contrariada o mundo gira, gira e não nasci pra ser domada

¹⁶¹ Detalhamento do Curso pode ser acessado pelo sítio eletrônico do evento, em <https://cursovieses.wixsite.com/2021>.

Mas se um dia for contrariada o mundo gira, gira e não nasci pra ser domada

Sou filha da linda Jurema, proteger meus filhos este é meu dilema

Mas se um dia for contrariada o mundo gira, gira e não nasci pra ser domada

E traz seu significado e importância:

Esse é o canto das filhas da mãe Jurema, protegidas dos Orixás, puxamos estas doutrinas que vêm dos nossos encantados para que nós mulheres possamos ter essa força, essa resistência de luta, de ser mãe, de ser dona de casa, de estar na luta, no trabalho e que a gente não possa ser domada porque somos mulheres; e esta força, nós juntas, como mulheres, para a gente poder fazer com que o mundo veja a gente e nos respeite como nós somos. O grupo das Protegidas dos Orixás e o canto de ritual gera uma energia do grupo das mulheres, que é importante para fortalecer a luta pelo território e fortalecer as outras mulheres em si, para que a gente possa nos manter vivas e atuantes. É uma energia de fortalecimento que se repassa e se recebe, isso nos serve como troca de experiência e permite que a gente possa dar continuidade à nossa vida, à nossa luta, no nosso trabalho e no nosso dia a dia, isso faz a gente viver cada vez mais e com mais objetivo de lutar por aquilo que a gente acredita e quer (Adriana Tremembé, 2021¹⁶²).

Desde o lugar de liderança indígena e mulher, Adriana situa sua militância na luta pela proteção do território, apresentando escolhas elaboradas pelas mulheres na comunidade, quando vão à frente, com crianças, com a força da mãe terra, passando à frente dos homens para evitar derramamento de sangue. Defendendo o território, a cultura, a espiritualidade, desde suas vivências:

¹⁶²Curso Psicologia e Direitos Humanos: experiências, diálogos e (des)construções. Roda de Conversação VI: Povos tradicionais e direitos humanos: questões indígenas. Evento do VIESES no canal PPG UFC <https://www.youtube.com/watch?v=OjkqliiUow4&t=3368>

Nós como mulheres, ficamos à frente da nossa luta, exatamente com a sabedoria dos nossos encantados, os nossos troncos velhos, porque se nós botasse os nossos parceiros, os nossos, os homens pra frente da luta, a gente tinha plena certeza que teria muito derramamento de sangue, porque eles era muito violentos também, os posseiros que aqui estavam, os capangas que a empresa colocava aqui, eram tudo armado e aí a gente tinha medo de perder o nosso povo, os homens do nosso território. Então a gente preferiu ir pra frente, nós mulheres com as nossas crianças, com os nossos filhos, deixando o nosso povo de lado da gente, nunca deixando eles passar, não era porque a gente queria ser mais do que eles, de maneira alguma, era pra proteger. Então foi uma forma de nós proteger o nosso povo e não haver derramamento de sangue. E aí a gente ia, nós mulheres, com toda a sabedoria da força da mãe terra, porque a gente acredita que a mãe terra é mulher, é feminina, e com a sabedoria dela, orientando a gente, nós ia vencendo. E assim a gente fez e faz até hoje, nessa dimensão de conhecimento e de escuta da mãe natureza, para que a gente possa continuar essa luta até hoje. E deixar esse legado pros nossos curumins, para que eles continuem nessa sabedoria de como defender o seu território, como defender a sua cultura, como permanecer viva entre eles a espiritualidade, porque é isso que a gente aprende no nosso dia a dia, com essa mãe natureza, com essa mãe terra, com essa vivência.

Esta postura lembra a estratégia das mães da praça de maio na argentina, que, conscientes ou não, usavam jogos de gênero nas manifestações, já que a reação a uma mãe enlutada (argentina) ou uma mulher com um bebê no colo é (ao menos se espera que seja) diferente da reação a um homem armado.

No Seminário, mais uma vez as mulheres cantam seu ritual de proteção:

Oh mãe terra! emana força, emana fruta, emana fé
Tremembé povo guerreiro e a terra livre é o que quer
Tremembé povo guerreiro e a terra livre é o que quer
Oh mãe terra! emana força, emana fruta, emana fé
Guardiã das cinco curas filhas de Tapinaré
Guardiã das cinco curas filhas de Tapinaré
Oh mãe terra! Eman a força, emana fruta, emana fé!

As mulheres Tremembé compõem a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE). Fundada em 2007, durante a 1ª Assembleia Estadual de Mulheres Indígenas do Ceará, na Aldeia Monguba, da etnia Pitaguary, com o objetivo de unificar e organizar a luta das mulheres indígenas de todo o território cearense, de acordo com projeto da AMICE no seu sítio¹⁶³, criando-se grupos de mulheres em várias aldeias do Ceará e incrementando efetivamente sua participação, ampliando as vagas para mulheres em Conferências. Passaram a atuar e receber o incentivo do Projeto Voz das Mulheres da ONU Mulher, em 2016, instância de mobilização e diagnóstico de sua organização, retomando neste mesmo ano uma mobilização mais efetiva. Realizaram, ainda neste ano, a IV Assembleia no território Tremembé da Barra do Mundaú, quando foi atualizado seu Estatuto e eleita nova diretoria.

O Livro Mulheres Indígenas no Ceará - No Coletivo Somos Únicas, publicado pela Coordenação Executiva da Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará – AMICE, com financiamento e apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH e pela entidade internacional Misereor, em

¹⁶³ <https://mulheresindigenasce.wixsite.com/amice>

2022, traz a fala de Erbene Veríssimo Rosa, liderança Tremembé da Aldeia Buriti do Meio a respeito de ser mulher indígena:

Ser mulher indígena não é fácil, é necessária uma força que é própria não das pessoas, mas da própria natureza. Uma força que vem da ancestralidade. Se carrega na luta e na trajetória das mulheres a expectativa de vida para as futuras gerações e sobrevivência da memória e do legado daqueles que já se encantaram, mas que permanecem como guias e referências da luta.

As mulheres trazem as pautas do próprio movimento, mas reforçam os caminhos da proteção do território - por terras demarcadas, educação diferenciada e saúde indígena - violência contra as mulheres e saúde mental. Ressaltam da luta que “gritar nossa existência é viver na resistência” e trazem a certeza de que “as mulheres indígenas são como um rio. Crescem quando se unem”. São máximas que levam em cartazes e faixas, compondo organização nacional e local que se intensifica atualmente (2024).

Terra, Território, Tradição e Celebração

O direito da terra é uma proposta tão linda, que sempre foi violada. O homem determinou-se como seu dono. Criou parlamentos e leis para mandar na terra, destruir, dividir, modificar e cavar a terra, como se ela não tivesse direitos. Somos muito ingratos. Pisamos a terra, a chutamos, cavamos a terra e, quando morremos, somos enterrados na terra. Tiramos dela nosso alimento e a envenenamos. Queremos usá-la à exaustão, não importando o desejo dos outros, homens ou animais. O homem é muito ruim, muito cruel. Ele não é merecedor da terra. Uma mãe perfeita como ela, que tem tudo, mas é violentada o tempo todo (Babau, 2019, p.32).

Adriana e o povo sob sua liderança entendem hoje a importância das festas, da promoção e divulgação das tradições como estratégia de defesa e proteção. Este território é considerado como morada de encantados e o grupo indígena observa neles um vínculo com seus ancestrais, bem como um cenário para a construção de suas narrativas étnicas (Pinto, Matos & Rufino, 2018). Adriana explica a força da ancestralidade:

Então, os nossos troncos velhos que hoje estão encantados, eles nos falam, a gente escuta eles falar, a gente entende eles dizer como a gente deve seguir esse caminho. E isso é muito importante, é por isso que nós estamos aqui nesse espaço, que aqui se chama a casa da cura, dentro deste ponto de cultura, é onde eles estão mais habitando, a encantaria está nesse espaço, aqui nós temos nosso mangue sagrado, aqui nós temos nossas camboas, aqui nós temos os nossos olhos dá'gua, tudo dentro desse espaço. Então, onde tem a permanência de olho dá'gua, de camboa, de mangue, da lama, eles têm tudo presente. Eles têm tudo ali, essa preservação da encantaria. Mas sempre eu, com a sabedoria da encantaria, e quando a defesa, porque eles têm me defendido, tem me protegido, não só a mim, mas todo o meu território, todo o meu povo, eles têm protegido esse território nosso de três mil quinhentos e oitenta hectares de terra. É um território completamente sagrado, e a gente acredita que nos quatro cantos desse território existem os guardiões da sabedoria, da encantaria na proteção dos territórios.

A força dos encantados a ser preservada remete ao poder da ancestralidade e do sagrado e ao mesmo tempo se associa ao território e à preservação da natureza. Como nos conta a rede Uma Concertação pela Amazônia (2024), a relação de pertencimento com a terra suplanta propriedade e mesmo habitação, se trata de um laço filial e de uma relação de interdependência entre os indígenas, seus territórios e os seres que neles habitam: “Seria possível dizer, inclusive,

que não são os povos indígenas que estão dentro de seus territórios, mas que os territórios estão dentro deles” (p.09). É este laço que estrutura a luta e cria a resistência de anos e anos de espera e de processos de reapropriação, transmissão das tradições e sustentação da ancestralidade.

Também existem condições para a continuidade da encantaria. Adriana traz a preocupação permanente com o desmatamento oriundo de empreendimentos comerciais que ainda ameaçam o território. Tais empreendimentos seguem estruturando suas estratégias comerciais e seus planos de ampliação de negócios, vendo no território nada mais do que o lucro a qualquer preço. Enquanto isto, os protetores, a encantaria, ficam também ameaçados:

Os ensinamentos que eles dão, e a encantaria, ela só está, ela só permanece onde tem tranquilidade, a pureza e a natureza. Quando é destruída a mata, quando é feito esses grandes empreendimentos, ou qualquer tipo de progresso dentro de um espaço, eles se mudam. Então é por isso que a gente luta ardentemente para que a encantaria permaneça viva dentro do nosso território, essa harmonia com a mãe natureza. Para que eles continuem vivos, aqui presentes na nossa convivência, no nosso dia a dia. É, isso faz parte da nossa vida, da nossa vivência. É nos manter dessa forma, no nosso território. Não existe riqueza maior do que a gente tá dentro do nosso próprio território e tá junto daqueles e daquelas que a gente acredita, que estão encantados, mas que estão junto da gente. Que estão protegendo a gente. Então toda riqueza que nós temos é o nosso território, é a nossa terra, é o nosso chão, é o nosso arado, são as nossas águas. Então tudo isso pra nós não tem preço...não tem preço. O preço é a gente lutar. Pra gente de fato se encantar dentro desse próprio território.

Esta explicação remete ao que pesquisa, na concepção indígena, a rede Uma Concertação pela Amazônia (2024) a respeito da degradação do territórios e perda dos guardiões, quando ocorre

ocupação, invasões e ações predatórias, com o que convergem os estudos antropológicos que valorizam as teorias locais e o meio cultural em que se inserem:

Quando isso acontece, as agências espirituais personificadas em guardiões controladores de diferentes espaços afetados retiram-se raivosos com a destruição causada sobre suas habitações. Esses espaços têm donos, possuem agências que protegem as vidas que ali habitam. (...) No passado esses controladores habitavam esses lugares por tempo indeterminado, mas com a chegada do homem branco e de seus empreendimentos causadores de impactos significativos aos territórios indígenas – que geralmente estão atrelados à destruição desses e de outros espaços – muito desses guardiões estão migrando para outros lugares, levando com eles os peixes, as caças, as frutas e outros recursos naturais (p.13)

Tonico Benites (2018), colocando-se em pesquisa como etnógrafo indígena, descreve o processo de expropriação dos territórios indígenas - no seu caso, dos povos Guarani e Kaiowá - e a recuperação dos antigos territórios. Aponta movimento semelhante na articulação solidária das famílias indígenas e no fortalecimento obtido nos laços com os espíritos protetores da natureza e de seu cosmos, através de grandes assembleias e rituais religiosos, festivos, restaurando o modo de ser indígena e a garantia da Terra Indígena nestes verdadeiros processos políticos constituídos em “fazer a luta - seguimos rezando e lutando”(p.55), superando a dominação colonial.

Adriana reflete sobre seu papel, como liderança do Povo Tremembé da Barra do Mundaú. Nem pajé, nem cacica. Tem na perspectiva um dom, uma missão, uma grande responsabilidade: de partilha, na coletividade, daquilo que aprendeu com os seus:

O papel da liderança não é só de dizer que é uma liderança. Já vem. A gente já traz, a gente já nasce com essa missão. E é tanto que nós aqui, enquanto povo Tremembé da

Barra Mundaú, a gente não nomeou nem cacique e nem pajé, mas liderança. Somos duas mulheres como liderança aqui, eu aqui na aldeia São José e a Erbênia lá no Buriti.

Então, nós temos essa missão de liderança, e é um papel muito bom, apesar de ser uma responsabilidade muito grande, mas aquilo que vem de dom, se torna uma missão leve e boa da gente conduzir. Porque a liderança tem que tá a frente da condução, da coletividade, da partilha, das ações coletivas, para o território, seja pro que for necessário. A liderança, ela tem que estar ali, ela pode tá tendo o que tiver, ela pode tá do jeito que tiver, mas se o seu povo precisar, você tem que dar apoio pro seu povo.

Então esse é o nosso papel como liderança aqui dentro do nosso território. É fazendo esse papel, dado até pelos nossos troncos velhos, essa missão, porque nós, dentro do território temos muitos troncos velhos, de oitenta, de oitenta e cinco anos, e eles deram, confiaram a nós essa missão também, de estar à frente como liderança. E aí, quando eu, de cinquenta e um anos[em 2023], chega um tronco pra mim de oitenta anos e se senta, como nós tamo aqui sentadas, e me pede pra eu dar um conselho ou pra fazer algo, ou o que eu penso disso e daquilo. Pra mim, então é uma missão que não é fácil. Você tem que ter dom, e tem que ter sabedoria, porque você tem um tronco aqui, um tronco é sagrado. Pra nós, um tronco velho é sagrado. E o que é tronco? Tronco é os nossos mais velhos, é os nossos troncos velhos, de sabedoria, de ciência. Eles são sagrados para nós. Então, eu me sinto realmente uma flor como qualquer uma dessa aqui. Eu me sinto como uma flor. Eu me sinto alegre, eu me sinto fortalecida, de poder receber dos meus troncos, e pedir uma orientação pra mim, pedir uma cura. Então eu fico muito agradecida, porque além deles estarem presentes comigo, eu sei que tem um tronco ainda mais velho, que tá aqui na minha coroa, na minha encantaria, pra poder ajudar aqui. Então eu fico muito

agradecida de poder ser uma dessas escolhidas, tanto pelos meus troncos encantados, como pelos meus troncos que ainda estão presentes comigo.

Adriana relata que os cuidados com a terra, bem maior sagrado dos povos indígenas, têm sido possíveis, cultivando alimentos e usando o rio para pescar, plantando batata e macaxeira e tendo acesso a uma boa alimentação para preservar a saúde. Garantir os direitos de seu povo é também garantir a sustentabilidade do mundo (Pinto, Matos & Rufino, 2018).

Estratégia fundamental de resistência para a saúde de seu povo, ela destaca a importância do cultivo ancestral, pois há mais de 300 anos o povo Tremembé da Barra do Mundaú produz um óleo com propriedades terapêuticas, que também serve de alimento, dominando o conhecimento e o modo de extração do óleo de Batiputá, fortalecendo-se e conseguindo manter sua atividade. Bem além das três décadas de atuação mais recente, reorganizados, as tradições se impõem e dão notícias da existência do povo Tremembé, reservado pelos aldeamentos católicos da ocupação portuguesa, silenciado sempre que necessário ao normal civilizacional, em território gradativamente subtraído e um povo ameaçado por tentativas de criminalização, com morosidade nos processos de demarcação de terras, invasão de seus territórios por empreendimentos turísticos e projetos de irrigação de suas terras voltados para a fruticultura de exportação, síntese das ameaças relatada pela Fiocruz (2010).

Para o jovem líder indígena – e também pesquisador da cultura alimentar de seu povo - Mateus Tremembé, a festa não é apenas uma celebração, mas a perpetuação das tradições e saberes ancestrais:

Não se trata somente de um festival da cultura indígena da Barra do Mundaú, mas também de um encontro de gerações onde juntos, durante os rituais, nós agradecemos pelo ano anterior e pedimos proteção aos encantados, sabedoria, conhecimento e,

sobretudo, a força e a proteção na luta. Ela é também um ritual de abertura de caminhos, tem os rituais de batismo, tem os rituais da espiritualidade, do Torém, tem essa partilha da cultura alimentar de forma coletiva, para que todos aqueles que participam sejam curados por meio do alimento. Porque pra nós, Povo Tremembé, o alimento não só alimenta como cura, o alimento representa a nossa identidade enquanto povo, representa a nossa conexão enquanto povo com este território (Brasil de Fato, 2023).

Mateus é um dos responsáveis pelo Ponto de Cultura Casa de Farinha do Povo Tremembé da Barra do Mundaú, caracterizado como patrimônio cultural do povo indígena desde agosto de 2019, em Itapipoca, Aldeia de São José. O local é espaço da Festa da Farinhada para a valorização dos costumes e saberes tradicionais, e está no Mapa Cultural da Secretaria Estadual de Cultura - SECULT CE¹⁶⁴:

Eu, Mateus Tremembé, sou jovem liderança indígena, pesquisador da cultura alimentar Tremembé, artista, artesão, educador popular, puxador do ritual sagrado Torém, agricultor familiar, produtor cultural da Festa de Iemanjá, Festa do Murici e Batiputá e do Ritual do alimento Ancestral, coordenador de cultura do Ponto de cultura Recanto dos encantados coordenador do Projeto cultura de alimentar a aldeia, Membro da Federação dos povos e organizações indígenas do Ceará - FEPOINCE, Membro do conselho indígena Tremembé de Itapipoca - CITI e e estudante de Agronomia na Universidade da Integração Internacional e da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB.

¹⁶⁴ <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/espaco/1733/#/tab=sobre>

Em abril de 2020, os Tremembés criaram este Ponto de Cultura¹⁶⁵ Recanto dos Encantados, um espaço cultural coletivo do povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, com apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Neste espaço, desde 2009, o Povo Tremembé já vinha realizando continuamente a Festa do Murici e do Batiputá, até então realizada na Casa de Farinha Comunitária. Em 2013, o povo se organizou e fez a retomada desse espaço que historicamente era ocupado pelo Povo Indígena, que hoje se configura como Ponto de Cultura.

Assim, a cada ano, com o apoio institucional e com outras parcerias e doações, desenvolve-se esta Festa do Murici e do Batiputá, além de diversas outras cerimônias: a Festa da Farinhada, a Festa de Iemanjá, o Reisado Infantil e Adulto, o Projeto Dia do Índio, em parceria com escola Brolhos da Terra, noites culturais da Juventude Indígena, Cine Clube e Jogos Indígenas, exposições fotográficas, apoio ao Grupo de Dança Parente Torém; Seminários, formações, e intercâmbios, todas as atividades registradas e descritas no Mapa Cultural (Secult, 2021). O território já recebeu e realizou também festivais e apresentações como Festival de Dança do Litoral Oeste, Mostra Caseira do Ponto de Cultura Galpão da Cena e apresentações culturais e artísticas de grupos de teatro, dança e circo a nível estadual, em um intenso e permanente fluxo de atividades, festividades, ações vinculadas à ampliação da cultura para pessoas não indígenas e troca com parentes de outras etnias.

Tudo isso faz parte da herança e da tradição no território, demonstrado pela liderança mãe e avó das novas lideranças, que traz sua própria infância, com aprendizado na convivência, na “insciência”¹⁶⁶, tradições de frutos, caça, pesca e sobrevivência:

¹⁶⁵ Pontos de Cultura são projetos financiados pelo Ministério da Cultura para o desenvolvimento de atividades culturais com impacto nas comunidades, conforme programa Cultura Viva, do MinC. (Turino, 2010)

¹⁶⁶ O dicionário da língua portuguesa indica o significado para “insciência” como falta de saber e de ciência, mas Adriana usa o termo aqui como o contrário, um saber que ela tinha, como capacidade de falar com e ouvir a natureza.

Eu tinha uma infância dentro do meu território, eu já tinha minha insciência. Meus pais, meus avós diziam que é insciência, porque eu sempre fui uma criança que eu gostava de brincar com a natureza, falar sem eles verem que tava perto. Eu falava com os pássaros, e aí todos ficavam admirados porque eu era assim. Aí a minha avó dizia: essa menina é uma índia pura. Ela dizia desse jeito, porque eu sempre fui uma criança que gostava de entrar na mata, aí eu ia caçar, eu ia pescar. Eu pescava, eu caçava, eu tanto procurava meu alimento como meus irmãos, porque nós era uma família muito grande. A mamãe teve dezenove filhos. Dez mulheres. A casa muito cheia e aí uns iam ajudando os outros. A gente ia pra mata, fazer a coleta dos frutos, nossa mata tem murici, tem a ubaia, tem a guabiraba e nós sobrevive das frutas da natureza, pra se alimentar. Nós ía pro rio pescar o siri, pescar de linha de vara, nós ia pro mangue, pescar o aratum, o caranguejo, nós ia pros córrego pescar também o cará, traíra, e trazia pra casa pra sobreviver.

Nas suas reflexões, Adriana indica que toda a tradição vem sendo repassada, com a responsabilidade de transmissão. Articula o que recebe de orientação com o que precisa compartilhar. Articula compromisso e espiritualidade. Relembra principalmente o que recebeu, mostrando depois, no espaço do território, suas referências a partir da casa de cura:

Eu peço muito essa "inciência", de ser um instrumento de tronco pros que hoje são pequenos e os que vem ainda, essa referência de tronco, como eu falo tão bem dos meus troncos encantados, e dos meus troncos que estão vivos. Porque esses ensinamentos fazem conosco, como nós estamos aqui, numa roda de conversa, de noite, numa roda de baja de feijão pra nós estar aqui, debulhando, na lamparina. E eles aqui contando, dizendo pra nós o que era que nós tinha que fazer, o que essa terra tinha, o que não tinha, aonde tinha o olho dá'gua, o que é que aquele olho dá'gua tinha, qual era o

encantado que morava naquele olho dá'gua, qual era o encantado que morava em cima daquele morro, qual era o encantado que morava em cada canto da terra, eles sabiam, eles diziam pra nós. E isso eu quero repassar, eu repasso já isso pras crianças, já me sento com eles, já dou palestra na escola, sobre a encantaria pra eles. As crianças já têm visões também da encantaria. nós vamos só despertando, para que eles não percam. Porque é exatamente o que o branco quer, é o progresso, é que essa ciência e esses saberes sejam eliminados, não sejam mais falados, nem pelas crianças, nem pelos jovens. Por quando não é falado, pra eles aquilo não é lembrado, isso tem que manter vivo e alimentado todos os dias, a todo instante.

As lideranças e a juventude estão empenhadas em manter a vasta programação, sustentando a identidade indígena do Povo Tremembé a partir das tradições que são atualizadas. Também a jovem Fabiana de Castro Tremembé se apresenta: “mulher indígena, compositora de Torém, benzedeira, que trabalha a espiritualidade a partir da cura, dos banhos de limpeza. Faz parte do Grupo Protegidas dos Orixás” (Secult, 2021, s/p), na gestão do Ponto de Cultura Recanto dos Encantados do Povo Tremembé¹⁶⁷.

Em outro vídeo, mais uma vez documentando as tradições e os festejos dos Tremembé, publicado pela Prefeitura de Itapipoca, 2023, o jovem Luan Tremembé fala do processo de comunicação da Juventude Tremembé, mais um imbuído do repasse das tradições e da cultura Tremembé sem deixar de alçar voos mais ampliados, o que inclui facilitar o acesso à rede de computadores, ele, que facilitou a transmissão on-line da manifestação das mulheres, em 2021, para o Vieses/UFC:

¹⁶⁷ SECULT, 2021. <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/historico/1349543/>

Nós da juventude Tremembé aprendemos muito cedo sobre as tradições, sobre a cultura e sobre o nosso modo de viver do povo Tremembé. Os nossos pais, os nossos avós nos ensinam desde cedo a ciência da natureza. Nos ensinam a plantar, nos ensinam a pescar, nos ensinam a cuidar dos animais e sobretudo nos ensinam a cuidar da nossa mãe terra, que é onde a gente vive, que é o chão que a gente pisa. Mas a nossa juventude indígena hoje ela evoluiu muito, hoje ela não quer estar somente no espaço do território, a gente quer ocupar outros espaços, também fora do território. Eu nasci na comunicação social dentro do meu território, no solo do povo, e hoje eu sou da comunicação da articulação dos povos indígenas do Brasil, e isso é muito significativo pra gente, isso mostra que a comunicação que é feita por nós aqui no território tem chegado a outras pessoas e a internet e as mídias sociais nos permitem isso hoje, contar a nossa história a partir do nosso olhar para as outras pessoas (Vídeo, 2023¹⁶⁸).

Rafael Tremembé, jovem entrevistado na festa do Murici e do Batiputá, este pintando corpos, a partir do Jenipapo¹⁶⁹, conta do costume ancestral, conforme relato da jornalista, que afirma que “Itapipoca se abre para acolher o povo Tremembé da Barra do Mundaú, que faz parte da rota dos três climas¹⁷⁰ e traz a ancestralidade que todos precisam conhecer”:

A gente tritura o Jenipapo até gerar o líquido, a tintura, fazendo com que as pinturas corporais levem um pouco dos nossos modos de vida, os seres vivos da natureza, que nos

¹⁶⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=1wvXSFGGrTho>

¹⁶⁹ Jenipapo é fruto verde, em tupi-guarani significa “fruta que serve para pintar” e fornece um suco de cor azulada, usado para tingir tecidos, artefatos de cerâmica e tatuagem. Os indígenas a utilizavam há milênios em tatuagens e pintura corporal. <https://www.ruralcentro.com.br/noticias/jenipapo-o-fruto-que-serve-para-pintar-36202>

¹⁷⁰ A rota dos três climas é atração de Itapipoca, cidade em que se insere o território indígena Tremembé, e que significa “pedra arrebetada” em Tupi-guarani. Além das praias e do mar, a cidade também possui serras e montanhas, com temperaturas mais amenas, além do sertão, com temperaturas mais elevadas e clima semiárido. <https://www.cidadeecultura.com/itapipoca-a-cidade-dos-tres-climas/>

representam, as águas, os peixes. Assim, passamos um pouco dos nossos saberes, nos nossos festejos, a gente acolhe todos para mostrar também a nossa cultura, dar visibilidade à nossa luta, uma luta que por muito tempo foi escondida mas agora nós não nos escondemos mais, para que a gente possa fortalecer essa luta cada vez mais (idem, NR 138).

Além do incentivo público cultural, aparecem investimentos no processo de defesa e proteção dos Direitos Humanos, desde a Comunidade Europeia¹⁷¹, com apoio à juventude e construção de visibilidade do povo Tremembé. Destaque para o Projeto Florestação e Ação Indígena, acolhendo e formando jovens através de organização não governamental, produzindo Comunicação Popular como direito na perspectiva da “disputa de narrativas na sociedade e fortalecendo a visão contra a hegemonia de classe, de gênero e étnico racial”¹⁷².

A tradição do culto à natureza, à terra e ao universo, também o repetem os jovens, que gravam as mesmas preces já compartilhadas por Adriana e outras lideranças e programas alusivos aos Povos Tremembé na rede mundial de computadores:

Nós Tremembé acreditamos

Em Deus que é nosso pai Tupan

Na Terra que é nossa mãe

Na água que é nossa vida

Na lua e nas estrelas que são nossas energias

¹⁷¹ A Comunidade Europeia apoia diversos projetos através de subvenções, empréstimos, subsídios e contratos públicos, seguindo regramentos próprios e apoiando iniciativas pela educação, sustentabilidade, questões climáticas, negócios compatíveis com seus pressupostos e valores. https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/eu-funding-programmes_pt

¹⁷² ONG Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora - CETRA, do Ceará junto ao Território do Povo Tremembé, em um projeto de três anos na construção da defesa e proteção dos Direitos Humanos, desde março de 2016.

No sol que é nossa luz
Nos trovões e relâmpagos que são nossas previsões
Nas pedras e nos astros que são nossas armas
E no fogo que é nossa visão
E em toda a atmosfera
Vivemos a força da terra
Que nos dá a energia para lutar e vencer as nossas batalhas
Ori são os povos da luta
Ori são os povos Tremembé
Assim seja.

Tradição e Continuidade

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover (Krenak, 2020, p.26).

A luta do povo Tremembé pelos seus direitos de território se confunde com a sustentabilidade que asseguram, como abordam os antropólogos Pinto, Matos e Rufino (2017). Fazem das plantas um caminho desde a alimentação até a confecção de artefatos e de obtenção de seu medicamento, nas práticas de cura e rituais, explicitando esta íntima relação entre as plantas e a espiritualidade. As relações com a religiosidade e com o sagrado apontam a existência de diversas crenças espirituais, inspirando-se “em experiências do catolicismo popular e da

umbanda, imprimindo-lhes outros sentidos no contexto do ritual indígena” (Messeder, 2012, p. 36).

O Torém está no Centro dos rituais, reunindo o sagrado e o lúdico. Oliveira Jr (1998), focado na relevância e no significado da cultura na organização de grupos étnicos, constata a retomada indígena, ocorrida há cerca de duas décadas, na segunda metade da década de 80, da identidade e dos direitos à terra que tradicionalmente ocupam, observando a “emergência de grupos indígenas remanescentes dos antigos aldeamentos missionários” (Oliveira Jr, 1998, p.17) e diferenciando o Torém como elemento mediador e de integração da etnia. Recente, exposição indígena em São Paulo referenciando a luta dos Yanomami, levou a dança sagrada do Torém do povo Tremembé aos palcos¹⁷³.

Adriana refere esta associação nos rituais de seu povo, trazendo o sentido festivo e lúdico do Torém, a comunhão com a natureza e a ligação com a ancestralidade e com a tradição, de forma importante:

A nossa arma é a oração, a cultura, é a espiritualidade, essa é a nossa arma. É o torém que é o mais sagrado pra nós, o nosso ritual sagrado. Então o torém vem com uma arma muito poderosa por meio do canto, da gente ter o nosso canto, tem a nossa dança, tem as nossas fogueiras sagradas, e tem o mocoororó, a bebida do mocoororó. Então esses

¹⁷³ A exposição Yanomami teve sua abertura com a apresentação do cancionário Torém no Instituto Moreira Sales, com peça criada pelo pianista, compositor, arranjador e produtor André Mehmari, e participação da Marlui Miranda, Cantora, compositora e arranjadora, dedica-se há quase trinta anos à música indígena. Com apresentação do Torém pelo Cacique João Venâncio, Pajé Luis Caboco, Getúlio Tremembé e Janiel Tremembé. O Vídeo foi gravado no IMS Paulista em 12 e 13/3/2019, por Maria Clara Villas. <https://www.youtube.com/watch?v=VFHd2Zredvs>

elementos pra nós, nosso momento do ritual sagrado, é que nos fortalece pra gente continuar a nossa luta.

Figura 7

Foto de Jovem Adriana e espiritualidade



Nota: Dossiê Torem Matheus Tremembé, fonte Secultfor CE. Mapa Cultura.

A dança manteve-se como principal elemento de diferenciação dos Tremembés face à população regional. As pesquisas referem o Torém desta forma, como ritual sagrado e símbolo de resistência (Messeder, 2012; Oliveira Jr, 1988; Pinto, Matos e Rufino, 2018). As indicações para o conteúdo dos cantos estão na vivência do povo, na relação com a natureza e com a alimentação plantada e preparada. Ao mesmo tempo, integram espiritualidade e brincadeira, características de comemoração. Pesquisadores comentam que para o público externo, os Tremembé buscam colares, se pintam, fazem um espetáculo para ser visto. Internamente, seguem

na brincadeira, é quando se revelam, brincam, trazendo expressão simbólica à unidade grupal (Oliveira Jr, 1998).

Dança de roda de terreiro, o torém é dirigido por um mestre, que com pancada forte do pé no chão, comanda os dançarinos, homens e mulheres, marcando os movimentos ao som de um maracá. No centro da roda fica uma cuia com o mocooró, vinho de cajú servido aos participantes da festa. A dança é acompanhada por uma cantata em quadra, em língua ameríndia, possível mistura de vocábulos tupis e tremembés (idem, p. 13).

À constância dos ataques aos direitos indígenas, a luta pela perspectiva de preservar suas tradições e seus modos de viver se consolida em um movimento, com importante repercussão internacional, em um combate sendo travado no campo estético-político, envolvendo desde artes plásticas, literatura, música, cinema, teatro, fotografia até a política, conforme nos indicam Pinto e Santos (2022), manifestações que são sua resistência.

Foram cinco séculos ininterruptos de exploração e silenciamento, contrapostos à resistência e reafirmação identitária dos povos tradicionais, resgatados através de histórias orais, encontros, sistematização dos mais jovens, com apoio dos mais velhos:

Apesar do abismo que existe entre os interesses desumanos do atual governo¹⁷⁴ e os direitos indígenas, reconhece-se a potência da resistência, de luta constante, e a persistência pelo direito de viverem em consonância com seus modelos econômico, educacional, cultural e cosmológico fundamentados na tradição. Esse movimento pela libertação, com raízes fincadas nos princípios de autonomia, autoria e protagonismo, envolve distintas formas de resistência dos coletivos indígenas, inseridas nas esferas

¹⁷⁴ Os autores se referem ao governo do inominável (2019-2022). É grande a lista de graves ataques anti-indígenas no Brasil no período, já contando o período antes, desde 2017, com o governo Temer. Esta tese traz referência e detalhes da política anti-indigenista e dos graves retrocessos nestes períodos.

política, artístico-cultural e educacional, para superarem o drama vivido (Pinto e Santos, 2022, p.03).

Povo Tremembé e a história ancestral do genocídio dos povos indígenas

As falas de Adriana e os temores de seu povo acompanham sua trajetória. A luta pela preservação de sua história e manutenção das tradições revela a resistência dos povos Tremembé, pela relação com antepassados, colocando-se como brolho:

Nasci e me criei aqui nesse território, meus pais também, já nasceram e se criaram nesse território. Então esse território, esse chão é a nossa casa, é a nossa vida, é a nossa sobrevivência, este chão sagrado aqui, da Barra do Mundaú. E aí a luta nossa enquanto povo Tremembé (...) A gente viveu e sobreviveu, os nossos troncos velhos, mas nunca deixaram de nos repassar a história e a luta pra nós, pra nós que somos os brolhos, eu me considero, brolhos dos meus troncos velhos, que eram meus antepassados, eles sempre traziam pra nós, a história que eles não podiam se identificar.

A história indígena no Brasil trata efetivamente de sua extinção e resistência. A saga dos povos indígenas, que são dizimados desde a invasão dos povos europeus no país, aparece na história do povo Tremembé, que seguiu pelo mesmo caminho. Nos aldeamentos realizados, buscavam eliminar logo sua identidade, pois eram reunidos povos diferenciados e acomodados para apoio e exploração ou tortura, conforme sua reação.

Sob o título de “dados gerais”, o despacho publicado no Diário Oficial da União pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI¹⁷⁵, que delimita as Terras Indígenas dos Tremembé de

¹⁷⁵ Diário Oficial da União de 06 de fevereiro de 2012, página 22, Seção 1, despacho FUNAI nº 687, conforme Conselho Indigenista Missionário - <https://cimi.org.br/2012/02/33180/>

Queimadas e Tremembé Barra do Mundaú, em Acaraú e Itapipoca, respectivamente, sintetiza sua saga, existência e direito:

As primeiras referências aos Tremembé datam do século XVI. Os jesuítas começaram a estabelecer aldeamentos em território cearense no século XVII, paralelamente ao processo de concessão de sesmarias na zona costeira. O projeto colonial português promovia uma política que categorizava os povos indígenas em dois pólos, os aliados e os inimigos, derivando disso as justificativas para o emprego da força física. Os povos indígenas que se tornavam aliados dos portugueses necessitavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os "índios bravos" eram subjugados militar e politicamente. (...) Ao longo do século XVII, as "invasões holandesas", que contaram com apoio de alguns povos indígenas, contribuíram para o acirramento das relações já conflituosas com os portugueses. A distribuição de sesmarias intensificou-se a partir de 1700. O processo de fixação do homem branco na terra era radicalmente diferente da relação que os índios estabeleciam com o seu território. À medida que os estabelecimentos dos colonizadores avançavam, os indígenas se viam impossibilitados de continuar a exercer a posse plena sobre as áreas antigamente ocupadas, buscando regiões de acesso mais difícil (ISA, 2021, s/p).

Os documentos situam a existência dos Tremembé nos séculos XVI e XVII, ocupando extensa região litorânea, do Pará ao Ceará, estando reunidas muitas referências bibliográficas em um sítio do Instituto Socioambiental¹⁷⁶, que produziu verbetes sobre as diversas etnias e povos

¹⁷⁶ O Instituto mantém o programa Povos Indígenas no Brasil, que se consolida desde o Centro Ecumênico de Documentação e Informação, que se desenvolve desde os anos 70, quando o próprio Estado ameaça os povos indígenas construindo estradas na Amazônia. Essa rede serve então para 'colocar os índios no mapa do Brasil' e

indígenas no Brasil. Trata-se de extenso material, com mais de 300 pesquisadores/as colaboradores/as, que afirmam e ratificam este percurso, de aldeamento dos povos indígenas, que sob a tutela e ordem do estado e da igreja, eram estruturados para servir, dissipando-se, deste modo, sua identidade e cultura. Assim se repete com todos os povos indígenas no país, motivo pelo qual a naturalização do genocídio se apresenta categórica.

Os aldeamentos específicos do Ceará teriam sido extintos em 1863, em história a ser mais bem contada, já que a autora (Leite, 2020) traz esta informação e depois refere outra pesquisadora que não reconhece esta extinção. Teria ocorrido uma referência à não existência de indígenas naquela localidade, por decreto do prefeito naquela ocasião, mas a controvérsia fica registrada. Mais do que adentrar a discussão antropológica sobre a etnicidade, restrinjo-me aqui a entender como importante isto que vem, de tempos em tempos, aos nossos ouvidos: de que no Ceará não haveria mais indígenas em determinado momento, extintos, tampouco negros. São discursos que refletem um esforço de apagamento e que se perpetua, como em recente pesquisa publicada no jornal O Povo sobre a provável descendência Viking de cearenses¹⁷⁷ ou o filme *Área Q*, contextualizado em Quixeramobim e Quixadá, cujo personagem negro causa olhares espantados em pessoas da cidade e o outro personagem diz: “é que quase não temos negros aqui”... assim como a própria história da “abolição” antecipada, porque aqui quase não havia

apoiar seus projetos a partir da colaboração qualificada de indigenistas e profissionais de várias categorias que realizam o sítio desde 1997.

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%c3%a9#Cultura,%20Tradi%C3%A7%C3%A3o%20E%20Etnicidade>

¹⁷⁷ Aquela história polêmica, retorna em artigo de Barboza e Mariz (2021), que analisa “esforços revisionistas recentemente empregados na obra ‘O Cearense Revelado’, de Luis Santos (2020)”(p. 111), para insistir nesta tese que retorna de tempos em tempos, alternando entre a extinção indígena pelos portugueses e na inexistência de negros no Ceará, medidos desta feita, em pesquisa de DNA de uma amostra ridícula que opera o negacionismo contemporâneo financiado por uma elite cearense. Vale conferir o artigo referido em <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/07/29/heranca-genetica-escandinava-dos-cearenses-seria-indireta--saiba-como-foi-feita-a-pesquisa.html>

escravidão. Discursos excludentes de indígenas e afrodescendentes dos processos históricos estão à serviço do negacionismo estudado até os dias de hoje e que explicam essa repetição de tempos em tempos.

Entre inúmeros relatos e registros de resistência e extinção, destaco referência diferenciada à Guerra dos Bárbaros, que ocorreu entre 1694 e 1702, um forte movimento indígena de resistência à colonização, envolvendo as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí, conforme referência anterior, com Fiocruz (2010). O movimento, que se compôs de sucessivas revoltas, foi duramente silenciado pelos colonizadores, que trouxeram mercenários paulistas para dar conta do *front*, criando-se, mesmo assim, em 1712, a primeira Confederação Indígena¹⁷⁸. Chamados de Tapuias, referência a indígenas bárbaros, consta que a Guerra foi de fato um dos muitos conflitos envolvendo vários grupos indígenas, acomodados pelos interiores, que resistiam frente às expulsões sistemáticas decorrentes da ampliação da sociedade canavieira e do avanço de pecuaristas, interesses econômicos portugueses de exploração colonial do sertão que avançavam para o interior, depois de tomado o litoral. Contemporâneo à existência do Quilombo dos Palmares, estes episódios de dizimação de diversos grupos indígenas quase não aparecem na bibliografia, em um período que caracterizou uma guerra de extermínio, aparecendo a noção da “Guerra Justa”, em que Portugal autorizou oficialmente a luta armada contra aqueles indígenas, lidos como selvagens, que se recusassem a aceitar a fé católica, “extirpando os maus costumes nativos”, criando-se mecanismos legais legitimadores de uma guerra de extermínio e mais uma vez sem diferenciar diversas etnias, além

¹⁷⁸ Em DIAS (2002) aparece a referência a uma ‘Confederação dos Cariris’, extinta por ação dirigida de um tal coronel João de Barros Braga, em 1713, que organizou expedição e foi matando os indígenas que encontrava no caminho, tendo sido o autor do tal decreto de extinção e que dá origem à afirmação de que no Ceará não mais existiam representantes de nenhuma etnia indígena.

de omitir todo o processo grave e violento do processo da conquista lusitana no sertão nordestino (Pires, 2015; Araújo, 2009).

Tendo em vista a especificidade de sua história, frente à característica de mobilidade de dunas no Ceará e em áreas litorâneas, vale registrar o desaparecimento gradual da antiga povoação de Almofala, já no século XIX, coberta por dunas de areia, soterrada por três décadas. Neste processo, identifica-se registros do crescimento da povoação, com a força dos ventos, em torno de 1940:

De meados do século XIX ao longo do século XX, os Tremembé foram tratados como "caboclos", "remanescentes" ou "descendentes" de índios. A diferenciação étnica era relevada ou minimizada de acordo com as situações sociais. Como os Tremembé possuem uma dança específica, o torém, eles passaram a ser notados socialmente por conta da sua realização (ISA, 2021,s/p).

A concessão de grandes lotes de terras a alguns poucos particulares e à Igreja se manteve no Ceará mesmo depois de revogada a Carta das Sesmarias (1822). A concentração de terras perdura até hoje na região; ao longo do século XX - o "tempo dos coronéis"-, os indígenas continuaram sofrendo forte pressão sobre a terra e os recursos naturais, cobiçados pelos não índios. O período dos coronéis é o período da Ditadura Civil Militar no Brasil. Em "os Fuzis e as Flechas - História de Sangue e Resistência", Rubens Valente (2017) aborda a violência do regime militar contra os indígenas, em que centenas de mortes são contabilizadas:

Repleta de tragédias, derrotas e também vitórias, é uma das jornadas mais surpreendentes e dramáticas do século passado no país. É a história de como pequenos grupos humanos enfrentaram, às vezes com violência, às vezes com estoicismo, uma força dominante mais poderosa, que pretendeu, com esforço calculado, subjugar-los e empobrecê-los sob a

promessa de uma vida melhor. É também a narrativa de como uma porção de indígenas, servidores públicos, missionários e antropólogos, muitas vezes em desafio aberto à ditadura, correu sérios riscos para pôr em dúvida e se possível interromper um avanço econômico que não considerasse as ricas nuances de culturas e homens diferentes da maioria da população, a fim de preservá-los da extinção. Por fim, é a descrição de como o Estado brasileiro, com suas imensas dificuldades, também conseguiu salvar indígenas do extermínio, ainda que nesse processo tenha manifestado uma incúria e um menosprezo notáveis, que acabaram por ceifar centenas de preciosas vidas (Valente, 2017, p. 15).

A história continua com uma política integracionista proposta pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que se tornaria Fundação Nacional do Índio - FUNAI posteriormente-, que preconizava, mais uma vez, a ideia de atraso e selvageria, com índios a serem civilizados, conforme detalham várias fontes que abordam o tema (Garcia, 2019; Damásio, 2019), com a implementação de medidas de remoção forçada de comunidades de suas terras tradicionais e proibição do uso de sua língua e tradições, além das populações dizimadas pelas grandes obras na Amazônia, com registros de bombardeio de áreas, envenenamento, chacinas a tiro, esfaqueamentos, decapitações e destruição de locais sagrados pelos militares em diversas reservas indígenas, mantendo-se os mesmos padrões coloniais de séculos atrás - Colonialidade assegurada até os dias de hoje:

A Comissão Nacional da Verdade estima que ao menos 8.350 indígenas tenham sido assassinados entre 1946 e 1988. As investigações apontam dois períodos distintos em se tratando de violações aos povos indígenas. Antes de dezembro de 1968, os massacres se davam mais pela omissão do Estado. Após o Ato Institucional 5 (AI-5), o maior responsável pelos homicídios foi o regime militar (Garcia, 2019, s/p).

O relatório da Comissão Nacional da Verdade traz a referência a um genocídio terceirizado, quando empresas particulares, interessadas nas áreas indígenas, tratavam de construir essa extinção, valendo-se de alimentos envenenados, contágios propositais, sequestros de crianças e massacres com armas de fogo e até introdução deliberada de varíola e gripe, conforme Relatório Figueiredo, de 1967, encomendado pelo Ministério do Interior (CNV, 2014).

Colonialidade do Poder e povos tradicionais em atenção - naturalização da dominação

A ameaça aos povos tradicionais vivenciada por Adriana e pelo povo Tremembé aponta a violência institucional continuada do Estado contra os povos indígenas e a manutenção da colonialidade¹⁷⁹ e o epistemicídio¹⁸⁰ com a eliminação/silenciamento das práticas e saberes indígenas, conforme Aníbal Quijano (2005). O autor traz o conceito de colonialidade do poder criticando o eurocentrismo, apontando a diferença da compreensão do mundo entre indígenas e não indígenas na América Latina. Cunha (2019) nos auxilia nesta leitura, quando aborda a perspectiva decolonial proposta pelo autor, identificando e definindo na colonialidade uma lógica de dominação e exploração por onde passa. Assim, estabelece-se um padrão de poder em todos os âmbitos da existência social, e o conceito de raça, que rege esta perspectiva, naturaliza e impõe uma inferioridade de todos os povos “conquistados”, legitimando as relações de dominação, considerando os traços fenotípicos, as culturas e racionalidades em detrimento da

¹⁷⁹ A colonialidade se desdobra do colonialismo como período histórico de colonização de um país, de expansão dos territórios decorrente das navegações, em que se estruturou a dominação de um país pelo outro, das metrópoles sobre as colônias, e a suposta superioridade das primeiras. Esta estrutura de dominação, mesmo após o final das relações coloniais, mantém um padrão enraizado socialmente e que se atualiza, estruturando-se a chamada colonialidade. <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade>. Estudos subalternos e pós coloniais aprofundam o tema com Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak; Césaire, Memmi e Fanon, representando alterações epistemológicas nas ciências sociais. Para saber mais, ver a síntese apresentada por Ballestrin (2013).

¹⁸⁰ Epistemicídio diz respeito ao aniquilamento e negligenciamento dos conhecimentos ancestrais e do saber dos povos originários, em detrimento da valorização dos conhecimentos das populações europeias e norte-americanas, conforme a utilização do termo por Carneiro (2005), quando refere que o epistemicídio é uma tecnologia de poder e “fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (p. 97, 2005).

suposta superioridade do conquistador. Ao mesmo tempo, a exploração e o controle do trabalho, pelo capitalismo, estendendo a lógica da “divisão do trabalho [que] constitui-se racista e naturalmente é imposta como critério de classificação social a toda população do mundo” (Cunha, 2019, p. 35). Assim, o domínio europeu estruturou, inclusive, uma nova subjetividade, suprimindo as manifestações dos colonizados, que restaram anulados e inferiorizados:

A dominação passa a ser justificada na suposta superioridade social europeia e dos demais dominadores coloniais por meio da classificação racial e agora é entendida como algo natural, intrinsecamente relacionada à evolução humana. Europeus e demais dominadores situados no topo dessa classificação (idem, p. 37).

Neste contexto, analisando as referências e discussões jurídicas sobre posse de terras, o autor demonstra, na análise documental, que muitas vezes as populações indígenas ainda são consideradas e citadas como primitivas e tribais pelos magistrados, podendo ser consideradas categorias subordinadas e com facilidade invisibilizadas, sob esta perspectiva de dominação, facilmente colocadas à margem da sociedade, o que explica tantas décadas com a naturalização da colonialidade na condução da extinção e do aniquilamento.

A luta inglória de anos pela demarcação do território, a protelação e o descaso produzem na atualidade os piores quadros de adoecimento e morte, inclusive por suicídio, de integrantes deslocados de seus *habitats* e costumes, geralmente sem conseguir fazer a transmissão de conhecimentos e práticas que deveriam ser passados e constituir a cosmogonia de seu povo, prevalecendo racismo e violência simbólica (Brighenti, 2015).

Pesquisa recente resultante de cooperação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Harvard, mapeou a situação em nível nacional, buscando sanar dados omissos

com relação à população tradicional. Abordado como autoextermínio, entre 2000 e 2020, tendo a referência do Censo de 2010, que apontou o número total de 897 mil indígenas no país, foram mapeados 2.021 casos de suicídio, dos quais 64% entre pessoas com menos de 24 anos e 68% entre solteiros. A maioria por enforcamento (90%), dados considerados inquietantes, pois “ao menos nesse início de século, o ato de tirar a própria vida, [é] indicativo de desamparo profundo e muitas vezes associado a problemas de saúde mental como a depressão” (Fontanetto, 2023).

Compreender as lutas e a ameaça do próprio Estado ou de seus correligionários do poder financeiro, os impactos atuais no Ceará - ainda próximos que estamos dos tempos de “demarcação zero” - foi também preocupação desta pesquisa, identificando as resistências e as brechas locais para conquista de melhores condições de vida, isto é, de assentamento em áreas demarcadas, em soluções locais e nacionais, simultaneamente. Recorremos à Krenak (2020), que atribui a estes tempos a atroz perseguição das próprias subjetividades, “a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir” (p. 32), causando homogeneização e tirando a alegria de viver. Aponta o necessário fortalecimento e reconhecimento das diferenças e o restabelecimento da cosmogonia, todo o tempo, trabalhando também a relação com o Estado:

É claro que durante esses anos nós deixamos de ser colônia para constituir o Estado brasileiro e entramos no século XXI, quando a maior parte das previsões apostava que as populações indígenas não sobreviveriam à ocupação do território. (...) O dilema político que ficou para as nossas comunidades que sobreviveram ao século XX é ainda hoje precisar disputar os últimos redutos onde a natureza é próspera, onde podemos suprir as nossas necessidades de alimentares e de moradia, e onde sobrevivem os modos de cada uma dessas pequenas sociedades tem de se manter no tempo, dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado (p.39)

O não acesso à demarcação, repercute de forma indelével na transmissão de saberes tradicionais para crianças deslocadas de seus territórios, instaladas precária e provisoriamente, enquanto realidade associada à espera de definições por anos, representando quebras nas historicidades e na continuidade de práticas sociais, somado à violência simbólica das crenças relacionadas aos povos indígenas e disseminadas socialmente sobre seu valor, sua preguiça, seu impedimento do progresso, conteúdos racistas e preconceituosos, impactam e produzem uma grave realidade de extinção continuada pela omissão, inclusive frente ao suicídio de jovens em escala, como o descreve Brighenti (2015).

Pela Colonialidade do Poder, as trajetórias se confundem com as ameaças de extermínio e com sua execução mesmo, que ocorrem desde a instalação da Colônia no Brasil e são vivenciadas cronicamente pelos povos, posicionamento estimulado e até preconizado por historiadores e antropólogos, em uma violência direta e causando a morte e a violência simbólica, institucional. O Relatório Figueiredo, constituído em 1968 por promotor federal para situar a realidade ao governo do país¹⁸¹, a partir da pressão de denúncias em nível internacional, dava conta de graves violações institucionais regulares. Este relatório, desaparecido até 2012, é um retrato do descaso e explicita o *modus operandi* da violação e do genocídio do povo indígena no Brasil. Conforme inquérito para identificar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) à época:

¹⁸¹ O Relatório, desaparecido por muito tempo, tem mais de 7 mil páginas elaboradas em 1967 pelo procurador Jader de Figueiredo Correia para o Ministro do Interior Afonso Augusto de Albuquerque Lima. São relatados muitos atos de violência praticados principalmente por latifundiários brasileiros e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que antecedeu a Fundação Nacional do Índio (Funai) contra os povos indígenas entre as décadas de 1940 a 1960. Sua leitura explicita morte de comunidades inteiras, crueldade e tortura. Foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e contém 29 dos 30 tomos originais. Para saber mais sobre estas monstruosidades, ver <https://documentosrevelados.com.br/relatorio-figueiredo-na-integra/>

Crimes a pessoa e a propriedade do índio; Assassinatos de índios (individualmente e coletivos: tribos); prostituição de Índias; sevícias; trabalho escravo; usurpação do trabalho do índio; apropriação e desvio de recursos oriundos do patrimônio Indígena – dilapidação do patrimônio Indígena; venda de gado; arrendamento de terras; venda de madeira; exploração de minérios; venda de castanhas e outros produtos de atividade extrativa e de colheita; venda de produtos de artesanato indígena; doação criminosa de terras; venda de veículos – alcance de importâncias incalculáveis; adulteração de documentos oficiais; fraude em processo de comprovação de contas; desvios de verbas orçamentárias; aplicação irregular de dinheiros públicos; omissões dolosas; admissões fraudulentas de funcionários; incúria administrativa. (Figueiredo, 1968, apud Bringhenti, 2015, p. 06).

As denúncias de corrupção do órgão responsável pela gestão da população indígena prosseguiram e se criou a FUNAI. E o Brasil restou condenado em tribunais internacionais no período da ditadura militar e depois também. Com o fim da ditadura, as torturas a céu aberto em indígenas que se insubordinavam, praticadas pelas autoridades locais, em 1967, foram substituídas pela formalização da exploração de recursos naturais e dos atos acima mencionados com a instalação da FUNAI, que tratou de constituir empresa para a exploração institucionalizada, realidade narrada nos relatórios da Comissão da Verdade levada a cabo a partir de 2012 (CNV, 2014).

Devastação Contemporânea, relações com o Estado e Mobilização-Resistência

O processo histórico do Brasil é composto de lutas e conflitos e marcado por uma cultura autoritária acionada de diversas formas para manter a 'ordem social'. A teoria política que fomentou esse modelo repressivo foi alimentada por grupos políticos,

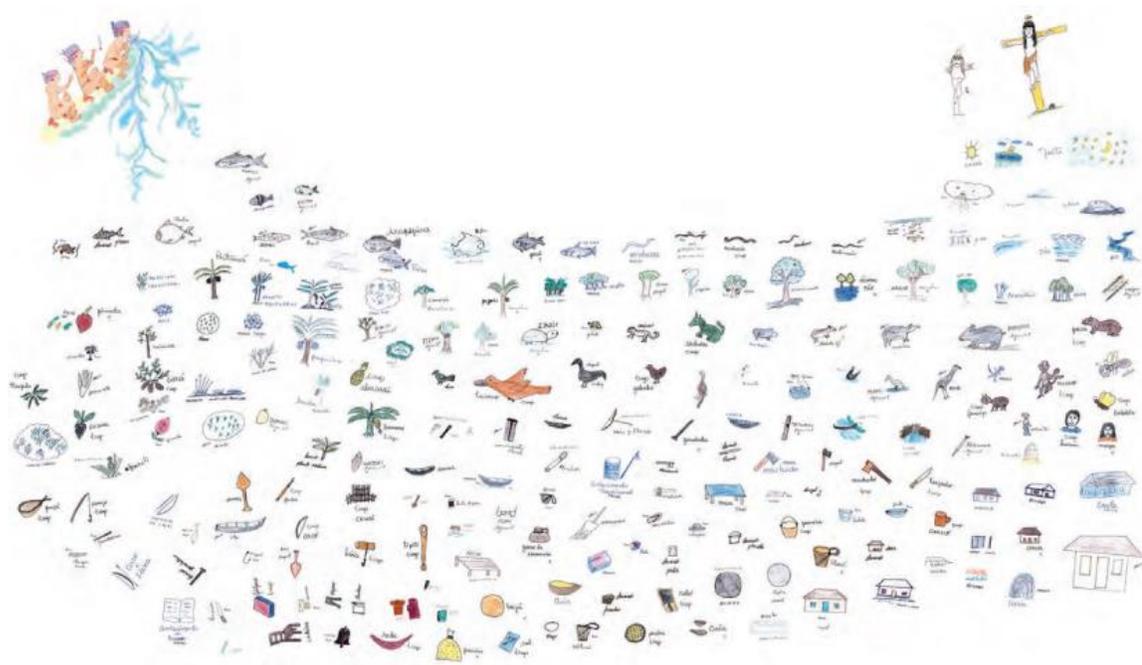
militares e até intelectuais por suas intervenções ideológicas, deixando impressas no Estado ações marcadas também pelo sangue indígena (Amado, 2019, p. 703)

O Estado se constitui desde sempre como ameaçador à existência dos povos indígenas, à luz do projeto colonial, de forma violenta, construindo as bases de seu extermínio. Foi somente através da resposta de uma bula papal, depois das invasões de 1500, que foi possível reconhecer a “condição humana de indígenas”, passível, desta forma, de serem evangelizados¹⁸².

Sistemáticas atitudes autoritárias caracterizam a prática do Estado desde que se constituiu como Brasil, com as tradicionais táticas de cooptação e repressão, sempre na perspectiva da “desterritorialização, dominação e assimilação dos povos originários” (Amado, 2019, p.705), desconsiderando dos territórios suas culturas e sistemas próprios, constituindo-se, desde sempre, como principal violador dos direitos dos povos indígenas.

Encontros conosco, Povos da Floresta, com a nossa força física, cultural e espiritual poderiam ser de respeito, sabedoria e conhecimento. Mas tem sido de guerra (ISA, 2023, video).

¹⁸² Bula papal Sublimes Deus: <https://www.veritatis.com.br/sublimis-deus-paulo-iii-02-06-1537/>

Figura 8:*Universo Indígena - Povos da Floresta*

Fonte: Painel editado por Vera Feitosa/ISA com desenhos da comunidade para a publicação do Projeto O que a gente precisa para viver e estar bem no mundo. Da Escola Indígena Herieni -Rio Aiari.

No período mais recente, o (des) governo de 2019-2022 desmontou conquistas obtidas a duras penas e inventou novas formas de apagamento dos povos indígenas¹⁸³, que estiveram em resistência permanente e em articulações internacionais e interinstitucionais,

¹⁸³ Documentário do Instituto Socioambiental (2023) - Povos Indígenas no Brasil - aponta as principais normativas que ameaçaram os direitos dos povos indígenas neste período:

Parecer 001 2017 AGU - conhecido como Tese anti-demarcação de terras indígenas, determina que toda administração pública federal adote uma série de restrições à demarcação de Terras Indígenas - TI por “segurança jurídica”;

PL 191/2020 - autoriza a exploração das terras indígenas pela mineração e grandes projetos de infraestrutura;

PL 2633/2020 - PL da grilagem, quer tornar legal a prática de invadir e ocupar terra pública em anos recentes;

Instrução Normativa 09 da FUNAI - permite a certificação de fazendas sobre terras indígenas não homologadas e vulnerabiliza, na prática, centenas de terras cuja ocupação tradicional indígena já era reconhecida pelo Estado brasileiro.

PL 490/2007, em debate em 2021 - permite mineração em terras indígenas;

PL 177/2021 - autoriza o Brasil a abandonar a Convenção OIT 169 que, entre outras coisas, afirma a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os povos indígenas;

PL 2159/2021 - PL do licenciamento ambiental, acaba com a maioria dos licenciamentos ambientais do país.

<https://www.youtube.com/watch?v=SBCgBqSahZ0>.

frente a um presidente declaradamente anti-indígena, que reuniu feitos inimagináveis que desmontaram o arcabouço legal não facilmente estruturado até então¹⁸⁴. Sobre isso, Amado (2019, p. 704) afirma:

Etnocídio é termo derivado da terminologia genocídio utilizado para se referir à violência marcada notadamente pela conduta impositiva de uma cultura sobre a outra, valendo-se de uma suposta soberania racial. Neste sentido, o termo se aplica ao modo como o Estado brasileiro se relacionou e tem se relacionado com os povos indígenas. As táticas coloniais adotadas subjugarão os povos à dominação, à escravidão e ao extermínio. Por um lado, a ordem era integrar os 'índios' à chamada comunhão nacional, numa clara tentativa de 'branquear' todos, e assim perderem seu pertencimento étnico. Por outro, no nível mais local, os agentes estatais promoveram o desterro, ao efetuar remoções forçadas das terras tradicionais e/ou produzindo documentos legais, com o nítido objetivo de oferecer segurança jurídica aos coroneis e fazendeiros locais que se apoderaram de extensos pedaços de terras públicas nas mais diversas regiões do Brasil profundo (Amado, 2019, p. 704).

Novas e contemporâneas ameaças se colocam, muitas vezes, como progresso, caminhos e escolhas do Estado em seu modelo de desenvolvimento. Adriana se posiciona frente à geração de energia eólica e o desacomodamento moderno dos moradores dos territórios e TI, numa contradição patente em que ao mesmo tempo sustenta projetos

¹⁸⁴ Amado (2019) lista o conjunto de ataques, destacando o deslocamento da competência da Funai para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, órgão controlado por representantes do agronegócio brasileiro e declaradamente contra o reconhecimento e proteção dos territórios tradicionais. reduzindo drasticamente seu orçamento (Medida Provisória nº 870 de 2019, convertida na Lei nº 13.844/2019) e dando início ao processo de desmonte, descaso e perseguição.

ambientalmente interessantes, mas desconsidera a saúde e o bem viver dos Povos das

Florestas:

Então a gente não se livra, eles tão sempre trazendo esses projetos, essas ameaças pra acabar com a vida, não só humana, mas também a vida que sobrevive ali, porque, como é que nós vamos ter a pesca artesanal, o pescador pegar sua canoa, e pegar seu peixe e trazer a alimentação, pra aldeia, pra sobreviver, com as energia dentro do mar, a gente não pode mais fazer isso, porque tem um limite. Inté dentro da terra, inté em cima da terra, tem limite, não pode chegar a não sei quantos metros, diante naquilo que se tá implantando, eu não entendo não, então essa novidade vai acabar com tudo. Se tem uma energia instalada na terra, o morador não pode fazer uma roça ali perto daquelas torres. Se agora vão implantar dentro do mar, o pescador não pode pescar porque tá perto da torre. E aí? É realmente acabar com a sobrevivência humana. O homem se diz ser muito inteligente, mas muitas vezes ele se torna um ser sem inteligência, sem raciocínio pra sobreviver, porque a gente sobrevive da terra, a gente sobrevive exatamente da natureza. Mas eles não querem mais sobreviver disso. Eles querem sobreviver com uma velocidade inimaginável. Então a luta nossa é essa, lutar e sobreviver e repassar, porque nós temos que repassar isso pras crianças, pros jovens, na escola, nas aldeias, para que os jovens também não percam esses conhecimentos. Hoje nós temos a escola que tem o ensino médio. Terminou o ensino médio, aí nosso jovem vai fazer o Enem, ver se consegue fazer uma faculdade. Mas sem esquecer do que são, dentro do território do que eles podem fazer como povo, como indígenas, pra defender o seu território.

Ao mesmo tempo, a resistência e dinamismo dos povos originários, e particularmente dos povos indígenas, tem marca registrada e constituiu, desde sempre, também aguerrido

movimento, resistindo de forma qualificada, desde seu próprio dinamismo e criatividade. Constitui alta capacidade de articulação “cumprindo agendas em diversas instâncias políticas pelo mundo, com único intuito de continuar a fazê-la para garantirem a sua existência enquanto povos culturalmente diferenciados” (Amado, 2019, p.705), contra os interesses externos de exploração da mineração e agricultura em terras indígenas. Estas associadas ao forte poder da bancada ruralista desde o Congresso Nacional, passando pelo Senado e alcançando todos os poderes instituídos, como aponta o autor e se vê no dia a dia há muito tempo, o tempo todo.

Esta resistência constitui embate fundamental, pois sempre arregimentou nos movimentos sociais e em diversos segmentos do próprio Congresso, da Igreja, do Poder Judiciário, junto às autoridades da Saúde, a parceria pela relevância de uma agenda de mitigação das graves perdas, que prossegue e se constitui na história e na contemporaneidade com os povos indígenas¹⁸⁵.

Também se constituem retomadas, que são consideradas reconquistas dos territórios, como estratégia de luta. Cacique Babau (2019), líder Tupinambá, descreve a estratégia com riqueza de detalhes em Retomada¹⁸⁶. Descreve a invasão e a expulsão das terras indígenas por fazendeiros, na Mata Atlântica, fazendo análises preciosas sobre a violação da natureza, das terras, dos rios e do mar, sempre que as decisões de brancos, dirigentes, empresários e industriários se sobrepunha, e seus interesses econômicos, de produção imediatista, ao ritmo

¹⁸⁵ Demonstração disto é o desastre internacional frente ao genocídio Yanomami, que abalou quem se importa e mais uma vez colocou o Brasil no lugar dos Estados genocidas frente ao garimpo e toda forma de desatenção agravada pelo governo federal no período entre 2019-2022.

¹⁸⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/14/retomadas-em-todo-o-pais-indigenas-ocupam-suas-terras-ancestrais-ainda-que-sob-ataque>

da terra, produzindo sistemática destruição, adoecimento e morte. Esses movimentos de Retomada são tradicionais e constituem um enfrentamento sistemático, organizado, independente das demarcações e homologações, para a garantia do território.

Um dos mais amplos apoios às causas indígenas no Brasil é o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB atuante há mais de 50 anos. Conforme seu sítio eletrônico, apresenta como princípios fundamentais “o respeito à alteridade indígena, ao protagonismo dos povos e a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural”¹⁸⁷:

E para esta nova sociedade, forjada na própria luta, o Cimi acredita que os povos indígenas são fontes de inspiração para a revisão dos sentidos, da história, das orientações e práticas sociais, políticas e econômicas construídas até hoje (CIMI, s/p).

O Conselho Indigenista Missionário - CIMI se criou nos anos 70 à luz da Teologia da Libertação, constituindo-se importante articulador do movimento indigenista. Na Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, com sua Microrregião 3 com sede no Ceará, o Povo Tremembé já aparece no seus atos de fundação, quando da Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará. Consta nas pesquisas a instância do movimento “pan-indígena”, estruturado entre os anos 70 e 80, uma espécie de articulação entre indígenas para a garantia de seus direitos, junto ao Estado, estruturando-se teias de conexões e relações de apoio e estímulo ao movimento, intensificando-se os contatos e interlocuções sociais - universidades,

¹⁸⁷ No sítio do Conselho Indigenista Missionário aparece um pouco de sua história, princípios, diretrizes, fundamentos, debates e dados, em diversas publicações. <https://cimi.org.br/o-cimi/>

igrejas e agências internacionais de apoio. Vale dizer que o código civil de 1911 define uma tutela dos indígenas com capacidade civil restrita e, como tal, encarados como potencialmente perigosos, diferenciando-se de infratores por conta de seu caráter incivilizado e de desconhecimento de normas, que deveriam ser pacificados, e suas terras, colonizadas. Tal era o contexto do papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), desde 1910, por um longo período. A pesquisa de Oliveira (2010) mostra que no Nordeste os próprios indígenas se dirigiram ao órgão para solicitar assistência. E relembra as denúncias sistemáticas contra o órgão, desde os anos 50, com Comissões Parlamentares de Inquérito e internacionais, incluindo o Relatório Figueiredo, citado anteriormente, e a criação da herdeira inclusive em metodologia, Funai, em 1967, e da criação do Estatuto do índio, com bases problemáticas, também. Já desde esta época há notícias das reivindicações indígenas, começando pela regularização fundiária.

A década de 70 traz o movimento das entidades da sociedade civil se envolvendo ainda mais ativamente pela defesa indígena, com a igreja católica, com a CIMI, diversas ONGs, Universidades e entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil, que atuaram para organizar o movimento, mobilizando-o também. Deste processo surge, em síntese apertada, a União das Nações Indígenas e outras instâncias de organização, que se desdobram Democracia afora. Movimentos potentes e de organização de trabalhadores, artistas, indígenas e povos tradicionais mais amplamente, pouco a pouco, vão povoando o clima de encerramento da ditadura para exigir democracia e liberdade. A resistência indígena se caracteriza por todo o período e as diversas etnias, articulando-se com os missionários, qualificam a resistência, despontando novas lideranças indígenas. Oliveira (2010) aponta o caráter efetivamente organizador e integrador desta instância que se mantém forte - APOINME, dentro de um

“percurso histórico fluido, com constantes mudanças de alianças e/ou oponentes, construído e reconstruído ao sabor de novas demandas e oportunidades sociais e políticas” (p. 143).

No Ceará, os Tremembés contaram com forte apoio missionário, da igreja, e de organizações não governamentais. Destaca-se o registro da missionária Maria Amélia Leite (Leite, 2020), pesquisadora e memorialista que muito cedo frequentou o território e ajudou na organização do povo Tremembé, desde 1986. Apoiou sua organização e acompanhou sua luta. Traz, em seu livro, memórias dos mais antigos episódios e capítulos de sua luta no Ceará, apresentando uma “memória coletiva. Uma narrativa que se faz social e de luta política pelo reconhecimento étnico dos povos indígenas do Ceará e pelo direito às suas terras, em especial do povo Tremembé” (Piúba, 2020, p.17). Ela fala do “mundo mítico dos Tremembé”: em família, núcleos que se mantinham juntos, mesmo com o casamento dos filhos, que vinham com o cônjuge, residindo com seus pais, costume que Adriana relata e afirma como tradição:

Hoje, na minha casa, nós somos nove pessoas. Eu tenho dois filhos, todos dois têm a família, tudim mora mais eu, aí nós somos nove. São três famílias conviventes morando numa casa só. E eu sou muito feliz por isso, eu tenho minha família. E quero que eles cresçam lá, mas agora eu não posso mais. Mas eles são jovens ainda (...). E graças a Deus a gente vai sobrevivendo, vai lutando. E eu acho muito bom tá unificado, porque eu me sinto mais forte porque não estou só, dentro de casa, aí nós se chama uma família convivente porque mora mais de uma família debaixo de um teto só. A minha vó, ela faleceu em dois mil e cinco. Quando ela faleceu, ela tinha noventa e cinco anos. A gente sempre juntas. Sempre. A minha vó, ela foi pra encantaria junto de mim. Eu morava com ela. E aí eu já tinha já minha família. E aí eu morava com ela. Sempre fomos assim, a gente sempre morou uns com os outros, e ela me repassou muita sabedoria, muita

inciência, muitos conhecimentos, que eu, até hoje tenho na memória isso, e repasso já pros meus netinhos, também pra minhas netinha essa importância.

Destaque para a capacidade de preservação da cosmogonia, mantendo a narrativa sobre o universo e sua relação com a criação. O trabalho com a comunidade no território frente ao processo de violações e o mapa - geografia da violência que foi se constituindo pelo avanço do capitalismo -, permite entender o avanço do agronegócio e a permanente ação ou omissão do Estado a serviço do capital. A luta encampada pela sociedade civil fortalece os povos indígenas por todo o Brasil, e se mostra importante também no Ceará.

Oliveira (2012), no entanto, diferencia a forma de organização indígena no estado, a partir de um lugar de ainda menor reconhecimento do território indígena e muito baixa presença dos órgãos de apoio como a Funai. Os Tremembé são considerados pela autora movimento autônomo no diálogo com as esferas governamentais e não governamentais, construindo potentes redes de diálogo entre os povos, “vivendo em meio a uma efervescência de novos grupos étnicos que surgem no Sertão e Litoral do estado” (p. 156), mais críticos em relação a intermediários, quando buscavam o seu reconhecimento como indígenas, tendo recebido apoio e orientação da igreja católica frente à falta de reconhecimento e assistência do Estado, como pontua. Destaca instituições já referidas como a Missão Tremembé, a Arquidiocese de Fortaleza, que se constituiu como Pastoral Indigenista, e o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDH, com atuação na temática indígena, desde a década de 80. A interlocução entre os povos do Ceará e mesmo em nível nacional fortaleceu o movimento indígena, através da realização de intercâmbios, assembleias e mobilizações nacionais de forma diferenciada em sua organização e mobilização étnica, quando Adriana Tremembé exerce importante liderança.

Reconhecer uma cosmogonia indígena nesta trajetória a ser resgatada, sempre permite entender os caminhos da resistência e das perspectivas para este povo mediante as ameaças que se complexificam e se reconstituem, mantendo-se e demandando articulação permanente. Com a resistência, a realidade atual (2023) é de 731 Terras Indígenas em diferentes fases de reconhecimento no Brasil; cerca de 490 Terras Indígenas oficialmente demarcadas; 266 povos e 1.5 milhão de indígenas reconhecidos no país¹⁸⁸.

A referência técnica do Conselho Federal de Psicologia, lançada em 2019, levou em consideração comissão *ad hoc* para fazê-lo, frente ao campo complexo e desconhecido - aos profissionais da Psicologia - dos povos tradicionais, envolvendo inicialmente “povos ciganos, povos e comunidades de terreiro e de matriz africana, faxinalenses, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades pantaneiras, pescadores e pescadoras artesanais, caiçaras, extrativistas, povos pomeranos, retireiros do Araguaia, comunidades de fundo e fecho de pasto e comunidades extrativistas do cerrado” (CFP, 2019), dentre outros, constituindo novas comissões específicas e novas rodadas de análise para atender as especificidades e considerar a diversidade de povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais. O CFP emite, assim, material extenso e qualificado, reconhecendo, de saída, a invisibilização produzida até hoje, os graves conflitos por terra e território e a permanência do acirramento da problemática caracterizada no período recente, tendo em vista os rumos (des)governamentais adotados e a radical “necessidade de reorientações rumo a uma abordagem decolonial que contemple a pluralidade da vida humana” (CFP, 2019, s/p).

¹⁸⁸ Conforme documentário sobre os Povos Indígenas no Brasil, ISA, 2023.
<https://www.youtube.com/watch?v=SBCgBqSahZ0>

O Território Tremembé demanda historicamente a demarcação da Terra, disputando com empreendimentos turísticos e comerciais sua área litorânea. Paralelamente também, os indígenas do Povo Tremembé sempre reivindicaram maior atenção à saúde, através de estruturas formalmente previstas mas que não eram alcançadas ao território, também alvo histórico de desatenção e descaso. No máximo, conseguiram uma estrutura muito básica, em que se atendiam indígenas e não indígenas.

Nós somos daquele tempo
e aqueles daquele tempo
são do tempo do agora.

Ezequiel Tremembé

Adriana fortalece a herança ancestral, o ambiente do território sob seu cuidado e descreve a luta pela posse da terra, o que dá o significado inteiro de sua luta. Acredita em seu povo e a sua trajetória se concentra na organização da luta e na preservação do local, na garantia das terras. Este é o sentido de sua militância e a resistência é sua continuidade, continuidade dos mais velhos. Encerra com a oração dos Tremembé, sua vida, sua luta, sua permanência e transmissão:

Eu agradeço por poder tá repassando isso, e também sempre se fortalece muito com a oração né. A gente temos a nossa própria oração feita por nós mesmo. Que diz assim: Nós Tremembé acreditamos em Deus que é nosso pai Tupã; na terra que é a nossa mãe; na mata que é a nossa vida; na lua e nas estrelas que são nossas energias; no sol, que é a nossa luz; no trovão e no relâmpago que são nossas previsões; nas pedras e nos arcos, que são nossas armas; no fogo, que é a nossa visão; e em toda atmosfera. Vivemos da força da terra, que nos dá energia para lutar e vencer as nossas batalha, por isso samo povo da luta. Por isso samo povo Tremembé. Que assim seja! Vamos continuar nossa

luta, nossa missão. Outros enfrentamentos virão. E se Deus quiser a gente tá unificada para somar juntos nessa caminhada.

Alessandra Felix: Vozes do Cárcere

Eu sou Alessandra Félix, uma mulher negra, hoje me movimento a partir de muitos lugares na minha cidade enquanto militância, enquanto mulher referência de lutas, e também na minha própria relação mesmo com a minha comunidade, antes não, mas hoje, as pessoas já conseguem me ver como referência. A minha criação foi toda matriarcal, sou filha de mulheres.

Alessandra Felix é uma Defensora de Direitos Humanos que posiciona sua militância ao lado de familiares, mães e das pessoas egressas do Sistema Socioeducativo e do Sistema Prisional. É pedagoga e trabalha atualmente em uma organização de defesa de Crianças e Adolescentes, não governamental, por onde organiza parte de sua militância. Desde que teve contato com o Sistema Socioeducativo através da internação de seu próprio filho, percebeu a dificuldade que teria que enfrentar. E pelas quais passam diuturnamente os familiares de socioeducandos e de pessoas privadas de liberdade no cárcere, principalmente mães e mulheres negras.

Vivenciou um dos piores momentos de crise do sistema socioeducativo no Ceará, com fechamento de unidades, transferências e mudanças institucionais importantes, atuando fortemente no movimento em defesa de adolescentes internados em meio à precariedade e caos, momentos narrados por ela e confirmados em publicação do CEDECA, que inspeciona e monitora sistematicamente o Sistema¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Relatórios apresentados pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA Ce em <https://cedecaceara.org.br>

Talvez a questão mais importante do conjunto das definições trazidas pela Doutrina de Proteção Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA já há tantos anos, seja que crianças e jovens têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento em condições dignas de existência¹⁹⁰, conforme importantes análises locais já desenvolvidas (Barros, Nunes, Sousa & Cavalcante, 2019; Freitas & Nascimento, 2019; Pinheiro, 2001). A Doutrina da Proteção Integral prevê, superando os diversos códigos de menores anteriores, a possibilidade de abranger todas as crianças e adolescentes, seus direitos e responsabilidades sobre seus atos. Mantém-se, no entanto, do código de menores, a inexorável associação do menor com a criança pobre¹⁹¹, desde uma perspectiva lombrosiana¹⁹², de que o estado precisa tutelar “para a preservação da ordem e asseguramento da modernização capitalista ainda em curso”, como nos lembra Vera Malaguti (2003, p. 69).

É certo também, no entanto, que dificilmente os direitos preconizados são estendidos amplamente a todas as pessoas, assim como as medidas socioeducativas dirigidas ao suposto cometimento de atos infracionais são aplicadas em todos os casos, debate que nos oferecem Paiva, Oliveira & Colaço (2019). Frente à sociabilidade atual, com altos índices de violência, o debate muitas vezes se torna linear, deixando de considerar a complexidade da produção da violência social - e os fatores de diversas ordens desde a econômica, política, sociológica e subjetiva, “como se o problema se tratasse de uma mera oposição do bem contra o mal,

¹⁹⁰ Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 7º.

¹⁹¹ Nesta direção, durante o período ditatorial, foi realizada a CPI do menor, vale conferir no link: <https://drive.google.com/file/d/14SpDZ3XXBID2cIEeLrnmpDSKdfAq7LcU/view?usp=sharing>

¹⁹² Cesare Lombroso (1835-1909) com sua Antropologia Criminal, defende ser possível distinguir, por intermédio de certas características anatômicas, os criminosos natos e os perigosos sociais. A teoria das disposições inatas para a criminalidade, defendida por Lombroso, ainda tem muitos defensores na sociedade.

comportamentos certos *versus* errados, boas ou más escolhas” (p. 178). Os autores apontam, assim, dois fundamentais fenômenos sociais que são decorrentes desta visão simplificada dos problemas, focando o ato infracional em si, independente da violência que pode - e frequentemente está a - vitimar os jovens, de forma sistemática e brutal, ao mesmo tempo em que é patente também a imensa violação de direitos que acompanha a execução da medida socioeducativa. E qualificam que a precariedade e o caos, disseminados pelo Brasil de forma generalizada, “revelam um ordenamento de intenções subjacentes pautadas pela prática de um Estado excludente e seletivo” (p. 183).

Quanto ao sistema prisional, em que Alessandra acompanhou seu filho mais recentemente, vivenciou as sucessivas barreiras como “familiar de preso”, constatando o que Borges (2018) aponta como uma cultura que recorta determinado grupos sociais, atingindo-os de forma diferenciada e preferencial no que chama de sanha punitivista, judicializando e criminalizando as relações sociais. Reishoffer & Bicalho (2009) analisam os processos de subjetivação capitalística e suas produções de culpabilização e segregação, que ancoram contemporaneidades de insegurança na nova ordem social produzida, que induzem ao aumento da repressão, principalmente das “classes perigosas”.

Embasa esta cultura, o racismo estrutural, descrito por tantos autores e autoras (Gonzalez, 1988; Nascimento, 2016; Almeida, 2018; Gonçalves, 2006), mas que chegou às mãos desta pesquisadora através da filósofa feminista Djamila Ribeiro¹⁹³, a qual ajudou na compreensão da complexidade desta estrutura das relações sociais em nosso país, tema trabalhado como básico pelo Vieses e aprofundado em grupos de estudo e pesquisas. Silvio Almeida (2019) faz esta

¹⁹³ Djamila Ribeiro coordena a Coleção Feminismos Plurais, em que apresenta importantes “produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados”, abordando os feminismos de forma acessível.

leitura estrutural como expressão do racismo em sua organização econômica e política “de forma inescapável”, como caracteriza Djamila¹⁹⁴, pois que se trata de entender mais amplamente a teoria social e, nela, a raça e o racismo. Abdias Nascimento (2016) indicava, nos anos 70, que “no Brasil a cor negra era considerada inferior e que os brasileiros com sangue africano sofriam discriminação”(p.35), contrapondo-se ao discurso do orador oficial brasileiro em evento internacional¹⁹⁵. Essa autoridade caracterizava o Brasil como um “país multirracial e multicultural” de tão integrada que tínhamos a cultura africana na sociedade, demonstrando a “democracia racial” e o racismo subjacente em nosso “tom brasileiro de repressão policial”, conforme Abdias (p. 37), mediante seu silenciamento.

É este o olhar que desenvolve Alessandra Felix ao constatar que se repetem a injustiça, os conflitos, a violência e o sofrimento de muitos jovens e suas famílias na sua própria trajetória e na do filho, desde os sistemas socioeducativo e prisional, estruturando sua militância atualmente no coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional.

Sua militância convoca outras mães e familiares para que teçam em conjunto o empoderamento necessário para enfrentar as prisões e o superencarceramento. E possam mostrar à sociedade a possibilidade de fazer frente à suposta quebra do acordo social, como se refere Borges (2018), sem necessariamente chegar às prisões. E ainda, caso tenham chegado às prisões, garantir direitos e manutenção da dignidade das pessoas privadas de liberdade; e construir saídas individuais e coletivas, para que cada pessoa sobrevivente do cárcere possa retomar o seu

¹⁹⁴ Djamila Ribeiro assim se refere na apresentação da coleção no livro de Almeida (2019).

¹⁹⁵ No prólogo de sua publicação citada nesta pesquisa, Nascimento (2016) relata sua participação como ouvinte no colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em 1977 em Lagos, Nigéria, como “a história de uma rejeição” pois sua participação e trabalho apresentado para conferência pública neste colóquio, a convite do professor Pio Zirimu, seu diretor à época, fora rejeitado sem motivos declarados. Seu livro reproduz o ensaio rejeitado. O professor diretor faleceu antes do evento acontecer e é homenageado por Abdias Nascimento.

caminho. Ao mesmo tempo, colaborar para sustar o crescimento do aprisionamento que, no Brasil, não para¹⁹⁶.

Alessandra e as mães e familiares que se organizam para ter voz, se identificam com o propósito de uma medida socioeducativa como possibilidade pedagógica, com a efetiva “construção de novas trajetórias de vida possibilitadas através de uma atuação empática, dialógica e respeitosa entre o adulto responsável direto pelo atendimento socioeducativo e o adolescente”, conforme a visão de um dos construtores do ECA, Antonio Carlos Gomes da Costa (2006), aqui citado em homenagem póstuma, por tanto que fez naquela construção, apesar de hoje discutir-se a contradição das medidas punitivas, além da compreensão necessária sobre o lugar dos adolescentes conforme sua condição de classe e raça, para avaliar qualquer medida (Paiva, Oliveira & Colaço, 2019, p. 197). Este caráter pedagógico é o que está previsto no ECA - Do Art. 112 ao 125 - sobre as medidas, mas não é aplicado, nas condições que abordamos, nesta leitura crítica. Da mesma maneira que vemos adultos sendo privados de liberdade por portar duas pedras de crack, no caso dos adolescentes, atos infracionais que poderiam ser tratados com medidas como advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida ou até a semiliberdade, dão lugar à internação. E essa internação passa longe do que preconiza o ECA, como temos constatado.

¹⁹⁶ A superlotação é ainda característica do sistema prisional. E a baixa efetividade no atendimento do sistema socioeducativo. Os dados do 15º ciclo de Levantamento de Informações Penitenciárias do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), com dados do segundo semestre de 2023, aponta que o número total de pessoas custodiadas no Brasil subiu para 650.822 em celas físicas (incluindo carceragem de Polícia Civil, Militar e Federal, além daqueles que voltam para dormir) e 201.188 em prisão domiciliar, usando ou não equipamentos de monitoração eletrônica. Por outro lado, os dados do sistema socioeducativo apontam a existência de 11.556 adolescentes em atendimento no país, com uma redução de quase 50% de 2017 para 2023. Os dados foram fornecidos pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania em junho de 2023, depois de 6 anos sem nenhum levantamento. Há debates e explicações diversas sobre as mudanças nestes números, mas a Covid e o grande número de homicídios de jovens podem ser os fatores negativos dessa mudança. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/atlas-da-violencia-2023-revela-urgencia-de-maior-atencao-a-publicos-prioritarios-do-mdhc-veja-os-dados>

Trajatórias pessoais e caminhos sustentados: da adolescente à jovem pedagoga

Alessandra é filha de mãe solo. A mãe trabalhava como empregada doméstica, em casa de família, como todas as tias, filhas de lavradores, no interior do Ceará. Mas não tinha boa relação em casa, as pessoas da família não a aceitavam, ela foi muito rejeitada por sua orientação sexual. Acabou migrando do campo para a cidade, e, buscando emprego, foi trabalhar nos serviços gerais de uma escola na capital do Ceará. Sendo criada e morando com uma das tias no interior, Alessandra logo deixou a “mãe do coração” e veio em busca da mãe biológica:

Aí com o tempo eu tive a necessidade de me aproximar da minha mãe biológica, e vim. Já pequena comecei a ver, e comecei a estudar aqui em Fortaleza. Então, desde pequena eu tinha um sonho de ser professora. E eu queria muito que minha mãe, eu queria muito alegrar o coração dela porque ela não queria que eu fosse mais uma doméstica para perpetuar isso que vinha da família dela, de lavradoras pra domésticas, não menosprezando esse trabalho, que é um trabalho de muitas mulheres pelo qual levam o pão pra dentro de casa. Então as minhas memórias são essas. (...) E eu me recordo muito de ver minha mãe sempre limpando a escola, e eu achava que a escola era dela, que a escola era minha. E aquele mundo... eu cresci nesse mundo (...) Eu não olhava pra minha mãe como trabalhadora lá, eu não entendia também o que era profissionalização e eu achava que ela era dona daquele lugar. Eu acordava indo para aquele lugar lindo, em que acontecia muita coisa e onde eu tinha muitos amigos, e era isso, eu achava que minha mãe era dona da escola e que a escola era minha.

Alessandra explicita esta leitura de criança e de sonho, de futuro e de pertencimento. A escola desde cedo teve impacto multiplicado na sua vida, era dela, era da mãe. Seu lugar de estar, seu lugar de brincar e seu lugar de ser adulta, profissional, quando conquistou seu projeto. Em se

tratando de uma mulher negra, em plena continuidade das tramas coloniais, se reconhece como mulher negra, militante, rompendo com o silêncio das mães que não são ouvidas pelo Estado, é o que constrói.

Na adolescência, Alessandra teve dificuldades na relação com a mãe. Mesmo tendo vindo para Fortaleza para reencontrá-la, conta que não era uma relação fácil, não entendia seus posicionamentos e atitudes, cobrando da mãe respostas às suas questões. Queria saber de seu pai, os motivos da mãe não a ter criado e se afastado, mudado de cidade. As discussões se sucediam e os vínculos estavam tensos entre elas. Alessandra relata assim seu próprio processo de adolescência e de rebeldia, com complicações nesta fase frente ao jeito da mãe. Relata ter sido atravessada em sua juventude pelas problemáticas da exploração sexual, da drogadição, enquanto a mãe enfrentava suas crises e adoecia. Sofriam, ambas, as preocupações recíprocas, que as tensionavam, mas as aproximaram:

A gente já estava no processo de restabelecimentos dos vínculos, e aí a gente não tinha uma boa relação, quando ela adoeceu, não conseguia ver o quanto que era letal aquela doença dela, e ela já estava avisada de que a qualquer momento poderia ter um infarto, minha mãe bebia, minha mãe fumava. (...) Aí ela começou a se cuidar, eu também, porque foi muito isso, eu tive que ser muito autodidata para compreender as coisas, o mundo me ensinava uma coisa, eu pegava aquilo, mas eu também tinha outras necessidades de viver algumas coisas e aí foi quando eu, ‘não mãe, eu te prometo que eu vou tentar’, e com a cabeça de adolescente fui tentando e foi quando ela de fato teve o primeiro AVC, e aí depois ela fez o cateterismo, e aí que não queria perder minha mãe porque foi uma luta reconquistar esse espaço. (...) Foi uma tomada de decisão, cuidar

dela, e consegui, até os cinquenta e três anos dela, porque ela teve um ataque fulminante e foi embora, me deixou.

Para Alessandra, a ajuda que recebeu dentro da escola foi fundamental, o engajamento em um grupo de cultura, a oportunidade de trabalho, buscava emprego e foi acolhida lá mesmo, ingressou no grupo cultural Raízes Nordestinas e passou a ser assistente nessa escola. Constituiu assim um processo de resgate de seu caminho pessoal e considera a cultura uma referência muito importante, nesta perspectiva:

Nesse grupo a gente fazia ensaios, tanto no centro comunitário do bairro vizinho, como nessa escola onde a gente foi. Eu já estava atrás de emprego, né, adolescente, e a coordenadora do grupo falou com o diretor, olha, a gente tem uma menina que a gente está resgatando... Foi difícil, mas eu consegui colocar o pé firme na cultura, aí eu entrei no regional, eu cantava no regional da cultura, a gente viajou representando o Ceará para São Paulo, Festival de Xaxado, eu conheci Exu, Pernambuco, a gente foi pra um festival, e foi muito bom. A cultura chega, de fato, eu me abro, eu abro espaço pra estar na cultura, e eu gosto daquilo, e me afasto do que me levaria pra outros caminhos, inclusive o da prostituição¹⁹⁷, e aí eu acabo me encantando com tudo aquilo que o Raízes Nordestinas me proporcionou e hoje, talvez eu esteja aqui pelo caminho da cultura mesmo.

Ao mesmo tempo, além da cultura, o resgate pela educação, pelo trabalho, a aposta da escola e da direção em sua pessoa, se tornaram elementos fundamentais em seu processo, em sua vida, assim como o olhar e a aposta da mãe, suas expectativas e sua própria procura, tendo

¹⁹⁷ Mantive aqui o termo *prostituição* utilizado pela entrevistada mas anteriormente me referi à exploração sexual porque sabemos que não se trata de prostituição quando lidamos com adolescentes. Ela faz referência à sua adolescência.

oportunidade de substituir um colega, demonstrar sua capacidade, investindo até a profissionalização. O caminho aberto pela cultura e pela educação aqui integrados, proporcionou ainda o resgate de suas próprias raízes e a possibilidade de uma inserção comunitária a ser sustentada e fundamental neste pertencimento, ela que já era “dona da escola”:

Eu consegui entrar numa escola como auxiliar das salas, auxiliar da professora, e aí me destaquei bastante na sala de aula, e aí a professora, no final do ano, eu entrei de setembro pra outubro, na semana da criança, a professora teve que se ausentar da escola, e aí eu recebi um convite pra ser a professora titular daquela sala, só que como eu não tinha nenhuma formação pedagógica, eu tinha só o ensino médio completo, o diretor me fez a proposta, a gente te auxilia e eu fiz todo o meu quarto pedagógico no Instituto de Educação do Estado do Ceará. (...) eu passei oito anos da minha vida fazendo pedagogia. E aí eu fui fazer o pedagógico, tive todo o apoio, me tornei professora titular e, por sinal, me destaquei bastante nas atividades em uma escola particular no meu bairro, e aí fui gostando disso, fui me identificando bastante, porque era um sonho de criança. Quando concluí o quarto pedagógico, aí veio o desafio da faculdade. Eu nunca consegui entrar nas faculdades daqui, e fui fazer uma faculdade particular, que na época era a FLATED¹⁹⁸. O diretor me ajudou, e aí eu concluí a minha faculdade, me formei em pedagogia.

A trajetória de direitos alcançados por Alessandra, em um contexto de expectativas familiares, na escola e na comunidade, dimensiona a educação como direito, que a atendeu, tendo sua dignidade como fundamento, de acordo com a política educacional estabelecida pela Constituição Federal de 1988, que acena com as garantias preconizadas pelo Estatuto da Criança

¹⁹⁸ Faculdade Latino Americana de Educação - FLATED, uma faculdade privada filantrópica em Fortaleza.

e do Adolescente, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, lançado em 2003 e consolidado em 2006 (Brasil, 2007). Hooks (2020) vai buscar em Paulo Freire a inspiração para valorizar a educação, observando o processo de aprender e ensinar que embasa a teoria freireana, que enlaça a educação com a transformação do mundo, construção de histórias. Alessandra vivencia esta possibilidade, ao participar, encontrar-se com seus próprios planos e se encontrando com os da sua comunidade, em uma ação política necessária, tomando a educação como prática de liberdade.

Sorte ou garantia, chama a atenção um mínimo alcançado, uma faculdade privada e com muitas dificuldades, que demonstra ainda estar longe o acesso e a permanência na escola de toda a população, como instrumento da construção de uma cultura de direitos humanos baseada nos princípios da democracia e da justiça social com vistas à inclusão e ao respeito às diversidades. Seguem-se os mínimos alcançados e, particularmente para os negros, pobres e moradores da periferia, uma loteria para este acesso ser garantido. A história de Alessandra não é uma referência a facilidades. É uma história de resistência.

Adoção e vida que segue: caminhos do cárcere

Alessandra relata o lugar do filho na sua relação e com a mãe, que foi quem o adotou, originalmente. Juntas, acolheram Israel, sua chegada auxiliou no resgate do vínculo com sua mãe e qualificou sua convivência. Israel seria seu irmão, portanto. Oriundo de um processo de violência familiar, foi entregue pela mãe biológica e as duas, Alessandra e sua mãe, resolveram entrar com processo para obter a guarda do menino. Elas se empenharam no cuidado de Israel, levaram-no para o interior em passeios e visitas à família, criaram laços e o menino quis ficar com a nova família. Os pais biológicos consentiram, frente à situação instável que vivenciavam,

estando a mãe em privação de liberdade naquele período. O longo processo de adoção de Israel se resolveu logo em seguida ao falecimento de sua mãe. Alessandra lembra que Israel já a tratava como mãe, a mãe como avó - e se decidiu por adotá-lo:

Aí me torno mãe, e aí, de fato, fui mãe. E sou até hoje. Eu não aceito que ninguém diga que eu sou menos mãe, pouca mãe, muita mãe, não, não, porque eu passei por todos os processos. Quando sai, eu assumo, coloco meu nome como mãe dele. Ele já estava comigo.

Vivendo a sua vida, Alessandra seguia fazendo sua faculdade, trabalhava, ficava pouco em casa com o filho, mas mantinham laços afetivos e bom relacionamento. Ainda antes de completar 10 anos, no entanto, o filho apresentou comportamentos que a preocuparam, aconteceu algum furto em supermercado, idas e vindas de casa. Alessandra refere uma forte presença da mãe biológica, com quem ele mantinha relacionamento pois a havia procurado, acompanhava os episódios de uso abusivo de drogas, dolorosos retornos e saídas das prisões da mãe biológica, sem deixar de acolhê-lo, acompanhá-lo, apoiando suas decisões:

O Israel começou a procurar a mãe biológica, com todos os problemas, usuária de droga, roubava, fazia todo tipo de ilícito, e, ele foi muito se aproximando, porque eu consigo entender que é muito isso. Quando eu fui criada pela minha mãe do coração, eu tinha uma necessidade de conhecer minha mãe biológica, e eu vi o mesmo desejo do Israel, de conhecer a família biológica, então, eu comecei a entender um pouco ele, mas eu me assustava muito com o contexto da mãe.

Alessandra aumentava sua preocupação com o que ouvia como hipótese da comunidade, como que a repetir, “avisando: este menino vai dar trabalho”. Mas já se colocava como

responsável, seu amor de mãe a envolvia e ela torcia por e estava com ele: “Ele vai dar certo, ele vai dar certo”.

Tudo começou na escola, eu professora, ele, meu filho, tinha uma bolsa, ele começou a apresentar alguns comportamentos na escola, ele sempre era chamado a atenção pelo comportamento dele aí, eu sempre tendo que ser essa pessoa pra dar conta, porque o pai não se aproximou, o pai não tava próximo, e aí ele conseguiu concluir o ensino fundamental dele, ele foi pra uma outra escola, na outra escola, teve um problema, quando viram o comportamento dele, encaminharam para o conselho tutelar, então na minha trajetória de memória, quando eu lembro do primeiro espaço dos caminhos do cárcere que eu visito, que eu passo a ir, foi o conselho tutelar, porque tudo começa lá.

De acordo com o Artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, as medidas de internação devem ser o último recurso dentre as medidas que o estatuto prevê e só devem ser utilizadas em infrações graves, como os crimes contra a vida. Mas não é assim que acontece. O adolescente que comete algum ato infracional via de regra é entendido pela sociedade como agressor que merece receber ações de ordem punitiva e corretiva e nada mais, apesar da Doutrina de Proteção Integral. Criminalizado, é diferenciado do adolescente que recebe medida de proteção, tratado como vítima, e recebido por uma instituição de cuidados. Ao adolescente em conflito com a lei resta o cumprimento de medidas socioeducativas de internação, onde seus direitos serão violados, perpetuando-se uma via de criminalidade ao invés de ter o aceno de outras possibilidades para sua vida (Scisleski & Guareschi, 2015). Assim se insere Israel, nas duras medidas que só fazem conduzir a permanência em pequenos delitos, tendo o uso de drogas criminalizado, recebendo a classificação de “problemático” e a indicação do Conselho Tutelar. Já não se trata mais de “menor”, está adolescente, mas parece o antigo

tratamento. O investimento em bens e serviço do qual nos falamos Paiva, Oliveira e Colaço (2019) não está disponível. Somente para adolescentes pertencentes às camadas economicamente favorecidas.

A instituição do Conselho Tutelar a partir do ECA, em 1990, como órgão garantidor dos direitos de crianças e adolescentes¹⁹⁹ é cheia de percalços nas mesmas dimensões analisadas acima. A rigor, ele se constitui em importante agente de prevenção, fiscalização e garantia de direitos, em consonância com movimentos sociais que fazem a luta pela proteção integral de crianças e adolescentes. Mas enfrentam toda sorte de preconceitos, críticas e tensões, constituindo desafio ainda muito atual, conforme já fartamente pesquisado (Kehl, 2003; Roudinesco, 2003; Silva, Polli, Sobrosa, Arpini, & Dias, 2012; Brondani et al, 2021).

A realidade traz a compreensão - que se pode constatar em toda parte, desde conversas triviais sobre crianças e adolescentes em situação de rua até posicionamento de altos executivos e autoridades judiciais que se referem ainda à existência de “menores” - se trata ainda da existência prevalente de antigos conceitos de concepções menoristas, atualizadas, com modelos padronizados de asilamento e escassa flexibilidade na leitura da realidade e rigidez na concepção de famílias, gerando intenso desgaste emocional em ambientes de alta vulnerabilidade social, via de regra. Esta concepção também interfere na qualidade dos recursos de que dispõem esses operadores do direito, que precisam articular uma rede ainda a ser tecida, em um sistema de garantia de direitos que também lida com os mesmos atravessamentos.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2012) complementa o prescrito legal, garantindo o estabelecimento de parâmetros de ação e gestão para a passagem da

¹⁹⁹ Órgão integrante da administração pública local, composto por cinco profissionais, escolhidos pela população local para um mandato de quatro anos (Lei n. 8.069/1990).

tutela ao reconhecimento de crianças e adolescentes como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos e garantias (Brasil, 1990), especificando as medidas socioeducativas. Mesmo assim, este processo é frágil e é no período da entrada de Israel que a maior crise do Sistema Socioeducativo se mostrou ainda mais aguda. E depois, como refere a mãe, ele sai pior.

Na jornada de Alessandra e seu filho, desde a indicação da escola, o Conselho Tutelar foi acionado. Encaminhado para um projeto, a mãe já localiza a falta de estrutura e de melhores condições para o encaminhamento de Israel, que foi mandado para atividades em projeto a muitos quilômetros da rota de seus caminhos habituais, constituindo-se em mais um problema a ser administrado inclusive com o próprio Conselho Tutelar:

[Ele foi] encaminhado para um projeto, do outro lado da cidade, espaço conflituoso. No conselho tutelar, ele foi. Aí é isso, o espaço é feito pra pensar toda uma rede de atividades pro menino, pra pensar toda uma rede, me encaminharam para um projeto na Bela Vista, eu moro no Henrique Jorge, que era bem distante, e que era um espaço extremamente conflituoso. Quando o Israel foi, eu levei, era pra futebol, era pra atividades, eu vim, assim, eu escutei histórias de outras mães, que não era o espaço que iria, é, de alguma forma, ajudar o menino. Então eu voltei, eu retornei, aí eu fui taxada como uma mãe que não queria colaborar, com o processo do meu filho, só que eu o que fui vivenciar, ter que sair do Henrique Jorge, e levar ele lá para aquele espaço, eu sabia que o espaço não ia ajudar ele, beleza. E aí fomos, sendo acompanhados pelo conselho tutelar, aí veio a primeira saída do Israel de casa.

Nestas andanças, Alessandra trabalhando e estudando, faculdade à noite, é quando se dá o processo de saída de casa do filho, como ela refere. Israel some, ela não o encontra, percorrendo

o caminho da delegacia para o registro do Boletim de Ocorrência e passando por albergues, de uso dos “amarelinhos, que recolhiam os meninos”²⁰⁰, quando se constitui o caminho para a medida em meio fechado²⁰¹, do Martí Francisco²⁰² para o São Francisco²⁰³:

E aí, nesse trajeto todo, veio a primeira queda dele fechada. Quando ele me liga, ele passou por uma audiência, eu não fui chamada, ele deu o nome de uma outra mulher, não foi nem da mãe dele biológica, e aí essa mulher não compareceu e ele foi levado pro Centro, e começou a cumprir medida, e o Centro não me ligou. E aí, um celular entra dentro do dormitório deles e ele liga: mãe, tô na Casa São Francisco, procura saber, vem me ver, me tira daqui, que eu tô apanhando . Eu fiquei assim chocada, porque como

²⁰⁰ A expressão “os amarelinhos que recolhem os meninos” parecem fazer referência aos integrantes das equipes de educação social que atuavam nas ruas de Fortaleza, vestidos com blusa amarela, vinculados à Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI ou mesmo ao Conselhos Tutelares, não tendo sido encontrada por esta pesquisadora literatura para confirmar a hipótese.

²⁰¹ No Ceará, encontram-se atualmente (2024) anunciados no sítio da Superintendência do Sistema Socioeducativo 19 Unidades Socioeducativas. Na Grande Fortaleza (11), o Centro Socioeducativo de Semiliberdade Mártir Francisca; o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota; o Centro Socioeducativo Antônio Bezerra; Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider; o Centro Socioeducativo Dom Bosco; o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré; o Centro Socioeducativo São Francisco; o Centro Socioeducativo São Miguel; o Centro Socioeducativo do Canindezinho; o Centro Socioeducativo Passaré; e a Unidade de Atendimento Inicial: Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro. No Interior (08), no Sertão de Crateús, o Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Crateús; no Sertão de Sobral o Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Sobral; o Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente e o Centro Socioeducativo de Sobral; no Cariri, o Centro Socioeducativo José Bezerra de Menezes; o Centro Socioeducativo Padre Cícero; o Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Juazeiro do Norte; e no Centro Sul, o Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Iguatu.

²⁰² O Centro de de Semiliberdade Mártir Francisca, destinado a atendimento socioeducativo de adolescentes do sexo masculino, sentenciados com medida de semiliberdade foi inaugurado em 31 de julho de 2001, em substituição ao Centro Educacional Dom Bosco, localizado no bairro Passaré, que mantinha estrutura física nos moldes da antiga Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM/CE), por decisão do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. O nome do centro de semiliberdade faz homenagem a mártir Francisca, jovem vítima de feminicídio na cidade de Aurora, no interior do Ceará, no ano de 1958, sendo considerada santa pela comunidade local até os dias de hoje, conforme consta no seu projeto pedagógico (2021). <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2021/12/CENTRO-DE-SEMILIBERDADE-MARTIR-FRANCISCA.pdf>

²⁰³ Conforme o registro de seu projeto pedagógico (2021) o Centro Socioeducativo São Francisco foi construído e inaugurado no ano de 1997, como anexo ao Centro Educativo São Miguel, sendo concebido para atendimento dos adolescentes sob Internação Provisória (ECA, art. 108). No entanto, passou a atender prioritariamente o jovem primário na prática de ato infracional. <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2021/12/CENTRO-SOCIOEDUCATIVO-SAO-FRANCISCO.pdf>

é que ele passa por todos os espaços do Estado, e eu não sou comunicada enquanto mãe dele, foi muito errado, quando tudo começou, e aí eu fui procurei saber, fui na DCA²⁰⁴, ninguém deu conta de que o menino tinha passado por lá, não tinha o registro do nome dele, porque ele tinha dado o nome errado também, mas mesmo assim, o menino chegar, eu sei que talvez ele tenha dificultado, esse processo de identificação dele, porque ele tava com muito medo. E aí, como ele me avisou, eu procurei saber onde era a unidade do São Francisco, eu descobri na DCA, fui lá pro Passaré, comecei a visitar.

Foram anos acompanhando Israel no socioeducativo, sucederam-se as saídas e novas entradas temporárias, com visitas e acompanhamentos, situações de maus tratos e tortura, sistemáticos. Vieses repercutiu o debate, analisando as relações entre estado neoliberal e o recrudescimento da criminalização e do extermínio de jovens, em que a visibilidade atingida com as crises, neste estado, vão levar ao aumento da criminalização e ao retorno das tentativas de redução da idade penal, aviltando direitos humanos (Barros, Accioly e Ribeiro (2016).

Em 2014, frequentando o São Francisco, acaba vivenciando o episódio de culminância da crise que repercutiu no mundo²⁰⁵:

O Israel estava nesse intermeio de passar, então, em dois mil e catorze eu passei o ano visitando, no final de dois mil e catorze os meninos começaram a se rebelar, e eles se rebelavam não porque eles era maus, não porque eles queriam quebrar, depredar. Eles se rebelaram, era uma maneira de fato de denunciar aquilo que acontecia lá dentro do São Francisco (...)

²⁰⁴ Delegacia da Criança e do Adolescente.

²⁰⁵ No próximo tópico (4.3.3), abordarei a crise com mais detalhes.

Alessandra é crítica e compara os períodos, desde 2013, quando acompanha o filho e conhece o Socioeducativo, até os dias de hoje, em que mantém a militância pela dignidade e voz às mães dos Sistemas contra toda forma de privação de liberdade. Observa muitas mudanças, mas a base do tratamento é a mesma, os adolescentes apanham, sempre. Percebe ali que os direitos não são garantidos para todos, o mesmo questionamento apresentado por Paiva, Oliveira & Colaço (2019).

Se você for convidada por alguma assistente social na DCA, aí ela vai dizer, olha ele vai cumprir uma medida, ele vai ter uma sala de aula, tudo aquilo que nos contam não é verdade, tudo isso é pra acontecer dentro de um Centro, mas na prática, não acontece. Hoje talvez seja de uma forma mais organizada, que é a crítica que a gente faz, hoje existe uma Secretaria [Superintendência], a infraestrutura melhorou, da minha época, de dois mil e quinze, mas a operacionalização da política da socioeducação não acontece e eu falo com muita legitimidade, porque vivenciei, vivencio e acompanho mulheres que visitam os espaços, a narrativa de dois mil e quinze é a mesma de dois mil e vinte e três, porque da maneira que bateram no Israel em dois mil e quinze ainda se bate hoje nos meninos de dois mil e vinte e três, a maneira que o Israel nunca entrou numa sala de aula em dois mil e quinze tem meninos que não conseguem acessar a sala de aula hoje em dois mil e vinte e três, então a operacionalização não aconteceu, não acontece.

Barros et al (2019) vão fazer o mesmo debate, identificando o processo permanente de criminalização de adolescentes periféricos, com o aumento da sujeição criminal: englobam um vasto conjunto de pessoas negras, pobres e residentes em periferias que podem virar alvos de práticas de extermínio simplesmente em função de existirem e ocuparem “territórios perigosos” (p.120).

Reafirma-se que a garantia que se faz universal e não o é, na prática, na realidade, nunca se criou universal. Dependendo da condição de classe e de raça, “os adolescentes estão posicionados em lados diametralmente opostos entre a inclusão e a exclusão social” (p. 180):

O que prevalece em relação ao ECA nos conduz à conclusão de que na sua aplicação os seus dois livros têm destinatários diferentes e bem delimitados na prática social, comprometendo a sua doutrina de universalização e de proteção integral para todas as crianças e adolescentes. O que se observa é que para as vidas desejáveis cabe a garantia dos direitos fundamentais previstos no livro 1 do ECA. Porém, não se trata apenas de assegurar direitos a essas vidas. No modelo neoliberal de mercantilização, de supervalorização do capital, isto implica gerar privilégios que se sustentam pela eliminação de outras vidas. (Paiva, Oliveira & Colaço, 2019, p. 181)

Alessandra refere que em meio às crises que já se tornaram permanentes passa a se criar um momento de aproximação entre as mães. Elas constituíram um grupo e Alessandra passou a levar seus estudos, seus debates, os conteúdos que recebia na faculdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no final de semana nas visitas: “o Estatuto estava na calçada, porque nunca passou por aquele espaço, então começa tudo aí. E é aí é onde eu começo toda a trajetória da militância”.

Minha mãe já tinha falecido, foi bem difícil ... e aí as dificuldades vieram por aí, mas das minhas origens, assim, da minha formação pedagógica, e é aí onde tudo começa, quando eu sou atravessada pela militância. Tem os atravessamentos da vida do meu filho, que levou ele pro aprisionamento, é todo uma história, mas eu também consigo compreender que eu tive um suporte [na sua formação].

Quando mães se reúnem, a formação de coletivos opera na construção de resistência, produzindo cuidados e reconstrução de trajetórias, conforme os estudos de Rodrigues (2022), que analisa o impacto deste processo sobre as próprias trajetórias, estudando mães de jovens assassinados em Fortaleza, que engendram lutas coletivas por memória, justiça e reparação em um cenário de vidas (des)importantes. Alessandra se torna referência como mãe com voz, aprende a estar na situação de ter um filho em medida socioeducativa, de garantir sua presença autorizada e fiscalizadora nos espaços conflituosos de um Estado que se encontra sem planos de atendimento e faz uso compartilhado deste laço, sustentando-se o coletivo. Assim, fortalece-se o coletivo Vozes, interferindo em uma condução de atenção necessária para os jovens e de continuidade para a luta das mães, na aliança que acaba por sustentar uma luta tão difícil que descreve.

A dimensão pedagógica compreensiva levada por Alessandra às outras mães do socioeducativo, mediante portas fechadas na crise, também é objeto de questionamento pelo movimento social que se detém na verificação da aplicação de medidas preconizadas pelo ECA e que não são percebidas neste processo. A responsabilização prevista não se cria magicamente e não pode significar somente a punição verificada. É uma guerra constatada. A socioeducação tem a base nos princípios e paradigma de práticas educativas, opostas à penalização, de acordo com pressupostos da socioeducação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE). Mas na prática não é assim que se apresenta.

A delinquência como patologia social pertence ao conceito ainda anterior ao código de menores e da doutrina da situação irregular, da doutrina do direito penal do menor²⁰⁶, com a

²⁰⁶ Lei nº5.083, de 1927, que vigorou até 1979, chamado de Código de Mello Matos, que foi a primeira legislação direcionada a crianças pobres, consideradas delinquentes em potencial, que deveriam ser internadas para receber

conjugação da carência - já identificadas em pobres, negros, oriundos de áreas periféricas que cometiam delitos. Em 1979, o modelo carcerário e repressivo que já estava arraigado em nosso país foi substituído sem muitas diferenças pelo novo Código de Menores, consagrando a noção do “menor em situação irregular”. O novo Código de Menores concentrou nas mãos da figura dos “Juízes de Menores” o poder sobre o destino das crianças e dos adolescentes que se situam desde a condição de privação de condições essenciais de subsistência e omissão dos pais até a autoria de alguma infração penal, sem garantia de direitos e defesa das pessoas envolvidas, compatível com o regime ditatorial em curso (Rizzini & Pilotti, 2011).

O mito da “criança problema”, como referem os autores, no entanto, prevalece para até muito tempo depois da instalação do Sistema de Garantia de Direitos (1990), que se estrutura no país principalmente a partir da década de 80, capitaneado fortemente pela sociedade civil e instituições internacionais de direitos da criança e do adolescente. À luz da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, conforme Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, em vigor desde setembro de 1990, o Brasil tem sua promulgação homologada ainda em 1990²⁰⁷.

Coimbra & Nascimento (2008) analisam a leitura que a sociedade muitas vezes faz a respeito da população infanto-juvenil pobre, frequentemente considerada violenta, perigosa e “dada ao crime”, atingindo um status de não humana, caracterizando um espécie de atributo

formação moral e de trabalho, “protegendo-as” à época, do trabalho infantil generalizado, do abandono e da delinquência. Foi marco legal no período com o objetivo de lhes dar assistência e proteção. Chama a atenção ao leitor a análise de que encaminhou-se a formação em internatos de crianças pobres, oferecendo instrução primária e instrução para ofícios, considerando-se que os filhos das famílias abastadas também eram internadas em colégios internos, a fim de evitar uma futura delinquência, o que foi suprimido bem antes dos internatos dos pobres.

²⁰⁷ Para aprofundar o debate que foi suscitado na própria instalação do processo de discussão da Convenção, ratificada por 196 países, considerado o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal, conforme dados do Unicef (<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>), vale conferir registro e análise de Rosemberg & Mariano (2010), que reproduzem a tensão internacional principal entre direitos de liberdade x direitos de proteção, suscitando uma polêmica à parte.

compulsório, que se espera dela: “a infância em perigo - aquela que ainda não delinuiu mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada - e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social” (p.2) compondo uma subjetividade com base em teorias racistas, eugênicas, oriundas da Europa do Século XIX. Simultaneamente, indicam o período da “ciência europeia”, de formulação da Antropometria, que tem Lombroso como um dos principais autores, que sustenta a inferioridade de determinados segmentos sociais. Além da formulação capitalista liberal, abolicionista, na defesa de trabalhadores livres, desde que eles se mantenham em seus lugares:

Segundo a lógica do capitalismo liberal, os trabalhadores livres têm liberdade para oferecer e vender sua força de trabalho no mercado, desde que se mantenham no seu devido lugar, desde que não participem dessas misturas indesejáveis, mantendo-se dentro das normas vigentes, desde que, portanto, respeitem as regras impostas por uma sociedade de classes. Sociedade essa que, paradoxalmente, a partir de certos princípios defendidos por uma elite que ascende ao poder, propugna em seus discursos que os direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais são direitos de todos, produzindo-os, assim, como direitos universais através de suas famosas palavras de ordem: liberdade, igualdade e fraternidade. (Coimbra & Nascimento, 2008, p.3).

Estas noções higienistas e que julgam poder delimitar os criminosos natos e os perigosos sociais, possuem muita força social e estão arraigadas subjetivamente como modos de existência, e retornam, de tempos em tempos, alimentadas pelo darwinismo²⁰⁸ e pela perspectiva da raça pura, entendendo existir uma herança degenerativa e indicando métodos de extinção dos

²⁰⁸ Diz respeito a obra de Charles Darwin, “A origem das Espécies” (1859), que defende a seleção natural e a hereditariedade.

degenerados para a correção dos males sociais em teorias consideradas científicas, oriundas de tratados médicos, psiquiátricos, antropológicos e jurídicos da época.

As autoras ainda nos apontam esta percepção social em tempos de neoliberalismo, em que se produzem modos de ser, estar e existir neste mundo pós moderno, com a flexibilização do trabalho, livre comércio e privatização. Seguem acontecendo as estratégias de exclusão e estigmatização da infância e da juventude, ainda mais importando os esforços para a consideração aos sujeitos de direitos e a proteção integral preconizada nas legislações vigentes.

De fato, os jovens negros estão na mira e a juventude negra e favelada é alvo de uma estatização da morte, em um movimento de racismo criminológico descrito por Silva & Bicalho (2023) quando são eleitos determinados corpos para o trabalho persistente de criminalização que garante tamanho foco nas favelas, onde estão estes corpos que precisam ser exterminados:

Há um discurso legalista que encontra legitimidade em um discurso científico segundo o qual alguns corpos precisam ser exterminados em nome de um projeto de país e alguns territórios precisam ser controlados em nome da manutenção de uma ordem racial. (p.3)

Sistema penal e política de segurança pública, como pontuam os autores e verifica-se em muitas pesquisas sobre a instrumentalização destes sistemas como ferramentas para manter a ordem social, realizam de fato o controle racial que se opera neste modelo de sociedade moderna, pós-colonial, sendo instrumentos de manutenção dessa sociedade pseudo evoluída, a ser mantida protegida dos espaços de segregação “racial-territorial” - são “territórios condenados ao atraso por serem espaços compostos por corpos condenados pela modernidade”(p.5), como referem os autores, eliminando-se a miséria incômoda e ameaçadora destas “classes perigosas” constituídas pelas “raças inferiores” em comboios conhecidos como importantes megaoperações da Segurança Pública.

Crise no Sistema Socioeducativo: Tortura, mobilização de coletivos e engajamento

Entre nós a dor não se compara, entre nós a dor se ampara.²⁰⁹

Esta mãe do socioeducativo seguiu em sua jornada de visitas e de tentativas de apoiar seu filho e os demais, mães e familiares; tentava compreender o sistema em que eles estavam inseridos - ele privado de liberdade, em medida socioeducativa provisório, depois em meio fechado, e ela fora, visitando, tentando entrar, associando-se com outras mães atônitas, que se encontravam na porta dos Centros, para se organizar, para se solidarizar, para romper com o sofrimento. As visitas se sucediam, os problemas se agravavam, a dificuldade de saber do filho, muitas vezes, a notícia de que apanhavam, ele e os filhos das outras mães. A crise de 2015 se constituiu mais fortemente e Alessandra relata a vivência do período mais conturbado nas medidas fechadas.

O grupo chamado Coletivo Vozes das Mães e Familiares do Socioeducativo surgiu no contexto desta crise, as mães se apoiando, buscando entender conjuntamente o que se passava, e circulando nas diversas casas, já desde 2013. Identificavam, através de conversas com os adolescentes, notícias da crise, ocorrendo internamente, com embates entre os socioeducadores. Os jovens reconheciam para as mães o diretor que queria “fazer diferente” na gestão da casa e que encontrava a resistência dos demais agentes, que incitavam sua saída, provocavam e agitavam os jovens, explicitando problemas graves de gestão do sistema. No Patativa do Assaré²¹⁰, as mães chegaram a conter uma rebelião, entrando e interferindo, porque todos os agentes saíam e deixavam acontecer a “quebradeira”:

²⁰⁹ Frase postada na página do *Facebook* do Vozes, referindo seus princípios.
<https://www.facebook.com/coletivo.vozes.ce>

²¹⁰ O Centro Socioeducativo Patativa do Assaré- CSPA, está localizado no Bairro Ancuri, em Fortaleza. Inaugurado em abril de 2002 para atender sessenta adolescentes em regime de internação provisória, tornou-se em 2006 uma

A gente ouviu de muitos meninos isso, e o grupo [de mães] surge ali. Foi uma rebelião muito grande que teve lá, que foi inclusive a morte de um menino, [em que] o guariteiro matou o menino. Os meninos quebraram e aí a gente queria muito entrar, as mães, e eles não deixavam. Entrava a polícia, entrava contenção, e por que a mãe não entrava? E quando existia uma rebelião todos abandonavam a casa e ficavam os meninos quebrando lá dentro. Todo mundo saía, os orientadores, todo mundo saía. E eu sei disso porque em rebeliões eles tentaram abandonar e a gente entrou, as mães, e a gente conteve uma rebelião dentro do Patativa do Assaré. E aí, as mães estavam lá, e eu só escutava os gritos das mães, as mães gritando ‘orientador, orientador’ e aí os meninos lá dentro também pedindo alguma coisa. Os meninos gritavam pedindo água, orientador, orientador, água. Lá fora eu só conseguia ouvir o eco da dor, dor, dor.

O movimento de associação foi crescente e revelou a dificuldade de todas as mães para ter acesso às informações sobre seus filhos. Em coletivo, realizavam movimentos de compreensão da situação e da realidade de cada interno. Construía possibilidades de apoio, fortalecimento e cuidados umas com as outras para o acesso e o enfrentamento. Conheceram-se em 2013, em frente às Casas. Aprenderam a gritar. Fortaleceram-se no encontro, ouvindo umas às outras, articulando-se. Perceberam que o encontro possibilitava uma ação conjunta e em 2015 se estabeleceram como Coletivo. Vianna & Farias abordam este percurso na relação de proteção de mães a seus filhos, de alguma forma vítimas do Estado ou sobreviventes, como são ao

unidade de internação para adolescentes e jovens de 16 e 17 anos. Em 2021 em seu projeto político pedagógico é apresentado como centro socioeducativo de internação masculina de atendimento de adolescentes e jovens entre 12 e 18 anos. <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2021/12/CENTRO-SOCIOEDUCATIVO-PATATIVA-DO-ASSARE.pdf>

passarem com vida pela privação de liberdade. Desde uma tutela mal realizada, como é o caso de adolescentes no sistema socioeducativo, até a morte - homicídio decorrente de ação policial:

Longe de ser um fato isolado, o acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social (Vianna & Farias, 2011, p. 83).

Ribeiro (2020), advogada popular com atuação profissional e militante na área, situa o ápice da crise, que ainda se estendeu, referindo mortes, fugas e rebeliões. Acompanhando a formação do grupo de mães, a partir de visitas ao socioeducativo e de encontros promovidos pelo CEDECA, faz a leitura da trajetória de Alessandra, em estudos que possibilitaram a compreensão de sua vivência, “fazendo perceber, significar e politizar a sua experiência a partir do confronto entre o vivido e os saberes disciplinares que adquiria na graduação, reposicionando assim seu contexto de enunciação”(p.261). Movida pelo foco no cuidado, Alessandra faz uso do que se chama de “ética com centralidade no cuidado por meio do protesto” e encoraja-se para a luta. Em entrevista, Alessandra confirma a construção:

Aí eu chamei uma mãe e falei, a gente precisa fazer alguma coisa. Existia uma que foi a minha referência, a G., ela ficava gritando, ela jogava pedra, ela chamava, fulano vem aqui, deixa eu entrar e ver meu filho, vocês vão matar meu filho. E eu sentada, não sabia o que era aquilo, a gente ficava sentada e essa, gritando. Aí veio o Barra Pesada, na época, conversou com ela. Olhando para aquela mãe, eu pensei, alguém tem que fazer alguma coisa. Muito motivada pelas leituras do Paulo Freire, que foram as minhas primeiras leituras, para entender a organização e tudo. Não, a gente precisa fazer

alguma coisa'. Eu cheguei nessa mãe que foi a minha inspiração, o nome dela é Maria G, ela hoje já adoecida porque o filho foi muito espancado lá dentro e quando ele saiu, cometeu suicídio. Inclusive ele é o primeiro menino da bandeira do Vozes. E eu disse, 'eu preciso muito de você, você é muito corajosa, eu ainda não sei fazer isso, eu não sei gritar. Então eu quero pegar na tua mão, se eu não gritar eu vou estar aqui do teu lado'. Aí ela, 'pois tá bom'. Aí veio uma outra, e aí começou com três mães, eu costumo dizer que nós surgimos no portão do São Francisco, nos portões dos Centros, e aí a gente começou a reivindicar a entrada, a gente queria ver os meninos, mesmo machucados, a gente queria ver, então o grupo surge de fato se consolida, em dois mil e treze.

A apresentação do coletivo na página do *Facebook*²¹¹ explicita e frisa a necessidade de mudanças estruturais, além das medidas de urgência frente à crise:

Imagem 9

Carta das Mães

²¹¹ <https://www.facebook.com/coletivo.vozes.ce>

O lugar de fala das mães e familiares do “Vozes” se constitui na partilha mútua sobre as vivências dos caminhos da internação e do cárcere e em seus enfrentamentos.

Sobre Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará

O Fórum de Mães surge da necessidade de compreender a aplicabilidade das "Medidas Socioeducativas", bem como suas metas e objetivos para com a ressocialização dos jovens da cidade de Fortaleza, logo, nossos filhos. Percorremos caminhos que nos possibilitaram algumas escutas e parcerias, nos nossos encontros enquanto Fórum construímos juntas alguns questionamentos que representa o desejo de cada mãe:

- O que efetivamente vai mudar em termos de educação social dentro dos Centros?

Porque até agora só reconhecemos e presenciemos todos os dias nas visitas ações punitivas.

- Quando é que de fato a nossa voz vai virar ação?

Esse questionamento segue aos representantes do Estado que ficaram de nos dar um posicionamento.

Garantir a alimentação é obrigação das casas, isso não mudou nada.

Adotar um procedimento disciplinador pra eles foi preciso em virtude do caos que impera nos Centros Socioeducativos.

Mas pontuamos que está longe de ser uma medida de transformação social.

O que de educação familiar/social/ cidadã e política se está sendo pensado para que de fato efetivamente corresponda ao ECA? Perguntamos a "Vocês" enquanto provedores desses Centros, onde nós podemos chegar dialogando com nossos filhos e de alguma forma ajudá-los?

O quê, ou como estão pensando trabalhar a identidade e a auto avaliação deles enquanto infratores para que eles se repensem?

Estamos articuladas em reuniões escutando promessas, e ainda não estão bem claras, conseguimos chegar e dialogar com vocês, mas oficialmente queremos lembrá-los que estamos esperando ações não mais urgentes e sim estruturais.

Ps.: As Mães.

Nota: Facebook Vozes – apresentação das Mães em carta publicada em

Rodrigues, Barros, Benicio & Gomes (2022), abordando o sofrimento psicossocial de mães que tiveram seus filhos assassinados em territórios periféricos, evidenciam o caráter político deste sofrimento, forjado em “imperativos capitalísticos neoliberais, segundo os quais o sujeito é o único responsável pelas condições em que vive, produzindo, assim, processos de culpabilização e silenciamento”(p.1), motivo pelo qual não pode ser simplesmente individualizado este sofrimento e sim considerada sua dimensão psicossocial, atentando para a moralização das violências, que acaba culpabilizando o adolescente e seu meio familiar e social:

Esta dimensão psicossocial se dá na confluência entre os processos singulares (de cada sujeito) e os coletivos (relacionados aos processos macropolíticos), englobando questões como a falta de reconhecimento social, os processos de exclusão e de violação de direitos.

As diferentes repercussões discutidas, como as alterações nas dinâmicas familiares; os processos de culpabilização vividos pelas mães; o medo que opera psicossocialmente produzindo isolamentos, silenciamentos e solidão; as desterritorializações produzidas a partir das perdas e a convivência diária com as dores constituem diferentes vetores que compõem o mosaico do sofrimento psicossocial dessas mães. Operam, portanto, como expressões do genocídio da população negra e pobre, um dos modos de “fazer morrer” sem que ocorra o assassinato direto dessas mulheres (p.8).

A crise, que teve seu ápice em 2015, foi objeto de denúncia em larga escala, e o Movimento das Mães do Socioeducativo foi protagonista, com apoio da sociedade civil do Ceará, particularmente o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e a rede que envolve o Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, como instituições de suporte, de acolhimento e de organização para as mães. E a Defensoria, que passou a ser parceira do Vozes, acompanhar reuniões e visitas. O CEDECA há muito acompanhavam o Sistema Socioeducativo e alertara sobre a situação através de seus relatórios diagnósticos sistemáticos²¹². A seguir o recorte síntese sobre a crise e sua dimensão em relatório de 2016 (CEDECA, 2016):

No ano de 2015, foram registradas mais de 60 (sessenta) rebeliões, motins e episódios conflituosos envolvendo todas as Unidades de Atendimento Socioeducativo destinadas a adolescentes do sexo masculino de Fortaleza. A referida crise, além de reiteradas rebeliões, caracteriza-se por denúncias de tortura e maus tratos sofridos pelos adolescentes internos, superlotação, que chegou a atingir o percentual de 400% em diversas unidades, falta generalizada de insumos básicos como colchões, toalhas e lençóis, restrição ao acesso à água e ao direito à visita e ausência sistemática de

²¹² O CEDECA apresenta relatórios sistemáticos desde 2008, tendo suspenso somente no período da Pandemia.

escolarização e profissionalização, atividades culturais, esportivas e de lazer, dentre outras violações de direitos humanos. Como expressão máxima do colapso do Sistema Socioeducativo no Ceará, em 6 de novembro de 2015, deu-se a morte do adolescente Márcio Ferreira do Nascimento, atingido por arma de fogo enquanto cumpria medida socioeducativa de internação no Centro Educacional São Francisco.

A força desta luta aparece na criação de uma página no *Facebook* do Coletivo Vozes, criada em março de 2016, com o nome Medidas Vorazes. Em seguida, esse nome foi trocado por Mães dialogando - Direitos&Educação dos Filhos, motivações que mobilizaram o coletivo. Em 2020, passou a ser o coletivo das Mães que Lutam pelos Direitos dos Filhos e em 2021 o coletivo instalou-se definitivamente como Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará, demonstrando a cada momento sua disposição para a luta e definindo sua abrangência. No *instagram* se apresentam como as “vozes de histórias silenciadas pelo Estado e suas práticas”, lutando pelo desencarceramento, desinternação, por vida e liberdade nas periferias²¹³. Em todo o período e antes disso, as mães associadas mantêm sua mobilização, não sem esforços e riscos. Mas com a certeza de uma resistência vigorosa, um coletivo que representa força, ancoragem, empoderamento e coletivamente alcança a incidência. Um vídeo sobre essa trajetória foi realizado em 2022 com financiamento do Fundo Baobá²¹⁴ e cofinanciamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos²¹⁵, do Fundo Elas²¹⁶ e da Fundação *Open*

²¹³ @Vozes das mães

²¹⁴ Fundo Baobá é o primeiro fundo exclusivo de financiamento e apoio à promoção da equidade racial para a população negra no Brasil. <https://baoba.org.br/>

²¹⁵ Fundo Brasil de Direitos Humanos é iniciativa que contribui na promoção do respeito aos direitos humanos no Brasil, canalizando recursos para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social. <https://www.fundobrasil.org.br/>

²¹⁶ Fundo de Investimento Social ELAS, único fundo de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres. <http://elasfundo.org/default.asp>

*Society*²¹⁷, com apoio das parcerias do Cedeca, Inegra²¹⁸ e Mulheres Negras do Ceará²¹⁹, em que as mães falam da história e do significado do Coletivo em suas vidas²²⁰. Não se trata de colocá-las heroínas, mas reconhecer que sua inserção transforma a política pública, exige e, portanto, qualifica o que o Estado oferece para o cuidado e a garantia de direitos de crianças e adolescentes no Ceará:

Uma muralha de mães surge frente aos grandes portões dos muros institucionais que aprisionavam seus filhos(as). Decidiram juntar as dores, firmaram os passos e nunca mais baixaram a cabeça nem a voz. Saíram semeando resistência e regando um 3º caminho, outro caminho que não seja a cadeia nem o cemitério²²¹. E, sim, vida e liberdade nas periferias para nossa juventude e bem viver para as mães pretas. É possível!

"Nossos passos vêm de muito longe", como nos ensinou Conceição Evaristo. O Coletivo Vozes apresenta o documentário que mostra seus passos, iniciados lá em 2013. Seguimos

²¹⁷ A *Open Society Foundations* se constitui numa rede internacional de filantropia que apoia financeiramente grupos da sociedade civil em todo o mundo, com o objetivo declarado de promover a justiça, a educação, a saúde pública e a mídia independente. <https://www.opensocietyfoundations.org/>

²¹⁸ Conforme galeria de projetos apoiados pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, o Instituto Negra do Ceará - Inegra, foi criado em 2003 por um coletivo de 13 mulheres negras. Atua no fortalecimento da organização política das mulheres negras no Ceará e busca influenciar na agenda política das organizações e movimentos comprometidos com a luta feminista, antirracista e anticapitalista. Acesso no *facebook*: <https://www.facebook.com/institutonegra/>

²¹⁹ Conforme galeria de projetos apoiados pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, a rede de Mulheres Negras do Ceará atua desde 2008 na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras a fim de ultrapassar obstáculos impostos pelo racismo e que as aproximem do bem viver. A rede busca unir mulheres negras diversas do estado do Ceará e fortalecer o afeto como resistência. Acesso no *facebook*: <https://www.facebook.com/mulheresnegrasdoceara>

²²⁰ Link do Vídeo: https://fb.watch/rB_dkQuGdQ/

²²¹ "A cadeia ou o cemitério" é uma frase que passou a caracterizar a ação da polícia no Ceará, mediante a grande quantidade de homicídios por fazer alusão à "oferta" do secretário de segurança do estado em 2017, quando disse que se o bandido quiser se entregar, receberá a justiça. Se não, a oferta seria o cemitério. A letalidade de adolescentes por confronto com policiais é um índice alarmante no Brasil e o país tem sido notícia no mundo como tendo a polícia que mais mata e que mais morre, e "a grande maioria das vítimas é negra, na evidência do racismo estrutural e institucional da violência no Brasil", conforme matéria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Manso, Lima e Bueno (2021): "não se tem notícia de país democrático que ostente taxas de letalidade ou vitimização policial como a brasileira"

na luta pelo abolicionismo penal e no enfrentamento ao internamento e ao encarceramento.

Figura 10:

Jovens assassinados



Nota: Imagem de jovens fornecidas pelas mães. Cartaz nos 10 anos do Vozes, fonte Facebook.

O Abolicionismo Penal referido no material do Vozes tem relação com um movimento oriundo do final do século XIX, que contesta a forma como está definido o crime e o universalismo da lei e dos castigos, entendendo que outras formas de resolver os conflitos podem ser implementadas para superar o falido sistema de privação de liberdade, sendo seus maiores ícones na América Latina o argentino Eugenio Zaffaroni, e os brasileiros Edson Passetti, Maria Lúcia Karam e Nilo Batista. Os abolicionistas incluem como sistema penal todas aquelas instituições que o operacionalizam, como a polícia, o judiciário e seus tribunais, o sistema penitenciário, o legislativo e o Ministério Público, que, entendem, acabam por legitimar o senso comum punitivista que “se enraíza de maneira muito forte, dentro de cada um de nós, na forma de microsistemas penais” (Santos, 2016). Vera Malaguti (2020), ícone da criminologia crítica no Brasil, situa o Abolicionismo Penal como uma estratégia, mais do que uma escola

criminológica, destacando três formas atuais, com iniciativas que podem variar desde o pensamento anarquista, marxista e mesmo liberal radical, mas sempre na perspectiva de deslegitimar a pena, na medida em que a prisão é fruto do pensamento positivista, do capitalismo. Estas estratégias devem operar o desencarceramento, a descriminalização e o desmonte das estruturas penais. A autora avança pela vinculação da pauta penal com a situação do racismo, íntimos conceitos e realidades. A vinculação da escravização com o sistema penal é objeto da pauta em defesa dos povos negros, relação que caracteriza como “direta, brutal e verdadeira”, já que incide no controle, na docilização dos corpos, almejando seu extermínio.

Nesta perspectiva, jovens adolescentes a quem se atribui o cometimento de atos infracionais são identificados como aqueles cuja situação não prescinde de cuidados do Estado. Seletivamente, não importa a garantia de seus direitos, já que são reiterados e predominam os abusos, com o aval de uma sociedade punitivista, não despertando preocupação ou comoção social. No contexto do Ceará, como aborda Barros (2019), estes jovens são reconhecidos como “envolvidos” por serem identificados com o universo do crime e do tráfico na periferia, ainda mais tendo recebido uma medida socioeducativa muitas vezes relacionada com o trabalho da distribuição da droga nas quebradas e biqueiras, geralmente associada com o próprio uso²²². Mbembe (2018) vai introduzir a noção da necropolítica a partir da soberania estudada por Foucault no biopoder, como controle sobre a mortalidade - quem pode viver e quem deve morrer, questionando sob quais condições este poder é exercido, resgatando a noção de racismo utilizada por Foucault e referida por H. Arendt, quando tratam do poder de morte do Estado.

²²² Diversos autores abordam a problemática da droga que envolve desde cedo adolescentes, que acabam por constituir as fileiras da dinâmica do crime, em um dos muitos lugares oferecidos em que são valorizados no negócio da distribuição da droga ilícita, inclusive com a possibilidade do uso, engendrando uma economia complexa e difícil de ser superada em programas socioassistenciais tradicionais, como em Malaguti (2003) em *Difíceis ganhos fáceis*; Luis Eduardo Soares (2005) em *Cabeça de Porco*.

Trata, pois, da necropolítica como as “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (p.71), analisando a criação de mundos de morte como formas de existência social. Barros defende, assim, que estes segmentos juvenis, produzidos ao mesmo tempo “como ‘morríveis’ - abandonados de forma a inviabilizar suas vidas ou relegados a uma sobrevida, tamanha a sua precarização, e ‘matáveis’ - alvos de extermínio físico de forma socialmente banalizadas” (p. 211), e são “emblemas de maquinarias necropolíticas operantes no contexto brasileiro”(p.211).

Os relatos de Alessandra sobre os momentos em que vários jovens foram levados para uma escola e depois para uma unidade militar no complexo de Aquiraz²²³ expressam o descaso do Sistema Socioeducativo para com estes jovens e exemplifica a análise anterior. Agora se coloca a violência reproduzida do Sistema Prisional, a precariedade, com mecanismos nada qualificados de intervenção, algumas tentativas de contornar a situação, entrada de gestores provisórios, da pasta da juventude e da proteção social do Governo do Estado, para tentar acalmar a grave situação. As mulheres, mais organizadas, mantiveram plantões no local e conseguiram acompanhar de perto o que acontecia:

O Centro quebra em dois mil e quinze, começou as severas rebeliões. Foi simultâneo, quebrou São Miguel, quebrou São Francisco, quebrou Passaré, quebrou Dom Bosco... Quando isso acontece, a gente não tem informação nenhuma, levam os meninos para dois colégios aqui em Fortaleza, meu filho foi pra um e o da G. foi pra outro, antes de levar lá pro presídio de Aquiraz (...) o que a gente sabe é que os meninos foram guardados por homens com cachorros, dentro de um dos colégios, numa quadra, que

²²³ O “Complexo de Aquiraz” aqui referido é de fato um conjunto com várias unidades prisionais instalados na região metropolitana, na Br 116, Km 27 – Aquiraz-CE, onde se localizava a Unidade Militar à época. Outro complexo se encontra do outro lado da estrada, alguns quilômetros antes, na Br 116, Km 17 - Itaitinga-CE.

apanharam muito dentro dessa quadra pra se manter. Por que eles estavam assustados, ninguém sabia o que tinha acontecido, eles foram tirados do São Francisco [e das outras Casas] e foram levados para dentro de uma quadra em uma escola...

Os sinais da violência eram muitos frente a nenhuma informação à organização das mães. Foi estruturada comitiva para realizar a interlocução e elas foram recebidas, mais uma vez vencendo a resistência do Estado, mas era pouca a informação, o silenciamento é descaso. E as notícias não eram boas, a proximidade entre adolescentes e adultos em situação de privação de liberdade, que é vetada pelo ECA, foi a saída para a (des)acomodação dos jovens. O coletivo se organiza e desvenda o processo em curso, em que o próprio estado conduz a política de morte.

A gente precisa fazer alguma coisa, conversar com alguém, a gente precisa buscar respostas, e eu já muito provocada por isso, aí eu não, preciso ter mais mães, pra gente juntas fazer essa rede de mães, eu preciso, eu já tenho a ideia. ... e aí a gente volta, os meninos são remanejados, aí ninguém informa pra gente (...) e aí, eu retorno no outro dia, no São Francisco, e pergunto ao seu J., pelo amor de Deus, dê notícia, aí a gente chama outras mães, a gente precisa saber do endereço, da localização, e da integridade física dos meninos, como é que está, e aí eu peguei mais quatro mães e fizemos uma comitiva de mães e seu J. conversou com a gente. E aí ele disse, olha eles foram levados para um colégio, foram alimentados, eu não sei qual é a condição deles, mas eles vão ser todos levados pra um presídio lá na Itaitinga.. Aí foi um desespero, porque como é que você sai de um contexto da socioeducação, olha o nome que o próprio diretor diz, lá em Itaitinga, não, mas é o centro socioeducativo.

Então já começou, aí no outro dia a gente desce, ninguém sabe informar como era, disseram, venham pra cá que a gente vai disponibilizar uma van, pra levar as mães pra

lá. Essa van levou e só largou, na BR disseram, é aí dentro, ninguém informou nada, nenhum socioeducador acompanhou a gente, o motorista só deixou lá! pra entrar, a gente fez um diálogo com as pessoas da entrada, nossos filhos estão aqui, a gente precisa entrar, então foi uma demora, a gente passou o dia inteiro lá, primeira vez que eu desci para aquele lugar, a gente passou o dia inteiro, no final do dia, deixam a gente entrar, duas mães, eu e G. que estávamos meio que, [sendo] essa referência de conduzir as mães e dizendo, olha, a gente precisa estar juntas .

A desestruturação caracterizou o processo todo, as negociações permitiram a entrada gradativa das mães e, mesmo com a sua presença, constatando-se que a violência foi grande. Tortura, sedação medicamentosa, droga ilícita no “rebolo”²²⁴ e gestão provisória. O Relatório do CEDECA-CE de 2016, particularmente da vistoria à Unidade Prisional que estava recebendo em transição os adolescentes oriundos da Casa São Francisco, demonstra condições inaceitáveis no local em que estavam: inadequação da habitabilidade - faltavam colchões, higiene - não havia kits básicos tampouco talheres e copos para alimentação; faltava o acesso à água causando insalubridade - muita sujeira, baratas e outros insetos, entupimento de vasos sanitários, quando havia, poças de água, odor fétido. Nenhuma atividade externa - lazer, esporte, cultura e profissionalização. Grande dificuldade com os socioeducadores, que eram ativos perpetradores da violência contra os adolescentes, mas também posicionados como vítimas, pois alvos fáceis e sem manejo com os jovens.

Nós fomos, e aí quem tava lá, não existia ainda direção, numa direção colocaram ... pra tá um pouco a frente e colocaram ... [pessoas da] Coordenadoria de Juventude, eram

²²⁴ Um rebolo é uma forma para fazer acabamentoo em ferramentas, numa linguagem técnica, no dicionário da língua portuguesa. No entanto, no Ceará, o “rebolo” é o lançamento de materiais - drogas, armas para dentro da Unidade Prisional.

essas pessoas que estavam lá, e aí a gente ficou, marcando campana, marcando campana. Era um espaço que foi pintado às pressas, não tinha sanitário, não tinha água, era uma caixa, inclusive essa caixa hoje ainda existe, pra abastecer, o bombeiro tinha que ir pra levar água pros meninos, e todos os meninos estavam quebrados, assim, todos os meninos, algum machucado na mão, nos pulsos, nas pernas, eles estavam machucados, foi um período ... ainda da rebelião, eles também se machucaram, correndo, queimando, quebrando, foi muito ali no presídio de Aquiraz, a gente passou assim uma semana pra conseguir entrar e ver os meninos, e quando a gente entrou, foi muito pontual porque a gente marcou campana lá, eu e a G., a gente ficou: a gente só sai daqui quando ver os meninos, chegava a noite, anoitecendo assim aí a gente, não, não veio ninguém porque precisava alguém de Fortaleza pra autorizar, pois a gente volta amanhã'... e a gente passou uma semana indo, uma semana, sem conseguir entrar, e aí uma deles lá da Coordenadoria de Juventude, disse, olha, a gente vai deixar duas mães entrarem, tinha umas cinco, e aí eu entrei mais a G., nós fomos as primeiras a entrar, fomos visitar uma ala, foi bom porque a gente viu o todo, ela, o filho dela estava desse lado, e o Israel tava do lado B, que era o da quadra, então a gente fomos as únicas mulheres, na época a entrar e visitar os nossos filhos, a gente aproveitou e passou e correu o olho, porque tinham outras mães lá fora, quando eu saio, eu vi os meninos, o Israel estava machucado. Quando a gente sai eu disse minha gente agora vai ser o seguinte ... foi quando o grupo de whatsapp nasceu, eu preciso do nome de vocês, a gente vai fazer um grupo, e aí a gente começa a trocar informação, quem é que vem pra cá, botar informação de como é que tá, porque se você entrar, você vai entrar numa ala que tem um dormitório, vai ter uns quinze meninos, talvez o meu esteja aí, você me dá

notícia , e o trabalho começou dessa maneira, da gente passar a notícia, a gente volta pra casa, antes do final de dois mil e quinze.

Leite e Marinho (2020) falam de redes de resistência e esperança, salientando a organização das mães do socioeducativo do Ceará, com as mães de vítimas e que perderam seus filhos para a dinâmica da violência do Estado. Ultrapassando esse lugar de violência e sofrimento, a rede entre as mães vem para garantir os direitos dos filhos, articulando-as na luta. Assim, constituem laços de resistência e de apoio, na direção da garantia do direito, da justiça e da memória, que as autoras associam à luta pelo reconhecimento, memória e amor:

Na sua polifonia, a violência analisada além das estatísticas também sinaliza dramas e sofrimentos coletivos que vinculam as pessoas a partir da forma como vivenciam o luto, por intermédio de aproximações com os grupos sociais formados por suas trajetórias de perda e dor, criando, assim, laços de pertencimento e afinidades entre seus integrantes (p. 347).

A crise provocou não só a aproximação entre as mães, também a sociedade civil acompanhou as condições do Socioeducativo, como já vinha fazendo e o faz até hoje. A “novidade” é o contato entre mães e instituições, com possibilidade de apoio mais direto. Alessandra foi levada a falar com o Secretário à época²²⁵, sua interlocução se tornou direta e sentiu como se “*o Estado que oprimia tinha uma parte que acolhia, que ouvia as mães (,,), mas a minha fala era sempre de questionar, [eu dizia] isso que está acontecendo não pode , eles falaram isso, diziam [pelos seus interlocutores], seu filho vai ser acompanhado, senhora*”[como

²²⁵ O Sistema Socioeducativo ficava vinculado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, na gestão do Secretário Josbertini.

se dissessem se acalme e se cale]. Percebendo a contradição, convenceu-se que as mães precisavam ser estratégicas entre si, reunir, foram para a sua faculdade, foram para uma paróquia, fizeram várias reuniões. E cruzaram com o CEDECA:

Em uma dessas reuniões, o CEDECA apareceu, a gente encontrou esse parceiraço, que é nosso parceiro até hoje. O CEDECA disse, a gente é um Centro de Defesa, existem umas três mães que a gente acompanha, a gente quer possibilitar o encontro de vocês, e a gente oferece a sede, se vocês quiserem ir. Aí na primeira vez que eu fui, eu me encantei com o lugar, eu descobri que tinha assessoria jurídica, assessoria psicológica, que eles encaminhavam todo tipo de denúncia que a gente fizesse e que eles resolviam o problema. Eu disse, eu quero ficar aqui, e tô há dez anos lá, e aí começou, o CEDECA veio, no CEDECA a gente foi ter formações políticas, entender o que era orçamento, o que era direitos humanos, o que era direito da criança e do adolescente, aprofundar algumas coisas do ECA, entender o que era o SINASE.

A possibilidade de encaminhar denúncias e realizar a interlocução entre os diversos coletivos da cidade, do Ceará, nacionais e internacionais e a interface entre temas relacionados a lutas na democracia fortaleceram o movimento, mostrando ao mesmo tempo a solidariedade que sustenta a luta e dando o caráter da intransigência contra toda sorte de violência oriunda das instituições governamentais como a polícia, sistemas socioeducativo e prisional e de agentes públicos em geral. Restava recolher pedaços, na forma como os jovens eram encontrados, “acalmados” compulsoriamente. E agentes corruptos davam manutenção a mais uma faceta histórica do estado inconstitucional de coisas que o Supremo Tribunal Federal reconheceu no sistema prisional.

A gente começou a visitar todas as problemáticas do mundo, lá, os meninos foram todos dopados. Todos dopados, eu ia visitar o Israel, o Israel estava assim ó, babando, morto de drogado, de remédio mesmo e de drogas que entravam, foi o período de mais corrupção que aconteceu, orientadores nos paravam no caminho, pediam dinheiro pra deixar entrar o celular, a gente teve o contato [com os meninos] porque entrou celular, entrou droga, entrou bebida, entrou tudo que não era pra entrar, só não entrava as mães, mas tudo que não era pra entrar, entrou, o maior período que aconteceu dentro do presídio de Aquiraz, e eu falo porque eu paguei, eu paguei pra entrar, comida por exemplo, alguém tava entregando comida, só que era droga, o orientador dizia, a gente quer levar uns pães, a gente quer levar algumas coisas, só que no final a gente foi descobrir, era só droga, somente droga, droga, então ele foi na minha casa pegar dinheiro pra comprar um chip, eu paguei um orientador, muitas de nós pagamos para entrar chip, porque a gente queria falar com os meninos, era errado, era, mas era a única maneira que a gente tinha notícia, a gente não tava entrando, porque muitas vezes, a gente descia, mas não conseguia entrar. Então o celular ajudava a gente ter informações inclusive eu tenho uma foto do meu filho, lá dentro, do presídio de Aquiraz que ele tirou e me mandou. Eles estavam no lazer, e aí ele falou, mãe eu to bem, aí ele mandou uma foto, e me mandou e eu tenho essa foto.

E aí, no final de dois mil e quinze, teve um plantão que era um plantão de um orientador [nominado], ele era ruim, muito ruim esse menino, ele batia por tudo, batia, tacava assim a mão na cara dos meninos, Israel me dizia. Eles receberam a comida, a comida chegou azeda, não é que chegou azeda, eles recebiam a comida que vinha de Fortaleza, com o tempo, alguma coisa azedava. Aí todos os meninos decidiram jogar as quentinhas,

eles jogaram as quentinhas, aí isso foi o estopim. Uma roda de doze orientadores tiraram eles e fizeram a roda na quadra e machucaram mais de cem meninos, e isso tá na notícia local, os meninos foram levados pra fazer exame de corpo delito. O meu filho foi um deles, e aí após essa roda, os meninos se revoltaram e quebraram Aquiraz. Muito facilitado pelos outros orientadores. Quando você vê a foto do São Francisco quebrado em dois mil e quinze, que são buracos, não sei se você conseguiu ver isso ...são buracos que você fica se perguntando como foi que esses meninos quebraram isso, só que foi assim, as barras de ferro caíram do céu, do mesmo jeito que jogaram as barras de ferros, foi quando os meninos quebraram tudo, depois voou a maconha, e as caixas de fósforo, os orientadores mandaram tudo isso lá pra dentro. Entendeu? Então assim, não tinha como os meninos quebrarem aquilo ali, sem arma, sem ferramenta, as barras de ferro voaram, quando a polícia chegou, quando São Francisco quebrou, a polícia, quando a polícia entrou, todos os meninos estavam todos lombrados, todos sentados no chão. Tudo lombrado, porque tinha voado maconha, e tinha voado isqueiro e caixa de fósforo pra dentro do São Francisco, que era uma prática de fazer os rebolos né, que eram chamados rebolos na época.

Em março de 2015 o quadro geral de violações constatadas pelo acompanhamento das mães e vistorias integradas com as instituições do Sistema Socioeducativo do Ceará foi denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pela organização das entidades. Diversas medidas cautelares foram definidas pela CIDH²²⁶, particularmente na unidade prisional

²²⁶ Na Resolução nº71/2015, a Comissão decide que o governo brasileiro adote medidas de salvaguarda da vida dos adolescentes, de acordo com as normas internacionais e à luz do interesse superior da criança, alcançando detidos no Centro Educacional São Miguel, no Centro Educacional Dom Bosco e no Centro Educacional Patativa do Assaré do estado do Ceará, além daqueles transferidos provisoriamente ao Presídio Militar de Aquiraz.

militar de Aquiraz, mas também em outras casas, em que se constatou um quadro grave de ilegalidade, até por se inserir em um complexo prisional, por indiferenciar os casos - não estava sendo feita a separação de adolescentes conforme critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, descumprindo o ECA e o preconizado pelo SINASE. Apesar das medidas cautelares, diversas audiências, visitas e acompanhamento da situação, novas rebeliões ocorreram. Ao longo de 2016 ocorreram denúncias contra os mesmos problemas que se sucediam entre as Casas, com superlotação e tortura. Foi desenvolvido pelo Governo do Estado o Plano de Estabilização do Sistema Socioeducativo. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF) juntamente com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente estiveram envolvidos em realizar o monitoramento da situação. Em junho de 2016 foi criada a Superintendência do Sistema Estadual do Socioeducativo e em novembro de 2017 ocorreu a visita local de monitoramento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O paquiderme estruturado e constituído por anos de irregularidades se movia lentamente. Até porque, apesar de serem acionados altos postos do direito internacional, os jovens - lá massacrados por tanto tempo - são aqueles mesmos identificados pelos autores citados e suas análises: jovens morríveis e matáveis.

O Coletivo Vozes associou-se à Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, que foi criada em 2016, além de diversas instâncias de luta e de participação, fortalecendo-se. Envolvidos diretamente no monitoramento da situação, sistematicamente interagem, ao mesmo tempo em que postam as atividades presenciais ou virtuais com as parcerias e suas integrantes, usam seguidamente atividades culturais e a força da poesia para superar a dor. E a luta - sempre - quando transformam o luto: Acolheram e se uniram

às mães do Curió²²⁷: “Nesse Coletivo acolhemos as dores umas das outras. Nesse espaço é permitido chorar sem precisar se desculpar. Nesse aprendizado, as mães guardiãs da memória de seus filhos/as nunca mediram dor junto às mães que têm-tiveram seus/suas filhos/as presos/as²²⁸.”

Figura 11:

Lute como uma mãe



Nota: Facebook - Somos as vozes de histórias silenciadas pelo Estado e suas práticas

Os números da violência apontam especificamente para uma realidade complexa que aparece no Ceará de forma diferenciada, com altos índices de homicídios contra adolescentes, matéria já citada no início desta pesquisa relacionada ao contexto social que me convoca neste

²²⁷ O Movimento Mães do Curió se criou como luta por memória e justiça de 11 mães de filhos assassinados na Chacina da Grande Messejana ou do Curió, em Fortaleza, entre a noite do dia 11 de novembro de 2015 e a madrugada do dia 12, nos bairros Curió, Alagadiço Novo, Messejana e São Miguel. Além das mortes de Antônio Alisson Inácio Cardoso, 17; Jardel Lima dos Santos, 17; Álef Sousa Cavalcante, 17; Marcelo da Silva Mendes, 17; Patrício João Pinho Leite, 16; Jandson Alexandre de Sousa, 19; Francisco Enildo Pereira Chagas, 41; Valmir Ferreira da Conceição, 37; Pedro Alcântara Barroso, 18; Marcelo da Silva Pereira, 17; Renayson Girão da Silva, 17., outras sete pessoas ficaram feridas. Conforme o sítio da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, a investigação do Ministério Público apontou 45 policiais militares envolvidos na chacina, que seria uma retaliação à morte de um policial, morto ao intervir em tentativa de assalto contra a esposa.

²²⁸ Instagram Café Filosófico

trabalho. Há oito anos monitorando estas informações, o Comitê de Prevenção e Combate à Violência - CPCV representa avançado patamar de análise e debate sobre o tema, pautando os três poderes, os municípios, o Estado do Ceará e o Governo Federal na direção de redução do quadro grave de homicídios de adolescentes que se mantém no Ceará, em um “esforço interinstitucional pela vida”, como afirmam em seu sítio²²⁹. Em 2023 o CPCV lançou pesquisa inédita que será capaz de indicar com mais precisão as melhores políticas públicas a serem adotadas para os adolescentes que saem do sistema socioeducativo, especificamente, importante aceno para acolher e oferecer alternativas para a questão preocupante trazida por Alessandra na saída dos adolescentes do socioeducativo e percebida pelo trabalho do Vozes, que tem representado salto significativo na qualificação da demanda dos coletivos organizados quanto a oportunidades e apoio aos jovens:

A gente começou com uma bandeira de garantia de direitos, que era pros meninos comer, entrar minimamente em alguma atividade, e receber as visitas, a gente queria isso, só que em dois mil e dezesseis os grupos armados chegam, e aí na nossa levada de meninos dessa geração, quando os meninos foram saindo eles começaram a ser assassinados, aí vem a nossa segunda bandeira de memória e justiça.

Discussão recente das mães do Coletivo Vozes definiu a centralidade do movimento na luta pela memória, considerando muito distante o processo pela justiça daquelas pessoas que estão privadas de liberdade. Acham muito difícil o reconhecimento pelo estado de sua omissão e da responsabilidade pelo assassinato de adolescentes em cumprimento de medidas e de adultos, homens e mulheres, em cumprimento de uma pena. Enquanto guardiãs da memória, preferem

²²⁹ O Painel de Monitoramento dos Homicídios oferece, desde 2022, informações objetivas sobre os números da letalidade - crimes violentos letais intencionais em cada município, considerando índices desde 2014, a partir da base de dados da SSPDS e privilegiando a transparência e a divulgação de dados baseados em evidências.

estrategicamente focar a luta neste direito, mantendo o foco nesta bandeira. Esta reflexão apareceu principalmente depois da realização do júri da Chacina do Curió, já citada aqui, que levou quase 10 anos para ter o reconhecimento da justiça e a responsabilização dos policiais. Percebem ainda mais difícil o reconhecimento de quem morre na privação de liberdade: “esse justicamento nunca vai chegar para nós”. Desejam que a justiça chegue para aqueles que morrem lá dentro, obviamente, mas frente ao distanciamento que percebem, reconhecendo a justiça tardia, a prioridade passou a ser centrada na memória, mais emergencial e prioritária, do acompanhamento à efetivação integral das medidas socioeducativas conforme a implementação prevista no ECA e na LEP e o acompanhamento aos egressos, com o compromisso do Estado na garantia do direito e na prevenção. Interessante reposicionamento, trazido por Alessandra sem perder de vista os objetivos e os ideais da justiça, mas indicando um amadurecimento do movimento na direção do que urge e é ainda muito atual.

A pesquisa inicial, de saída do Comitê (CPCV) compõe um quadro completo em seu Relatório Final (2016) aprofundando o processo institucional de proteção e abordando os temas estratégicos sobre “quem se importa”, a partir de histórias de vida sobre os adolescentes, suas famílias, comunidade e a relação com o Estado. Assim, oferece sustentável base analítica e recomendações que são ponto de partida para o trabalho de prevenção dos homicídios e acolhimento das juventudes no Ceará. Brasil afora esta política tem sido levada como prática excepcional, ainda que, de alguma forma, possa ameaçar o *status quo* muitas vezes vigente que teme considerar as evidências trazidas pelo denso diagnóstico produzido e poderá, por isto, ainda ser desconhecida ou mesmo ignorada por instâncias estratégicas de poder, governança e da sociedade em geral. Afinal, mantém-se as recomendações para uma década ou mais, vislumbrando-se um trabalho fundamental e necessário.

Os temores de Alessandra e das mães do coletivo Vozes se sustentam nos estudos de Paiva (2019), que abordam esta transformação social do crime em Fortaleza e nos modos como aparecem e se constituem entre territórios e sistema prisional, estabelecendo dinâmicas próprias, processos de colaboração e disputas, legitimando-se nas periferias. A chegada de armas e drogas aprofundou as disputas territoriais e constituiu a migração das gangues para facções, conforme aborda o sociólogo (Paiva, 2022), em territórios dominados que instalam mudanças e efeitos diversos nas rotinas de seus moradores, inclusive constituindo “comunidade moral e política que (...) congrega referências sociais que dão sentido a determinadas formas de fazer o crime e integrar um grupo que compartilha de visões de mundo, valores e compromissos” (p. 91).

É possível ainda pensar sobre o sentido de pertencimento que se constitui nestes processos, principalmente de adolescentes, com adesões relacionadas à imposição mas também a esta captura para fazerem parte e serem reconhecidos no mundo, em seus territórios. Bossa e Guerra (2023) apontam o envolvimento de adolescentes com a criminalidade como experimentação do fracasso das políticas públicas e constataam a violência e a negligência em espaços de privação de liberdade - “privação de fala, de vontades, de singularidade e identidade”(p.2) - que remetem a novas privações e exclusão, de um Estado que viola seus corpos e produz efeitos em suas subjetividades:

As insistentes violências ocorridas nesses espaços evidenciam a impossibilidade de conter o avanço da violência e o desejo de morte aplicado a esses jovens, visto que, no Brasil, temos um índice 30 vezes maior que os países europeus quanto às mortes por homicídio dessa população (p.3)

Considerando ainda as atividades estratégicas do Coletivo Vozes, as mães sempre se fazem presentes na Marcha da Periferia, um movimento evento que ocorre em Fortaleza desde

2013, e que comemorou seus 10 anos com o slogan “Em 10 anos de Marcha, quem ouviu nosso soluçar de dor? Pela boniteza de nossas vidas, a favela não vai sucumbir”. Composto por organizações civis, artistas da periferia e mandatos populares, atuam em protesto contra a falta de políticas públicas e denunciam o aumento da violência policial nas comunidades do Ceará, objetivando mobilizar os poderes públicos, o sistema de justiça e a sociedade, exigindo outros métodos de segurança pública que assegurem o direito à vida e respeitem os direitos humanos²³⁰. Em novembro de 2023, as mães integraram a leitura da "Carta Política" construída pelos Coletivos e Movimentos Sociais que construíram a 11ª Marcha da Periferia. Se manifestaram nas redes virtuais:

Nós @vozesdemaesce não somos nem otimistas, nem pessimistas.

Somos realistas e esperançosas.

Somos "Mulheres" da esperança.

Esperançamos no ontem, no hoje e no futuro longínquo.

Lutamos e sonhamos com o dia em que o sol de "Deus" vai espalhar justiça social pelo mundo."

Há, lutamos e sonhamos sim!

(Parafraseando Ariano Suassuna)

O Relatório do 5º Monitoramento do Sistema Socioeducativo Cearense em Meio Fechado²³¹ apresenta pesquisa desenvolvida em 2022 com a participação do Coletivo Vozes, primeiro ano deste parceiro coletivo (CEDECA; Fórum DCA & Coletivo Vozes de Mães e

²³⁰ Marcha da Periferia: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/11/23/marcha-da-periferia-ocorrera-neste-sabado-na-praia-de-iracema.html>

²³¹ Esse monitoramento ocorre desde 2008, a cada 3 anos, constituindo-se em importante publicação, consistente e detalhada, da situação do sistema, a partir de visitas a todos os centros socioeducativos do Ceará.

Familiares do Socioeducativo e Prisional, 2023). Além da publicação, foi constituído vídeo didático com o conteúdo²³², demonstrando que a tortura ainda se configura, apontando os desafios existentes para a efetivação dos direitos, a violência cotidiana dentro das unidades e o impacto na situação de familiares que acompanham seus filhos e filhas. Desde sua apresentação, o relatório já propõe uma leitura com enfoque interseccional, destacando a consequência das múltiplas opressões estruturais de raça, classe e gênero sobre esta população, nos termos da definição de Crenshaw (2002), importante também para esta pesquisa, já que na história e na contemporaneidade em nosso país estas opressões são quase indissociáveis.

Assim, constata-se atividades sistemáticas do Coletivo, participando de articulações efetivas em defesa da criança e do adolescente, como no encontro de apresentação e diálogo interinstitucional do Grupo de Trabalho sobre o SINASE, em março 2023, com representação e interlocução com o Fórum de Direitos e Criança do Ceará e SEAS; do Conselho da Comunidade, vinculado às Varas de Execução das Políticas Penais do Tribunal de Justiça do Ceará; e do Fórum Popular de Segurança Pública no qual tem assento. Aparecem ainda muitas articulações institucionais²³³ e o coletivo se coloca na luta pela Agenda do Desencarceramento, compondo rede ativa. Alessandra e o grupo de mães têm sido chamadas e buscam sempre as parcerias que qualificam o debate, podendo-se perceber a presença delas em diversos colóquios, presenciais e virtuais, desde 2013, atravessando a Pandemia, até os dias de hoje.

²³² Disponível em https://www.instagram.com/reel/C02SAiRv5Ez/?hl=pt_BR e bit.ly/MonitoramentoSSECeara (integral).

²³³ Núcleo de Assistência ao Preso Provisório Vítima de Violência-NUAPP da Defensoria Pública, Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), Pastoral Carcerária,

Faz-se necessário, no entanto, manter a atenção: Se por um lado já ocorreram tantos avanços, como a criação da Superintendência e, a partir dela, o Núcleo de Atendimento Integrado da Criança e do Adolescente (NAI), o Projeto Rede Justiça Restaurativa, a Central de Vagas, as Audiências Concentradas, tendo reduzido significativamente as fugas e as rebeliões; por outro, conforme a própria instituição CEDECA-CE, de 2021 a maio de 2023, 137 ofícios apontando violações de direitos humanos foram enviados à Seas²³⁴, elencando problemas graves que ainda precisam ser resolvidos, também veiculados na mesma matéria: uso indiscriminado de algemas; práticas de isolamento para fins de castigo; maus tratos, ameaças e agressões praticadas por agentes do Estado, além de intervenções internas às unidades de policiais através do Grupo de Intervenções Táticas - GIT da Polícia Militar; situação degradante de higiene, insalubridade, condições ruins de infraestrutura; seleções temporárias e falta de pessoas estabilizadas em equipes técnicas, com baixa capacidade para efetivar a necessária atenção em saúde mental e educação.

Para tanto, mantêm agenda sistemática, ampliando a intervenção tal qual preconizado pelo grupo contra o terrorismo do Estado e para a manutenção de sua rede. Engajam-se assim à Agenda Nacional pelo Desencarceramento²³⁵, com suas palavras de ordem e direcionamentos políticos: “As mulheres são as protagonistas da luta abolicionista! A revolução é feminista e negra!”

²³⁴ Todas estas informações se encontram em <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2023/05/17/situacao-do-socioeducativo-do-ceara-e-denunciada-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos.html>

²³⁵ Agenda Nacional de Desencarceramento: https://www.instagram.com/desencarcerabrasil/?hl=pt_BR

Figura 12:

Pelo desencarceramento



Nota: Agenda Nacional pelo Desencarceramento, fonte Facebook

Em dezembro de 2023, participaram do Diálogo da sociedade civil organizada com o perito Rogério Guedes, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. E em março de 2024, integraram a Mesa “Mulheres na Socioeducação: empoderando meninas e mulheres para uma socioeducação pra valer”, em evento virtual, a convite do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O encontro foi uma iniciativa da Coordenação-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), para fortalecer e qualificar discussões sobre igualdade e violências de gênero, que marcam o mês de março, no âmbito da socioeducação. Este encontro objetivou também promover um espaço para trocas de experiências e reflexões acerca dos desafios e potencialidades da atuação das mulheres no sistema socioeducativo, bem como o reconhecimento e valorização das profissionais, pesquisadoras, mães, adolescentes e jovens. Esta Mesa reuniu mulheres que têm suas vidas dedicadas e atravessadas pelo sistema socioeducativo, compartilhando experiências e percepções, contando com a presença do Vozes e com a participação de Alessandra.

Este lugar conquistado com a mobilização e persistência do coletivo é missão de vida para Alessandra, que reconhece nesta trajetória a consolidação de um projeto de vida:

Eu levo hoje o Vozes como uma missão de vida, eu não tenho como deixar de pautar a socioeducação, porque tudo começa lá (...). O socioeducativo é a menina dos meus olhos, é onde eu me enxerguei enquanto pessoa. É uma luta que eu quero travar, tudo começa por lá, as minhas ameaças, aí já vai entrar nesse contexto porque eu tive que acabar entrando no programa.

(...) A SEAS é fruto de nossa luta, junto com todas as organizações, fomos convidadas para participar de formação, fomos convidadas pra diálogo. E aí eu comecei a entender que lugar é esse que a gente tava ocupando, porque a gente saiu do lugar da condição de mãe, pra dialogar diretamente com as autoridades competentes, com os diretores. A SEAS nos convidou, é saber da SEAS que existe esse grupo de mães organizadas, e aí a gente começou a ter assentos em discussões, assim, sobre a socioeducação.

os olhos da minha vida, da minha militância é a socioeducação, eu acho que se a gente consegue fazer um bom trabalho na socioeducação, a gente diminui os impactos no sistema prisional, eu estou falando enquanto meu Estado, que aí é muito isso, o Vozes tem um sonho de ter uma sede, de conseguir trabalhar com mães dos territórios pra que a gente evite o adentramento dos meninos no espaço da privação de liberdade, então hoje é sobre isso, eu quero continuar nesse lugar, eu desejo muito travar esse debate com as autoridades, com a minha comunidade, primeiro com a minha comunidade, assim, a gente pensar e traçar estratégias, o Vozes hoje está completando dez anos, esse ano, dez anos de incidência, de resistência de enfrentamento, então a gente quer falar sobre esses dez anos, eu quero construir uma carta abolicionista, pra que a gente entregue pro governador do Estado, não sei se ele nos recebe, porque nos oito anos do Camilo, ele nunca nos recebeu, a gente sempre tentou encontrar com esse governador que nunca nos

recebeu, que era só pra dizer, só não, que era pra dizer que existe um grupo de mãe organizadas, mulheres trabalhadoras que queriam outra realidade, porque eu me envergonho desse Estado ser tão encarcerador. Para o turismo ele é bem sucedido, é uma cidade muito bonita para o turismo, mas quem sobrevive aqui dentro é muito difícil de viver.

Enquanto tal, o movimento se mantém e se engaja em lutas contemporâneas, sempre na perspectiva dos direitos. Em março de 2024 foi o mês de luta pela Desinternação²³⁶ e Desencarceramento²³⁷. Nas redes sociais, o ativismo promoveu roda de conversa com o tema “Porque ainda continuamos a marchar: reflexão acerca das vivências das mulheres negras pós 2015”:

Protesto é quando gritamos que algo nos incomoda, resistência é quando nos asseguramos que aquilo que nos incomoda não aconteça mais, e que vidas de mulheres negras que levantam suas vozes contra os desmandos do Estado sejam asseguradas (Pensamento de Ulrike Meinhof²³⁸, citado pelo Vozes na sua página *Facebook*).

A luta do coletivo e das redes integradas também tem abrangido os protestos e a luta por pessoas que foram mortas em função de sua militância: noticiam assim o #justiçaparamarielle, e “nenhum passo atrás” na caminhada, com a palavra de ordem “Marielle presente!”. E, finalmente,

²³⁶ #MarçodeLutas #Desinterna: Movimento para a suspensão das internações de adolescentes e pelo fim da tortura de adolescentes em meio fechado.

²³⁷ #MarçodeLutas #Desencarcera: Movimento contra o encarceramento no Brasil, que se mantém em terceiro lugar no mundo. São diversas iniciativas que demarcam a importância de fechar a porta de entrada do sistema penitenciário mas, principalmente, descriminalizar a pobreza e a negritude, ainda hoje forte tendência no Brasil, apesar da ADPF 347 ser confirmada pelo Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça apresentar diversas resoluções relacionadas ao mesmo objetivo há muitos anos, a fim de suspender o estado inconstitucional de coisas no país. <https://www.instagram.com/explore/tags/desencarcera/?hl=pt-br>

²³⁸ Conforme o site mulheres-incriveis.blogspot.com, Ulrike Meinhof | Mulheres Notáveis.

posicionam-se sobre a versão da libertação das pessoas escravizadas precocemente no Ceará, reposicionando a Data Magna:

O Ceará foi a primeira província a “libertar” os escravizados que cá estavam. Por isso, foi nomeado Terra da Luz. Hoje feriado da Carta Magna, nós “Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional - lamentamos os ocorridos do dia. Pela manhã fomos tomadas pelas notícias dos espaços de privação da liberdade do nosso Estado: Unidade Cecal_ Princípio de Motim; Unidade Dom Bosco_ Princípio de Motim; Unidade Canidezinho _ Foi noticiado sobre um estupro coletivo a um adolescente em cumprimento de medida. E agora no final do dia recebemos a notícia de uma morte na Unidade Prisional Professor José Sobreira de Amorim.

A abrangência do movimento é evidente e tem alçado suas lideranças a lugares de efetiva participação e incidência. Ao mesmo tempo, e mesmo por isto, colocam em destaque suas representantes, que são observadas e acompanhadas. Em suas batalhas e em suas vitórias. Mudam efetivamente o mundo e o Sistema Socioeducativo. Alessandra reflete sobre esta trajetória, seu processo de transformação subjetiva e no coletivo:

[Com] essas viagens, essas trocas, a levar, e aí eu fui ficando sabida, que é aquilo que a Betânia que foi aprender a ler pra ensinar os camaradas, foi mais ou menos isso, eu fui me destacando nesse lugar de ir, de entender, de problematizar, e de ter uma fala um pouco mais qualificada, apesar do meu lugar de fala, não é uma fala técnica, mas é uma fala muito concisa e objetiva, e aí nas trocas nacionais, nas trocas locais, a gente foi continuando nesse lugar, ... a gente fez um movimento de mães pra questionar ... algumas coisas, então a gente mudou, inclusive a lista de coisas que entravam., então foram algumas dessas coisas que a gente foi apontando os problemas e as soluções, que

nós enquanto sociedade civil poderia, nós as mães, poderia resolver, e que o Estado não tinha nenhuma vontade de resolver. Mas a partir dessa nossa tematização eles colocavam porque eles ficavam constrangidos, e você quer ver o Estado resolver alguma coisa, é quando é constrangido de fato, e aí começou esse meu lugar, aí fui entrando em outros espaços, entrei na INEGRA, fui colaboradora, participei das atividades, comecei a ser muito procurada por pesquisadores, a academia começou a me chamar pra fazer esse debate, que aí sempre quem me chama eu vou, porque eu acho que todo lugar é lugar, todo ouvido que quer ouvir, e eu conheço muitas pessoas que hoje são menos punitivistas porque a gente tem, aí é preciso que se entenda, que todo esse processo veio pautando a minha fala, meu lugar.

Alessandra se envolve na discussão sobre o sistema prisional, tendo em vista a grande proximidade do tema. É um passo breve, considerando a situação do Socioeducativo, o que não deveria ser. Mas se torna pesquisadora do Departamento Penitenciário Nacional, vai às filas do prisional conversar com as mães. Conhece a realidade do Sistema Prisional. Se aproxima da Pastoral Carcerária, do INEGRA. Novo período em que se aproxima do Sistema Carcerário. Vida e militância se encontram mais uma vez.

Quando falamos temos medo de que as nossas palavras não vão ser ouvidas ou bem-vindas. Mas quando estamos em silêncio, ainda temos medo. Por isso é melhor falar.

Audre Lorde²³⁹

²³⁹ Frase postada na página do *Facebook* do Vozes. Audrei Lorde, referência para o movimento, é escritora feminista e poetisa, negra, lésbica, filha de imigrantes caribenhos que viviam nos Estados Unidos.... Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/quem-foi-audre-lorde-e-o-que-ela-nos-ensina-sobre-autocuidado-feminino/>.

Ameaça à militância, ao movimento e à dupla mãe-filho

Ceará, 25 de março de 2024

uma angústia a cada click [...]

Sabemos mais do que nunca que não temos o que comemorar, pois a não libertação dos/as escravizados/as ainda persiste em cativeiros pós-período colonial.

Existem pessoas que ainda hoje sofrem castigos severos, torturas, privação de água, comida, sono, e seus direitos aos vínculos familiares.

É assim que a população encarcerada desse Estado sobrevive.

Da senzala aos presídios cearenses a cor é a mesma, assim como as práticas, e essa Terra da Luz não ilumina a todos.

Em que mãos está o chicote?!?²⁴⁰

O Coletivo Vozes trouxe visibilidade à luta e esta trouxe visibilidade ao Coletivo. A começar pelo Socioeducativo, depois pelo Prisional, na medida da vivência desta mãe. Alessandra, já como referência do movimento, passou a ter acesso dentro da gestão da socioeducação, sendo recebida, fazendo o debate e organizando denúncias diretamente, em um movimento de grande aproximação do processo como um todo, sustentada, pode-se dizer politicamente, com o acompanhamento da Sociedade Civil e da Defensoria Pública²⁴¹.

²⁴⁰ Escrito no sitio do Vozes no aplicativo *Facebook*, sem referência de autoria: <https://www.facebook.com/search/top?q=vozes%20de%20m%C3%A3es%20e%20familiares%20do%20sistema%20socioeducativo%20e...>

²⁴¹ Além do CEDECA, consta nos relatos da entrevistada, de forma não publicada, a participação efetiva de defensor público que conheceu e passou a apoiar o movimento de forma sistemática e seu afastamento posterior, quando foi impedido de entrar em atividade que ocorreria dentro de um centro. Este Defensor sofreu muito e acabou saindo de cena de forma mais definitiva, A. refere uma aposentadoria que teria acalmado a situação.

Página criada no *Facebook*, ameaça recebida através do *Messenger*²⁴², ato contínuo, de forma anônima: “defensora de bandidos, não sei o quê. Comecei a ficar muito assustada, e quando eu comecei a entrar, os orientadores já me olhavam com olhos diferentes”. Protocolos de segurança começaram a ser utilizados, nunca andar só, mas em duplas, pois as mudanças tinham começado a acontecer, o controle social impactou inclusive em demissões dentro do Socioeducativo, tendo em vista as denúncias levadas.

As saídas de adolescentes do Sistema Socioeducativo por um período depois da crise, o que se estendeu por muito tempo ainda, tinham na rua uma situação de alta vulnerabilidade, conflitos com o crime, com aumento efetivo de homicídios - leia-se o registro de alto índice de homicídios de adolescentes e vulnerabilidade mapeados pelo Comitê pela Prevenção à Violência instalado em 2016 no Ceará e a análise sobre homicídios juvenis e políticas de morte no estado do Ceará, destacada por Almeida-Segundo et al (2020)²⁴³. Assassinatos e condução para o sistema prisional foram os destinos de vários daqueles adolescentes que estavam internados no período relatado, nesta condição da “necropolítica à brasileira”(Barros, 2019). Inclusive o filho de Alessandra. Ela, já inserida nos debates sobre o prisional à época, mais uma vez percebeu o quadro que iria enfrentar.

A saída do socioeducativo de Israel aos dezoito anos ensejou reorganização de mãe e filho. Busca de emprego, portas fechadas, insistência. Reflexões sobre o tema fazem parte do cotidiano, no movimento. Ela narra sua situação ao *Intercept*, trazendo esta narrativa que nos

²⁴² O *Messenger* é um serviço de mensagens e bate papo, que tem acesso por dentro do Facebook, em que podem ser repassadas mensagens diretamente ao seu proprietário.

²⁴³ Os autores destacam “marcas da (in)operância perversa de instituições do Estado, maximizado em sua lógica penal e minimizado em seu prisma social, na trajetória desses jovens”, com 47% deles tendo passagem pelo Sistema Socioeducativo e as investigações de suas mortes não tendo apurado nenhuma responsabilização. Ainda, afirmam que “boa parte dos jovens passaram por esse sistema e não tiveram a reorientação de seus projetos de vida” (p. 59).

remete ao contexto neoliberal e à falta de dispositivos de equidade e crônico não acesso à políticas públicas (Almeida-Segundo et al, 2020):

Quando o Israel saiu, aos 18 anos, nós fomos procurar emprego para ele. Saímos cada um com uma pasta embaixo do braço. A gente fazia o centro inteiro entregando currículo e ele não conseguiu trabalho. Foi então que ele começou a se envolver novamente com o uso abusivo de drogas e foi preso em um assalto a ônibus. (Felix, 2019).

Alessandra reflete sobre estes lugares, buscando a compreensão de dois sistemas diferentes, porém conexos, em que sua atuação e do Coletivo se qualificam e ao mesmo tempo constata o quadro da necropolítica, passando o olhar sobre a socioeducação, sobre a ressocialização, alcançando a leitura e a necessidade da prevenção, bem como constatando os entraves, em que se encontram ela, o filho e o movimento:

Pra entender o sistema carcerário eu convido as pessoas a voltarem uma casa, tem que entender o socioeducativo; se você não entender o socioeducativo, você não faz nenhum trabalho no sistema carcerário, porque você tem que entender aquele menino, porque aquele menino que vai pra lá, se você não fizer o combate aqui, você não alcança o sistema carcerário, e nesses atravessamentos do socioeducativo eu compreendi que eu não queria mais ressocialização, eu queria prevenção, que é aí a fala que eu faço antes da chegada da bala e da algema. (...)

Pra entender o socioeducativo eu convido a pessoa a voltar mais uma casa, entenda o território, aí a gente vai entender território e segurança pública, né, a gente tá fazendo o caminho contrário, que é pra entender as coisas e trabalhar na perspectiva da prevenção. E aí a gente tem pouca força, não temos dinheiro, não temos como chegar nas comunidades, não temos como conversar com as mães, antes dos meninos

adentrarem ao socioeducativo. Porque se é, aí é o que a gente fala, quando uma mãe perde um filho, todos nós perdemos um pouco. Quando uma mãe tem um filho preso, todas nós atrasamos o passo. Porque aí ou ele vai morrer, que é o caminho que o Secretário de Segurança deu, ou ele vai ser preso. E a gente não quer esses caminhos, a gente quer outros, na perspectiva da prevenção, a gente pode apresentar os Cucas²⁴⁴, a gente pode ver habilidades, a gente pode ver aptidão dos meninos pra alguma coisa, a gente tem esse sonho, mas a gente não consegue, a gente só consegue chegar depois da algema, né. E aí é o trabalho que a gente tenta executar.

A saída do Sistema Socioeducativo, a liberdade, a chegada ao Sistema Prisional constituíram um período de novas apropriações de mãe e de filho. Alessandra mudou o seu local de visitas pessoais, mas não abandonou a militância. Em apoio às atividades do Instituto Negra do Ceará - INEGRA, passou a colaborar com o Projeto financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos “Tecendo Negras Liberdades”²⁴⁵, em que eram trabalhados aspectos da violência e do

²⁴⁴ Os CUCAs são Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, idealizados originalmente pela prefeita Luizianne Lins em Fortaleza (2005-2012), equipamentos a serem instalados em periferias e oferecendo programação de qualidade. Em 2008 foi criado o Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (IC Fortaleza), um organização social, com pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela gestão dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes (CUCAs). e também por desenvolver e promover atividades de formação, lazer e entretenimento, prioritariamente, para jovens de 15 a 29 anos. A política pública se instalou e, além do primeiro Cuca Che Guevara na Barra do Ceará, esta prefeita chegou a inaugurar o segundo, chamado Chico Anysio, na Regional V, bairro Mondubim. O terceiro CUCA foi inaugurado em 2014 já pelo prefeito Roberto Cláudio e se localiza no bairro Jangurussu, sendo o Cuca Luiz Gonzaga. Nesta ocasião, foi criada a Rede Cuca, que estendeu o atendimento a crianças, idosos e adultos. O quarto CUCA - José Walter foi construído pelo mesmo prefeito em 2020. E o quinto CUCA, o Pici, foi inaugurado pelo prefeito Sarto. O sexto Cuca, chamado Mucuripe, será inaugurado no Bairro Vicente Pinzon e está previsto para 2025.

²⁴⁵“ O projeto é um trabalho realizado pelo Instituto Negra do Ceará (INEGRA) junto com as mulheres que foram capturadas pelo sistema de (in) justiça brasileiro, mais precisamente aquelas que se encontram em privação de liberdade, em cumprimento de penas alternativas ou de violência vivenciada cotidianamente pela população negra através das abordagens das autoridades do sistema de justiça, como também na seletividade prisional atrelada a “cor da pele”, deste modo, configurando-se então no racismo implícito, resultando no aprisionamento em massa, composta majoritariamente de sujeitos oriundos de situação de alternativas penais” (Oliveira & Santana, 2019).

racismo vivenciados pela população negra, principalmente nas situações que envolvem o cárcere e na relação com o sistema de justiça, com mulheres.

Akotirene (2019) analisa o papel central do Sistema Penitenciário na manutenção das desigualdades com base na hierarquia racial, apontando a violência institucional contra mulheres, principalmente negras, que não causa estranhamento nem à mídia nem às próprias feministas, pelo contrário, causam repulsa e culpabilização às subalternizadas, com a seletividade racial a serviço do preconceito e do estigma a estas mulheres. O que desconsidera a estratégia de sobrevivência muitas vezes tradutora da condição de jovens, pobres e semi alfabetizadas, muitas vezes presas por tráfico de drogas, conforme o INFOPEN - sistema de informações penitenciárias)²⁴⁶.

O trabalho desenvolvido pelo Instituto Negra do Ceará traz a mesma base de discussão sobre a realidade das mulheres negras encarceradas, entendendo que o sistema não atende minimamente às necessidades da mulher, já que é concebido por homens e para homens. Trabalhando inicialmente através do projeto “Pelas Asas de Maat: ampliando o acesso à justiça de mulheres privadas de liberdade no Ceará”, em 2015 e 2016; depois, através do projeto “Mulheres Negras Quebrando as Novas Correntes”, em 2017; e teve continuidade com o “Tecendo Negras Liberdades”, com o mesmo foco, em 2018 e 2019. Sempre na direção do fortalecimento político das mulheres negras, incidindo com mais foco nas políticas públicas para mulheres privadas de liberdade e considerando suas especificidades, conforme as indicações das

²⁴⁶ Sabe-se que o encarceramento de mulheres aumentou em 567% de 2000 a 2015.

<https://www.cnj.jus.br/populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil/>

E o Brasil ainda hoje possui a terceira maior população carcerária feminina do mundo, conforme o relato do jornal da Universidade de São Paulo - USP a respeito de pesquisa realizada pelo *World Female Imprisonment List*.

<https://jornal.usp.br/radio-usp/pesquisa-mostra-que-o-brasil-tem-terceira-maior-populacao-carceraria-feminina-do-mundo/>

Regras de Mandela (CNJ, 2016), das Regras de Bangkok - Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (CNJ, 2016a) e da Convenção Internacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (BRASIL, 1994). Alessandra se inseriu nas oficinas com mulheres, colaborando nas atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Alternativas Penais da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP do Governo do Estado, em uma atividade já tradicional da execução da política de alternativas penais mediante termos de parceria com a sociedade civil, que oferece acolhimento e apoio para as trajetórias no pós pena.

É em um contexto de grande articulação política e militante, com muitas denúncias se articulando e importante repercussão nacional, com a vinda de representante do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura - MNPT²⁴⁷ ao Ceará e participação em entrevistas em veículos de comunicação de grande alcance, que Alessandra se vê mais uma vez ameaçada.

Acompanhando atividades do Instituto Negras do Ceará - INEGRA, além de participar de debates e Audiências Públicas sobre o tema prisional, é confrontada em suas falas públicas, e fotografada, sem conseguir identificar os responsáveis, mas já entendendo que não havia aleatoriedade ou coincidência. Este segundo episódio provocou seu ingresso no Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos - PPDDH em agosto de 2020, indicada

²⁴⁷ O MNPCT surge para atender a compromisso internacional do Estado brasileiro assumido em 2007, com a ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da Organização das Nações Unidas – ONU. Veio ao Ceará em março de 2019 tendo em vista denúncias de tortura no sistema prisional a partir de mudança de gestão e de metodologia de trabalho. Foi criado no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que possui também Comitê Nacional composto por 11 representantes do Governo e 12 representantes de conselhos profissionais e de representantes da sociedade civil. Previsto na Lei nº 12.847, em vigor desde 2 de agosto de 2013, possui 11 peritos, especialistas independentes, com acesso a locais de privação de liberdade, desde centros de detenção, estabelecimentos penais, hospitais psiquiátricos, instituições de longa permanência de idosos e socioeducativas ou centros militares de detenção disciplinar. Sua função é vistoriar estes locais em todo o Brasil, de forma independente, e elaborar relatórios com recomendações às autoridades competentes.

por uma das instituições de apoio. O parecer, de acordo com as condições para ingresso no Programa, indica haver nexos de causalidade entre as ameaças e sua militância. Mais uma vez Alessandra segue o trabalho da militância, com recomendações de cuidado e atenção.

Quando a gente migra da socioeducação pro sistema prisional, aí tudo piora, lá, as violações são mais desumanas. E aí, morrer, morreu, pelo menos no socioeducativo a gente ainda consegue problematizar, pedir alguma responsabilização. No sistema prisional, se tem um orientador (sic) [agente] que bate, é perigoso a gente denunciar, é perigoso a gente entrar. E aí lá começou, assim, o trabalho mesmo mais dificultoso da minha vida, aí eu já estava meio que legitimada em alguns lugares. Quando eu chego no sistema prisional, eu já estava compondo a rede nacional, eu já estava sendo essa articulação do Vozes, eu já estava tendo nome, a gente já entrava.

Ocorrem mudanças no contexto do Sistema Prisional pela troca do governo estadual e a nova estrutura prevê que a Administração do Sistema Prisional se torne uma pasta à parte, a SAP²⁴⁸. Extinta a Secretaria da Justiça e remetidos à Proteção Social todas as políticas de Cidadania e Direitos Humanos elencadas no item 3.5 desta pesquisa, como prevenção ao tráfico de pessoas, atenção a vítimas de violência, ao migrante e ao refugiado, encaminhamentos da anistia, além da gestão administrativa do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência e do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, criando-se Secretaria Executiva para tal, que incluiu ainda as antigas coordenadorias especiais do Gabinete do Governador - de políticas públicas para Igualdade Racial, Diversidade Sexual (LGBTQIA+), Mulheres, Idosos e Pessoas com Deficiência. Tempos

²⁴⁸ A reforma administrativa da época foi aprovada em dezembro de 2018: Lei Nº 16.710, de 21/12/2018 e a Administração Prisional se torna Secretaria de Administração Prisional.

de muito maiores investimentos na segurança pública ostensiva e acomodamento das políticas de cidadania e direitos humanos²⁴⁹. O forte reposicionamento da política de segurança do Ceará e a campanha deflagrada no Estado de uma segurança integrada e ostensiva, em um contexto nacional armamentista de letalidade, respondem aos altos índices de violência, avanço da criminalidade e das facções e conflitos na área da segurança que vinham se acumulando.

Assumiu a SAP o policial civil Mauro Albuquerque, especialista em Segurança Pública e Gestão Prisional, fundador da Diretoria Penitenciária de Operações Especiais (DPOE) do Distrito Federal, que dirigiu de 2000 a 2015. Ele foi o mentor da doutrina de Intervenção Penitenciária e Procedimentos de Segurança e idealizador e coordenador da Força de Intervenção Penitenciária Integrada (FIPI) que atuou no Ceará, em 2016, na crise já relatada. Também coordenou a mesma força-tarefa no Rio Grande do Norte, tendo assumido a titularidade da Secretaria de Justiça e Cidadania daquele estado.

Matérias jornalísticas reproduzem os principais elementos de avaliação desta gestão, controversa, no mínimo²⁵⁰. Mauro deu início à gestão, promovendo uma grande operação de transferência de pessoas privadas de liberdade do interior para a região metropolitana, sem consulta prévia ao judiciário e sem informação e preparo aos familiares. Fechou muitas cadeias públicas - o próprio Secretário fala em 92, por falta de condições de funcionamento, na sua avaliação, ocasionando a superlotação de unidades já lotadas, desorganização administrativa e

²⁴⁹ Os anúncios de investimentos e integração operacional envolvendo polícias Militar, Civil e Polícia Penal são inéditos, trazendo notícias de uma frente de combate ao crime e ostensividade, como “resposta à criminalidade crescente e em descontrole”. <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/10/15/camilo-santana-anuncia-acoes-de-investimento-na-seguranca-publica-do-ceara-acompanhe.html>

²⁵⁰ Em matéria do G1, feita com ele, afirma ter resolvido colapso que vinha em curso há muitos anos, <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/02/19/eu-resolvi-um-colapso-diz-secretario-mauro-albuquerque-sobre-presidios-do-ceara.ghtml>; a matéria da Ponte Jornalismo, relata denúncia da OAB-CE e outras entidades contra tortura, superlotação e violação de direitos humanos: <https://ponte.org/entidades-brasileiras-denunciam-criese-no-sistema-prisional-do-ceara-na-onu/>

reação social - das famílias e do crime. Estabeleceu novo regramento sobre procedimentos de recebimento de malotes até a regulamentação das visitas, uso de uniformes e sistema de trabalho dos policiais penais, provocando mobilização e manifestação da Defensoria Pública, Comissões de Direitos Humanos e Sociedade Civil organizada. As piores denúncias, no entanto, foram e ainda são a tortura e os maus tratos, na forma de procedimentos padronizados controversos, uso de posições massacrantes e excesso de uso de tonfa e spray de pimenta.

Em abril de 2019, um relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) apontou o uso contínuo e sistemático de práticas de tortura por policiais penais do sistema prisional do Ceará. De acordo com o documento, o Ceará foi escolhido para ser vistoriado pelo elevado número de denúncias de violação de direitos humanos recebidas pelo telefone Disque 100. Conforme o relatório, era comum que os detentos sofressem castigos coletivos em que os presos deviam sentar nus e encaixados uns aos outros enquanto recebiam spray de pimenta nos olhos e tinham seus dedos quebrados com o uso de tonfas (espécie de cassetete) e botinas (G1, 2023).

O relatório do Mecanismo Nacional refere que se tratava de uma metodologia, *modus operandis*, modelo de intervenção desenvolvido pela Força Nacional, que se repetia em diversas unidades²⁵¹. Ao longo dos meses, desde 2019, depois da intervenção inicial, de uma dimensão catastrófica, com processos de investigação pelos órgãos de fiscalização, e estes também em dimensão desconhecida²⁵², mas sabe-se que não foi pouco. Em 2020, com Pandemia da Covid 19

²⁵¹ O Grupo de Intervenções Penitenciárias - GAP, grupamento tático atuante nas Unidades desde a gestão da SEJUS e comandado por Policial Penal que compõe a gestão até hoje, já praticava o método. O pequeno grupo na época fora treinado pelo pessoal de Brasília/DF e se encarregava de fazer as vistorias nas celas das diversas unidades, mas principalmente era acionado para conter insurgências locais.

²⁵² Defensoria Pública; OAB-CE; Ministério Público; Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Todos emitiram seus relatórios que foram parar no Coitê de Prevenção e Combate à Tortura; no Centro

e seus desdobramentos, segue a ação militante do Coletivo Vozes e de tantos outros. Que enfrentaram ainda mais mudanças relacionadas com a institucionalidade, com a criação da Polícia Penal, que empodera agentes penitenciários, pleiteada há muito tempo, muito pouco discutida socialmente, mas já trazida como solução, ainda na esteira de mais uma polícia, que, ao final, está posta muitas vezes como instrumento de manutenção da desigualdade social e raciais por meio da força, com Vitale (2021), que recomenda o fim do policiamento.

Às voltas com o sistema, Alessandra acompanha seu filho no período em que ocorrem todos os processos narrados, de mudança, empoderamento do Estado e repressão dentro das unidades. Entende alterações necessárias, reconhece ordenamentos realizados, mas se soma aos diversos movimentos e principalmente mães e esposas de presos que sofreram diretamente com a mudança, mediante tortura e maus tratos. Reconhece a necessidade de mudança, no contexto prisional, mas percebe também a falta de projetos vigorosos como o contato zero, como a ostensividade e a violência instalada, de atenção psicossocial e de aproveitamento de capacidades, proporcionalmente, de realizar de forma diferente o controle que se instalou com a compreensão daquela pessoa que vem de fora e é absolutamente criminalizada, como o seu familiar:

Quando tiraram tudo, que inclusive ficou zero contato, até pra nós entrarmos estava sendo difícil, eu fiquei muito preocupada com tudo aquilo, porque (...) nunca teve uma política de redução de danos, as pessoas que entravam com problema de drogadição, não tinham nenhum atendimento psicossocial, então homens enlouqueceram porque deixaram de fumar, porque proibiram o cigarro de entrar.

de Referência em Direitos Humanos; na Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário; no Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo; no Ministério Público Estadual; na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na ONU.

(...)

Porque se não existe nenhuma atividade, nenhuma atividade laboral, pedagógica, o que consegue ainda acontecer lá dentro? (...) Então assim, se você tira todas as possibilidades laborais de uma pessoa, a única coisa que tem é droga, a pessoa vai vender. A pessoa vai fazer alguma coisa daquilo ali, não tem como você passar dez anos da sua vida, vivendo e convivendo com homens assim do seu lado, sem você fazer nada

(...)

Entrava drogas pelas famílias, segundo a narrativa do Estado. Quando eles colocaram o scanner, o scanner ele lê a nossa alma, eu já fui sentada por uma mancha aqui no meu estômago, e aí eu questionei, como que é capacitação das pessoas que leem o corpo das pessoas, e aí quando você sente que você é parado no scanner e você é convidada pra se sentar, minha filha, você vai ser levada no banheiro, você vai ser constrangida, você vai ter que tirar sua roupa, quantas vezes no meu ciclo menstrual eu não fui levada pro banheiro, acompanhada de uma escopeta na minha cara, no meu corpo, e aí hoje não tem mais o constrangimento de tirar a roupa, mas é muito isso, assim, o que eu passei, e aí eu estou falando de mim né, as mulheres passam isso no seu ciclo menstrual, pra entrar. Eu conheço uma que ela deixava de comer na quinta-feira, ela não comia nem na quinta, nem na sexta, porque ela tinha medo de dar alguma coisa no estômago dela, ela tinha problema de prisão de ventre, então a mancha às vezes impedia dela entrar. Eu já fui parada por causa dessa mancha, a gente é sentada, acham que a gente tá com droga, aí eles já ficam constrangendo a gente, perguntando: Tá com droga? O que você tem no seu corpo? Aí ficam fazendo a gente passar na máquina pra verificar o que é, o que não é, beleza, fazendo o trabalho, mas eu acho que não poderia ser desumanizado, teria que

ser de uma forma respeitosa, sabe, leva a gente pro banheiro já acusando a gente de droga, e às vezes é uma mancha, gente, uma mancha no estômago, a máquina lê a nossa alma. (...)

Uma das coisas que me doeu foi quando meu filho foi chamado de lixo não reciclável, e eu sou uma professora, eu sou pedagoga, eu transformo uma garrafa em um brinquedo, você imagina se deixassem o meu filho comigo, no que eu poderia transformar esse menino. Como eu falei na socioeducação, o menino valia dois mil conto, se me dessem esses dois mil, melhor do que ele tá lá dentro sendo piorado, desse pra mim cuidar, que eu daria um jeito. E no sistema prisional, quanto que não vale um preso? Pra transformar a pessoa em pior (...) [a pessoa] que roubou né, dormia com o que matou (...) a outra crítica que eu faço, como é que tira um ladrão de galinha pra botar junto de quem rouba um banco, né, o ladrão de galinha, ele vai sair roubando um banco, porque ele vai sabe como é que se rouba um banco, que é outro erro do Estado, eu sei que não dá pra peneirar (...) mas eles erram muito aí, porque se o ócio impera, qual a pedagogia que vai acontecer, é deles com eles, eles vão fazer as trocas, as expertises, eu sou bom nisso, tu é bom em que? Eu sou boa em falar e militar, você é boa em escrever e fazer gestão pública, as nossas trocas vão ser essas, mas a gente tem ferramentas e possibilidades de tocar o que a gente faz, e os homens presos com perfil violento, no ócio, sendo espancados, sendo desumanizados? como fazem? Então, eu comecei a problematizar isso.

Com todas as inquietações, questionamentos e constatação de muito sofrimento, decorrente da ação ostensiva do Sistema, assim se criou o Troféu Tortura. Alessandra e o coletivo idealizaram a *performance* para mais uma vez tentar chamar a atenção para a situação.

Borges (2020) diz que falar das prisões é o primeiro movimento a ser feito, para quebrar paradigmas sociais que dão manutenção à desigualdade. Esta foi a estratégia.

O ato foi organizado pelos movimentos de mulheres negras do Ceará e pela Pastoral Carcerária. Em frente à SAP, delimitado o local, no Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro²⁵³, foram fazer a manifestação, cumprindo rigorosamente os limites físicos previamente indicados. Mas frente às palavras de ordem, anunciando o troféu, a ser entregue ao Secretário da pasta, *ficaram irritados e foram ao encontro do pessoal em manifestação, já com spray de pimenta, bomba de gás lacrimogêneo*” (Felix, 2023, s/p). Confusão instalada, Alessandra acabou presa, apesar da interferência da Pastoral Carcerária, do padre e da irmã seus titulares, que acompanhavam o ato. Foi solta no mesmo dia, depois de muitas negociações do Estado, com o Estado, mas ficou registrada sua passagem. Ato contínuo, o filho, preso, recebeu a punição, visitas suspensas, entre outros procedimentos dedicados a manter em alta o medo no cárcere.

É preciso dizer que havia muito mais material de entrevistas, análises, denúncias, preocupações e vida relatada, que precisou sofrer um corte com o sentido da própria proteção. Como defensora de direitos humanos, Alessandra projetou-se de forma a ganhar tamanho e repercussão, mas ao mesmo tempo constituir risco. Assim, para fins deste trabalho, restrinjo-me a esta compreensão a respeito do fazer-se sujeito engendrado pela defensora, que com sua voz tem podido emprestar importante colaboração ao processo de prevenção à violência, aos maus tratos e à tortura, fortalecendo a luta em pleno curso. Mesmo assim, são sensíveis as informações

²⁵³ Lelia Gonzales (2020) apresenta o Dia da Consciência Negra, quando Zumbi dos Palmares foi assassinado, em 1695, e mais 20 companheiros, por um bandeirante que foi considerado herói na história oficial. Eles lutavam pela libertação dos escravizados.

e as declarações, em um momento em que ainda são reconhecíveis os processos de criminalização em curso.

Na leitura de seu próprio material, Alessandra retoma e sublinha o processo de criminalização de familiares de pessoas privadas de liberdade no seu caso e das mães e familiares em articulação, numa realidade em que tenta constituir um diálogo ainda muito difícil, assunto que utilizo como reflexão final sobre esta sua trajetória e ao mesmo tempo para reforçar a importância do movimento que sustenta, do Coletivo Vozes. Ela traz as próprias circunstâncias do aprisionamento sofrido, por ocasião de ato público em que ousou participar, em um contexto em que o olhar punitivista do Estado se fez lei, sob a ótica do preconceito contra familiares de presos. Ela já era conhecida, observada, e, liderando este ato militante, cumpriu com o grupo em manifestação as instruções recebidas do próprio comando da polícia local, e, no entanto, foi presa. Quem autorizou a ação da polícia? Qual foi o crime cometido? Perturbação da ordem, desacato, ou se pôs em efeito a criminalização de pessoas que ali estavam em defesa de presos? Chamado de efeito colateral do encarceramento, o fenômeno que já restou estudado e comprovado é de que o encarceramento ultrapassa a pessoa do condenado. Se ainda estamos constatando que muitas vezes as medidas são excessivas e encarceradoras sem efeito de ressocialização, mas material mesmo do punitivismo mais raso, afinal pretos, pobres e jovens que cometem pequenos furtos e usuários de drogas são presos, muitas vezes construídos e reafirmados como criminosos em sua privação de liberdade, ainda mais seus familiares, que sofrem com os efeitos do encarceramento e do punitivismo, principalmente mulheres, mães e filhas. No Ceará, ocorre o mesmo que se vê pelo país e pelo mundo: quem defende direitos humanos, defende direitos “dos manos”, quem é familiar, é seguidamente visto e tratado com

desconfiança, passando a ocupar este lugar e amplificando o tom da criminalização sem trégua praticada pelo Estado.

E a Pandemia neste circuito? Fascismo e Agravos aos Direitos Humanos

Compreendendo a profundidade do caos gerado pela Pandemia, é possível dizer-se que a fragilidade e as ameaças postas às Defensoras de Direitos Humanos em suas trajetórias aqui narradas só fizeram recrudescer neste período. Cada uma delas trouxe questões e episódios em suas vidas relevantes no período, demonstrando a importância de constatarmos o aprofundamento dos ataques e a necessidade de criação de novas estratégias para lidar com a emergência da Pandemia em um contexto fascista e negacionista. Assim, nesta seção analisam-se as narrativas referentes ao período, a começar pela situação da própria pesquisadora, que recebeu uma incumbência diferenciada do Programa de Proteção neste período, vinculada que era à Secretaria gestora dele.

Em um prazo de renovação, em que houve breve descontinuidade, fui encarregada de acompanhar através de um plantão estendido, as necessidades de Defensores e Defensoras que acionassem o Programa. Avaliei que estando em *home-office* dificilmente seria acionada pelas pessoas protegidas, ainda mais que todas as portas de entrada estavam avisadas da suspensão temporária deste e de outros Programas neste período. Foi desta forma que meu envolvimento acabou se tornando mais efetivo, pois que estava a atender diretamente às demandas trazidas. Na medida em que os casos iam se apresentando, a sensação que sentia nessa inserção era de grande responsabilidade, ao mesmo tempo me sentindo em um trabalho um tanto isolado e solitário, sem equipe multidisciplinar ou supervisão das atividades.

Durante os anos de 2019 a 2022, no contexto da gestão federal, vinha da presidência do país a orientação para relativizar os processos de proteção relacionados a causas ambientais e de

todas as pessoas ameaçadas por suas diferenças - o que tivemos foi o descuido orientado do Estado, pelo desinvestimento em políticas públicas de cuidado e de proteção, bem como a priorização de pressupostos em contraposição aos direitos humanos: armamentismo e militarismo educacional, desregulamentação e flexibilização do trabalho, precarização da pesquisa e da ciência e acesso reduzido ao ensino superior; criminalização dos movimentos, das lutas e das pessoas que reivindicam direitos.

De acordo com análise externada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI à época, “somos governados por pessoas ligadas a uma elite que alçou ao poder pelas margens da política, vinculadas a fundamentalismos, extremismos, totalitarismos e racismos”²⁵⁴

A Pandemia da COVID-19, desde o início do ano de 2020, agravou a desigualdade e trouxe de volta com mais força o grito da fome. Revimos nestes tempos toda ordem de dificuldade e a impossibilidade mesmo de unificar a compreensão sobre o cuidado com o outro e com a sociedade, em uma posição quase inédita de desprezo pela condição humana, que se assemelha a um estado de guerra. Fazendo coro ao colunista em El País²⁵⁵:

Não será a primeira vez na história que uma dinâmica de afetos e crenças desta natureza ganhou corpo. Esta implosão aberta de qualquer princípio elementar de solidariedade, esse desprezo com os que morrem, esse culto do próprio suicídio como prova de ‘coragem’, essa violência cada vez mais autorizada até a formação aberta de milícias populares, esta crença em uma revolução nacional redentora, isto tudo tem nome.

Costuma responder pura e simplesmente por ‘fascismo’ (Safatle, 2021, s/p).

²⁵⁴ Liebgott, R. A. (2019). O governo brasileiro: ideologia, pressupostos e concepções genocidas sobre os povos indígenas. Porto Alegre: Conselho Indigenista Missionário - CIMRegional Sul, 2019.

²⁵⁵ Safatle, V. (2020) Preparar-se para a guerra. El País, 20/04. <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-04-20/preparar-se-para-a-guerra.html>.

A resposta do fascismo à pandemia foi o negacionismo, que se transferiu de uma dimensão privada, individual, do luto e da sobrevivência mediante a morte, para o campo coletivo, como forma de naturalizá-la, “já que as pessoas vão morrer mesmo”, construindo uma posição nada empática, não reconhecendo a gravidade da pandemia, e que vem não como loucura ou ignorância, como desavisadamente poderia parecer, mas como estratégia política mesmo de uma lógica sacrificial mediante uma população que tem negada uma condição de dignidade neste entrelaçamento com a necropolítica, como analisa João Paulo Barros (2021) sobre as relações entre o negacionismo e a política, em entrevista à Carol Leão²⁵⁶: uma política de gestão deste acontecimento da pandemia que se articula com a política de morte, produzindo-se assim a negação não só da pandemia, mas destas vidas - vidas precárias, vidas que não têm valor e que não importam - a lógica do capital reafirmada. Assim, com a pandemia pelo novo Coronavírus, as vidas precárias seguem ainda mais na pauta dos direitos humanos. Em todas as situações em que já se via a dificuldade econômica, a pobreza e a desigualdade se encontram agravadas.

Dados apresentados por inquérito nacional sobre a situação de insegurança alimentar no contexto da pandemia, levado a termo pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional²⁵⁷, apontam que a falta de acesso pleno a alimentos, que caracteriza a insegurança alimentar, atinge em plena pandemia mais da metade da população, o que não ocorria há 17 anos.

²⁵⁶ *Pod Cast* O negacionismo e a dimensão pública do luto na pandemia: conexões entre subjetividade e política. Traçando vários planos. João Paulo Barros entrevista Carol Leão, 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=1fNp7Hy_RZ0.

²⁵⁷ Pesquisa da Rede PENSSAN, com apoio da *ActionAid*, Fundação *Friedrich Ebert* Brasil, Instituto Ibirapitanga e Oxfam Brasil. <https://brasil.fes.de/detalhe/nao-desvie-o-olhar-olheparaafome>.

Ataques cibernéticos na Pandemia

Lola, na Pandemia, também refere os agravos e novos ataques no período pela via cibernética. Ao chegar para fazer a dose de reforço da vacina no posto de saúde, descobriu que “estava morta”, conforme informação em seu cadastro. Foi informada sobre seu próprio falecimento e, apesar de estar de corpo e alma presente no posto de saúde, com documentação pessoal, e ter a primeira dose registrada em comprovante físico, não pode realizar naquele momento a segunda dose da imunização. Teria primeiro que normalizar seu registro de vida, e não foi curta e sem detalhes a *via crucis* da regularização da situação. Levado à equipe do Programa de Proteção, o problema foi solucionado depois de diversas tentativas e, apesar de ser encaminhado internamente ao governo do Estado, mediante a constatação de uma alteração criminosa nos registros do SUS, a imunização quase não ocorre. Lola sofreu assim mais um ataque cibernético. E relata em entrevista esta situação e outras tantas, que resume em um artigo publicado recentemente (Aronovich, 2021), citando desde os ataques como ser xingada, até ameaças de morte, estupro, tortura e desmembramento, além das *fake news*.

Nesta modalidade, do crime cibernético, os ofensores costumam repetir os ataques e ainda causar outros problemas, criando perfis de todo tipo que se passam por ela, o que já causou cancelamentos, ameaças a partir das diversas situações, ofensas públicas, manifestações contrárias de muitas pessoas conhecidas e influenciadoras, como repúdio ao que supostamente estaria dizendo nas redes públicas, causando confusão, processos e até inquérito contra a sua pessoa²⁵⁸.

²⁵⁸ Elementos do Blog da Lola. Episódios contados no canal próprio *Youtube*. E relatos diretos em entrevista com a pesquisadora.

Lola associa o incremento nas ameaças no período de governo entre 2019 e 2022, lembrando as ameaças que contavam com o modo de governar daquele presidente para acontecer, desde as eleições:

Houve muitos ataques a mim nas eleições, ataques diários. Dizendo que iam me expulsar do país, que eu ia ser morta, ia ser presa, torturada, assim que o [Jair] Bolsonaro ganhasse. Que iam me atirar de helicóptero ou que 'cada voto seja um rato enfiado na vagina de vocês', em uma alusão ao [Coronel Carlos Brilhante] Ustra. (Aronovich, s/d, s/p).

Barreiras sanitárias na Pandemia: luta e resistência indígena

Também a liderança Adriana Tremembé, em proteção pelas ameaças associadas ao seu ativismo, foi atingida pela pandemia e pelo mau manejo do Governo Federal sobre o tema dos povos originários, com seu dirigente máximo reduzindo a importância da prevenção e desestimulando a imunização, com a vacinação.

No Seminário de Direitos Humanos para o qual foi convidada pelo Vieses/UFC²⁵⁹, Adriana relatou a situação do território Tremembé na pandemia. O seu povo entendeu ser necessário fazer barreiras sanitárias para evitar o acesso à praia e a entrada indiscriminada de turistas trazidos através de pacotes. Estes agenciaram sua vinda de outros locais, apesar das recomendações, ocorrendo entrada indiscriminada nas terras indígenas, no período de *lockdown*. No território, dividiram-se os indígenas entre as quatro aldeias para esta proteção. Adriana afirmou estar ocorrendo aumento da união entre os povos das aldeias para dar conta do desafio, mas também pediu ajuda em público durante o seminário para sensibilizar a população em geral

²⁵⁹ Curso de Extensão desenvolvido em março e abril de 2021 com título “Direitos Humanos na Psicologia sob um olhar decolonial - Roda de Conversação Povos Tradicionais e Direito Humanos: questões indígenas

sobre os riscos de adentrar o território neste momento, adoecendo a população indígena, exposta até mesmo na constituição das barreiras.

No período da pandemia, Adriana pediu apoio ao Programa de Proteção para reforçar a barreira sanitária, uma vez que os indígenas estavam sendo agredidos e desrespeitados por cidadãos que vinham de moto e ignoravam a barreira e os pedidos. A Polícia Militar foi acionada para este reforço e foi agregada à tarefa da proteção, como encaminhamento do Programa. Estudos da Fiocruz indicam a alta vulnerabilidade dos indígenas à pandemia, sendo afetados diferenciadamente pelos determinantes sociais de saúde (Freitas et al, 2021), aumentando seu risco de adoecimento e morte, de maneira diferenciada em relação à população em geral.

No mesmo seminário, Juliana Jenipapo Alves, liderança do povo Jenipapo Canindê, da Juventude indígena e assessora da Cacica Pequena do Povo Canindé, falou da pandemia e da vulnerabilidade de seu povo, já que muitos parentes não tinham o acesso à saúde como público prioritário. Afirmou que os astros e a natureza cobravam dos homens o que eles fizeram com os rios, com as matas, afirmando que a pandemia estava trazendo acertos de contas neste momento, conforme apontavam os guardiões da memória - idosos e seus antepassados. Abordou assim a depressão que chega às lideranças, ressaltando a necessidade de cuidar-se dos cuidadores e das cuidadoras de seus povos. E de seus defensores e defensoras: “Os povos tradicionais não baixam a guarda para o egoísmo e para a desumanidade. O cuidado com a saúde mental depende do bem-estar do corpo, do espiritual e da relação com o mundo e com a natureza”. Refere que o ódio acaba perpassando os ataques atuais, mais uma vez, e ressalta a invasão dos territórios, o fogo que foi colocado na barraca montada para a barreira sanitária feita pelas próprias lideranças e os acessos que não param, desrespeitando o povo, adoecendo as lideranças:

O fôlego que nos falta, não estamos conseguindo mais nem pedir ajuda. A quem pediremos? Agora, aos universitários, neste seminário. Estamos fazendo aqui nosso grito de socorro. Que estas falas que nós fazemos, nós não queremos nada em troca. Só o apoio. Talvez muitos de vocês sejam filhos, parentes, amigos de posseiros, fazendeiros, que estão em uma terra indígena, muitas vezes degradando o meio ambiente, sugando, como nós tivemos aqui por muitos anos a Ypióca, que enquanto não acabou com a nossa lagoa não sossegou.

Juliana dá continuidade à luta da Cacica Pequena. E a lagoa referida é a Lagoa da Encantada, em torno da qual existe uma cosmologia. O povo lutou pela sua terra, ganhou a disputa da lagoa judicialmente e estruturou um circuito turístico ecológico no entorno. E Juliana, que faz parte da nova geração de lideranças mulheres, identificada pelo psicólogo Leonardo Barros, convidado do mesmo evento, da geração dos profissionais que estudam o tema, canta, para encerrar, mostrando o significado de recuperar a lagoa, a vulnerabilidade psicossocial que estava em jogo na disputa da lagoa e do território, numa compreensão multidisciplinar das relações eu-outromundo, como o descreve o psicólogo Davi Guimarães (2016).

Eu moro numa floresta só vejo os pássaros cantar

Eu moro numa lagoa só vejo os peixes nadar

Moro perto de uma duna que ela emenda na lagoa

Moro perto de um lago que ele sangra para o mar

Mas é que eu vivo na mata enterrada na areia e de pé no chão.

Mas é que eu vivo na mata enterrada na areia e de pé no chão.

Enquanto isto, o Supremo Tribunal Federal debatia o marco legal da demarcação indígena, situação em disputa há muito tempo, desde as invasões europeias em nosso país até as

sucessivas tentativas, algumas com sinistro sucesso, de dizimar povos indígenas em diferentes pontos do país - sempre em que há reivindicação e avanço no reconhecimento de terras a situação se torna mais tensa e maiores são as violências a estas populações, não obstante a histórica situação da falta de demarcação, os sistemáticos ataques aos territórios e a vulnerabilidade frente a redução dos cuidados e da presença dos movimentos e órgãos de proteção, perdendo-se até mesmo a configuração sobre quem seriam mesmo os órgãos de proteção dos indígenas, a estas alturas. A gestão federal executiva aprofunda a crise de muitos anos, constituindo-se em elemento de risco para a população indígena e para os povos tradicionais.

Privados de Liberdade e privados de visitas na Pandemia

Também Alessandra Felix abordou os agravos da Pandemia junto à população privada de liberdade. Em 2020, o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN constatou que no cárcere a letalidade da COVID-19 foi cinco vezes maior do que a que incidiu sobre a população em liberdade²⁶⁰.

O Supremo Tribunal Federal – STF realizou Audiência Pública em junho de 2021, para o monitoramento prisional, já na segunda onda da COVID-19²⁶¹, especificamente na tentativa de lidar com o estado de coisas inconstitucionais e melhoria das condições prisionais, a partir do determinado no Habeas Corpus – HC 165.704, a respeito da liberação de mães e pais

²⁶⁰ De acordo com matéria publicada em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/letalidade-docoronavirus-entre-presos-brasileiros-e-o-quintuplo-da-registrada-na-populacao-geral.shtml>

²⁶¹ Onda é um conceito polêmico entre cientistas, referido como surto e pico de contaminação - infecção pelo vírus SARS-CoV-2, relacionado ao surgimento de variantes do vírus e ao ritmo lento de vacinação. No Brasil, a maioria das referências caracteriza a primeira onda entre os meses de fevereiro a setembro de 2020 e a segunda onda, de novembro 2020 a maio de 2021, conforme Nota Técnica sobre Situação da Pandemia de Covid-19, de novembro 2021, disponível em <https://central.to.gov.br/download/244190>. Já se fala em uma terceira onda frente a novas variantes e ao relaxamento das medidas restritivas em dezembro de 2021, ainda que com grave falta de dados e indicadores no país, conforme boletim epidemiológico da Fiocruz, disponível em https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_extraordinario_2022-01-07_pdf.pdf.

responsáveis por filhos até 12 anos ou deficientes de qualquer idade, como garantia aos direitos humanos, substituindo a prisão preventiva por prisão domiciliar. Nesta Audiência identificou-se relações familiares tensas, cartas enviadas aos familiares presos não respondidas, em dois anos sem acesso.

Com Audiências de Custódia não presenciais, produziu-se profundo desconhecimento da situação interna efetiva dos presídios por um longo período. Ocorreram denúncias sobre o agravamento do colapso nas prisões brasileiras em razão do alastramento da pandemia, por entidades brasileiras. Houve apelo à ONU e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos a respeito destas condições. Alessandra detalha o aumento das dificuldades com as medidas no enfrentamento à COVID-19 no sistema penitenciário. Sem acesso a seu filho, nem para deixar um malote. Assim como todos os familiares de pessoas privadas de liberdade no período.

Ademais, constituiu-se em nosso país, de março a julho de 2021, um prisioneiro político, preso por portar faixa “Bolsonaro Genocida”, assim como brasileiros no país e fora dele gritaram em protestos neste período. O prisioneiro só foi liberado após iniciar greve de fome para denunciar as condições do cárcere - preso na penitenciária da Papuda, desde 18 de março de 2021, deu início a uma greve de fome no dia 09 de julho, tendo recebido o direito ao regime aberto e sendo liberado no dia seguinte.

Os direitos humanos foram negligenciados no Brasil desde o início da pandemia da Covid-19:

A junção entre um governo negacionista com uma pandemia sem precedentes, só agravou e ainda mais desestabilizou as populações mais vulneráveis, induzindo à morte aqueles que defendiam direitos e tentavam garantir sua sobrevivência. Assim, o país navegou na Pandemia em um contexto muito pior, com muita necessidade de desnaturalizar violações e proteger defensoras e defensores, a fim de garantir mínimos direitos. A Anistia Internacional destaca a

conduta irresponsável do governo federal frente à pandemia de Covid-19, faltando com transparência e assistência ao povo e a seus profissionais de saúde; flexibilização do porte e acesso a armas e incomunicabilidade com a imprensa; falta de vacinas para a população indígena e quilombola; conflitos no campo, mortes em favelas por operações policiais e violações de direitos da população carcerária durante a crise sanitária (AI, 2021).

O Programa de Proteção na vivência das Defensoras

*Os defensores de direitos humanos são o termômetro mais sensível da democracia*²⁶².

Neste capítulo, situo a origem da Política de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, sua realidade atual no Brasil e no Ceará, partindo da vivência como integrante gestora do Programa, analisando os tópicos do contexto atual depois de dois governos que trabalharam na contramão da Democracia, desde o golpe de 2016 até o final do governo Bolsonaro, em 2022, pontuando os avanços e problemas atuais para o campo dos direitos humanos, depois de um ano do governo Lula. Assim, analiso a estrutura e o funcionamento do Programa, de forma a constituir lastro para a retomada das avaliações realizadas pelas defensoras participantes da pesquisa, na direção de responder ao quarto objetivo da pesquisa, de refletir, a partir das trajetórias das defensoras de direitos humanos, sobre desafios ao campo institucional da proteção de direitos humanos no Ceará. As trajetórias deverão trazer pistas que possibilitem analisar criticamente esta institucionalidade no Ceará, assim como a rede constituída, os acertos e os desafios para esta proteção.

O contexto de extrema violação de direitos humanos no Brasil é o pano de fundo de um sem-número de violações de defensoras e defensores de direitos humanos. Relatórios de diversas entidades não governamentais, separadas ou coletivamente, apresentam quadros graves que demonstram de forma detalhada os principais focos de ameaça, principalmente em conflitos territoriais - terra, território e meio ambiente, envolvendo povos tradicionais, violência no campo e na cidade, e muita impunidade. (Terra de Direitos & Justiça Global, 2021, 2022; Silva et al, 2023; Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, 2022; Anistia

²⁶² Afirmação da Alta Comissionada das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, na I Consulta Latinoamericana de Pessoas Defensoras da ONU.

Internacional, 2024; Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH, 2024). O fenômeno avaliado do ataque a defensores ambientalistas, ganha ainda mais relevância no contexto das crises climáticas vividas atualmente no Brasil, atualmente no Rio Grande do Sul, apontando uma pauta fundamental para os direitos humanos. Muitas vezes silenciados, os ambientalistas seguem tentando demonstrar os riscos dos maus tratos com a terra, cujos gritos e advertências são incômodos, mas apontam eventos de grandes proporções de destruição e perda que o descuido traz e opera.

A Anistia Internacional, em seu relatório global de 2024, apresenta um cenário de guerra no Brasil, corroborando análise trazida por integrantes do VIESES (Barros, Barbosa & Alencar, 2021) em que o uso exacerbado da força é a principal característica, ainda preocupante neste segundo ano da gestão federal que retornou ao país com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e a coligação do Partido dos Trabalhadores²⁶³, em meio a altos índices de desigualdade:

O Brasil continuou a ter um dos níveis mais altos de desigualdade do mundo. O racismo sistêmico persistiu, prejudicando os direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e civis da população negra. As mulheres, especialmente as negras, ainda enfrentavam barreiras para acessar seus direitos. Os casos de Covid-19 continuaram altos e o excesso de mortes superou em muito as expectativas. A insegurança alimentar ainda era alarmante, e um terço da população continuou abaixo da linha de pobreza. A frequência escolar manteve-se baixa e a violência nas escolas aumentou. A violência policial continuou extremamente preocupante, resultando em homicídios ilegais e outras graves violações de direitos, com prevalência da impunidade. Ativistas e defensores dos direitos

²⁶³ A gestão da transição foi encabeçada por nove partidos da coligação, a saber, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido Verde, Partido Socialismo e Liberdade, Rede Sustentabilidade, Solidariedade, Avante e Agir, com uma equipe de cerca de 300 pessoas.

humanos ainda corriam riscos significativos. Eventos climáticos extremos causaram mortes, destruição de propriedades e deslocamentos. Os povos indígenas foram privados do pleno exercício de seus direitos e a demarcação de terras procedeu de forma lenta. A predominância da violência de gênero continuou causando preocupação e as pessoas transgênero corriam sérios riscos. O aborto permaneceu ilegal, colocando em perigo as pessoas grávidas (AI, 2024, p. 93).

O governo bolsonarista desenvolveu uma política de morte, anti-indígena, contra quilombolas, mulheres, trabalhadores sem-terra, pessoas LGBTQIAP+ e defensoras de direitos humanos. Estudo das Organizações Terra de Direitos e Justiça Global, intitulado Na Linha de Frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (Silva et al, 2023), aponta altos índices de violência, ameaça e morte: Foram 169 assassinatos de pessoas defensoras, 140 das quais atuavam na luta pela terra, território e meio ambiente. E 1171 casos de violência, sendo 49% de ameaças, 16,8% tendo sofrido atentado e 4.4% agressões, relacionadas em grande maioria (78,5%) às mesmas lutas, com uso de arma de fogo (63%), principalmente no Norte e Nordeste, atingindo uma maioria de indígenas e negros.

É uma herança pesada a ser processada, situações revertidas, populações resgatadas, muitas ações a serem desencadeadas e mais uma grande quantidade de familiares e comunidades a serem acolhidas, protegidas, pois estão sem suas lideranças, que em grande número caíram - foram dizimadas. Desde o foco da política de morte perpetrada, a superação do genocídio da população de defensores e defensoras de direitos humanos perdida, precisa de políticas de justiça, reparação e confiança para acreditar em um possível, e mais uma vez afirmar que será “para não esquecer, para nunca mais acontecer”. Esta é a realidade, sem vitimização, mas de onde é preciso recomeçar o trabalho.

A implicação ético-política da Psicologia, nesta conjuntura, é de tomar o campo das violências, particularmente as violações aos direitos humanos, como objeto de discussão, intervenção e produção científica, tal qual recomendam Barros, Benício & Bicalho (2019) e Barros, Nunes, Calais e Rodrigues (2023), considerando um contexto de democracia que tenta se instalar mas opera a continuidade da colonialidade que desvenda e mata vidas precárias - não passíveis de luto (Butler, 2004) em zonas de morte, frente aos corpos juvenis negros em uma necropolítica (Mbembe, 2016).

Origens do Programa: Ditadura e Democracia - os Direitos Humanos no entre regimes: (sem) garantir Direitos e Proteção ao mesmo tempo

A origem remota dos programas de proteção está na Constituição Cidadã de 1988. Fruto do intenso e insistente trabalho da sociedade civil e da institucionalidade democrática do Estado à época, garantiu-se o artigo 5º, cujo caput abaixo é trazido como resumo dos 78 incisos que detalham os direitos fundamentais, com o objetivo de assegurar uma vida livre, digna e igualitária para todos, em nossa polêmica redemocratização.

No entanto, temos um longo e sinistro período de acomodamento das forças democráticas e das forças e poderio militar, que justifica o período da transição como polêmico, que vale situar para melhor compreender. Sabidamente, a transição do autoritarismo do regime militar para sua liberalização não estava a serviço da democracia, mas foi apresentada na perspectiva de ampliar a sobrevivência do regime autoritário já desgastado por dificuldades econômicas e políticas, preservando a instituição militar (Coimbra, 2001; Kinzo, 2001; Pinheiro & Mesquita Neto, 1997). Foram 11 anos de uma transição “lenta, gradual e segura”, já anunciada por Geisel²⁶⁴, período em que os militares continuaram executando seus opositores mediante expressa ciência e autorização

²⁶⁴ O General Ernesto Geisel governou entre 1974 e 1979, sendo o quarto presidente do regime militar.

dos mais altos escalões, em “tenebrosas transações” até hoje pouco conhecidas e mantidas ainda em sigilo²⁶⁵.

A herança do período ditatorial é enorme também na direção das violações dos direitos individuais e coletivos, pois o agravamento das condições econômicas e as políticas de estabilização da economia no período pós milagre econômico, sacrificaram ainda mais as populações vulneráveis, aprofundando desigualdades, entre as décadas de 60 e 70. Se as violações de direitos, tortura e cassações sistemáticas geraram uma mobilização social e apoio à proteção e defesa de direitos humanos dentro da ditadura, no período seguinte, entre 80 e 90, com todos os índices de violência aumentando, com números dramáticos de violência letal, como consequência do aprofundamento da crise naquele processo econômico, observou-se recuo social significativo.

Pinheiro e Mesquita Neto (1977) analisam este movimento social em prol dos direitos humanos, no primeiro momento, mediante o arbítrio do Estado e violação de direitos, e o recuo no período seguinte, já no período pós constituinte, frente ao aumento da criminalidade e da insegurança, o que levou os cidadãos cada vez mais a se oporem aos movimentos sociais em defesa da imensa maioria da população - pobre, negra e periférica, alegando o risco e a “defesa dos bandidos” pelos direitos humanos, em movimento explicado por Coimbra (2000). Neste paradoxo social, em que se vê a existência dos grupos de extermínio, o incremento do uso ostensivo de armas e o apelo a serviços privados legais e ilegais de segurança para a proteção das pessoas e do patrimônio, com os direitos humanos que passam a ser objeto de rechaço e de

²⁶⁵ Em 2018 veio à tona, através de pesquisador da FGV, um memorando que revelava a decisão e autorização do gestor de “execuções de subversivos perigosos”, afirmado em reunião com Kissinger, secretário da CIA à época, com a presença do próximo presidente da transição, João Figueiredo. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>

ameaça aos cidadãos em geral, é como a democracia tenta se instalar, de forma lenta, com poucos avanços na redução da criminalidade e tampouco na defesa dos direitos humanos.

Foi somente anos mais tarde, em meio a episódios de muita violência, chacinas e recomendações internacionais, que o governo brasileiro tomou medidas relacionadas ao tema, com a força da Conferência Mundial de Viena, em 1993, delimitando o necessário respeito aos direitos humanos.

Coimbra (2000) explica a associação da insegurança no período entre a ditadura e a Democracia, em que os meios de comunicação de massa desencadearam este questionamento, associando sutilmente a violência ao fim da ditadura militar, conforme fomentava a elite à época, interessada em desestabilizar movimentos de organização da sociedade civil e cancelar os direitos da população, mediante a manutenção dos métodos da ditadura e resistentes ao processo da abertura política. Instigando desta forma a tomada de medidas como armar a população, aumentar o controle policial e a ampliar a ostensividade, substituindo o antigo inimigo interno por aqueles que agora ameaçavam querer seus direitos, a população pobre e moradora da periferia. Cavallaro, da Justiça Global, no prefácio de Coimbra (2001), cita a substituição proposta pelos militares pró intervenção Rio – no lugar dos supostos subversivos – religiosos, estudantes, sindicalistas e outros colocam-se os supostos traficantes – pobres, negros e favelados.

Assim se estruturou este período de suposta democracia, com forte incidência do mercado e das regras trazidas e reafirmadas pelo consenso de Washington, neoliberais, preservando a elite nacional e apresentando uma realidade cheia de insegurança, violações de direitos humanos, com pressão internacional e insatisfação local. Neste contexto, de forma espetacular – em datas simbólicas oficiais da independência do Brasil e da Abolição da Escravatura, como o descreve Coimbra (2000), o governo federal anunciava a intenção de

produzir o Plano Nacional de Direitos Humanos - em 7 de setembro, e o seu lançamento - em 13 de maio, com a célebre frase do Presidente: “direitos humanos é o novo nome da liberdade e da democracia” (Presidência da República, 1995, apud Coimbra, 2000, p.144).

Os direitos, porém, seguiram sendo reivindicados pelos movimentos sociais, para saírem do papel, e as violações sendo denunciadas. A sociedade civil teve papel relevante quando persistiu nas reivindicações desde a ditadura até os anos de constituinte e depois. A associação dos governos a políticas de emergencialidade na segurança, por outro lado, seguiram ocorrendo, enquanto denúncias aos tribunais internacionais se sucederam. O Estado permaneceu reafirmando seu foco em direitos humanos, de certa forma fazendo uso deste expediente para reduzir a pressão da sociedade civil e das cobranças internacionais, tornando do poder e seu um discurso que era da sociedade civil (Ballestrin, 2008).

Por outro lado, é significativo este período para a consolidação dos direitos no Brasil. São arregimentados das causas e lutas pelos direitos humanos na saída formal da ditadura importantes quadros do direito que compunham postos públicos na década de 90, a partir de um legado de participação contestatória no regime militar e produção de literatura, configurando juridicamente os direitos humanos, de forma plural (idem). Além de importantes processos legislativos e avanços do País com o tema, o Brasil tornou os direitos humanos política pública governamental, conforme previsto nas deliberações internacionais da conferência de Viena, em 1996, estruturado o I Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

Pinheiro e Mesquita Neto (1997) percorrem e documentam de forma detalhada a avaliação do I PNDH, em que as associações e instituições apontadas acima colaboraram, delineando-se assim concepção diferenciada dos Direitos Humanos, obtida a partir desta

confluência de esforços, não sem dificuldades e dilemas, apontando perspectivas no período a seguir:

O Programa reflete e fortalece uma mudança na concepção de direitos humanos, já partilhada anteriormente por organizações de direitos humanos, mas pela primeira vez adotada e defendida pelo governo brasileiro na história republicana, segundo a qual os direitos humanos não são apenas os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais, tanto dos indivíduos quanto da coletividade. Os direitos humanos deixam de ser limitados aos direitos definidos em constituições e leis nacionais e passam a abranger os direitos definidos em tratados internacionais. No caso específico do Brasil, a afirmação dessa nova concepção fez com que o Estado brasileiro e os estados da Federação passassem a estar obrigados a proteger não apenas os direitos humanos definidos nas constituições nacional e estaduais, mas também os que, definidos em tratados internacionais, foram reconhecidos como válidos para aplicação interna pela Constituição de 1988 (p.123).

Assim, daqui saem os marcos jurídicos e teóricos para os Programas de Proteção para as pessoas ameaçadas de morte no Brasil, mais uma vez na tentativa de fazer arrefecer a violência sistemática. A primeira referência à proteção de pessoas ameaçadas aparece na norma legal se referindo ao Programa de Proteção para Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, o PROVITA. Previsto na primeira versão do Programa de Direitos Humanos, conseguiu consolidar a prática de sucesso que vinha sendo desenvolvida pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares de Recife/PE - o Gajop, transformado em espelho o Programa Nacional e disseminado nos Estados. O contexto de ações de violência extrema do próprio Estado - como a chacina de 1993 da Candelária/RJ, em que oito pessoas foram mortas, seis delas adolescentes, pela ação de

policiais, ou em 1996 no Pará, com o massacre de Eldorado dos Carajás, em que foram assassinados dezenove integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, também pela polícia, e a luta pelo reconhecimento da necessidade desta forma de proteção mediante a impunidade, desencadearam o processo, estruturando um programa inédito na forma híbrida, de execução pela própria Sociedade Civil, mediante convênio da União com os estados e de cada estado com uma entidade promotora da defesa dos direitos humanos, tendo sido desenvolvido em diversos locais até ser regulamentado formalmente e instituído no Brasil, de acordo com a Lei n.º 9.807/99, bem como seu Programa Federal, regulamentado pelo Decreto n.º 3.518/2000.

Assim se estruturou o PROVITA.

No entanto, a proteção social evoluiu neste processo na história do país dentro do modelo do *Welfare State*²⁶⁶ concebido, compatível com o neoliberalismo em curso, que impulsionava a industrialização e modernizava o campo na base dos conhecidos e violentos processos sociais. Foram políticas que pouco alteraram a já tradicional desigualdade social no país, mantendo os privilégios do setor privado e os baixos impactos redistributivos, conforme Draibe (2003) em estudo detalhado, que indica o privilégio do setor privado na relação público-privado e a perpetuação de uma canalização de polpudos recursos da provisão social, em prol de complexos industriais e mesmo na área hospitalar, com recursos estatais do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Fundo de Apoio Social (FAS) sob um padrão que Marta Arretche (1990) chamou de *estatista-privatista*” (p.67).

Os Direitos Humanos em intenção do executivo – em meio ao aumento da violência e insegurança geral - perduraram neste período, mantendo-se como discurso oficial do governo brasileiro, compatível com a democracia liberal. Internacionalmente, havia uma expectativa de

²⁶⁶ Estado de Bem Estar Social

proteção aos direitos humanos - ONU e este monitoramento permaneceu. O compromisso na Conferência de Viena, em 1993 bem como perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, pelo então ministro Nilmário Miranda²⁶⁷ a primeira Conferência Nacional de Direitos Humanos veio a validar em 1996 a proposição do governo, formulada pelo então ministro da justiça José Gregori e o assessor Sérgio Pinheiro em consultas à população, sendo articulada dentro do I e II Fórum dos Comissões Legislativas de Direitos Humanos, em 1996 (Pinheiro e Mesquita Neto, 1997; Bicudo, 1996). As Conferências pelo país se sucederam e o governo FHC chegou a instituir o II PNDH. Este ampliou os direitos a serem protegidos, avançando na direção dos direitos sociais, econômicos e culturais, para além dos direitos civis e políticos privilegiados inicialmente, incluindo a identidade de gênero e as pessoas com deficiência, o combate ao trabalho infantil e as medidas protetivas e afirmativas de afrodescendentes. O movimento de forças vindas da sociedade civil, a presença e ação de autoridades e pesquisadores da área e o envolvimento da Câmara dos Deputados, com a criação da Comissão de Direitos Humanos no parlamento, impulsionaram esse processo, realizando-se as Caravanas de Direitos Humanos e as Conferências Nacionais de Direitos Humanos, obtendo adesão gradativa do executivo (González, 2010). No ano 2000, na V Conferência, estruturaram-se as bases para o novo período de governo. O mesmo autor resume as mudanças:

O II PNDH, ao dar atenção a questões como o meio ambiente e à defesa de direito à identidade de grupos sociais específicos, por motivos étnicos, como os afrodescendentes, indígenas e ciganos, ou por motivos culturais, como as diferenças de orientação sexual, abre espaço para as concepções de direitos humanos baseadas na defesa do multiculturalismo e na crítica do antropocentrismo da visão liberal clássica (p.116).

²⁶⁷ Nilmário Miranda foi o primeiro secretário nacional de direitos humanos no governo Lula (2003-2005).

Sob o comando da coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores - PT, a Secretaria de Direitos Humanos se tornou especial e vinculada à Presidência, de 2003 até 2005, podendo incidir sobre os demais Ministérios desde esta instância, retornando ao status de Secretaria Nacional posteriormente. No entanto, somente em 2008, após a XI Conferência Nacional, o III Plano Nacional de Direitos Humanos se estruturou, após ser implantado e já vigorar o Plano de Educação em Direitos Humanos, lançado em 2006, conforme prioridade governamental à época.

Vale destacar que o III PNDH foi polêmico nas questões relacionadas à laicidade do Estado, legalização do aborto, controle sobre a comunicação em casos de violação de direitos humanos, questões de terra e ocupações e na proposta de direito à memória e à verdade. Os protestos de diversos segmentos que se sentiram ameaçados – igreja, empresários da comunicação, ruralistas e militares geraram manifestações das organizações de direitos humanos, num embate que fez recuar o governo em diversos passos. Por outro lado, a população em geral acolhe como legítimos os direitos sociais mais facilmente do que os civis, de forma que o direito à escola e o acesso à alimentação têm grande aceitação, o que não se confirma quanto aos direitos civis, como a presunção de inocência ou a própria proibição aos castigos cruéis ou degradantes. Estes já são vistos com desconfiança, atribuindo-se a “direitos de bandidos” (González, 2010). Aparecem aqui nossas raízes coloniais e aquela compreensão que criminaliza determinados corpos, pretos e periféricos, dos inimigos públicos internos, enlaçando o estigma e o preconceito, rapidamente combatido e sustentado pelo medo.

Busquei assim as referências de um caminho tortuoso na (des)constituição da plataforma dos direitos humanos no Brasil, que sustentam até hoje um executivo em ação muito frágil, não por ser frágil, propriamente, mas como uma escolha e uma herança, colonial, que aparecem no tipo de ameaças que contemporaneamente são postas em curso a todo momento, reafirmando

essa colonialidade racista, machista, misógina, homofóbica e de desimportância atribuída a determinadas corpos, negros, femininos, de orientações e identidades de gênero diferenciados em nosso país, em crimes não passíveis de luto e naturalizados, mortes juvenis e encarceramento em massa, em uma necropolítica à brasileira, já tão decantada em nossas produções acadêmicas (Barros, Bicalho & Benicio, 2019; Sousa, Nunes & Barros, 2020; Moreira, 2023) e denunciadas pelos movimentos sociais que constroem a resistência que precisa ser sustentada nos territórios de morte ainda hoje cultivados e oferecidos no país à grande parte da população que ainda expõe e vivencia todas as condições de desigualdade já estruturadas desde os períodos coloniais, criminalizada em perfis interseccionais, que imbricam raça, gênero e classe (Crenshaw, 2002).

Referências Internacionais e sua História no Brasil

A busca por referências sobre o marco legal do Programa Nacional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos indica fragilidade e descontinuidade na política pública. Constituindo-se ao longo dos anos por decretos federais e portarias, caracteriza políticas públicas governamentais, variáveis por períodos, em contraponto a uma política de Estado, que costuma prever discussão e aprovação legislativa e execução através de lei, repetindo a história dos direitos humanos desde o primeiro governo pós-ditadura.

No contexto internacional dos Direitos Humanos, em 1998, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração sobre o Direito e o Dever dos Indivíduos, os Grupos e as Instituições de Promover e Proteger os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais Universalmente reconhecidos, que ficou conhecida como Declaração dos Direitos dos Defensores, frente ao reconhecimento da importância de defensores civis no funcionamento dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, reconhecendo, ao mesmo tempo, as ameaças e os obstáculos a que são expostos, pela mesma razão.

Conforme acervo do Grupo Tortura Nunca Mais (2001), a partir da ONU e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001 foram realizadas Consultas Públicas na América Latina para conhecer as necessidades dos defensores no continente, realizando-se, em 2001, a I Consulta, no México. Em 2002, a segunda Consulta ocorreu na Guatemala e acolheu importante denúncia de ameaça e morte de defensores no Estado do Espírito Santo/Brasil, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, a respeito de criminalidade e corrupção, com ameaças a juízes e servidores e a não resolutividade do Estado. O fato foi motivo de crise no governo federal, à época, ensejando a saída do Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso²⁶⁸ A terceira Consulta foi realizada no Brasil, em 2004. No Brasil, logo nos primeiros meses do governo Lula (2003), formou-se, no âmbito do então Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), um Grupo de Trabalho que reuniu organizações de defesa de direitos humanos, além de órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, que assumiu a tarefa de delinear a construção de um programa nacional de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos.

Neste contexto, criou-se o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos - CBDDH, uma forte articulação nacional de mais de 40 entidades que atuam no monitoramento e organização de dados, a fim de fazer incidência sobre os órgãos governamentais na direção da proteção de pessoas defensoras ameaçadas. Antes de qualquer normativa federal, constituiu-se movimento articulado pela sociedade civil, apoiado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e induzido pela realização da III Consulta LatinoAmericana de Defensores de Direitos Humanos.

²⁶⁸ 1995-2002

Em 2007 se cria em âmbito governamental a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, que estabelece princípios e diretrizes de proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege ou defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco e vulnerabilidade (Decreto Presidencial nº 6.044), fomentada pela mobilização estruturada desde o CBDDH.

No entanto, a instituição do Programa Nacional e seu conselho gestor somente ocorreu em 27 de abril de 2016, através do Decreto Federal nº 8724, revogado pelo Decreto nº 9.937, de 2019; e reinstituído por novo Decreto Federal - nº 9937, em 24 de julho de 2019. O Decreto foi regulamentado pela Portaria nº 300 de 2018, que continuou valendo, escapando dos “revogações” do governo federal realizados entre 2019 e 2022. São decretos, sujeitos a revisão a cada governo, mas que mesmo assim se sucedem e parece que reinventam a cada período a proposição, criando um Programa frágil em sua estrutura normativa.

A história, que existe, se conta principalmente, pela via da sociedade civil, que desde cedo, no período recente da democracia, frente aos agravos referidos, da violência, se organiza para dar conta do assunto - propõe, executa, monitora e reivindica. E ainda hoje conta também um pouco do que o Estado, através do Governo Federal a cada período fez - ou deixou de fazer - vide relatórios periódicos constituídos de direitos humanos no Brasil e na América Latina citados.

Neste paradoxo, em 2014 o Governo Federal comemorou oficialmente os 10 anos do Programa²⁶⁹, em cerimônia conduzida na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

²⁶⁹ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2014/novembro/ministra-destaca-pioneirismo-do-brasil-na-protecao-dos-defensores-de-direitos-humanos>.

República, conforme matéria publicada na época, ainda disponível na rede mundial de computadores, em que se destaca o pioneirismo do Brasil na proteção dos defensores dos direitos humanos. Nesta ocasião o Programa de Proteção ainda não existia, embora a colaboração do Comitê e a mobilização de muitas ONGs para tal.

As pesquisas iniciais não permitiram localizar facilmente esta iniciativa no âmbito do governo federal e assim começa a história oficial do Programa governamental de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, isto é, sendo procurado. Em 2008 foi apresentado Projeto de Lei pelo Ministro da Justiça Tarso Genro²⁷⁰ para estabelecer normativas à proteção de defensores e defensoras de direitos humanos, o qual permanece em tramitação na Câmara Federal desde 2009, com requerimento de regime de urgência desde 2018, quando foi reapresentado pelo deputado Chico Alencar (PSOL).

Aparecem adequações feitas por decreto e portaria em 2016, objeto de crítica da ONG Terra de Direitos²⁷¹: o Decreto Presidencial nº 8724, de abril de 2016, já em um contexto pós golpe, altera a estrutura do programa, restringindo a proteção a pessoas ameaçadas, não mais àquelas pessoas ou grupos em situação de risco e vulnerabilidade, descumprindo resolução da OEA (Resolução 53/144 OEA) e o manual de procedimentos construído pela Secretaria de Direitos Humanos em parceria com a sociedade civil, além de compor seu conselho gestor somente com representantes de órgãos públicos. E a Portaria nº 424, editada em dezembro de 2016, que muda a forma de financiamento e instala mecanismos de transparência às informações, deixando acessíveis dados que não deveriam sê-lo, trazendo vulnerabilidade ao processo. Em

²⁷⁰ Tarso Genro foi ministro da justiça do governo Lula de 2007 a 2010.

²⁷¹ “A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca)”, conforme definição do próprio sítio eletrônico, disponível em <https://terradedireitos.org.br/quem-somos/sobre>.

suma, de acordo com a instituição, a fragilidade institucional predomina desde sua criação, tornando o programa efêmero aos fins pretendidos (CBDDDH, 2017).

O Programa de Proteção em Pauta no Brasil e no Ceará

Os tiros passam dentro dos corpos a serem mortos ou que já foram mortos, tanto quanto dentro do corpo social negro. O alvo é coletivo, o medo de morrer também e a ação (resistência ou fuga) deve ser, portanto, coletiva. É preciso afirmarmos que existe um corpo social negro para podermos lutar por justiça social (Gadelha, 2019, p. 6).

Em recente missão no Brasil, em abril de 2024, a representação das Nações Unidas denunciou a extrema ameaça contra pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil. O Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas²⁷² foi considerado sem condições de responder à necessidade de proteção que se coloca, demandando radical e ampla reforma, a começar pela sua forma de existir na condição de um decreto presidencial, e não uma legislação permanente para fazer frente ao cenário encontrado²⁷³.

Carta aberta da sociedade civil à responsável pela missão da ONU, veiculada pelo Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos²⁷⁴, questiona se a proteção é uma efetiva prioridade do governo brasileiro. A carta aberta recomenda atentar à própria

²⁷² O item 5.2 indica as normativas e as mudanças sofridas pelo Programa desde sua instituição pelo Governo Federal. O acréscimo de “comunicadores e ambientalistas” além dos defensores e defensoras de direitos humanos se deu em 2018, frente a um aumento da necessidade de proteção específica deste público, frente ao aumento da violência e ataques, ao mesmo tempo que comunicadores e ambientalistas não estavam sendo considerados defensores/as de direitos humanos em debates sobre o tema. O nexos causal com o trabalho da militância e em causas de direitos humanos, nem sempre conseguia ser instalado, motivo pelo qual não poderia ser aceito no Programa, mesmo o jornalista sendo autor de matérias em defesa de direitos humanos, por exemplo. É possível que existam outras questões envolvidas, como fazer referência específica no nome do Programa, para contemplar jornalistas e ambientalistas, que já seriam considerados defensores, identificado o nexos, mas para garantir um valor simbólico. Não consegui alcançar a totalidade da compreensão da medida.

²⁷³ Fala da relatora especial da ONU Mary Lawlor, conforme matéria com notícias no sítio ONU-Brasil, 2024. <https://acnudh.org/pt-br/brasil-impunidade-sistematica-e-interesses-economicos-matam-as-pessoas-defensoras-de-direitos-humanos-uma-apos-a-outra-diz-especialista-da-onu/>

²⁷⁴ O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) é uma articulação composta por 48 organizações e movimentos sociais brasileiros.

determinação²⁷⁵, à agilidade na recomposição do Conselho Deliberativo e à descontinuidade dos convênios para a execução da política. Consta que em 2020 o Tribunal Regional Federal condenou a União a elaborar plano de proteção aos defensores, o que não tinha sido realizado até então. O Grupo de Trabalho foi instituído em 2023, o GT Sales Pimenta²⁷⁶, com a representação de 20 organizações e movimentos sociais de defesa e promoção de direitos, além de 20 representantes do próprio Executivo. Em abril de 2024 este grupo esteve no Ceará, quando realizou escuta de defensores e defensoras, além de várias instituições que compõem a rede estadual de direitos humanos e o colegiado deliberativo do Programa. Tive a possibilidade de participar, na qualidade de pesquisadora. Assim, considerando o período de acompanhamento, tive a oportunidade de integrar o programa como membra do Colegiado Gestor, representante da Secretaria da Justiça de 2015 até 2018, da Secretaria de Proteção Social (de 2019 a 2022) e da Secretaria dos Direitos Humanos em 2023, permanecendo no colegiado nos diversos caminhos do Programa nas estruturas administrativas do governo estadual, até 2023, quando saí do Executivo.

A luta pela demarcação de terras e reconhecimento de posse para populações tradicionais é o motivo principal das ameaças na maior parte dos programas - federal e estaduais, conforme avaliação da especialista da ONU em visita ao Brasil. A disputa é acirrada e envolve, por um lado, as populações tradicionais e, por outro, os maiores interesses econômicos de empreendedores dos ramos do garimpo e do turismo. Assim também acontece no Ceará.

²⁷⁵ Ação Civil Pública (ACP) nº. 5005594-05.2017.4.04.7100, que determinou a criação de grupo de trabalho para a construção do Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, bem como anteprojeto de lei para tal.

²⁷⁶ O Grupo de Trabalho leva o nome de Gabriel Salles Pimenta como forma de resgatar a memória e reconhecer a luta do defensor de direitos humanos assassinado aos 27 anos, em 1982, em Marabá. Era advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foi ameaçado por este trabalho e militância, e buscou proteção do Estado, mas não foi atendido a tempo.

Tratamos aqui de indígenas, mas sabemos que as populações tradicionais são os quilombolas, os indígenas e muitos outros povos. Todos ameaçados de forma grave. Localizamos aqui uma predominância sobre os conflitos na zona costeira do Estado.

Quando pessoas defensoras de direitos humanos desafiam as estruturas de poder que impõem e reforçam a injustiça, são violentamente atacadas e enfrentam um nível de risco extremamente alto. (ONU, 2024, s/p)

A criminalização das pessoas defensoras de direitos humanos é a estratégia mais utilizada, antiga e funcional (Barros, Accioly & Ribeiro, 2016), que se desdobra em denúncia de defensoras, seguidamente contando com o apoio público, desde o sistema de justiça, que julga e condena, determinando e autorizando procedimentos de retirada das pessoas das terras, até as forças de segurança - polícia civil e militar, que fazem o constrangimento direto para a saída das terras, de forma que a pessoa criminalizada não tenha saída legal para garantir as terras que via de regra são suas. Agregam-se aqui o atravessamento de preconceito e da discriminação que traduzem a tradicional necropolítica, nestes casos, direcionados para pessoas quilombolas, indígenas e os demais povos tradicionais²⁷⁷.

²⁷⁷ Já havíamos visto que povos tradicionais são muitos. Geledès (Organização da Sociedade Civil Instituto da Mulher Negra), detalha que povos tradicionais são comunidades que se caracterizam por possuírem práticas tradicionais estruturantes de seus modos de vida, com as quais se auto identificam. São 28 reconhecidos oficialmente: Andirobeiras, Apanhadores de Sempre-vivas, Caatingueiros, Caiçaras, Castanheiras, Catadores de Mangaba, Ciganos, Cipozeiros, Extrativistas, Faxinalenses, Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Ilhéus, Indígenas, Isqueiros, Morroquianos, Pantaneiros, Pescadores Artesanais, Piaçaveiros, Pomeranos, Povos de Terreiro, Quebradeiras de Coco Babaçu, Quilombolas, Retireiros, Ribeirinhos, Seringueiros, Vazanteiros, Veredeiros. <https://www.geledes.org.br/gente-do-campo-descubra-quais-sao-os-28-povos-e-comunidades-tradicionais-do-brasil/> Estes foram reconhecidos oficialmente em 2007 pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e em 2019 pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), conforme a ONG Habitat Brasil os povos e comunidades tradicionais brasileiras apontam a diversidade cultural e ambiental do país e ao mesmo tempo enfrentam problemas que colocam em risco sua existência, cultura e direitos, como o garimpo ilegal, o conflito com o setor agropecuário e as leis desfavoráveis às mulheres. Ver detalhes de cada povo em <https://habitatbrasil.org.br/povos-e-comunidades-tradicionais>

Da mesma forma, nas diversas formas de privação de liberdade, a sanha punitivista, a tortura, a desconfiança e desprezo aos familiares, reúnem injustiça, discriminação e racismo na produção de um déficit democrático e de desigualdade racial descritos na pesquisa levada a cabo pelo Forum Justiça e Criola (2020), que estudou as formas de superação do racismo institucional e estruturante e da seletividade do sistema de justiça na atuação das Defensorias Públicas. Agrego a necessária análise interseccional, que permitirá compreender opressões sobrepostas, desde as questões de raça, gênero e classe (Akotirene, 2024). A autora percorre o ritual das Audiências de Custódia, implementadas depois da primeira movimentação com base na ADPF 347, detalhada na NR90, em que ainda são apresentadas as provas contra o sujeito flagranteado, desde a polícia e a promotoria, na presença do advogado ou defensor, com decisão da magistratura, todos performando o ritual da defesa e da acusação, no que ainda poderá ser a porta do desencarceramento, na medida da superação do modelo colonial e da condenação sistemática determinada pela ou uma opressão interseccionalizada de raça, classe e gênero.

Combater as causas estruturais é uma solução para a maioria das ameaças. Solução que se transforma em incidência política sobre autoridades e articulações das mais diversas instituições. Esta necessidade é trazida sistematicamente, há anos, em todos os relatórios citados e a alternativa de incidência política é muitas vezes a ação adotada, pelo próprio Programa e os parceiros do colegiado deliberativo - envolvendo Defensorias Públicas - Estadual e da União, as Organizações da Sociedade Civil participantes e suas instâncias de organização - coletivos e fóruns, por exemplo. Isto pode variar entre a incidência em âmbito estadual, regional, considerando a abrangência da ameaça e a possibilidade de gerência do problema, até o nível municipal e o federal. E o internacional, já que estamos regidos e inseridos em um sistema ONU. No Ceará, estende-se também ao Escritório de Direitos Humanos vinculado à casa legislativa

municipal - o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aloísio Lorscheider (Edhal), que está no colegiado, e ao Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar – EFTA, que compõe a rede de proteção.

No entanto, não é simples compor uma efetiva capacidade de atuação dos Programas de Proteção sobre a realidade de uma política pública e seu planejamento, pois a estratégica e a incidência devem se dar muitas vezes sobre a posição governamental - e a instituição executora dos Programas é contratada pelo próprio Poder Executivo, por um governo específico, que faz sua gestão administrativa mas nem sempre interage o suficiente no âmbito das políticas públicas necessárias e das mudanças estruturais, isto ainda menos.

No Ceará, faz-se o repasse dos valores da execução, fiscaliza-se física e contabilmente a execução do Programa. E atribui-se ao Núcleo de Assessoria aos Programas de Proteção - NAPP os demais encaminhamentos, de toda ordem. O NAPP monitora os dados dos Programas, gere dados contratuais e seus planos de trabalho, acompanha e secretaria todas as atividades dos colegiados deliberativos dos Programas existentes no Ceará, além de fomentar e monitorar as atividades de formação das equipes técnicas e mais recentemente articular e acompanhar a proteção junto ao coletivo dos coordenadores dos Programas de Proteção.

Nesta perspectiva, o Núcleo se aproxima um pouco mais das necessidades estruturais, não necessariamente conseguindo dar conta das dimensões política e estratégica que se colocam. Esta avaliação ocorre desde o período em que atuei junto ao NAPP, diretamente, constatando-se um acúmulo de trabalho, de informações e de análises, e poucos canais efetivos de encaminhamentos mais sistemáticos relacionados às questões estruturais dos Programas, nos níveis seriam necessários para interferir mais diretamente em estratégias de governo, e particularmente de gerenciamento de informações estratégicas, da proteção.

Mesmo assim, as defensoras localizam o momento exato da proteção, reconhecem sua importância e pontuam o que poderia ser feito.

Mas nunca é simples. As dificuldades do Programa se apresentam e repercutem diretamente na proteção. E as defensoras falam disso, muitas vezes. Lola vem dando conta dos processos que são instalados pelos ameaçadores, que, como a ameaça, muitas vezes são dispersos e ao mesmo tempo podem estar em todos os lugares, na rede mundial de computadores. Seus advogados se sucedem, sendo perseguidos e deixando o caso, às vezes tão livremente como entraram em sua defesa precisam se afastar e não conseguem mais ajudar por conta da ameaça que seguidamente sofrem. Advogados pro bono²⁷⁸ acabam fazendo pontualmente este papel, a cada processo, a cada vez que alguma pessoa recebe a crítica a seu posicionamento público e se sente ofendido pelo comentário de Lola no Blog, o que não é raro. Lola atualmente mantém advogada pro bono desde 2017, mas faz as contas de todos os processos que já sofreu e dos advogados que buscou entre seus leitores. Antes dela, duas advogadas e um advogado, que inclusive fora coordenador do próprio Programa de Proteção, foram ameaçados por mascus. Este recorte das histórias que envolvem a sua defesa fazem parte do processo de (não) proteção. São situações que pioram a ameaça, emprestam solidão à defensora, em casos que não poderiam deixar de ser atendidos. Nestas condições, ameaças graves aos profissionais envolvidos, o próprio programa recua frente à necessidade patente de defesa:

E aí no mesmo dia, ele sabia que eu não ia [na audiência chamada por advogado de um de seus ameaçadores], mas no mesmo dia, ele mandou a quadrilha toda atacar as minhas advogadas. Aí fizeram um ‘doxing’ nelas, porque tinha o nome das advogadas no

²⁷⁸ São os advogados que não cobram honorários, se dispõem a fazer uma defesa pelo bem que podem fazer, ao advogarem gratuitamente. <https://www.migalhas.com.br/depeso/351246/a-advocacia-pro-bono-uma-concepcao-de-acesso-a-justica>

processo. [Fizeram]doxing total de todos os endereços, telefones e tal. Uma delas estava em uma firma de advocacia, mas conseguiram 'hackear' e mandaram um monte de e-mails para os clientes dela, com um monte de calúnias e difamações, começaram a fazer montagem na internet, falando que elas eram advogadas de traficantes de drogas, e por aí foi. Fizeram montagem com fotos dela, colocaram o nome delas em sites de prostituição, o básico que eles fazem. Elas largaram meu caso na mesma noite, porque você não está acostumada. Eu estou acostumada, mas elas nunca tinham passado por isso. (...)

Aí eu fiquei sem advogado. Aí o C. me procurou, ele já não trabalhava mais no programa, mas ele falou, se você quiser, posso ser seu advogado, advogado pro bono. Claro que eu quero, eu já vi que tem que ser advogado homem, porque advogada mulher, vai passar pela mesma coisa. Mesmo assim, ele tinha um sócio, na firma que ele tinha, que era homem, que ele falou 'eu não posso estar nesse processo, porque eu tenho uma filha pequena, mulher. E eles vão atacar essa minha filha'. (...)

No caso da defesa (...) porque o processo (...) continuava, aí eu falei não sei, isso foi antes de receber o processo (...) também né, aí eu fiquei sem advogado. Aí eu não acho que cheguei a procurar o programa, mas eu acho que sim, que eu cheguei a falar, aí eles falaram que não, não pode, isso é uma coisa muito pessoal.(Lola, 2023)

Alessandra também reflete e narra as dificuldades pelas quais passa o Programa, que recaem diretamente em falhas na proteção. Quando de sua prisão por participar de ato público, pacífico, em que iriam entregar simbolicamente o “trofeu tortura” para um gestor que consideram responsável pela tortura no Ceará, a coordenadora do Programa à época tentou impedir. Não foi reconhecida e quase foi presa também:

Quando a menina do programa [coordenadora] chega [no episódio da sua prisão no ato coletivo], assim, eu nem sei, que eu acho que a corporação a polícia como um todo era pra ser ciente desse programa, se não, eles se fazem de doido, porque, quando ela chegou, tentou travar um diálogo com a comandante, e ela não quis conversa e era única mulher da tropa, eram só mulheres, o L. é um menino trans, e ela em nenhum minuto se aproximou da gente, o erro já começa aí, que foram só homens que nos conduziram em toda abordagem violenta, a comandante não se aproximou, a menina coordenadora, tentou conversar que era do programa. A angústia dela de tá ali naquele momento, o quanto ela foi desrespeitada, ela foi muito desrespeitada. Então assim, qual é o peso do Programa, qual é a legitimidade do Programa, porque eu fiquei pensando, ora, se eles fazem aquilo com aquela mulher, que é uma Coordenadora Geral de um Programa de Proteção, imagine com a gente que estava ali, as pessoas detidas, nós éramos o “cocô do cavalo do bandido” ali, assim, eu me senti nessa condição quando eu vi aquela mulher sendo tratada daquele jeito. Ela pediu pra tirar a algema, ela se apresentou, eu era uma assistida do programa, os dois meninos não eram, mas eu era. Não tinha a necessidade de usar aquela violência, ela estava se comprometendo a me levar no carro. (...) Então assim, ela foi desrespeitada, e a crítica que eu trago, eu acho que o comandante da polícia, alguma coisa pra nós que somos do programa de proteção era ciente, desse lugar, de quem são essas pessoas! Pra ter um tratamento diferenciado? Não. Mas minimamente pra pessoa que está a frente disso, ser respeitada, eu não falo nem tanto por mim. Claro que eu não queria passar por tudo aquilo, mas ela ali, ela foi muito desrespeitada. (Alessandra, 2023).

Adriana aponta o caráter coletivo de sua causa, ressentindo-se da atenção às comunidades, identificando o conflito que se coloca no programa ao não poder atender as coletividades. Defensores de direitos humanos muitas vezes não estão sós, pelo contrário, atuam enquanto pertencentes a um povo, a uma etnia, a uma causa. E a metodologia de atendimento individual se mostra insuficiente. E a equipe se torna insuficiente.

O Estado deveria também investir mais, pra que pudesse também tá capacitando mais pessoas, pra poder ter mais gente dentro do programa também, pra atender, porque uma equipe pra atender vários defensores é muito. Eles às vezes não conseguem alcançar todos. Têm vontade, mas não podem. Então o Estado deveria ampliar, vê mais essa questão do programa, né, dar mais condições pro programa e estar mais adiante, mais atuante, dentre outras comunidades ou outros territórios, porque as ameaças não acontecem quando é terra indígena. Hoje a luta pela vida e pela defesa de seus territórios, hoje nós temos o pessoal da zona costeira, do MST, temos pessoas que são os quilombolas, né. Então toda essa classe né, nós que fazemos parte dessa luta e essa defesa pela vida, pelos territórios, pela sobrevivência, nós somos ameaçados, porque hoje quem não é pelo progresso, pelo desenvolvimento, só vem de lá de cima pra baixo, tem que haver o desenvolvimento, tem que haver o progresso, tem que matar pra o progresso acontecer. Porque matar, matar terra, pra levantar os prédio, mata a natureza, pra levantar os prédio que não tem vida, né, e aí pra eles, se você não for de acordo com isso, você já se torna um dos ameaçados por isso né, por essa defesa. E aí a gente sabe, são muitos de nós né, que tamo no programa exatamente por isso. Por defender a nossa sobrevivência, por defender a pesca artesanal, por defender os seus territórios, as suas culturas, e aí por isso que eu digo que o Estado deveria ter um olhar

mais específico, mais voltado pro programa, e eu não sei como a gente até poderia tá fazendo, porque depende também da gente está levando essa nossa voz, né dessa importância né, pros governantes né, tanto municipais como estaduais, pra que pudesse de fato manter esse programa vivo né, com as equipes, pra que pudesse dá essa assistência que ele dá até hoje pros defensores. (Adriana Tremembé, 2022)

São dificuldades não previstas na metodologia e que marcam a delicadeza e a dificuldade da proteção. A forma de atender coletividades ameaçadas precisa ser ainda estruturada, em ações integradas, tão incisivas quanto uma operação de segurança já desenvolvida no estado do Ceará para ingressar em territórios conflagrados. Ou rapidamente, como é o Raio, tecnologia de segurança já estudada por Moreira (2023). Não seria para prender, como ocorre, mas para proteger. Ostensividade - no sentido da ação imediata - protetiva.

A atual Organização Não Governamental executora do Programa de Proteção a Defensoras e Defensores no Ceará²⁷⁹, através de sua equipe, em âmbito local, costuma acionar os serviços públicos, como o atendimento a vítimas, a área da cidadania para providências em relação à documentação, a área da habitação, para garantir a habitabilidade. O Programa também , vai buscar atendimento emergencial na saúde, caso haja feridos ou alguma doença aguda, realização de exames ou a emissão de laudos, na área da saúde, envolvendo também a saúde mental, com atendimento psicossocial.

²⁷⁹ Atualmente o Programa é executado pelo Centro de Defesa e Valorização da Vida Herbert de Souza, CDVHS, de Fortaleza, selecionado através do Chamamento Público 015/2020 da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, executando desde março de 2021, mediante Termo de Colaboração (03/2021), com duração de 35 meses. Já estiveram nesta execução outras entidades de defesa de direitos humanos, como o TdH Brasil, em um mandato tampão em 2020; antes, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro - CDDH AC, da cidade de Senador Pompeu/CE; e o Centro de Defesa Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, seu primeiro executor em dois mandatos. Cada instituição encontra problemas específicos, de acordo com suas próprias trajetórias na proteção.

Poderá encontrar alguma dificuldade para o atendimento do protegido, dependendo do grau de entendimento e sensibilização que as políticas públicas demonstrarem, o que demanda articulação prévia e ação do próprio órgão ao qual é vinculado o Programa, no caso do Ceará, na Secretaria dos Direitos Humanos do Estado. Mas dificilmente incidirá sobre a política pública de forma definitiva a ponto de reverter ou sanar aquele problema estrutural que viola e chega a criminalizar a pessoa defensora de direitos humanos. O Programa precisaria articular atores sociais com força institucional que demandassem ou operassem a transformação até no nível de uma lei, por exemplo, revisando inclusive decisões governamentais, o que muito dificilmente ocorre. Esta atribuição depende fortemente da transferência de informações da execução do Programa para o Colegiado e da capacidade e do funcionamento do Conselho Deliberativo instalado, que também há que estar preparado para este nível de intervenção. Geralmente, passado o episódio de ameaça, não são tratados os problemas estruturais relacionados àquela violação e a pessoa defensora e sua comunidade continuam se vendo com a causa estrutural até a próxima situação de ameaça e muitas vezes de morte.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, que acompanha a implantação do PPDDH desde o início, sempre enfatizou que o Programa, além de proteger defensoras e defensores em risco, deve ser articulador de políticas públicas que visem à **superação do problema estrutural** que gera a vulnerabilidade do defensor ou do movimento social. A única forma de proteger com eficácia e de forma definitiva os defensores e defensoras é priorizar políticas públicas que visem à solução das causas estruturais geradoras das violações (CDBBH, 2015, p. 12, grifo nosso)

Finalmente, é preciso dizer que as políticas e características relacionadas à gestão do Programa de Proteção, em um governo federal que predominantemente atuou para desestruturar

as políticas de direitos humanos, no período pós golpe de 2016, e principalmente entre 2019 e 2022, restaram muito pioradas. Causa admiração que os Programas de Proteção não tenham sido descontinuados, e imagino que tenham sido mantidos somente para conservar a aparência de cuidado e preocupação com as pessoas defensoras no período mais crítico recente. Observou-se, no entanto, mudanças na gestão do processo de proteção, tornando-se mais operacional e estabelecendo modelos de gestão do tipo mais empresariais, com planilhas, demonstrativos, proposições de enxugamento de custos, delimitação de prazos mais rígidos para a proteção, provavelmente mais associado ao gestor da época que assumiu esta gestão nacionalmente, que se apresentava como administrador com pós graduação em *marketing*, qualificações voltadas à atuação para o mercado e não para políticas de proteção.

Em 2024, as articulações necessárias para ações pontuais e mais impactantes de proteção em nível nacional mostraram-se frágeis a ponto de observar-se um aumento significativo de mortes de pessoas defensoras de direitos humanos, conforme registro já feito.

No Ceará, há que se entrar no capítulo mais denso e triste da história de militantes derrubados em ação, lembrando do agricultor Zé Maria do Tomé, ativista ambiental que lutava contra a pulverização aérea de pesticidas na Chapada do Apodi, no Ceará²⁸⁰, assassinado em 2010, crime até hoje sem resolução. Matéria do Brasil de Fato²⁸¹ documenta que o agricultor inspira fortemente até hoje a luta contra o envenenamento por agrotóxicos no estado e no país, dando nome à Lei que proíbe no Ceará a pulverização aérea de agrotóxicos²⁸², sempre ameaçada

²⁸⁰ Chapada do Apodi é uma região montanhosa que fica na divisa com o Rio Grande do Norte

²⁸¹ O sítio Brasil de Fato (BdF) traz notícias e é uma radioagência, com jornais regionais em vários estados Criado em 2003 por movimentos populares, trabalha com base na necessidade de mudanças sociais no país. <https://www.brasildefato.com.br/>

²⁸² A Lei Zé Maria do Tomé é a Lei Estadual nº 16.820/2019, de autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL/CE).

pelo agronegócio, à Escola Família Agrícola Zé Maria do Tomé em Tabuleiro do Norte, e à comunidade de resistência do MST - Acampamento Zé Maria do Tomé, que segue sofrendo ameaças de reintegração de posse da área que ocupa. Todos os anos ocorre a semana Zé Maria do Tomé, para lembrar o assassinato e a impunidade que impera em torno do agronegócio no país e no Ceará, o qual segue firme trabalhando para reverter processos semelhantes e garantir a continuidade e expansão dos seus lucros, independente do ataque à saúde e à vida, como denunciou Zé Maria do Tomé²⁸³.

Talvez essa seja a questão mais relevante para avaliar um programa de proteção a defensoras/es de direitos humanos. Qual a sua capacidade de fazer frente ao neoliberalismo ou ao menos às suas consequências mais nefastas, que são a ameaça ou a morte de quem enfrenta o poder constituído? As ameaças costumam se originar de pessoas ligadas a empresas, representantes de altas esferas da elite local, nacional e internacional, quando não estão associadas. De interesses econômicos predominantes, que a todo custo pretendem manter seus negócios e seus lucros. Estão em jogo dinheiro e poder, o que predomina no neoliberalismo e move o mundo. Assim, autoridades públicas seguidamente estão posicionadas ao lado dos interesses citados, muitas vezes interessadas também em determinados desfechos, veja-se os casos de pessoas protegidas no Ceará como Adriana, entrevistada nesta pesquisa, e atuante no campo dos direitos humanos dos povos tradicionais. Como nos relatos sobre o conflito vivenciado pela defensora, em que encontra-se uma comitiva internacional de ameaçadores

²⁸³ Para ler mais sobre o tema, ver matéria de opinião do advogado popular Cláudio Silva, que traz vários elementos para a compreensão do tema, ele que já foi coordenador técnico do programa de proteção de Defensores/as de Direitos Humanos do Ceará, em <https://www.brasildefatoce.com.br/2019/04/29/opinia-o-or-assassinato-de-ze-maria-do-tome-9-anos-de-impunidade>.

contumazes ao longo de anos recebida pelo governador em gestão na época, tendo em vista o interesse no desenvolvimento do turismo (predatório) no litoral.

No período do governo federal relativo aos anos de 2019 a 2022, localiza-se a maior parte dos ataques explícitos a quem se colocou como empecilho a determinadas políticas de morte e retrocessos praticados pelo governo, que passou de uma postura de convivência com as violações de direitos para uma postura ativa de ataques diretos aos direitos e a seus/suas defensores/as, conforme analisado no estudo das ONGs Terra de Direitos e Justiça Global (Silva et al, 2023).

No Ceará dos últimos anos, oito anos dos quais tendo à frente os governos e alianças encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (governos Camilo Santana, de 2015-2022), renovando-se no ano de 2023 (governo Elmano de Freitas, 2023-2026), prosseguem as dificuldades que já caracterizavam as lutas contra grandes empreendimentos vorazes por lucros, não delimitação de terras, seguindo processos assemelhados, de continuidade das gestões, ao menos no que tange aos problemas das populações tradicionais, com remoções e descaso com suas histórias de vida, construções em territórios há muito ocupados, frágeis ou inexistentes avaliações de impacto ambiental. Vale citar as gestões de continuidade, em um processo que vai de 1987 até 2007, conhecido como “governo de mudanças”, alinhado a políticas nacionais desenvolvimentistas e grandes projetos, com o PSDB, depois da ditadura, seguido por Cid Gomes. Desde 2007 assume o governo Cid Gomes, já em parceria com o Governo Lula, à época, que foi até 2010, tendo o primeiro mandato da Presidenta Dilma se estendido até 2014. O modelo de desenvolvimento adotado no Ceará, inclusive, tem o apoio e a adesão de grandes empreendimentos, federais ou privados, como foi o caso das obras do Porto do Pecém, que foi sendo ampliado em cada um destes governos, da Transposição do Rio São Francisco e da

Transnordestina, da Refinaria do Ceará. A compreensão sobre o impacto das obras junto às populações locais sempre foi minimizada, e revista eventualmente, a não ser depois de muita pressão social, manifestações e denúncias internacionais.

São todos governos que ensaiaram a atenção aos defensores e defensoras que lutavam pela terra, desde que eles não atrapalhassem muito o processo de desenvolvimento. Seguimos com eólicas, sistema ferroviário, metrô de superfície e subterrâneo, entre outras grandes obras, pouco discutidas, que deixam gente pelo caminho. Além do turismo predatório de grandes empreendimentos, que caracteriza o avanço do desenvolvimento desenfreado, somado ao desmatamento, com as liberações do governo federal, mais recentes, que pioram o quadro. O Ceará se vê ainda com o fenômeno da desertificação, relacionado com o desmatamento sem controle, há muitos anos. Os estudos apontam que, apesar de avaliar-se a viabilidade de muitas obras e avanços em tecnologia, muitas vezes deixa-se de considerar impactos que possam ocorrer junto às comunidades, priorizando “otimizar a própria geração de energia e não desvendar os vínculos entre a interação da tecnologia com o território e as comunidades ao seu redor”, em referência aos parques eólicos (Silva, 2022). Não se pretende aqui explicar sobre as questões ambientais, embora graves, mas refletir que, de alguma forma, a coexistência dos Programas de Proteção com um Estado desenvolvimentista, pouco afeto às questões ambientais e as pessoas e comunidades que nela circulam, vivem e morrem, pode ser um amenizador do Estado e suas políticas de morte, ao final se houver sensibilidade aos que são ameaçados e morrem.

Neste contexto, com a existência do Programa a partir do ano de 2013 no Ceará²⁸⁴, logo as pessoas defensoras ameaçadas em função de sua militância e luta passaram a ser apresentadas

²⁸⁴ Com base no Decreto nº 6.044/2007 e na Portaria MDH nº 300/2018 e Decreto nº 9.937/2019, foi criado o Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, através do Decreto nº 31.059/2012.

pelos movimentos, entidades, escritórios de direitos humanos, recebendo o programa também os casos mais antigos, acompanhados em âmbito federal, que passaram para o Ceará. As defensoras reconhecem a diferença em suas vidas. A proteção se fez necessária, fez diferença em suas vidas.

Conforme Adriana Tremembé, protege um, protege todos. Ela demonstra as especificidades da proteção, reconhece sua importância:

É um legado, a gente vai aprendendo, vai aparecendo outros, que a gente precisa também do apoio, no programa, ele entra pra ajudar um defensor, ele não ajuda só um, ele ajuda o território todo, porque, tá tudo envolvido. Tá tudo envolvido com o território. Eu to envolvida com o território, na luta. Então o programa também ele passa a ser envolvido não só pela Adriana, mas também pelo território todo. O que bole com o território, bole comigo e bole com o programa. Então faz essa defesa toda, e isso é muito importante, é um dos passos que eu acho que tem que ter a continuidade, né do programa, e mais melhoria para o programa, pra poder ele poder tá tendo condições de tá ajudando as pessoas que precisa dessa proteção. E nós agradece demais de tá nesse programa do Estado, porque tem hora que a gente...pra não sentir que estamos só. porque a gente mora muito distante, e aqui o acesso é difícil também, da gente ter a visita, até de um policiamento dentro do território, é muito difícil, não se tem. E aí só um policiamento fazer uma vistoria e uma ronda dentro do território, que é necessário, se ter também, quando o programa de fato faz uma intervenção né, na delegacia, ou no comando, né, pra que eles possam tá dando uma volta no território, que também isso pra nós não é ruim, é bom. Porque às vezes pode tá acontecendo alguma coisa dentro do território, e aí como não se vê a presença da justiça dentro do território, vamos dizer assim, eles acham que tá solto, e quando vê...não realmente, se houver qualquer coisa, a

polícia teve aqui, é por isso que a gente tem que fazer as coisas direitinho. É bom o povo pensar dessa forma, porque aqui no território não tem só indígena, nós trabalhamos não só com indígena, mas também têm muitas famílias não indígena, e aí, isso é uma coisa que nós vamos tá na luta, até que de fato haja a desintrusão do território.(Adriana Tremembé, 2023).

Lola reconhece o Programa, se sente acolhida, mesmo com um perfil diferenciado da maioria dos protegidos. Sente-se inserida neste grupo maior, diverso, que passou a conhecer e ressalta o valor dos encontros com outras pessoas defensoras. Reconhece também que a temática da violência contra as mulheres defensoras é contumaz, mas naturalizada, e, em suas formulações, gostaria de formular melhor com o próprio programa. É sua luta feminista. E já fez movimentos neste sentido.

Eu sei que o meu caso é um pouco diferente, eu estou convivendo com pessoas que estão com muito maior vulnerabilidade social do que eu, eu acho, como pessoas indígenas, quilombolas, pescadores, em geral, pessoas que lutam contra a especulação imobiliária e contra invasores de terra, então pra mim isso é muito valioso, participar desse programa. E sempre me ajudaram, sempre foram muito solícitos. (...) Agora, eu espero que o programa volte, quer dizer, uma coisa que eu acho que é super urgente, é a gente se reunir com a direção [da Universidade], com a parte responsável pela segurança, pra falar dessa segurança, sobre o que a Universidade faria no caso de um massacre, por exemplo, porque isso daí está cada vez mais uma realidade, no Brasil, infelizmente, e eu recebo muitas ameaças, então (...) a gente já tinha se reunido com a direção (...) aí a

gente parou porque veio a pandemia, podia fazer alguma coisa nesse sentido. (Lola, 2022).

Alessandra comenta o lugar da proteção e a ação na emergência, quando parece que o programa consegue oferecer a agilidade necessária:

Ela fez as ligações dela, e aí foi quando de fato, estar no programa de proteção possibilitou várias coisas à minha rede, aí chegaram [representantes] da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, do Núcleo de Atendimento a Vítimas do Ministério Público - NUAVV], do CEDECA, chegou todo mundo e sem falar numa rede de pessoas que estavam lá fora por causa da nossa detenção, algumas pessoas souberam e foram pra lá, e estar no Programa me ajudou nessa rede, [que] de fato foi acionada, foi pensado estratégias, se não tivesse, eu teria corrido mais riscos, porque dali mesmo ela já me tirou da delegacia, fez todo um protocolo de me tirar da delegacia, eles (...) De fato, ali o programa esteve comigo, [tratou] do que ele se propõe, das estratégias da segurança, do jurídico, do psicossocial, de eu estar na minha casa. (...) Eu vim saber depois que o programa possibilitou a visita de alguém lá no [presídio]. O que aconteceu, o programa possibilitou toda articulação judicial, eu tive toda uma assistência, (...) o MP me recebeu, e aí eu passei por um processo de atendimento psicossocial lá, teve uma articulação da Defensoria, o programa com a Defensoria, tanto a mim como ao Israel foi designado um Defensor pra ir visitar, pra ficar acompanhando mais de perto, e teve todo um ciclo de reuniões pra ver como é que estava sendo o caso né, e aí foi tudo o programa que fez. Eu me senti importante naquele momento, assim, a importância do programa estar na minha vida porque se não fosse isso, eu teria que buscar uma outra rede, e não seria talvez tão direcionada como foi estar no programa, porque o programa já falava

diretamente com as pessoas. (...) O programa possibilitou até um atendimento na saúde, eu consegui um atendimento que eu estava tentando há tempos e não conseguia, e o programa facilitou e conseguiu, enfim, consegui. E aí fui atendida, então assim, foi isso que aconteceu. (Alessandra, 2023)

Com quase 10 anos de Programa e reflexões conjuntas com a sociedade civil, a partir de suas demandas, observou-se a necessidade de integração entre os Programas, na perspectiva de qualificar a compreensão sobre a violação de direitos, ameaça e morte, articular as diversas instância para incidir nos problemas estruturais, mas principalmente organizar esta compreensão e agilizar a atenção mais imediata junto aos principais gestores das pastas da educação, da saúde e da segurança. As necessidades dos protegidos traduzidas pelos executores do Programa, com sua equipe técnica a acompanhar as pessoas ameaçadas, a partir da possibilidade de analisar-se conjuntamente a oferta dos serviços do Estado, fez criar-se no Estado ao menos duas boas soluções que já se tornaram referência para outros estados, mas seguem precisando de decisão governamental.

Tendo o Ceará instituídos e funcionando, os três programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte cofinanciados pelo estado e pelo governo federal, inovou com a criação, em 2019, de um Sistema de Proteção estadual que os integrou, assim como aos movimentos que os animam, executam ou gerenciam, com os órgãos da justiça, promotoria e defensoria pública e secretarias executoras das políticas sociais e de segurança, que devem se constituir como retaguarda, estabelecendo espaços de organização, articulação e troca na direção da proteção. O sistema possui uma instância de participação - Comitê Estadual de Proteção a Pessoas²⁸⁵, que se

²⁸⁵ O Comitê está inserido no Sistema Estadual de Proteção, conforme Lei Estadual nº 16.962, de 27 de agosto de 2019 e previsto em seu Regimento.

reúne até hoje trimestralmente, no qual se articulam as necessidades referidas pelos Programas, qualificando a atenção e fortalecendo os Programas. Nesta instância foi possível avaliar a necessidade de qualificação dos técnicos dos Programas sobre a saúde mental dos assistidos, por exemplo, estruturando-se formação integrada e com apoio do Escritório local da Cruz Vermelha Internacional - CICV, que participava do Comitê como entidade convidada, bem como facilitar os fluxos com a saúde, principalmente. É uma instância que apoia o funcionamento e melhora a qualidade dos Programas, mas depende, no entanto, da abertura e escuta do centro do governo para decisões estratégicas, considerando o objetivo de incidência sobre causas estruturais dos problemas que afetam os protegidos. Muitas vezes parece que esta interlocução acaba não acontecendo, como na área da segurança. Exceção alcançada com as interlocuções profícuas realizadas com a área de policiamento comunitário, com quem instalou-se por período importante boas articulações e a possibilidade de avanço na proteção. Mas já regrediu e não mais flui.

Para conquistar tais articulações, sempre, a Psicologia nos alcança ferramentas e tecnologias para entender o complexo processo das políticas públicas e permite a construção de uma atuação ética e crítica para incidir neste processo de forma a colaborar com os objetivos mais macro do próprio Programa, a saber, a avaliação sobre o processo de sofrimento produzido pelas violações, seguidamente advindas do Estado ou de suas relações e projetos, para inclusive construir resistência com as pessoas defensoras ameaçadas, muito além do conforto (CFP, 2022).

Fruto das articulações no Sistema de Proteção, e importante demanda da sociedade civil organizada, em 2020 o Ceará criou um quarto programa, de financiamento somente estadual, de

proteção provisória, o Programa Estadual de Proteção Provisória - PPPRO²⁸⁶, a partir de debates que já vinham ocorrendo dentro do Comitê (COEPP), identificando-se a necessidade de ampliar a proteção para aqueles períodos em que as pessoas ameaçadas aguardam avaliação dos demais programas, mais minuciosos com a adesão a novas condições de vida e a outras condicionalidades, quando não ocorre ou tarda esta inclusão, sendo necessário ao menos apoio emergencial e assistência humanitária; e servindo ainda para apoiar alguma necessidade pontual que já protege, para transporte e/ou eventual deslocamento, assim como para a proteção de pessoas ou de comunidades deslocadas internamente²⁸⁷, que se vêm expulsas de suas moradias em função da ação do crime organizado, entre outras necessidades que já vêm se apresentando em episódios locais, no Brasil e no mundo. Do ponto de vista da proteção e da realidade do crime organizado nos territórios indígenas, foram realizadas conversações com alguns grupos comunitários dentro da Segurança Pública através do COEPP e mediadas pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial - CEPPIR/SPS Ceará, órgão que depois tornou-se uma Secretaria Estadual, para compreender a realidade, melhorar a proteção e aperfeiçoar a incidência sobre o crime. Andou por algum tempo, mas não tendo sido apropriado como discussão estratégica dentro do governo estadual, foi suspensa. Pergunto-me se atualmente, este Sistema tem operado. A alternativa estava entre fazer decolar esta instância, com apoio governamental direto, ou suspender seu funcionamento, por falta de capacidade de decisão.

²⁸⁶ O PPPro tem por objetivo oferecer medidas de proteção e assistência integral, em caráter transitório, provisório e emergencial, a pessoas em situação de ameaça de morte, previsto pelo Decreto Estadual nº 33.506/2020, vinculado ao Sistema de Proteção.

²⁸⁷ Os deslocados internos são pessoas ou grupos de pessoas expulsos de seu território, dentro do próprio país, não havendo travessia de fronteira, que se diferencia por isto dos refugiados; diferente também da própria imigração, porque não se trata de decisão voluntária e sim de deslocamento forçado, geralmente associado a perseguições, conflitos armados, violência generalizada e grave violação de direitos, em meio a crise humanitária. O fenômeno das pessoas deslocadas em cidades tem sido identificado e estudado recentemente em várias partes do mundo e também no Ceará. Ver, por exemplo, em <https://www.icrc.org/pt/document/deslocados-internos>.

Adriana Tremembé reflete sobre a importância do Programa, seu alcance, mas aponta a necessidade de ampliação e de incidência sobre as ações dos governos:

O Estado deveria também investir mais, pra que pudesse também tá capacitando mais pessoas, pra poder ter mais gente dentro do programa pra atender, porque uma equipe pra atender vários defensores é muito. Eles às vezes não conseguem alcançar todos. Tem vontade, mas não podem. Então o Estado deveria ampliar, vê mais essa questão do programa, dar mais condições pro programa e estar mais adiante, mais atuante, dentre outras comunidades ou outros territórios, porque as ameaças não acontecem só quando é terra indígena. Hoje a luta pela vida e pela defesa de seus territórios, nós temos o pessoal da zona costeira, do MST, temos pessoas que são os quilombolas. Então toda essa classe, nós que fazemos parte dessa luta e essa defesa pela vida, pelos territórios, pela sobrevivência, nós somos ameaçados, porque hoje quem não é pelo progresso, pelo desenvolvimento, só vem de lá de cima pra baixo, tem que haver o desenvolvimento, tem que haver o progresso, tem que matar pra o progresso acontecer. Porque matar, matar terra, pra levantar os prédio, mata a natureza, pra levantar os prédio que não tem vida, e aí pra eles, se você não for de acordo com isso, você já se torna um dos ameaçados por isso, por essa defesa. E aí a gente sabe, são muitos de nós, que tamo no programa exatamente por isso. Por defender a nossa sobrevivência, por defender a pesca artesanal, por defender os territórios, as culturas, e aí por isso que eu digo que o Estado deveria ter um olhar mais específico, mais voltado pro programa, e eu não sei como a gente até poderia tá fazendo, porque depende também da gente está levando essa nossa voz, dessa importância, pros governantes, tanto municipais como estaduais, pra que

pudesse de fato manter esse programa vivo, com mais equipes, pra que pudesse dar essa assistência que ele dá até hoje pros defensores. (Adriana Tremembé, 2022).

Adriana trata da situação atual do Programa, que ainda atende casos individuais, mesmo quando temos uma comunidade ameaçada. Ponto nodal das mudanças necessárias, complementando a necessidade de ampliação do campo de abrangência, com equipes mais amplas e mais estabilizadas. A primeira questão se resolve com contratos e investimentos, o que deve ocorrer, em âmbito nacional e local, observando-se a preocupação com o tema pontuado nos últimos debates. A estabilidade precisa ser constituída de forma a considerar a grave situação da interrupção rotineira dos contratos de trabalho das equipes vinculadas aos programas, que por um lado recebem melhores salários, já verificados em estudos comparativos por categoria profissional, mas por outro sempre entram com a perspectiva do final do contrato, de saída, o que ficou um pouco menos tenso com a extensão dos contratos federais para 36 meses, em comparação com os contratos anuais que eram estabelecidos até há bem pouco tempo. Para um técnico aperfeiçoar-se na carreira e investir na qualidade de sua intervenção, aprofundando o conhecimento sobre pauta tão sensível e recente, além de oferecer posicionamentos que podem ser polêmicos a serem debatidos e equipe e com o nível de coordenação do Programa e ainda com os colegiados de gestão, oferecendo alternativas técnico-políticas para a assistência, é preciso relativa tranquilidade e estabilidade de vida funcional. Além de sistema de acompanhamento, pois são observados índices mais elevados de sofrimento e adoecimento destes profissionais, que têm viagens constantes, incertezas nas agendas e convívio diuturno com as ameaças e com o perigo real das situações atendidas.

O Marco Legal do Programa, há tanto tempo esboçado, ainda aguarda definição. É o segundo ponto que mereceria atenção, também de forma local, pois no Ceará há defasagem, com

contornos atualizados e não publicados. No entanto, muito além do marco legal, que traz mais garantia à continuidade dos trabalhos e dos programas, faz-se necessário o aprimoramento da metodologia, principalmente no que diz respeito à avaliação de risco. Tampouco o programa federal o tem, mas segurança estratégica demanda formulação e é preciso evoluir no que diz respeito ao processo de avaliação da realidade e dos riscos, com parâmetros que possam garantir a proteção.

Aparecem preocupações com a pauta da segurança pública, visto que também não há modelo de proteção de pessoas e comunidades, a não ser o que se esboçava junto ao Comando de Policiamento Comunitário, que experimentou aproximações em conjunto com os Programas no Ceará e diversas representações da sociedade civil, mas depois arrefeceu, não chegando a se constituir termo de cooperação com esta pasta, tampouco aprofundamento de debates nos termos já propostos em colegiado do Sistema Estadual de Proteção na vigência de vários titulares representantes. Para além da ostensividade, é preciso constituir-se também concepção de proteção nos comandos de segurança no Governo, bem como metodologia integrada aos programas, o que também chegou a ser esboçado junto à polícia civil por algumas ocasiões, quando se tratou da segurança de mães que tiveram seus filhos assassinados, de territórios indígenas ameaçados ou outros casos típicos da proteção, mas não evoluíram em matéria regular do estado, por não haver compreensão sobre esta necessidade tampouco do tema. Mesmo com uma instância de governo que propõe um debate diferenciado de prevenção à violência - o Programa de Prevenção à Violência - Previo, vinculado à Casa Civil, que poderia garantir este enfrentamento.

A proteção a pessoas ameaçadas de morte e protegidas pelo estado encontra problemas para ser efetivada frente à excepcionalidade que a caracteriza como política pública. Saúde,

assistência social (SUS e SUAS) e políticas de segurança e de educação públicas, as quatro áreas diretamente demandadas para proporcionar uma atenção básica, seguidamente desconhecem a proteção a pessoas ameaçadas como política pública, mesmo em casos excepcionais. Ocorre que tais políticas já são muito demandadas pela população em geral, muitas vezes encontram-se precárias, e a chegada de uma pessoa ameaçada de morte traz para dentro dos equipamentos, com a ameaça explicitada, duas ordens de problemas: a necessidade da qualidade e da efetividade de medidas imediatas ou mesmo urgentes, o que caracteriza uma atenção especial, de alta especialização, mas que não é a atenção de alta complexidade atualmente definida pela saúde e pela assistência social. Empecilhos nestes casos, seriam a falta de conhecimento sobre a política pública e a alta demanda já verificada no atendimento da atenção à população. Soluções seriam o aprendizado para a efetivação da proteção, desde metodologias específicas, que envolvem análise de risco, integração intersetorial, capacidade de articulação e definição de procedimentos de atenção. No Programa de Proteção do Estado do Ceará não existem protocolos previamente estabelecidos. É recomendável que esta sistemática possa ser estruturada enquanto um conjunto de protocolos a partir do Programa de Proteção e depois possa ser sistematizada na forma de Orientações Técnicas até estruturar-se como política pública.

Além destes elementos, o temor e o risco frente à ameaça são questões diferenciadas, a que devemos nos atentar enquanto Psicologia, que já requerem atenção dos integrantes da equipe técnica no Programa de Proteção. Podem se expressar em quadros de ansiedade e adoecimento e já desencadearam atualmente a demanda sistemática por supervisão técnica e psicológica aos profissionais envolvidos. Alianças com políticas de atenção a vítimas já desenvolvidas no estado e no país podem ser bem-vindas, mas faltam mais uma vez sistematização e protocolos que especializem a atenção. Seria bem-vinda pesquisa para analisar a abrangência dos encontros de

supervisão que têm sido realizados, bem como a capacidade de atuação junto aos técnicos, a qualificação da proteção obtida, resultados, e outros elementos técnicos a serem considerados.

O paradoxo que está colocado na proteção precisa ser ancorado por garantia de atenção às pessoas e aos coletivos ameaçados, por um lado, exigível de políticas públicas gestoras dos programas, vinculadas ao campo dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, cabe à sociedade civil exercer a incidência política junto ao Estado, desde sua inserção no colegiado de gestão do Programa. Ao mesmo tempo, as entidades da sociedade civil garantem o apoio mesmo para as diversas lutas, monitorando a violação de direitos humanos, motivos mesmo de existência da instituição de direitos humanos.

Considerações Finais

Retomo de saída minha questão de partida, para fazer uma breve revisão de meus objetivos iniciais e os resultados que obtive. Na tessitura do meu problema de pesquisa, me pergunto que narrativas são produzidas por mulheres inseridas em programas de proteção sobre suas lutas por direitos humanos, ameaças atuais a este campo e à rede de proteção a militantes. As narrativas sobre as lutas constituem o campo dos direitos humanos de maneira complexa, em um intrincado contexto de ameaças que se mantém, se atualizam e as mobilizam, não sem sobressaltos. Costuram, no entanto, com maestria, as trajetórias de luta e de resistência, constituindo-se nelas, modulando seu desejo, movendo-se pelas causas que as alimentam.

Acredito assim que as lutas e as estratégias de resistência narradas pelas defensoras e analisadas nesta pesquisa podem constituir rizoma e se fazer referência para o programa e para outros processos de militância que precisam se manter, mas sofrem tentativas e ameaças de morte.

As narrativas das Defensoras trazem de forma direta a conjuntura e o contexto social do país, o que concede, mediante análise e discussão da pesquisa, a resolução do seu primeiro objetivo específico. Reafirmo o que me chamou a atenção durante toda a elaboração da pesquisa, um contexto em que a necropolítica nos explicita fenômenos em todas as narrativas, e constato que precisamos, com Cruz et al (2017), “nos perguntar se vivemos em sociedades que ainda podem ser qualificadas de democráticas ou se reduzimos nossa participação política a um estatuto jurídico, burocratizado, que praticamente se limita à potência pífia de um voto” (p.244).

Nos parágrafos iniciais da Declaração de Direitos Humanos está a afirmação da Democracia como único regime político compatível com o pleno respeito aos direitos humanos e solução legítima para a organização do Estado. A Constituição brasileira de 1988 acolheu

amplamente a ideia de direitos humanos e consagrou, desde o seu Título I - Dos Princípios Fundamentais, esta concepção de cidadania, iniciada com o processo de internacionalização dos direitos humanos assinalados pela Declaração da ONU, a saber: a igualdade e a fraternidade, a dignidade da pessoa humana, a liberdade, a Justiça, a proteção legal dos direitos, a paz e a solidariedade universal e a democracia.

No entanto, a partir das narrativas das Defensoras, queremos crer que não há democracia sem liberdade. E não há direitos humanos sem democracia. Perguntamo-nos de qual democracia se trata se há pessoas que defendem direitos humanos e são perseguidas por isto, e se o Estado ainda é aquele perpetrador das principais ameaças, em ação direta, indireta ou por omissão (Barros et al, 2017).

Fica ainda o desafio de como tratar problemas estruturais no dia a dia do Programa de Proteção e das pessoas defensoras ameaçadas. Essa é uma questão relevante para avaliar a situação do campo dos Direitos Humanos em nosso país e no estado do Ceará. As pessoas estão definitivamente mais ameaçadas em um contexto conturbado, violento e pouco democrático. As defensoras o relatam. Muitas vezes as ameaças costumam se originar de pessoas ligadas a empresas, representantes de altas esferas da elite local e nacional, de interesses econômicos predominantes, que a todo custo pretendem manter seus negócios e seus lucros. Estão em jogo status, dinheiro e poder, o que predomina no neoliberalismo e move o mundo.

Assim, autoridades públicas seguidamente estão posicionadas ao lado dos interesses citados, interessadas também em determinados desfechos. Minhas reflexões se voltam à como lidar com esse problema estrutural. As contradições que trouxe logo no início da tese não são questões que se resolvem com facilidade. E são da ordem das lutas de nossos tempos. Que nos

constituem. Como nos casos das defensoras entrevistadas, que levam lutas no campo dos povos tradicionais, dos feminismos, pelo cuidado em liberdade e pelo desencarceramento.

Esta é a realidade de nosso país e já ouvimos de autoridades internacionais em direitos humanos a enorme atenção que precisa ser dada às violações. É fundamental a incidência sobre problemas estruturais, já que o Brasil está notificado por suas violações via Comissão Interamericana de Direitos Humanos - a CIDH. Este processo de denúncia à Comissão e de notificação ao Brasil alimenta as providências mediante um (novo) governo que parece querer acolher os movimentos e se compromete em resolver ou encaminhar os problemas apontados. É a aposta e a expectativa. Mobilização e atenção aos encaminhamentos, desta forma, são necessários. As defensoras o sabem. A força do movimento social pela defesa dos direitos humanos é fundamental e deverá ser potente. Benevides (2000) cita a dimensão da Democracia como direito, que começa sendo violada. Faz pensar que não podemos fracionar os direitos humanos, já que eles garantem a Democracia:

Não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existem direitos humanos sem a prática da democracia. Em decorrência, podemos afirmar o que já vem sendo discutido em certos meios jurídicos como a quarta geração, ou dimensão, dos direitos humanos: o direito da humanidade à democracia²⁸⁸. (Benevides, 2000, s.p.).

De qualquer forma, decididas as ondas, por mais frágil que ainda esteja nossa democracia, “de baixíssima intensidade”, como se costuma dizer²⁸⁹, é nela que as processualidades, as forças coletivas que constituem os processos, os efeitos de subjetivação e

²⁸⁸ Maria Victoria Benevides é Professora de Sociologia da Faculdade de Educação da USP e vice-coordenadora da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.

²⁸⁹ Estado de exceção ou democracia de baixíssima intensidade são termos utilizados por vários autores para se referir à “degradação intensa da democracia constitucional e dos direitos fundamentais ocorrentes, trazido por Bittencourt (2017).

tramas de saber-poder em nosso contexto histórico têm acontecido e vão acontecer. Por isto mesmo, a falta de governabilidade direta do Programa junto a problemas estruturais não deve dismantelar o processo de proteção. É preciso lembrar que é função do Programa fazer tal articulação. E a medida da organização e da força das lutas das pessoas defensoras de direitos humanos, movimentos e sociedade civil organizada também definem a resistência e o atendimento das demandas colocadas à gestão governamental. No Ceará, dir-se-ia “Cuida!” é o chamamento para a atenção redobrada. Assim, o mergulho na experiência de mulheres que dedicam suas trajetórias à luta por direitos humanos que se constituiu neste período de formulação da tese, expôs inúmeras pistas que constroem as pontes na luta pelos direitos e proteção frente a estas ameaças oriundas de problemas estruturais. Mesmo que as forças políticas desconstituam a legislação, as ações coletivas alcançam força à sua manutenção, e as vozes das mulheres ecoam nas brechas dos espaços democráticos até vê-los e conquistá-los mais efetivos.

Com o processo cartográfico, analisei especificamente como estas mulheres, inseridas no programa de proteção, narram suas trajetórias de luta no campo dos direitos humanos e elaboram suas experiências subjetivas nesse processo. As narrativas anunciaram um potente cruzamento de conteúdos, reunindo e misturando fragmentos de vida, conquistas e desejos, produzindo idas e vindas permeadas de afetos e angústias. As vivências se expressam em falas que carregam o fazer-se e refazer-se a cada tentativa, a subjetivação no processo de perdas e conquistas. Constituem matéria expressiva, se colocam comoventes, comovidas. E a pesquisa acolhendo estes deslizos, escapes, associações, nexos. Produzindo-se assim efeitos no processo em curso, tornando-se um dispositivo que agencia razão e afeto, sucessos e tentativas.

Ao buscar compreender como as Defensoras analisam as ameaças ao campo dos direitos humanos, que se atualiza no Brasil, buscando também o alcance do terceiro objetivo com a tese,

vislumbrei a sua compreensão, pois os autores das ameaças são identificados em uma reflexão crescente, fazendo fortalecê-las e prepararem com o Programa sua defesa e as possibilidades de caminhos cruzados, esgueirando-se dos obstáculos localizados. Jogam o jogo do cuidado e da atenção e, ao se aproximarem das ameaças, estabelecem melhor a medida de sua proteção, fortalecendo-se as ferramentas cognitivas e afetivas na leitura da realidade, da ameaça melhor situada. Fenômenos complexos são analisados e a participação em coletivos de defensoras e defensores permite ainda mais o exame da realidade e das ameaças, da dança da proteção que se forja neste movimento. As defensoras preparam-se, instrumentalizam-se e recolocam suas leituras, reposicionando-se nesta dança estratégica em suas lutas.

Finalmente, buscando responder ao quarto objetivo da pesquisa, que pretende refletir a partir das trajetórias sobre os desafios do campo institucional da proteção, pergunto como mesmo se avalia um programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos? Refleti com as defensoras sobre estes desafios. Os caminhos percorridos se fizeram passos indicativos de que a proteção se dá principalmente em momentos mais agudos relacionados às ameaças, sempre em conjunto com a Rede de Proteção que é acionada ou que o aciona.

Neste caminho, foi possível compor a processualidade e entender mudanças necessárias no programa de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos. A presente tese não esgota o tema em análise e, ainda bem, comporta novos desdobramentos em futuros estudos. Destaco ainda algumas brechas percebidas, possíveis novas linhas de fuga e rizomas em constituição, podendo-se dizer que:

- Mesmo diante de uma rede de proteção por vezes falha, a coletividade que acolhe e insiste na rede social com os feminismos antirracistas, a luta dos povos originários pela terra e território, a insistência das mães do socioeducativo e prisional, com filhos encarcerados ou

já egressos, sobreviventes, e a Psicologia Social, todos ainda pulsam e mantêm vivas as conexões rizomáticas.

- Há um conhecimento potente das mulheres aqui analisadas no campo institucional, pois percorrem caminhos para além da militância, produzindo conhecimento sobre o que fazem e como fazem. As trajetórias das três mulheres e a minha ainda interferem no cotidiano mesmo com o desmonte das políticas. Espera-se um ato político que perdure, inclusive na academia, com e a partir desta tese.
- O dispositivo para dar a ver e fazer falar a experiência pela escuta, possibilitou aprofundar, através da cartografia, a dinâmica conjugação da vida, do contexto político e das possibilidades infinitas de intervenções coletivas.
- Espera-se que os atos políticos perdurem, inclusive no meio acadêmico, já que esta tese historiciza o acontecimento de ser defensora de Direitos Humanos e registra e repercute denúncias.
- O Programa de Proteção se mantenha e alcance suas redes institucionais e sociais, se afirmando como articulador de políticas públicas. Lembrando, para além da necessidade de proteger defensoras e defensores em risco, que a única forma de proteger com eficácia e de forma mais definitiva é priorizando políticas públicas que visem à solução das causas estruturais geradoras das violações.

Espero ser esta tese um registro de um percurso, instrutivo à cidadania e à democracia, às defensoras de direitos e aos gestores públicos, aos pesquisadores e à academia. À Psicologia. Ousar na escrita da tese é arriscado, sim, mas é necessário arriscar-se e dizer da nossa responsabilidade desde o lugar que ocupamos.

Referências

- Adorno, S. (2010). História e desventura: o 3º programa nacional de direitos humanos. *Novos Estudos*, 86, 5–20. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000100001>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Akotirene, C. (2020). *Ó paí prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. Pólen.
- Akotirene, C. (2024). *É fragrante fojado dôtor vossa excelência*. Civilização Brasileira.
- Alexander, M. (2017). *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. Boitempo.
- Almeida, H. B. (2022, 24 de outubro). A defesa da “família” e a destruição dos direitos de mulheres e crianças. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/?p=576792>
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural*. Letramento.
- Almeida-Segundo, D. S., Barros, J. P. P., Benicio, L. F. S., Moura Júnior, J. F., & Cataldo, Q. F. (2020). Homicídios juvenis e políticas de morte no estado do Ceará. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(3), 50–66. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i3p.50-66>
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. (2024). Brasil. Brasil | OHCH
- Alves, A. M., Couto, S. B., Santana, M. de P., Baggio, M. R. V., & Gazarini, L. (2021). Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(9), 1–5. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00133221>
- Amado, L. H. E. (2019). Nota de conjuntura: autoritarismo e resistência indígena no Brasil. *Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*, 13(4), 702–706. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1939>

- Amaral, A., & Coimbra, M. (2015). Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #EuNãoMereçoSerEstuprada. *Revista Contemporanea, comunicação e cultura*, 13(2), 294–310. <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v13i2.14010>
- Anistia Internacional. *Covid-19 e direitos humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa*. Anistia Internacional. <https://anistia.org.br/informe/novo-relatorio-covid-19-e-direitos-humanos-no-brasil-caminhos-e-desafios-para-uma-recuperacao-justa/>
- Araújo, R. de P. A., Penteado, C. L. C., & Santos, M. B. P. dos. (2015). Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. *História, Ciências, Saúde-manguinhos*, 22, 1597–1619. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000500004>
- Araújo, S. G. (2009). Quem tem medo dos bárbaros? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 46, 64–67. <https://web.archive.org/web/20160204122504/http://rhbn.com.br/revista/edicao/46>
- Araújo, W. (2011, 16 a 18 de novembro). *Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil*. [Apresentação de trabalho]. 5º Simpósio Nacional ABCiber. Udesc/UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.
- Aronovich, L. (2012). *Escreva, Lola, escreva: crônicas de cinema*. EDUSP.
- Aronovich, L. (2018, 21 de dezembro). O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão. *Intercept-Brasil*. <https://www.intercept.com.br/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>
- Aronovich, L. (2021). As muitas *fakenews* contra a feminista mais atacada do Brasil. In: DÁ'vila, M. (2021). *Rede de mentiras e de ódio: e se o alvo fosse você?* (2a ed. pp. 62-75). Instituto E Se Fosse Você.

- Aronovich, L. (2022). A trajetória e resistência do Escreva Lola Escreva. *Revista Estudos Feministas*, 30(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286981>
- Aronovich, L. (2023). Entrevista concedida à Lúcia Bertini.
- Arretche, Marta. (1990). Intervenção do Estado e Setor Privado: o modelo brasileiro de política habitacional. *Espaço & Debates*, 31, 21–36. <http://neci.fflch.usp.br/node/63>
- Avritzer, L. (2010). *A dinâmica da participação local no Brasil*. Cortez.
- Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Civilização Brasileira.
- Babau, C. (2019). Retomada. In: Carnevalli, F.; Regaldo, F., Lobato, P., Marquez, & R. Cançado, W. (Orgs.). *Terra. Antologia afro-indígena* (pp. 31–42). Piseagrama/Ubu.
- Ballestrin, L. (2020). Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. *Revista Estudos Feministas*, 28(3), e75304. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>
- Ballestrin, L. M. A. (2008). Direitos humanos, estado e sociedade civil nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). *Teoria & Sociedade*, 2(16), 10–33. https://www.researchgate.net/publication/368780744_Direitos_Humanos_Estado_e_Sociedade_Civil_nos_governos_de_Fernando_Henrique_Cardoso_1994-2002
- Baptista, D. S. T. (2010). A regulamentação da profissão psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30, 170–191. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>
- Barboza, E. H. L., & Mariz, S. F. (2021). No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. *Revista Brasileira de História*, 41(87), 111–134. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-07>

- Baremlitt, G., Barros, J. P. P., & Hur, D. U. (2021). A psicologia nos contextos institucionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(4), 1–5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003032020>
- Barros, C. (2015). No Ceará, terra Tremembé é ameaçada por resort espanhol. Reportagem. *Pública*. <https://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol/>
- Barros, C. (2015, 30 de janeiro). No Ceará, terra dos Tremembé é ameaçada por resort espanhol. *Agência de jornalismo investigativo*. <https://apublica.org/2015/01/no-ceara-terra-dos-tremembe-e-ameacada-por-resort-espanhol/>
- Barros, J. P. P. (2014). *Violência infantojuvenil e o território da escola: o bullying como analisador de processos de subjetivação contemporâneos*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará]. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10946>
- Barros, J. P. P. (2019). Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: Colaço, V., Germano, I., Miranda, L., & Barros, J. P. P. (Orgs.). *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos* (pp. 209–238). Expressão Gráfica Editora.
- Barros, J. P. P., & Benicio, L. F. S. (2017). “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens na cidade de Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 8(2), 34–43. <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313>
- Barros, J. P. P., Barboza da Silva, D., & Alencar, F. A. B. (2021). Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. *Revista de Psicologia*, 12(1), 23–36. <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.12.1.2021.2>

- Barros, J. P. P., Benicio, L. F. de S., & Bicalho, P. P. G. de. (2019). Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à psicologia? *Psicologia: Ciência & Profissão*, 39(2), e225580. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580>
- Barros, J. P. P., Benício, L. F. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Torres, F. J. P. (2017). Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 1051-1065. <https://doi.org/10.1590/1982-370300289201>
- Barros, J. P. P., Nunes, L. F., Sousa, I. S., & Cavalcante, C. O. B. (2019). Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 475-488. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&tlng=pt
- Barros, J. P. P., Nunes, L. F., Calais, L. B., & Rodrigues, J. S. R. (2023). Psicologia e covid-19 no Brasil: desigualdades, precarização da vida e necropolítica. *Psicologia Política*, 23(57), 315–330. <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/22799>
- Barros, J. P. P., Paiva, L. F. S., Rodrigues, J. S., da Silva, D. B., & Leonardo, C. S. (2018). “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 9(1), 117–128. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>
- Batista, N. (2011). *Introdução crítica ao direito penal brasileira*. Revan.
- Batista, V. M. (2012). *Paz armada-criminologia de cordel*. Revan.
- Batista, V. M. (2020). Fundamentos: o abolicionismo penal com Vera Malaguti. *Podcast Justificando*, 70.

- Benício, L. F. D. S., Barros, J. P. P., & Silva, D. B. D. (2019). Homicídios juvenis em Fortaleza sob a perspectiva de profissionais da Estratégia Saúde da Família. *Revista Psicologia Política*, 9(46), 509–527. Recuperado em 04 de junho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300010&lng=pt&tlng=pt.
- Benício, L. F. D., Barros, J. P. P., & Bicalho, P. P. G. (2019). Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? *Revista Ciência & Profissão*, 39(2), 33–44. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580>
- Benício, L. F. S., Barros, J. P. P., Rodrigues, J. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Costa, A. F. (2018). Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 192–207. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212908>
- Benites, T. (2018). Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (rezando e lutando). In: Carnevalli, F., Regaldo, F., Lobato, P., Marquez, R., & Cançado, W. (Orgs.). Terra. Antologia afro-indígena. Piseagrama|Ubu. 45–56.
- Bento, C. (2022). *O Pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bento, M. A., & Carone, I. (Orgs.). (2002). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes.
- Bertini, L. M., & Barros, J. P. P. (2022). Privação de liberdade e monitoração eletrônica de pessoas: vivências em torno do cárcere. In: Soares, L. C. E. C., Moreira, L. E., Neves, A. L. M., & Barros, J. P. P. (Orgs.). *Psicologia Social Jurídica: articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil* (pp. 87–103). Abrapso.

- Bertini, L. M., & Frota, F. H. S. (2018). Estado, políticas públicas e segurança no Pronasci: ascensão e queda. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 8(20), 67–87.
<https://doi.org/10.32335/2238-0426.2018.8.20.1050>
- Bicalho, P. P. G. (2016). Entrevista ao CRP RJ. <http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/07/jornal19-pedropaulobicalho.pdf>
- Bicalho, P. P. G., Cassal, L. C. B., Magalhães, K. C., & Geraldini, J. R. (2009). Formação em psicologia, direitos humanos e compromisso social: a produção micropolítica de novos sentidos. *Boletim Interfaces da Psicologia*, 2(2), 20–35.
<http://www.ufrj.br/seminariopsi/2009/boletim2009-2/bicalho.pdf>
- Bittencourt, J. (2017, 15 de maio). Estado de Exceção ou democracia de baixíssima intensidade. *Forum*. <https://revistaforum.com.br/politica/2017/5/15/estado-de-exceo-ou-democracia-de-baixissima-intensidade-20846.html>
- Boenavides, D. L. P. (2019). Resignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e48405.
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n248405>
- Borges, J. (2018). *O que é encarceramento em massa*. Letramento.
- Borges, J. (2020). *Prisões: espelhos de nós*. Todavia.
- Borges, J. F. (2014). Sobre os areais dos Tremembés da Tapera (CE): Arqueologia, memória e luta. *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal/RN(UFPI).
- Bossa, D. F., & Guerra, A. M. C. (2023). Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade? *Psicologia USP*, 34. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e200188>

- Brasil. (2024, 25 de março). Senappen lança Levantamento de Informações Penitenciárias referentes ao segundo semestre de 2023. *Secretaria Nacional de Políticas Penais*.
<https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-segundo-semester-de-2023>
- Brighenti, A. C. (2016). Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. *PerCursos*, 16(32), 103–120. <https://doi.org/10.5965/1984724616322015103>
- Brondani, R. P., Christofari, G. C., Arpini, D. M., & Janczura, R. (2021). Desafios para a garantia de direitos: uma experiência com conselheiros tutelares. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16(4), 1-16.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000400002&lng=pt&tlng=pt.
- Bucci, D. (2021). A situação de Direitos Humanos no Brasil, de acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos: diagnóstico e prognóstico de um país doente. *O Neti*. <https://sites.usp.br/netiusp/pt/a-situacao-de-direitos-humanos-no-brasil-de-acordo-com-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-diagnostico-e-prognostico-de-um-pais-doente/#:~:text=A%20CIDH%20ressalta%20a%20solidez,em%20mat%C3%A9ria%20de%20direitos%20humanos%20>
- Burgos, M. B. (2005). Cidades, territórios e cidadania. *Revista de Ciências Sociais*, 48(1), 189–222.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica.

- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Editora Unesp Digital.
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.
<https://repositorio.usp.br/item/001465832>
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–133.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*, (Vol.1 2º Ed.). Paz e Terra.
- Castells, M. (2018). *Ruptura: a crise da cultura liberal*. Zahar.
- Castells, M. (2023). *A galáxia da internet*. Zahar.
- Castro, R. (2022). *Aula Inaugural do semestre PPG UFC/Unilab*. Instituto de Medicina Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [Vídeo]. YouTube.
<https://www.youtube.com/watch?v=vIJ3kqaoU8&t=2757s> Acesso em 05 de jun. de 2024.
- Cavalcante, C. O. B. (2020). *“Humanos Indireitos” : modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52221>
- César, J. M., Silva, F. H., & Bicalho, P. P. G. (2013). O lugar do quantitativo na pesquisa cartográfica. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25(2), 357–372. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200009>

- Citolin, S. (org). (1999). *Programa Integrar/RS: proposta político-pedagógica*. Caderno de reflexão. Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central única dos Trabalhadores - CNM/CUT.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (2015). *Criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos*. Organização dos Estados Americanos.
<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/criminalizacao2016.pdf>
- Coelho, R. (2020). O processo de descentralização intramunicipal em São Paulo. *Revista de Sociologia e Política*, 28(75), e001. <https://doi.org/10.1590/1678-987320287501>
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Oficina do Autor.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Oficina do Autor.
- Coimbra, C. M. B. (2000). Neoliberalismo e direitos humanos. In: Amarante (Org.). *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]* (pp. 257-265) . Editora Fiocruz.
<http://books.scielo.org/id/htjgi/pdf/amarante-9788575413197-12.pdf>
- Coimbra, C. M. B., Lobo, L. F., & Nascimento, M. L. (2008). Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. *Psic. Clin.*, 20(2), 89–102. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>
- Coimbra, C. M. B., Nascimento, M. L. (2008). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro*. Boitempo.
- Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório Geral* (Vol. 2). Memórias Reveladas.
http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf

- Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. (2016). *Relatório Cada Vida Importa*. <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2023/05/cada-vida-importa-relatorio-final.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (s/d). Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/021-Crepop-IX-Seminario-Nacional-Psicologia-e-Politicas-Publicas-Psicologia-Na-Defesa-Das-Politicas-Publicas-ETAPA-NORDESTE.pdf>
- Conselho Nacional de Justiça. (2016). Regras de Mandela: Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.
<http://bit.ly/regrasdemandela>
- Conselho Nacional de Justiça. (2016). Regras de Bangkok: Regras das nações unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. <http://bit.ly/regrasdebangkok>
- Conselho Nacional de Justiça. (2016). Regras internacionais para o enfrentamento da tortura e maus tratos. Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos.
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/c9175bd2c46c4de6b67468beed359d4c.pdf>
- Costa, A. C. G. C. (2006). Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil. In: *I Congresso Internacional de Pedagogia Social* [online].
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100007&lng=en&nrm=iso

- Costa, E. A. G. A., Moura Jr, J. F., & Barros, J. P. P. (2020). Pesquisar n(as) margens: especificidades da pesquisa em contextos periféricos. In: Cerqueira-Santos, E. & Araújo, L. F. (Orgs.). (2020). *Metodologias e Investigações no Campo da Exclusão Social* (pp. 13–31). EDUFPI.
- Crenshaw, K. (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista de Estudos Feministas*, 10, 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & Andrade, S. S. de. (2017). *A ditadura que se perpetua: Direitos Humanos e a militarização da questão Social*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 239–252. <https://doi.org/10.1590/1982-3703180002017>
- Cunha, L. H. M. (2019). *Terras indígenas e o STF: Análise de decisões na perspectiva decolonial de Aníbal Quijano* (2009–2018). [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/38136>
- Cyfer, I. (2018). A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. *Cadernos Pagu*, 53. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530003>
- Damasio, K. (2019). *Ditadura militar quase dizimou os waimiri atroari – e indígenas temem novo massacre*. National Geographic.
- Dantas, M. E. B. (2021). *Dimensões da violência contra mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil*. ONU Mulher.
- Davis, A. (2018). *Estarão as prisões obsoletas?* DIFEL.

Decreto nº 1.973 de 1 de agosto de 1996. (1994). Promulga a convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Presidência da República.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm

Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Editora 34.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2000). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34.

Dias, L. G. V. (2002). A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, 5(1), 05–15. https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Apuntoni-2002-guerra/Puntoni_2002_AGuerraDosBarbaros.pdf

Dimenstein, M., Simoni, A. C. R., & Londero, M. F. P. (2020). Encruzilhadas da democracia e da saúde mental em tempos de pandemia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e242817, 1–16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242817>.

Diniz, D. (2021). O que fizeram com você? A pergunta certa às vítimas de *fake news*. In: D'avila, M. (org). (2021). *Redes de mentiras e de ódio: e se o alvo fosse você? 2*. Instituto E se Fosse Você?

Dutra, L. H., Schweitzer, M. C., & Silva, C. R. C. (2020). Violência de gênero em estudos qualitativos: uma revisão narrativa. *Revista de Psicologia Política*, 20(49), 597–610. Recuperado em 04 de junho de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300011&lng=pt&tlng=pt.

Echegaray, F. (2003). Dimensões da Cibercultura no Brasil. *Opinião Pública*, 9(2), 20–45. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000200002>

- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu.
- Faria, L. A. E, & Tauile, J. R. (1998). Reforma do estado, participação popular e democracia: por uma arquitetura de administrações participativas integradas. *Ensaio FEE*, 19(1), 245–255.
- Fedozzi, L. (2009). Orçamento participativo de Porto Alegre Gênese, avanços e limites de uma ideia que se globaliza. *Cidades - Comunidades e Territórios*, 18, 41–57.
- Felix, A. (2019, 20 de março). “As pessoas me rotulam como mãe de preso, mas ele só está vivo hoje por conta da minha luta”. *Intercept Brasil*.
<https://www.intercept.com.br/2019/03/20/mae-presos-filho-violencia-estado/>
- Felix, A. (2023). Entrevista concedida à pesquisadora Lúcia Bertini.
- Fernandes, V. D. S. (2020). Femicídio: uma carta marcada pelo gênero. *Enciclopédia Jurídica da PUC-SP*. Tomo: Direito Penal, I.
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/437/edicao-1/femicidio:-uma-carta-marcada-pelo-genero>
- Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 51–64.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Figueiró, R. A., & Dimenstein, M. (2018). Controle a céu aberto: Medo e processos de subjetivação no cotidiano de agentes penitenciários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 131–143. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212193>
- Filgueiras, C. A. C. (2019). Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 21(46), 975–1003. Recuperado em 05 de junho, de
<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4613>

Fiocruz. (2010). *Escola Nacional de Saúde Pública*. Mapa de Conflitos.

<http://www.mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-apropriacao-da-zona-costeira-pelo-agronegocio-e-o-turismo-internacional-coloca-em-risco-terras-tradicionais-dos-povos-tremembe/>

Fiocruz. (2010). *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*. Mapa de Conflitos. <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*.

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/de3ac14f-56ea-416c-a850-37bab76f91b0>

Fórum Justiça & Criola. (2020). *Dinâmicas de reprodução e enfrentamento ao racismo institucional na Defensoria Pública*. Fórum Justiça.

https://drive.google.com/file/d/1DV4f4WnQ2kC78SuIyt3eCAP6XL5o_mdD/view

Foucault, M. (2008). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.

Franco, C. T. S. (2012). *Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú*. *Diário Oficial da União*, 26(1), 22-23.

Freire, P. (2015) *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

Freitas, G. J., & Nascimento, F. E. M. (2019) Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará. *O Público e o Privado*, 33, 143–166.

Freitas, G. J., & Paiva, L. F. S. (2016). Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: O caso da periferia de Fortaleza. *Sociedade e Cultura* (Impresso) JCR, 18, 115–128.

Fundo das Nações Unidas para a Infância & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021).

Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

UNICEF/FBSP.

<https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/6f7ea068-61d5-4c78-b048-dac220cab6da/content>

Gadelha, J. J. (2019). *O trauma colonial: ficção racial, tempo e poder*. Apresentado na VI

[Jornada Brasileira de Sociologia Modernidade e Sul Global.](#)

https://wp.ufpel.edu.br/jbs/files/2019/10/Artigo_O-Trauma-Colonial.pdf

Garcia, M. F. (2019). *Ditadura Militar matou milhares de indígenas no Brasil*. Observatório do

Terceiro Setor. <https://observatorio3setor.org.br/noticias/ditadura-militar-matou-milhares-de-indigenas-no-brasil/>

Garibe, R., & Cappuci P. (Orgs.). (2004) *Gestão Local nos territórios da cidade: Ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo: Secretaria das Subprefeituras.

Góes, F. G. B., Santos, A. S. T., Campos, B. L., Silva, A. C. S. S., Silva, L. F., & França, L. C.

M. (2021). Use of the IRAMUTEQ software in research with a qualitative approach: experience report. *Rev. Enfermagem*, 11, e63, 1–22.

<https://api.semanticscholar.org/CorpusID:237950950>

Gomes, N. L., Silva, P.V.B. da, V. B., & Brito. J. E. de. (2021). *Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: Lutas, conquistas e desafios*.

<https://doi.org/10.1590/ES.258226>

Gomes, S. H. de S., & Borges, J. F. (2018). *Patrimônio arqueológico Tremembé: Entre marcos dos Tremembés de Almofala - CE*. Ministério da Educação e Cultura - MEC,

- Universidade Federal do Piauí - UFPI, Depto. de Arqueologia. https://adelco.org.br/wp-content/uploads/2018/06/ac2b1d_25831ae2a04a455a910240d5fdeb90.pdf
- Gonçalves, A. M. (2006). *Um defeito de cor* (28a ed.). Record.
- Gonzales, Z. (1988). *A categoria político-cultural de amefricanidade* (P. 69-82). Tempo Brasileiro.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro latino americano*. Zahar.
- Hadler, O., & Guareschi, N. M. F. (2018). Investimentos no Cárcere: O menor dos males na política de segurança pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 10–26. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000213634>
- Hollanda, H. B. (2019). *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto*. Bazar do Tempo.
- Hollanda, H. B. (2020). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.
- Hooks, B. (2020). *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Elefante.
- Hooks, B. (2020). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Perspectiva.
- Human Rights Watch. (2024). *Relatório Mundial*. <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024>.
- Hur, D. U., & Lacerda Júnior, F. (2017). Psicologia e democracia: da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 3–10. <https://doi.org/10.1590/1982-3703190002017>
- Informe Anual. (2021). *OEA- Comissão Interamericana de Direitos Humanos CIDH* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=f_gLxjHPZ10&t=3s Acesso em 05 de jun. de 2024.
- Instituto de Estudos Socioeconômicos. (2022). *A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021*. INESC.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Boletim de análise político-institucional* (n.º 19). IPEA.

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8891/1/Bapi_19%20completo.pdf

Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará. (2023, 2 de maio). Estudo técnico da FUNAI e do IDACE embasa homologação da Terra Indígena Tremembé no Ceará. *IDACE*

Notícias. <https://www.idace.ce.gov.br/2023/05/02/estudo-tecnico-da-funai-e-do-idace-embasa-homologacao-da-terra-indigena-tremembe-no-ceara/>

Instituto Moreira Sales. (2019, 19 de julho). *Torem: a dança sagrada do povo Tremembé | Exposição Claudia Andujar: a luta Yanomami*. [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=VFHd2Zredvs>

Instituto Socioambiental. (2021). Tremembé. *Povos Indígenas no Brasil/ISA*.

<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Trememb%c3%a9>

Instituto Socioambiental. (2023, 23 de março). *Povos Indígenas no Brasil |*

#ConheçaOBrasilIndígena. [Vídeo]. YouTube.

<https://www.youtube.com/watch?v=SBCgBqSahZ0&t=68s> Acesso em 04 de jun de 2024.

Jacobi, P. (1990). Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate. *Lua Nova*, 20, 121–143.

Jacobi, P. (1991). Políticas públicas e alternativas de inovação da gestão municipal: o complexo caso da cidade de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 5(2), 31–37.

Jacques, M. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., &

Fonseca, T. M. G. F. (2013). *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. (18a ed.). Vozes.

- Justiça Global & Terra de Direitos. (2021). *Começo do fim? O pior momento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas*. Justiça Global/Terra de Direitos. <https://www.global.org.br/wp/wp-content/uploads/2023/12/comeco-do-fim-3.pdf>
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In: Groeninga, G. C., Pereira, R. C. (Orgs.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 163-176). Imago.
- Kehl, M. R. (2014). Violações dos direitos humanos dos povos indígenas. In: Comissão Nacional da Verdade (2014). *Relatório Geral* (Vol. 2). <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Kramer, H., & Sprenger, J. (2015). *O martelo das feiticeiras*. Bestbolso. <https://drive.google.com/file/d/16q3mqNcN5uvf4GWTkrvICawY1OPGtvDf/view>
- Krenak, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. (2a ed.). Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Lagarde, M. (2005). Femicídio, delito contra la humanidad. In: *Femicidio, justicia y derecho* (pp. 357-370). Comisión Especial para Conocer y dar Seguimiento a las Investigaciones relacionadas con los Femicidios en la República Mexicana. <https://doi.org/10.2307/j.ctv253f4j3.22>
- Lago, I. (2020, 3 de dezembro). O Jair que há em nós. *Combate Racismo Ambiental*. <https://racismoambiental.net.br/2020/12/03/o-jair-que-ha-em-nos-por-ivann-lago/>
- Lana, R. M., Codeço, C. T., Santos, R. V., Cunha, B., Coelho, F. C., Cruz, O. G., Caldas, A. D. R., Souza, M. C., Bastos, L. S., Pontes, A. L. M., Gomes, M. L. C., Tavares, I. N.,

- Dal'asta, A. P., Rorato, A. C., Escada, M. I. S., Carvalho, L. M., Vilela, D. A. M., Damasco, F. S., & Cardoso, A. M. Vulnerabilidade das populações indígenas à pandemia de Covid-19 no Brasil e os desafios para o seu monitoramento. *In*: Freitas, C. M., Barcellos, C., & Villela, D. A. M. (Eds.). *Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde* (pp. 127-142). Editora Fiocruz.
- <https://doi.org/10.7476/9786557081211.0008>
- Lane, S. T. M. (1981). *O que é psicologia social*. Brasiliense.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). (1989). *Psicologia social: o homem em movimento*. (8ª ed.). Brasiliense.
- Leão, C. (Entrevistada). (2021). O negacionismo e a dimensão pública do luto na pandemia: conexões entre subjetividade e política [Entrevista concedida a João Paulo Barros - YouTube]. *Traçando vários planos*. https://www.youtube.com/watch?v=1fNp7Hy_RZ0
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Presidência da República.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm Acesso em: [05 de jun. 2024](#).
- Lei nº 16.962, de 27 de agosto de 2019. (2019). Dispõe sobre a criação do sistema estadual de proteção a pessoas do Estado do Ceará. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.
- <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/defesa-social/item/6740-lei-n-16-962-27-08-19-d-o-28-08-19#:~:text=28.08.19>

Lei nº 9.394, de 13 de julho de 1990. (1990). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.

Leite, I. L. S; & Marinho, C. H. (2020). Redes de resistência e esperança. Narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. *Revista Latinoamericana*, 36, 343–362. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.14.a>

Leite, M. A.(2020). *Os Tremembé no Ceará: tradição e resistência*. Secult/Ce.

Lemos, F. C. S. (2014). Saúde e lutas por direitos humanos como resistência aos biopoderes na amazônia. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 2(1), 6–9.

<https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v3i1.378>

Lemos, F. C. S., Galindo, D., & Oliveira, P. T. R. (2016). História, subjetividades e arquivos em Michel Foucault, Paul Veyne e Gilles Deleuze. *Psicologia em Estudo*, 21(1), 5–15.

<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i1.29945>

Levy, P. (1996). *O que é o virtual*. Editora 34.

Levy, P. (1999). *Cibercultura*. Editora 34.

Liebgott, R. A. (2019). *O governo brasileiro: ideologia, pressupostos e concepções genocidas sobre os povos indígenas*. Porto Alegre: Conselho Indigenista Missionário - CIM Regional Sul.

Lustosa, I. M. C. (2012). Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará [Tese de Doutorado, Universidade Federal de

- Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás]. Repositório da Universidade Federal de Goiás. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2745>
- Maciel, D. (2011). O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil. *Revista UFG*, (11), 98–108.
- Maciel, W. R. N. (2021) Espaço público e gestão da segurança urbana: um estudo sociológico da célula de proteção comunitária do bairro Jangurussu. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, PUC/RS, 21(3).
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 Edições.
- Meireles, A. J. A, & Marques, M. (2004). *Parecer Técnico: Estudos e levantamentos ambientais, antropológicos e arqueológicos na Terra Indígena Tremembé de São José e Buriti, município de Itapipoca/CE*. 98.
- Mendes, S.R. (2017). *Criminologia Feminista - novos paradigmas*. Saraiva.
- Messeder, M. L. L. (2012). Etnicidade e ritual Tremembé: Construção da memória e lógica cultural. *Revista de Ciências Sociais*, 43(2), 32–42.
- Miguel, L. F. (2019). *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular.
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12). Hucitec.
- Moreira, L. E., & Soares, L. C. E. C. (2019). Psicologia Jurídica: Notas sobre um Novo Lobo Mau da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (2), 125–140. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225555>.
- Moreira, M. G. R. (2013). *Aqui o raio sempre cai no mesmo lugar: percepções da comunidade do Lagamar em Fortaleza CE sobre as práticas de suspeição e abordagem da ronda de*

- ações intensivas e ostensivas Raio* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará). Pós-Graduação em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE.
- Moreira, M. G. R. (2023). *O que você sente na pele? Racialização da atuação policial e da política de Segurança a partir do território do Lagamar em Fortaleza CE* (Tese). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. Sulina.
- Nascimento, A. (2016) *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. 4. Perspectiva.
- Nascimento, M.L.(2014). Pelos caminhos da judicialização: Lei, denúncia e proteção no contemporâneo. *Psicologia em Estudo, Maringá, 19*(3), 459–467.
<https://doi.org/10.1590/1413-73725000609>
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Simões Filho (BA): Devires.
- Nunes, L. F., Costa, A. F., Cavalcante. L. F., & Barros, J. P.P. (2021). Pesquisa-inter(in)venções em Psicologia e as contribuições do VIESES-UFC para o debate sobre necropolítica. In: CRP11. *Psicologia, (necro)política, democracia e violação de direitos. Série diversidade de práticas em psicologia, 3*, 7–24.
- O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2024. *Anistia Internacional*.
<https://anistia.org.br/informe-anual/relatorio-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo-2024/>
- Oliveira Jr., G. A. (1998). *Torém: Brincadeira dos índios velhos*. Coleção Outros Diálogos. Annablume.
<https://www.google.com.br/books/edition/Tor%C3%A9m/IjjMv6OoXW4C?hl=pt->

[BR&gbpv=1&dq=inauthor:%22Gerson+Augusto+de+Oliveira+Junior%22&printsec=frontcover](https://www.researchgate.net/publication/338111111)

Oliveira, A. R. F. C., Melo, D. C., & Silva, L. G. M. (Orgs.). (2018). Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. *Relatório Bianual 2018-2019*.

<https://mnpctbrasil.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/02/relatorio-bianual-2018-2019-mnpct.pdf>

Oliveira, F. A. G., & Pereira, R. A. (2021). O discurso de ódio no Brasil do agora: analisando os ecos do negacionismo científico e a lgbtifobia como uma política de estado. *Revista Diversidade e Educação*, 9(2), 345–373.

Oliveira, G. A. (2019). *Criminalização de defensoras e defensores de Direitos Humanos: Análise crítica do discurso do Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco), Recife. 100p.

Oliveira, K. E. (2010). *Estratégias sociais no movimento indígena: Representações e redes nas experiências da Apoinme*. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco), Departamento de Pós-graduação em Antropologia da UFPE.

ONU Mulheres Brasil (2021). *Dimensões da violência contra mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil*. Sumário Executivo. https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/04/PT_UNW_VAWHRDsInBrazil_2021_Executive-Summary.pdf

Organização das Nações Unidas - Brasil. (2024). *No Brasil, impunidade e interesses econômicos matam defensores de direitos humanos*. <https://brasil.un.org/pt-br/266511-no-brasil-impunidade-e-interesses-econ%C3%B4micos-matam-defensores-de-direitos-humanos>

Organização das Nações Unidas - ONU & Escritório do Alto Comissário para os Direitos Humanos - ACNUDH. (2024). *Brasil: Impunidade sistêmica e interesses econômicos*

matam as pessoas defensoras de direitos humanos uma após a outra.

<https://acnudh.org/pt-br/brasil-impunidade-sistematica-e-interesses-economicos-matam-as-pessoas-defensoras-de-direitos-humanos-uma-apos-a-outra-diz-especialista-da-onu/>

Organização dos Estados Americanos OEA/Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIDH. (2021). *Comunicados de Imprensa, nº 50.*

Pacheco, T. S. (2010). As duas faces da repressão: semelhanças e diferenças da polícia política durante o estado novo (1937–1945) e durante a ditadura militar (1964–1983). *Revista de história comparada*, 4(1), 126–139.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/89>

Paiva, I. L., Oliveira, M. C. S. L., & Colasso, V. F. R. (2019). Adolescentes em conflito com a lei: Entre o prescrito legal e a prática social. In: V. Colaço, I. Germano, L. L. Miranda & J. P. Barros (Orgs.), *Juventudes em movimento: Experiências, redes e afetos* (pp. 177-238). *Expressão Gráfica.*

Paiva, L. F. S. (2019). Aqui não tem Gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Cad. C R H*, 32(85), 165–184.

<https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>

Paiva, L. F. S. (2022). O Domínio das Facções nas Periferias de Fortaleza-CE. *Revista TOMO*, (40), 87, p. 87-122. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi40.16711>

Paiva, L. F. S., Barreira, C., & Russo, M. B. (2019). Jovens vítimas de violência: as dinâmicas dos homicídios nas periferias de Fortaleza. In: Adorno, S., & Lima, R. S. (Orgs.). *Violência, polícia, justiça e punição* (pp. 115–156). Alameda.

Paiva, L. F. S., Barros, J. P. P., & Cavalcante, R. M. B. (2019). Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O Público e o Privado*, 17 (33),

73–98.

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2109ep.v1i2.107>

- Passos, E., & Barros, R. B. (2009). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V. & Tedesco, S. (Orgs.). (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa Intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Passos, E., & Barros, R.B.(2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 71–79.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escossia, L.(Orgs.). (2015). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Pequeno, L. S., Miranda, J. I., & Madeira, M. Z. de A. (2018). Centralidade da questão étnico-racial no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro/Neab no Ceará. *SER Social*, 20(43), 329–347. https://doi.org/10.26512/ser_social.v20i43.18863
- Pinheiro, A. (2001). A criança e o adolescente no cenário da redemocratização: representações sociais em disputa. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.438 f.
- Pinheiro, P. S., & Mesquita Neto, P. (1997). Programa nacional de direitos humanos: Avaliação do primeiro ano e perspectivas. *Estudos Avançados*, 11(30), 117-134. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200009>
- Pinto, A. L. A., Matos, M. J., & Rufino, M. do S. (2018). O conhecimento etnográfico dos Tremembé da Barra do Mundaú, Ceará. *Interações*, 19(1), 15–28. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i1.1623>

- Pinto, J. C. S., & Santos, O. M. (2022). *Luta e resistência indígena no Brasil contemporâneo: gestos políticos contra a ofensiva bolsonarista*. Anais do XVIIIº Enecult - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.
- Pires, Maria Idalina. (2015). *Guerra dos Bárbaros – O terrível genocídio que a História oficial não conseguiu esconder*. <https://www.editoracontexto.com.br/blog/guerra-dos-barbaros-o-terrivel-genocidio-que-a-historia-oficial-nao-conseguiu-esconder/>
- Piúba, F. S. (2020). A memória coletiva de Maria Amélia Leite. In: Leite, M. A.(2020). *Os Tremembé no Ceará: tradição e resistência*. Secult/Ce.
- Portaria nº 1.318, de 7 de agosto de 2015. (2015). Define os limites da Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú. Diário Oficial da União, 1(33).
<http://dspace.mj.gov.br/handle/1/6666>
- Puntoni, P. L. (2002). *As guerras dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650–1720*. Hucitec. <https://repositorio.usp.br/item/000971586>
- Quijano, A. (2005). *A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Rago, M. (2019). Epistemologia feminista, gênero e história. In: Hollanda, H. B. (2019). *Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. Bazar do Tempo.
- Razão Inadequada. (2023, 19 de outubro). *Problemas de gênero de Judith Butler*. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=7d5xLyxkqM> Acesso em 04 de jun de 2024.
- Reishoffer, J. C., & Bicalho, P. P. G. (2009). Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 425-444.

- Resolução CFP nº 005/2003, de 14 de maio de 2003. (2003). Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista. Conselho Federal de Psicologia. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003_5.pdf
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. S. (2020). Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana*, 36, 255-274.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (Eds.). (2011). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (3a ed.). Cortez.
- Rodrigues, J. S. (2022). *Mães da periferia entre luta e luto: práticas de resistência e cuidado de mulheres que tiveram filhos/as assassinados/as no Ceará* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/70016finalizacao2016.pdf>
- Rodrigues, J. S., Barros, J. P. P., Benicio, L. F. de S., & Gomes, C. J. de A. (2022). “Tortura que não acaba”: análise do sofrimento de mães de jovens assassinados em Fortaleza. *Psicologia USP*, 33, e210142. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210142>
- Rodrigues, M. C. (2010). Malleus Maleficarum: a bruxaria como afirmação do poder espiritual. *Dia a Dia Educação*. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELI_GIOSO/artigos/5malleus.pdf

- Rosemberg, F., & Mariano, C. L. S. (2010). A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 40(141), 693-728.
<https://www.scielo.br/j/cp/a/gvh6jf9BxZFWyZzcbSDWpzk/?format=pdf>
- Rottava, M. C. (2020). A força-tarefa de intervenção penitenciária e a garantia da segurança nos estados brasileiros. *Revista Brasileira de Execução Penal*, 1(2), 163–176.
<https://doi.org/10.1234/rbep.v1i2.107>
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Jorge Zahar.
- Sabogal, W. M. (2013, 22 de dezembro). A vitória e o segredo dos livros proibidos. *El País*.
https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/21/cultura/1387646353_673781.html#?prm=copy_link
- Safatle, V. (2020, 20 de abril). Coronavírus: preparar-se para a guerra. *El País*.
<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-20/preparar-se-para-a-guerra.html>
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade*. *Lutas Sociais*, (2), 59–79. <https://doi.org/10.23925/lis.v0i2.18789>
- Sánchez, F. (2002). *Orçamento participativo: teoria e prática*. Cortez.
- Santos, L. Q., Souza, A. M. P., Vieira, L. P. de O., Lima Neto, A. F., Pivato, L. C. F., Cabral, D. D. R., Isaías, T. L. S., Lima, R. P., de Lima, J. S. A. (2017). Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil [Resumo executivo]. *Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos*. <https://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Resumo-executivo-dossi%C3%AA-portugu%C3%AAs.pdf>
- Santos, P. V. T. (2016). Análise sobre o abolicionismo penal de Thomas Mathiesen. *Revista Reflexão e Crítica do Direito*, 4(1), 96-115. <https://revistas.unaerp.br/rcd/article/view/580>

- Samira, B., Martins, J., Pimentel, A., Lagreca, A., Barros, B., & Lima, R. S. (2021). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*.
<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/927e3396-d85e-43bd-a813-d5e8be195130>
- Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo. Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. Veneta.
- Scisleski, A., & Guareschi, N. (Orgs.). (2015). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. EdUPUCRS.
- Segato, R. (2022). *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma virada decolonial*. Bazar do Tempo.
- Segato, R. L. (2018). *Contra-pedagogias de la crueldad*. Prometeo.
- Silva, A. L., Frigo, D., Schramm, F. P., Marinho, G., Pivato, L. C. F., & Carvalho, S. (Orgs.). (2023). *Na linha de frente: violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (2019 a 2022)*. Terra de Direitos/Justiça Global.
<https://terradedireitos.org.br/nalinhadefrente/>
- Silva, C. A. F., & Bicalho, P. P. G. (2022). Psicologia e direitos humanos: por que discutir necroliberalismo nas políticas de segurança? *Revista Direito e Práxis*, 13(3), 2009–2023.
<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/69298>
- Silva, J. C. F., & Bicalho, P. P. G. (2023). Por uma criminologia antirracista: chacinas policiais como persistência e reinvenções do controle racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 35, e277144. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277144>

- Silva, J. R. A., Pimenta, V. M., Loureiro, J. V. R., Nunes, A. C. N. C., Daufemback, V., & Costa, L. (2018). Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. *Relatório Anual 2017*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-mnpct/relatorios-1/RelatrioAnual20172018.pdf>
- Silva, L., Silva, R. N., Andrade, H. M. L. S., & Andrade, L. P. (2022). Impactos socioambientais de parques eólicos no Brasil: uma revisão da literatura. *Diversitas Journal*, 7(3), 1508–1515. <https://doi.org/10.48017/dj.v7i3.2004>
- Silva, M. L., Polli, R. G., Sobrosa, G. M. R., Arpini, D. M., & Dias, A. C. G. (2012). Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 20(1–2), 13–21. <https://core.ac.uk/download/pdf/229059827.pdf>
- Silverstone, R. (2002). *Por que estudar a mídia?* Edições Loyola.
- Siqueira, I. B. L. (2020, 30 de janeiro). Guerras prisionais e massacres cotidianos no Ceará. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/guerras-prisionais-e-massacres-cotidianos-no-ceara/>
- Sistema Conselhos de Psicologia. (n.d.). Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) com povos tradicionais. *Conselho Federal de Psicologia*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-com-povos-tradicionais/>
- Soares, L. C. E.C., & Moreira, L. E. (2020). *Psicologia social na trama do direito e da justiça*. Abrapso Editora.
- Soares, L. E. (2006). *Segurança tem saída*. Sextante.

- Sousa, I. S., Nunes, L. F., & Barros, J. P. P. (2020). Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 370-384. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a09.pdf>
- Sousa, L. I. de S. (2023, 06 de julho). Sessões de tortura nos presídios do Ceará: o que se sabe sobre o caso. *GI*. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/07/06/sessoes-de-tortura-nos-presidios-do-ceara-o-que-se-sabe-sobre-o-caso.ghtml>
- Souza, F. J. B., & Silva, S. A. M. (2017). Orçamento participativo: mais qualidade da democracia? *Organizações & Sociedade*. 24(81), 195–215. <https://doi.org/10.1590/1984-9230811>
- Sposati, A. O. (2001). *Cidade em pedaços*. Brasiliense.
- Tedesco, S. C., Sade, C., & Caliman, L. V. (2016). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (Orgs.). (2016). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum* (Vol. 2, pp. 92-127). Sulina.
- Teixeira, A. C.C., & Tatagiba, L. (2005). *Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação*. Instituto Pólis.
- Teles, J. C. P. (2024, 20 de fevereiro). A sociedade digital e as *fakes news*: a monopolização da verdade e a indústria do algoritmo. *Editora Fórum*.
<https://editoraforum.com.br/noticias/destaque/a-sociedade-digital-e-as-fakes-news-a-monopolizacao-da-verdade-e-a-industria-do-algoritmo/>
- Terra de Direitos & Justiça Global. (2021). *Começo do fim? O pior momento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas*. Terra

- de Direitos/Justiça Global. <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Relatorio---Comeco-do-Fim.pdf>
- Terra de Direitos & Justiça Global. (2022). *Olhares críticos sobre mecanismos de proteção na América Latina*. Terra de Direitos/Justiça Global. <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Olhares-Criticos-sobre-mecanismos-de-protacao-na-AL.pdf>
- Tremembé, M. (2020). *Memorial de Mateus Tremembé (Mateus de Castro Ferreira)*. Mapa Cultural do Ceará/Secult-CE. https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/agent/18758/memorial_mateus_trememb%C3%A9.pdf
- Turino, C. (2010). *Pontos de cultura: o Brasil de baixo para cima*. (2a ed.). Editora Anita Garibaldi.
- Uma Concertação pela Amazônia (Org.). (2024). Bioeconomia indígena: saberes ancestrais e tecnologias sociais. *Cadernos da Concertação*, 3, 5–41. https://concertacaoamazonia.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Volume-3_Bioeconomia-indigena-1.pdf
- Uziel, A. P., Scisleski, A. C. C., Barros, J. P. P., & Bicalho, P. P. G. (2018). Sistema prisional e segurança pública: inquietações e contribuições da à psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 3–9. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000122018>
- Valente, R. (2017). *Os fuzis e as flechas: histórias de sangue e resistência indígena na ditadura*. Companhia das Letras.

- Vasconcelos, F. T. (2023). A sociologia da violência no Ceará, ontem e hoje: desafios e perspectivas. *Revista de Ciências Sociais*, 54(2), 297–344. <https://orcid.org/0000-0003-3807-3187>
- Vianna, A., & Farias, J. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, (37), 79–116.
<https://www.scielo.br/j/cpa/i/2011.n37/?section=ARTIGOS>
- Vilalba, R. (2021). *Um grande acordo nacional*. Editora Elefante.
- Vitale, A. S. (2021). *Fim do policiamento*. (A. Renzo Trad.). Autonomia Literária.
- Vitale, D. (2004). *Orçamento Participativo: avaliação da política municipal 2001-2002*. Instituto Pólis/PUC-SP.
- Weffort, F. C. (1992). *Qual democracia?* Companhia das Letras.
- Xerez, G. (2019, 19 de fevereiro). 'Eu resolvi um colapso', diz secretário Mauro Albuquerque sobre presídios do Ceará. *GI*. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/02/19/eu-resolvi-um-colapso-diz-secretario-mauro-albuquerque-sobre-presidios-do-ceara.ghtml>
- Zaluar, A., & Alvito, M. (2006). *Um século de favela* (5ª ed.). Editora Fundação Getúlio Vargas.